



UNIVERSIDADE DE ÉVORA

ESCOLA DE ARTES

DEPARTAMENTO DE ARQUITECTURA

**Uma Viagem pelas Reais Fábricas.**  
Um exemplo de Património Industrial Português.

**Mestranda:** Ana Filipa Aldeia Carvalho

**Orientadora:** Professora Doutora Sofia Salema

Mestrado em Arquitectura

Dissertação

Évora, 2018

**Mesa de Jurí:**

Presidente de Mesa: Prof. Jorge de Sá  
Orientadora: Prof. Sofia Salema  
Arguente: Prof. Ana Cardoso de Matos



UNIVERSIDADE DE ÉVORA

ESCOLA DE ARTES  
DEPARTAMENTO DE ARQUITECTURA

**Uma Viagem pelas Reais Fábricas.**  
Um exemplo de Património Industrial Português.

**Mestranda:** Ana Filipa Aldeia Carvalho  
**Orientadora:** Professora Doutora Sofia Salema

Mestrado em Arquitectura  
Dissertação

Évora, 2018

## AGRADECIMENTOS

Tratar-se-á sempre de uma viagem.

O meu ponto de partida seria impossível sem o apoio da minha família, dos meus pais e da minha avó que me fez repetidamente explicar e sobretudo acreditar na razão deste percurso ao qual me submetia, apoiando sempre. Ao longo da viagem o apoio dos amigos de sempre, do tempo e do Diogo.  
Thanks to the Dark Side of the Moon.

À Tuka.

A todos eles um “bem haja” e a todos os outros também.  
Que a viagem continue...

## ACRÓNIMOS, SIGLAS E OBSERVAÇÕES

●

**ANAC** - Autoridade Nacional da Aviação Civil  
**DGPC** - Direcção Geral do Património Cultural  
**DGT** - Direcção Geral do Território  
**ERIH** - European Route of Industrial Heritage  
**FERP** - Fórum Europeu de Responsáveis pelo Património  
**ICNF** - Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas  
**ICOMOS** - International Council on Monuments and Sites  
**IGESPAR** - Instituto de Gestão do Património Arquitectónico e Arqueológico  
**IHRU** - Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana  
**IPA** - Inventário do Património Arquitectónico  
**IPM** - Imóvel de Interesse Municipal  
**IPPAAR** - Instituto Português do Património Arquitectónico e Arqueológico  
**IPPAR** - Instituto Português do Património Arquitectónico  
**IPPC** - Instituto Português do Património Cultural  
**MIM** - Monumento de Interesse Municipal  
**IIP** - Imóvel de Interesse Público  
**MN** - Monumento Nacional  
**MUSLAN** - Museu de Lanifícios da Covilhã  
**OA** - Ordem dos Arquitectos  
**OA-SRN** - Ordem dos Arquitectos - Secção da Região Norte  
**TICCIH** - The International Committee for the Conservation of the Industrial Heritage  
**UNESCO** - United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization  
**VANT** - Veículo Aéreo Não Tripulado  
**VARP** - Veículo Aéreo Remotamente Tripulado

Ed - Edição  
p. - página  
pp. - páginas  
s.d. - sem data  
Vol - Volume  
FIG - Figura

### NOTA:

O índice de Figuras dada a sua extensão aparecerá no fim da dissertação.  
Esta dissertação foi escrita em concordância com o antigo Acordo Ortográfico e segundo a Norma APA.

## RESUMO

### O Património Industrial da Manufatura Portuguesa. Uma viagem pelas Reais Fábricas

Esta dissertação aborda o tema das Reais Fábricas Portuguesas enquanto potenciais estruturas integrantes do Património Industrial.

O Património Industrial é um tema relativamente recente que incide sobre a sociedade industrial podendo recuar no tempo sempre que tal se justifique.

Existe um conjunto de manufacturas portuguesas dos séculos antecedentes, as pré/proto-indústrias, que antecederam a sociedade industrial tal como a conhecemos hoje.

Pretende-se contextualizar, identificar, localizar e analisar um conjunto de 22 manufacturas do século XVII – XVIII – as Reais Fábricas de Portugal. Estas manufacturas foram as primeiras estruturas industriais do país e a sua implantação estratégica definiu o desenvolvimento urbano português.

O seu registo é fundamental para o conhecimento e consequente salvaguarda, classificação ou intervenção.

A partir da viagem, um processo de (re)conhecimento arquitectónico, é realizado o levantamento fotográfico do estado actual das antigas Reais Fábricas, religando-as através de uma linha que atravessa todo o território.

**Palavras-chave:** *Arquitectura; Património Industrial; Manufatura; Viagem; Reais Fábricas.*

## ABSTRACT

### The Industrial Heritage of Portuguese Manufacture. A journey through the Royal Factories.

This study approaches the Real Portuguese Factories theme as potential structures integrating the Industrial Heritage.

The Industrial Heritage is a relatively recent theme that focuses on the industrial society and can go back in time whenever this is justified.

There is a set of Portuguese manufactures from the previous centuries, the pre / proto-industries, which preceded the industrial society as we know it today.

It is intended to contextualize, identify, locate and analyze a set of 22 manufactures from the seventeenth century - XVIII - the Royal Factories of Portugal. These manufactures were the first industrial structures of the country and its strategic implantation defined the Portuguese urban development.

Its documentation is fundamental for the knowledge and consequent safeguard, classification or intervention.

Through the travel, a process of architectural knowledge, is carried out the photographic survey of the current state of the old Royal Factories, reconnecting them through an invisible line that crosses the whole territory.

**Key-words:** *Architecture; Industrial Heritage; Manufacture; Travel; Royal Factories.*

## ÍNDICE

<b>INTRODUÇÃO</b>	<b>01</b>	002	164	Arsenal Real do Exército e da Marinha. <b>Lisboa</b>
			176	Real Fábrica de Lanifícios. <b>Cascais</b>
<b>MODUS OPERANDI</b>	<b>02</b>	005	180	Real Fábrica de Corda da Junqueira . <b>Lisboa</b>
			186	Real Fábrica de Sedas e Anexas . <b>Lisboa</b>
Contexto		008	192	Real Fábrica de Chitas . <b>Azeitão</b>
Identificação dos casos de estudo e levantamento do estado da arte			198	Real Fábrica de Vidros Cristalinos . <b>Coima</b>
A Viagem		015	202	Real Fábrica de Tapeçarias . <b>Tavira</b>
O Registo		037	207	Outras Fábricas
Análise Comparativa		043		
<b>PATRIMÓNIO INDUSTRIAL</b>	<b>03</b>	045	215	<b>06 MANUFACTURA E TERRITÓRIO</b>
Contextualização da Evolução do Termo e Classificação Patrimonial		046	216	A Origem da Produção
Da Arqueologia ao Património Industrial		047	217	A implantação
Definição do Património Industrial		049	222	01  Real Filatório de Sedas . <b>Chacim</b>
Cartas e Documentos Normativos		051	222	02   Real Companhia Velha . <b>Vila Nova de Gaia</b>
Intervenção Sobre o Património Industrial		054	223	03   Real Fábrica de Papel . <b>S.Paio de Oleiros</b>
Escalas de Intervenção		056	224	04   Real Fábrica de Panos . <b>Covilhã</b>
<b>MANUFACTURA PORTUGUESA</b>	<b>04</b>	054	225	05   Real Fábrica de Papel . <b>Lousã</b>
Breve introdução à Economia Portuguesa até ao século XVII		061	225	06   Real Fábrica de Lanifícios . <b>Fundão</b>
Personalidades Influentes na Economia		062	226	07   Real Fábrica de Chapéus de Gramela. <b>Pombal</b>
Fomento da Manufatura em Portugal		066	226	08   Real Fábrica do Vidro . <b>Marinha Grande</b>
Das Manufacturas às Fábricas Reais		068	227	09   Real Fiação de Tomar . <b>Tomar</b>
Outras Fábricas Reais na Europa		072	228	10   Real Fábrica de Lençaria e Tecidos . <b>Alcobaça</b>
<b>AS REAIS FÁBRICAS</b>	<b>05</b>	075	229	11   Real Fábrica de Lanifícios . <b>Portalegre</b>
Real Filatório de Sedas . <b>Chacim</b>		076	230	12   Real Fábrica do Gelo. <b>Cadaval</b>
Real Companhia Velha . <b>Vila Nova de Gaia</b>		082	232	13   Real Fábrica de Papel . <b>Alenquer</b>
Real Fábrica de Papel . <b>S.Paio de Oleiros</b>		088	233	14   Real Fábrica dos Atanados . <b>Povos</b>
Real Fábrica de Panos . <b>Covilhã</b>		094	234	15   Real Fábrica da Pólvora . <b>Barcarena</b>
Real Fábrica de Papel . <b>Lousã</b>		100	236	16   Arsenal Real do Exército e da Marinha. <b>Lisboa</b>
Real Fábrica de Lanifícios . <b>Fundão</b>		106	238	17   Real Fábrica de Lanifícios. <b>Cascais</b>
Real Fábrica de Chapéus de Gramela. <b>Pombal</b>		112	239	18   Real Fábrica de Corda da Junqueira . <b>Lisboa</b>
Real Fábrica do Vidro . <b>Marinha Grande</b>		118	240	19   Real Fábrica de Sedas e Anexas . <b>Lisboa</b>
Real Fiação de Tomar . <b>Tomar</b>		124	241	20   Real Fábrica de Chitas . <b>Azeitão</b>
Real Fábrica de Lençaria e Tecidos . <b>Alcobaça</b>		130	242	21   Real Fábrica de Vidros Cristalinos . <b>Coima</b>
Real Fábrica de Lanifícios . <b>Portalegre</b>		134	243	22   Real Fábrica de Tapeçarias . <b>Tavira</b>
Real Fábrica do Gelo. <b>Cadaval</b>		140	244	Vias de Circulação
Real Fábrica de Papel . <b>Alenquer</b>		146	250	O Crescimento Urbano
Real Fábrica dos Atanados . <b>Povos</b>		152	252	Caracterização Arquitectónica
Real Fábrica da Pólvora . <b>Barcarena</b>		158	256	Análise e Considerações Finais
			269	<b>07 CONCLUSÃO</b>
			279	<b>08 BIBLIOGRAFIA</b>
			286	Webgrafia
			295	<b>09 ÍNDICE DE FIGURAS</b>
			310	<b>10 ANEXOS</b>

•  
*“Esta viagem é mais que este livro, é uma ilusão, uma visão quixotesca, uma ideia para se pensar o território.”\**

\* COSTA e LOURO, 2010 - p.10

## INTRODUÇÃO

Esta dissertação incide sobre o tema das Reais Fábricas Portuguesas enquanto importante património industrial não classificado. Apesar do património industrial incidir maioritariamente sobre o século XIX, o conjunto das Reais Fábricas constituem as pré/proto-indústrias dos séculos anteriores que originaram os núcleos industriais.

As Reais Fábricas foram as primeiras estruturas industriais em Portugal, introduzidas no século XVIII por Marquês de Pombal com o objectivo de tornar o país autosuficiente aumentando o comércio e riqueza interna; Estas estruturas influenciaram determinantemente o desenvolvimento do país, no entanto, permanecem desconhecidas e desvalorizadas.

A pertinência desta investigação consiste na importância do registo e inventariação, através do qual se torna possível a gestão, conservação e valorização constituindo uma base de interesse científico que permite a definição de estratégias de salvaguarda.

O Património industrial é uma área científica recente dentro da temática do Património Cultural, que está focada maioritariamente no séc XIX, razão pela qual as Reais Fábricas, sendo anteriores a esta era, têm sido menos estudadas e apenas algumas são classificadas.

Com o desenvolvimento da sociedade e as suas novas necessidades estes elementos fracassam à constante evolução espacial e económica resultando num processo de desindustrialização. Com efeito, os edifícios industriais tornam-se obsoletos, contudo, um documento de uma época, um testemunho e uma aprendizagem da evolução tecnológica, e da própria sociedade; fazem parte de um ciclo da vida e da identidade das cidades onde estão inseridos.

No entanto, a indústria gerou novas formas e sistemas arquitectónicos alterando conseqüentemente, o conceito de espaço e de cidade. As fábricas surgiram por todo o país e influenciaram a dinâmica urbana.

Assim, a sustentabilidade do património está ligada ao papel que este mantém na vida activa da comunidade. É necessário encontrar respostas para resolver a obsolescência dos edifícios industriais e garantir a sua sobrevivência a mais gerações, resolver estes interregnos ao invés de deixar apenas o tempo tomar conta. Porém, para actuar é necessário reconhecer estas estruturas e identificá-las.

Não será importante compreender a indústria antes da era do betão e do aço? Como e quais eram as estruturas industriais da manufactura? Como surgiram e a sua influência no desenvolvimento da sociedade e do país?

### TEMA

### PERTINÊNCIA

### OBJECTIVO

O objectivo desta dissertação consiste em contextualizar, identificar e localizar o conjunto das Reais Fábricas de Portugal; evidencia-se a importância do registo, estudo e valorização do património industrial da manufactura e a sua influência no desenvolvimento do país.

### MOTIVAÇÃO

Tendo crescido em Manteigas, uma vila no coração da Serra da Estrela, o património industrial esteve sempre presente. Lembro-me de pequena a minha avó me ensinar a tricotar e manusear máquinas de malha com as quais fazia peças de roupa e que outrora fora a forma de garantir sustento. Visitar as fábricas da SOTAVE\*, por onde quase todos os membros da família passaram era incrível, enquanto a minha mãe escolhia as peças, podia explorar toda a maquinaria e tecidos espalhados pela fábrica. Era uma aventura!

Mais tarde ao visitar a Universidade da Beira Interior, foi imediata a comparação com o que já conhecia; foi ainda mais clara a grandeza deste novo edifício e a sua importância.

Sendo ainda um pensamento ingénuo o de querer ser arquitecta, tornou-se mais interessante explorar o edifício, integrando este, o pólo de Arquitectura. Fazia para mim todo o sentido o “reaproveitar” de antigos edifícios, sendo essa era já uma prática dos meus pais – não arquitectos.

Fascinava-me, essencialmente, a reorganização do espaço e a memória que o edifício conseguia transmitir transversalmente a tantas alterações no tempo e no espaço.

### ORGANIZAÇÃO

A presente dissertação organiza-se em 4 partes essenciais.

Na primeira parte será apresentada a metodologia utilizada para a realização da investigação, representada pelo capítulo Modus Operandi.

A segunda parte introduzirá a contextualização dos temas do património e da manufactura no país, constituída pelos capítulos do Património Industrial e da Manufactura Portuguesa.

A informação recolhida será exposta na Terceira parte, no capítulo d’As Reais Fábricas que ilustra os objectos de estudo através da sua contextualização histórica individual, localização geográfica e levantamento imagético.

Por ultimo, serão apresentados os resultados da investigação no capítulo da Manufactura e Território juntamente com o capítulo da Conclusão. Estas, resultarão de uma interpretação e análise crítica dos dados recolhidos ao longo da dissertação.

\* SOTAVE- Empresa criada em Manteigas que funcionou entre 1960 e 2007. A Sociedade Têxtil dos Amieiros Verdes resultava da fusão de duas firmas - Fábrica de Lanifícios dos Amieiros Verdes e Lourenço Serra Bandinha & C.ª, Lda..

## **MODUS OPERANDI**

Neste capítulo apresenta-se a metodologia da investigação, na abordagem ao tema .

Demonstra-se como é iniciado o processo de classificação e levantamento das reais fábricas e de como, conseqüentemente, surge a necessidade de pesquisa noutras disciplinas ou temas, expondo o próprio estado da arte e revelando os principais autores que se debruçam sobre os temas em estudo.

Expõe-se o processo do levantamento, onde e através de que ferramentas foi efectuado. Compreende-se de que forma uma viagem pode contribuir para o conhecimento e tornar-se fundamental para esta, e qualquer outra investigação de arquitectura.

Por fim é mostrado o plano da viagem e a importância do registo fotográfico para a investigação, especialmente a adição de uma nova tecnologia – o drone.



## MODUS OPERANDI

A metodologia desta investigação, baseia-se essencialmente, na pesquisa e consulta de fontes documentais escritas ou desenhadas, presentes em livros, revistas, trabalhos ou outras publicações.

De uma forma sistemática, pretendeu-se compreender e organizar cronologicamente a história de cada uma das fábricas, localizá-la histórica e geograficamente, e, nos casos em que o edificado é existente, registar o seu estado actual através da fotografia.

Efectuou-se o levantamento e recolha bibliográfica, procurando uma contextualização histórica, económica, patrimonial e a compreensão do estado da arte. Este, diferenciase no sentido em que, admitindo à priori que a informação era escassa e dispersa, a própria investigação é a descoberta e a validação deste estado da arte, e do próprio objecto em estudo. Assim, o estado da arte é apresentado a seguir em simultâneo com o processo de investigação de forma cronológica.

Realizou-se uma viagem a fim de visitar as fábricas devido à falta de informação do estado actual das mesmas, a difícil obtenção de informação à distância e a própria necessidade de validar os factos.

Registou-se fotograficamente cada fábrica visitada, através de máquina fotografica e drone de forma a retratar o estado actual do edificado.

Organizou-se, classificou-se e analisou-se criticamente a informação recolhida sendo utilizada para a produção de novos elementos que permitiram melhor compreender o objecto de estudo, o seu contexto, evolução, influência na contemporaneidade.





## CONTEXTO

identificação dos casos de estudo e levantamento do estado da arte

O processo para a identificação das reais fábricas traduziu-se na recolha de informação arquivística, pesquisa em bibliotecas, arquivos, registos camarários, espaços museológicos, portais de internet e testemunhos. Esta recolha foi sendo coleccionada ao mesmo tempo que classificada, tratada e organizada.

O ponto de partida para esta investigação, como foi já referido, foi o complexo da UBI. A pesquisa começou por compreender a história da Covilhã e a sua evolução como paisagem urbana contemporânea de Montanha, através da tese de doutoramento de Maria Matos\*, verificando também a importância de todo o complexo da UBI nesta construção de paisagem e de cidade, sendo este tema específico, abordado no livro “A Universidade e a Cidade”, mostrando uma análise mais completa do projecto de reabilitação do Arq. Bartolomeu Costa Cabral\*\*.

Tratando-se de um projeto público e de alguma importância a informação foi relativamente fácil de encontrar com recurso ao próprio edifício e museu, tal como a Câmara Municipal e respectivo Arquivo. Há também vários trabalhos e investigações sobre o projecto e a sua inserção na cidade sendo que o edifício incentiva a investigação sobre ele próprio como um processo de aprendizagem “*in loco*” de arquitectura, urbanismo e engenharia.

Verificou-se a sua classificação patrimonial através da Plataforma da DGPC e nomenclatura de Antiga Real Fábrica de Panos da Covilhã, inserida no Ramo da Manufatura, o qual partilhava apenas com mais 4 exemplares deste tipo, nomeando:

Real Fábrica de Vidros, Coima;  
Real Fábrica de Cordoaria da Junqueira, Lisboa;  
Real Fábrica de Tecidos de Sedas, Lisboa;  
Real Fábrica do Gelo, Montejunto.

\* **Maria João Matos**-Doutorada em Arquitectura (UBI/U.Paris8), Mestre em Cidade Território e Requalificação (ISCTE), licenciada em Arquitectura (FA-UTL). Professora Auxiliar na Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias (ULHT), no Doutoramento em Arquitectura, no Mestrado Integrado em Arquitectura e na Licenciatura em Urbanismo e Território. Investigadora no centro de investigação do Departamento de Arquitectura da ULHT- LABART.

\*\* **Projecto da UBI**- Em primeiro lugar teve a Intervenção em 1986-1992: Projecto de Arquitectura e Equipamento Museográfico  
Arq Nuno Teotónio Pereira e Arq Hélder Pereira; a Concepção, Coordenação

Nº DE REAIS FÁBRICAS CONHECIDAS

01

05

Científica e Museológica feita pela APAI e Investigação, Museologia e Arqueologia por APAI - Jorge Custódio, Luísa Santos e Isabel Ribeiro e APAI e Universidade da Beira Interior - Elisa Calado Pinheiro.

A segunda intervenção de 2006-2007:Projecto de Remodelação da Recepção/Loja e Sala da Tinturaria dos Panos de Lã dos Arq.Bartolomeu Costa Cabral e Carlos Mourão Pereira.

.008

• **Sousa Viterbo (1845-1919)** - foi um poeta, arqueólogo, historiador e jornalista português. Como historiógrafo publicou, entre outras obras de referência, História das Artes Industriais Portuguesas (1892) e Trabalhos Náuticos dos Portugueses nos séculos XVI e XVIII (1892-1900), em dois volumes. Publicou no Archeologo Português, vol. II, Agosto e Setembro de 1986, n.ºs 8 e 9, pp. 193–204, um notável artigo dedicado à Archeologia industrial Portuguesa.

• **José Aguiar (1961 - )** - Estudou na Escola de Arquitectura do Porto (ESBAP/DA), terminando a licenciatura em 1986, na Faculdade de Arquitectura da Universidade Técnica de Lisboa (FAUTL).Doutor em Conservação do Património Arquitectónico pela Universidade de Évora (Maio de 2000) e Investigador Auxiliar do LNEC (Setembro de 1999).

• **Deolinda Folgado (1965 - )** - Doutorada no ramo de História – especialidade em Arte, Património e Restauro na FLUL, em 2010, com a tese a “A nova ordem industrial – Da fábrica do Território de Lisboa (1933-1968)”. Autora de inúmeros artigos e de textos integrados em obras colectivas no âmbito do património, património ou urbanismos associado à indústria. Coordenou diversos projectos no âmbito dos inventários e da divulgação do património cultural, nomeadamente a Revista Património /DGPC, enquanto coordenadora editorial. Actualmente, exerce funções de Chefe da Divisão do Património Imóvel, Móvel e Imaterial da Direcção-Geral do Património Cultural.

• **Jorge Custódio (1947 - )** - Doutorou-se pela Universidade de Évora. Investigador integrado do Instituto de História Contemporânea, da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa. Docente de Arqueologia Industrial e Museologia Industrial entre 2004 e 2014. Foi comissário da exposição Arqueologia Industrial: Um Mundo a Conhecer um Mundo a Defender, realizada na Central Tejo, Lisboa (1985) e da exposição 100 Anos do Património. Portugal 1910-2010. Publicou diversas obras, entre elas “A Real Fábrica de Vidros de Coima e o vidro em Portugal no século XVIII (2002)”. Foi coordenador e director de diversas intervenções de arqueologia industrial e desenvolveu projectos de musealização que estiveram na criação de vários museus industriais e técnicos (Covilhã, Maceira Lis, Silves, Moncorvo, Santarém, Entroncamento, Alhandra).

• **Ana Cardoso de Matos (1957?-)** - Professora do Departamento de História da Universidade de Évora, membro da direcção do CIDEHUS/UE. Entre 2006- 2012 foi Coordenadora na Universidade de Évora do Master Erasmus Mundus TPTI ( Techniques, Patrimoines, Territoires de (Industrie: Histoire, Valorisation et didactique.) Possui várias publicações e artigos em revistas especializadas.

• **Françoise Choay (1925- )** - é historiadora francesa das teorias e formas urbanas e arquitetônicas e professora de urbanismo, arte e arquitetura na Université de Paris VIII. Escreveu, entre outros, livros de grande importância para a investigação internacional no tema do património, como são os casos utilizados nesta investigação, a Alegoria ao património e o Património em Questão.

O tema do património industrial, do séc. XIX em diante, foi já alvo de algumas investigações; com a introdução da máquina e de novos métodos construtivos como é o caso do ferro e mais tarde do betão armado, foram notáveis as alterações espaciais, técnicas e funcionais dos edifícios. Mas e como eram os edifícios antes da era industrial? Que tipo de espaço recebia o trabalho manufactureiro e quais as suas características? Não será importante perceber o que está antes? O que existiu antes do famoso e imponente silo? Das grandes estruturas de ferro e betão armado? Como era a indústria antes da máquina? Como estas estruturas surgiram e como se implantaram no território português? Como subsistiram, ou não, às necessidades contemporaneas?

Partindo da Real Fábrica de Panos da Covilhã, procurou-se, antes de mais, entender o seu contexto histórico-industrial e patrimonial.

Assumindo esta premissa, procurou-se saber mais de cada uma destas fábricas verificando a escassez de informação sobre o tema, as Reais Fábricas de Portugal. Afinal o que eram estas estruturas e o que representavam?

Numa primeira análise procurou-se **enquadrar e compreender o tema da Arqueologia e Património Industrial** das quais estas estruturas faziam parte.

Autores como Sousa Viterbo, José Aguiar, Deolinda Folgado, Jorge Custódio e Ana Cardoso de Matos foram essenciais para a compreensão da evolução e aplicação destes conceitos, tanto no panorama nacional como internacional, como a incontornável autora Françoise Choay.

Em segundo lugar, foi importante **compreender a posição destas estruturas na economia do país na época da sua inserção**. Para tal, a leitura e análise de publicações tais como a Revista Análise Social com textos da autoria de Jorge Pedreira, Jaime Reis, Maria Mónica e Jorge Borges Macedo foram imprescindíveis à **construção de uma linha cronológica que inseriu as fábricas num tempo e num contexto exacto**.

Por fim, mas não menos importante, a **recolha bibliográfica das Reais Fábricas como conjunto e individualmente** tornou-se o ponto mais difícil desta investigação.

009.

IDENTIFICAÇÃO / ESTADO DA ARTE

IDENTIFICAÇÃO / ESTADO DA ARTE

Quanto ao conjunto existem apenas 3 publicações. Luis Carvalho Dias com a **Relação das Fábricas de 1788**, o **Inquérito Industrial de 1888** do Ministério das Obras Públicas e uma tese de mestrado em Arquitectura com o título **“Fabricar o Território”** de Nuno Salgueiro\*\*.

Este conjunto foi também tema numa conferência na Academia de Ciências de Lisboa onde foi discutido “O papel das Reais Fábricas para a Economia de Portugal” a 14 de Abril de 2015, no entanto não ficaram quaisquer registos do evento para estudo.

Quanto a referências a fábricas de cariz individualizado, poucas publicações reconheciam algumas das Reais fábricas acima referidas, onde eram relacionadas com outros edifícios industriais verificando a sua adaptabilidade aos dias de hoje.

Ricardo Ramos\*\*\*, com a dissertação de mestrado **“Reabilitação de Edifícios Industriais como Museu”** realizou uma reflexão sobre a adaptação de edifícios industriais a museu, comparando 3 exemplos portugueses: O Museu do Fado - antiga estação elevatória, o Museu do Oriente – antigo Armazém frigorífico de bacalhau e produtos hortícolas; e a Fundação Arpad Szenes- Vieira da Silva – antiga Real Fábrica das Sedas.

Ana Oliveira\*\*\*\*, em **“Novos usos para o património industrial: o caso da cordoaria nacional”** analisou o caso específico da Cordoaria e a sua adequação aos dias de hoje.

**“A Arquitectura da Pólvora em Portugal no século XVIII. As Reais Fábricas da Pólvora de Alcântara, os Armazéns da Lapa da Moura e a Real Nitreira de Braço de Prata”** foi um trabalho desenvolvido por Ana Cortesão\*\*\*\* que acrescentou à investigação mais objectos de estudo e contextualização histórica, sobretudo na vertente militar. Neste momento, o número de Reais Fábricas identificadas aumentou para sete.

\* Luis Carvalho Dias (1914-1991) - frequentou os estabelecimentos escolares dos Jesuítas, em San Martin de Trevejo, de seguida rumou a Coimbra onde concluiu os estudos secundários e ingressou na Faculdade de Direito. Veio a concluir em Lisboa a sua licenciatura em Direito, no ano de 1939, já como trabalhador estudante. Foi notário e advogado em Moçambique; investigador da Junta das Missões Geográficas e de Investigações do Ultramar, depois Delegado do Governo junto da Federação Nacional dos Industriais de Lanifícios, organismo extinto com a Revolução de 25 de Abril de 1974 e, por fim, até à sua aposentação em 1984, foi investigador do quadro da Biblioteca Nacional de Lisboa. Dedicou-se, desde muito cedo, à investigação histórica, tendo por

objectivo além da história da sua cidade natal, tudo o que se relacionasse com a indústria dos lanifícios de que a Covilhã foi pioneira. Publicou várias obras e colaborou em várias revistas, designadamente as da Faculdade de Direito da Universidade Coimbra e da Biblioteca da mesma Universidade, da Agência Geral do Ultramar e na “Revista dos Lanifícios” propriedade da Federação Nacional dos Industriais de Lanifícios.

\*\* SALGUEIRO, Nuno(2006)-Fabricar o território: os equipamentos do sistema productivo português (1670-1807). Dissertação para a obtenção do grau de mestre em Arquitectura, Território e Memória pelo Departamento de Arquitectura da Faculdade de Ciências e Tecnologias da Universidade de Coimbra. Orientador: Prof. Doutor Walter Rossa.

\*\*\* RAMOS, Ricardo(2011)- Reabilitação de Edifícios Industriais como Museu: Museu do Fado, Fundação Arpad Szenes- Vieira da Silva e Museu do Oriente. Dissertação para a obtenção de grau de mestre em Reabilitação de Arquitectura e dos Núcleos Urbanos. Orientação: Prof Doutora Maria Calado.FAUTL

\*\*\*\* OLIVEIRA, Ana (2012)- Novos usos para o património industrial: o caso da Cordoaria Nacional. Dissertação para a obtenção de grau de mestre em Arquitectura. Orientação: Prof. Doutor José Aguiar e Prof. Doutor Jorge Custódio. FAUTL

\*\*\*\*\* CORTESÃO, Ana(2001)- A Arquitectura da Pólvora em Portugal no século XVIII. As reais fábricas de pólvora de Alcântara e Barcarena, os armazéns da Lapa de moura e a real nitreira do braço de prata. Dissertação de mestrado. Orientação: Prof. Doutor Francisco Berger. FAUTL.

Mais tarde, através de um documento online de Carlos Fontes\* foi possível verificar a existência de mais reais fábricas, nomeadas e localizadas, no entanto, com pouca informação a respeito. Contudo, estes dados facilitaram a pesquisa destes novos elementos. Teríamos agora passado para uma lista de 11 reais fábricas.

Através das **“Actas e Comunicações do I Encontro Nacional sobre o Património Industrial”** em 1986, um livro editado pela APAI, foi possível encontrar mais informação sobre as fábricas, respectivamente a Real Fábrica dos Panos, a Real Fiação de Tomar e Real Fábrica de Portalegre, tal como textos de opinião sobre questões patrimoniais a nível industrial.

Verificou-se que algumas fábricas são classificadas e outras não, acrescentando a necessidade de esclarecer o que torna algumas destas fábricas património e outras não, verificando-se assim as questões patrimoniais e a própria evolução do tema, relacionando com toda a informação já apresentada.

Foram estudados os documentos relativos à classificação patrimonial, especificamente de cariz industrial, tal como a sua aplicação e consequências na abordagem contemporânea sobre edifícios ou elementos classificados como tal. Foram estudadas diferentes abordagens no que concerne à intervenção em espaços industriais\*\*, maioritariamente do séc. XIX em diante, temas descritos mais adiante.

A procura da viabilidade desta informação demonstrou-se um longo e duro processo de pesquisa, fábrica por fábrica. Por cada uma foi efectuado o contacto com a respectiva Câmara Municipal onde estava localizada, Arquivo, Biblioteca Municipal, Museus ou Espaços Expositivos na esperança de obter o máximo de informação possível, bibliografia, fotografias, plantas, cartografia, ou qualquer outro elemento que provasse a existência daquela fábrica. Da fundação à extinção, procurou-se desvendar uma história, um processo que, muitas vezes, revelou novas fábricas, destituiu outras, revelou apêndices ainda não citados aumentando o número deste conjunto que começara com 5 exemplares. Este caminho mostrou, para além da dificuldade burocrática da obtenção de informação, que se tornam um impedimento à investigação, desconhecimento ou falta de interesse no estudo do mesmo.

\* CARLOS FONTES (s.d.) - Licenciado em Filosofia na Faculdade de Letras de Lisboa e Mestre em Comunicação, Cultura e Tecnologias da Informação. Autor e responsável pela rede Filorbis, um site de informação registado ©1997 FILORBIS Portugal - www.filorbis.pt

\*\* Podem encontrar-se vários exemplos de estudos sobre a intervenção em espaço industriais nas referências a seguir sem qualquer ordem ( por extenso na bibliografia) RAMOS, 2011; OLIVEIRA, 2012; MATOS, RIBEIRO, SANTOS, s.d.; BALGER-ZGRAJA, 2003; MENDES, 2000; CUSTÓDIO, 2017; KONG, 2001; SANTOS, 2013; FREITAS, 2014; SAMPAIO, 2015.

Tratando-se de edificado, essencialmente, do século XVII/XVIII, as memórias que as pessoas das localidades têm sobre a história daquelas fábricas foram essenciais para saber se existe memória de que a falta de documentação ou a inexistência de máquinas, maquinismo e ferramentas está relacionada com a destruição, incêndios, falhas arquivísticas, ou outros fenómenos verificados ao longo dos últimos séculos.

Confirmou-se que a memória se mantém, principalmente a dos que através destas fábricas sobreviveram ou viram as suas cidades transformadas com a indústria. Assim, iniciou-se a procura dessas memórias. De facto, tendo consciente a possível e determinante importância destas indústrias na evolução urbana do país, torna-se ainda mais óbvio com a quantidade de blogs, memórias, artigos soltos que existem para lembrar o mesmo. Antigos industriais ou familiares destes lembram os tempos das reais fábricas e da importância que tiveram para a sua cidade e para o seu estado actual, muitas vezes abandonado. Tal como refere José Basílio<sup>\*</sup>,

*“A história contemporânea pode e deve romper com o circuito dominante da comunicação (escrito) usado em história e predominantemente nas mãos das classes dominantes. As classes dominadas (...) não falam, são faladas” da iminência da destruição, completo o seu ciclo de vida, o que outrora representara a evolução dos tempos, expectante por um novo ciclo.”*

Quanto à contextualização económica, procurou-se a ligação das reais fábricas com a história industrial do país encontrando algumas respostas em Jaime Reis, em *“A produção industrial, 1870-1914: a primeira estimativa de um índice”* de 1986 e a sua função político-económica em *“Portugal e a economia pombalina”*, escrito por Jorge Macedo<sup>\*\*</sup>.

Sendo que quase todas as fábricas apontavam para uma fundação conjunta, tornando-se claro um objectivo comum específico para a economia do país, tentou-se esclarecer esse momento de transição, de certa forma coincidente com o terramoto de 1755. Para tal, a investigação de Nuno Salgueiro foi fundamental para compreender e compilar a informação historiográfica deste desenvolvimento da indústria no final

<sup>\*</sup> José Basílio - Assistente convidado da Faculdade de Letras de Lisboa. Professor do Instituto Superior do Serviço Social. Membro da Comissão Executiva da AAIRL - CUSTÓDIO, 1986. p 203

<sup>\*\*</sup> Também sobre o mesmo tema : MACEDO, Jorge Borges de. A situação económica no tempo de Pombal. Lisboa: Gradiva, 1989, cap. V (O Fomento Industrial), p. 141-187.

Sobre o Autor: **Jorge Borges Macedo (1921-1996)** - foi professor catedrático de História Moderna na Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa e historiador de reconhecido mérito. Iniciou a sua carreira como secretário do Centro de História da Universidade de Lisboa, fundado por Virgínia Rau, exercendo aquelas funções entre 1958 e 1973, e de director, de 1973 a 1974.

do Antigo Regime, revelando quase, senão mesmo toda, a informação escrita e documentada acerca das reais fábricas através de autores como Nuno Luís Madureira, Jorge Pedreira, José Luís Cardoso, Jorge Borges Macedo, Virgínia Vau, Amado Mendes, Luís Carvalho Dias e Victor Magalhães Godinho entre outros. Revelou dados incríveis desvendando três documentos importantes a este trabalho, a *Lista das Fábricas (1777)*, a *Relação das Fábricas de 1788* e um terceiro resultante dos dois anteriores, o *Mappa Geral Estatístico (1814)* que representa as Fábricas do Reino até à data.

86 ● A partir destes documentos, verifica-se que o Reino possuiu um vasto número de fábricas e oficinas, mostrando 263 ● através dos mesmos, um total de 86 oficinas ou fábricas, 518 ● passando a 263 e posteriormente a 518, respectivamente<sup>\*</sup>.

Esta investigação (Salgueiro, 2006) foi fundamental por ser o único documento de investigação até à data que reunia todas as reais fábricas como conjunto, porém a densa e massiva informação, que é claramente necessária e imprescindível, necessitava agora de uma informação complementar ilustrativa deste compêndio.

Para além das fontes arquivísticas específicas de cada fábrica, foram também consultados Arquivos Gerais como a Torre do Tombo, o Arquivo e Biblioteca Militar e a APAI.

Apesar da demorada consulta e colecção destes elementos devido à sua dispersão por várias instituições ou por fraca qualidade foi necessária uma avaliação e selecção crítica dos elementos e a criação de novos, quando possível. Já Nuno Salgueiro, revela a falta de estudos monográficos destes objectos, preenchendo assim esta falha a presente dissertação; tendo consciente que não conseguirá preencher completamente desde já, contudo será um ponto de partida.

<sup>\*</sup> SALGUEIRO, 2006 - p 96



FIG001 • Corbusier em Viagem

## A VIAGEM

*“A fim de compreender a experiência humana, devemos largar os processos semicientíficos de medição e abraçar a coragem e o desejo de viver e abordar a arquitectura directamente e por meio de nosso próprio acto de viver”*

Neste subcapítulo demonstra-se a importância da viagem como processo de conhecimento na arquitectura.

Apresentam-se alguns arquitectos que promoveram a viagem como processo de compreensão e influência dos processos criativos e de concepção arquitectónica.

A viagem foi um dos processos de conhecimento e de levantamento utilizado nesta dissertação, e como tal, explica-se a forma como a viagem foi planeada e realizada para a obtenção da informação necessária à investigação e, posteriormente, a sua influência na análise e compreensão do tema em estudo.

\* PALLASMAA, Juhani (2008) - Essências. Gustavo Gili. p 118



## A VIAGEM

a viagem como processo de (re)conhecimento arquitectónico

*“(...) de todos os lados, porém, a Rotonda apresenta uma visão magnífica. Sua massa central, em conjunto com as colunas à frente, movimenta-se com grande diversidade aos olhos dos que passeiam pela redondeza, e o proprietário, desejoso de legar um grande fideicomisso e, ao mesmo tempo, oferecer aos sentidos um momento a lembrar-lhe a riqueza, decerto teve ali sua intenção realizada.*

*E assim como, vista de qualquer ponto da região, a edificação apresenta-se magnífica, também a visão que se descortina a partir do seu interior é das mais agradáveis.” •*

A admiração de Goethe pela obra de Palladio, durante a sua viagem a Itália, demonstra algo que Peter Zumthor reforça também no seu livro *Atmosferas*, a dimensão sensorial da arquitectura. A aproximação visual e corpórea, sobrepõe-se à interpretação histórica canónica, sendo que esta última nos leva a ver as coisas da mesma forma não tendo carga simbólica associada, o que inevitavelmente acontece presencialmente.

A viagem em arquitectura é já reconhecida como um processo de conhecimento, evidenciando a importância da aproximação sensorial ao espaço construído e a história como ferramenta de projecto, sendo que “o arquitecto moderno questiona a história diferentemente, pois a vê com o pensamento e a interpreta com a necessidade” tal como refere o Arquitecto José Gonçalves<sup>••</sup>.

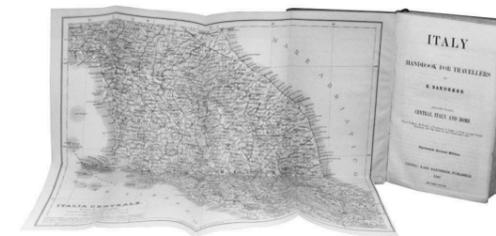
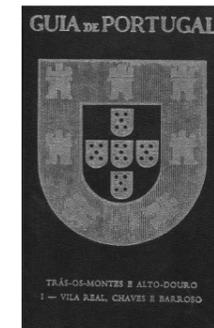
No entanto, esta procura de conhecimento através da viagem é já antiga. A viagem interessava principalmente a artistas, arquitectos ou estudiosos que viam neste género de peregrinação um complemento à sua educação. Em meados do séc. XVII tornou-se numa actividade popular a da *Grand Tour*<sup>•••</sup>, uma viagem a Itália percorrendo a Europa Central com passagens pelos legados da antiguidade clássica greco-romana, medieval e renascentista. A partir de 1738, com as escavações arqueológicas das cidades romanas de Herculano e Pompeia, o Grand Tour ganhou ainda mais interesse.

<sup>•</sup> GOETHE, 2016 - p.65;

<sup>••</sup> GONÇALVES, 2018 - p.5

<sup>•••</sup> José Fernando Gonçalves (1963,-) - Arquitecto graduado em 1988 na FAUP. Professor no Departamento de Arquitectura na Universidade de Coimbra e Professor convidado em Barcelona, Paris e Bolonha. A sua área de investigação passa essencialmente pela relação do tema da viagem com a arquitectura como experiência e forma de conhecimento possuindo várias publicações sobre o tema que podem ser consultadas na bibliografia.

<sup>••••</sup> Sobre o tema da Grand Tour, ver (GONÇALVES, 2018)



Com a chegada da linha ferroviária, no séc. XIX, alargase a ideia de turismo cultural à massa populacional em geral e considera-se a ideia do turismo em massas.

No território português, a ideia de viagem cultural chegou um pouco mais tarde, apesar de que, existem alguns exemplos da exploração da ideia de viagem primeiramente em termos literários. Sendo o português um eterno romântico, viajou antes demais por palavras. Casos como *Viagens na minha Terra* de Almeida Garrett (1846), *Praias de Portugal* de Ramalho Ortigão(1876) contendo uma visão geográfica e antropológica, ou mesmo uma reflexão crítica sobre a contaminação cultural no livro de Eça de Queirós, *A cidade e as Serras*(1901) .

Tal como acontece no resto da Europa, o comboio facilita e democratiza o acesso às cidades mais longínquas. Torna-se assim possível visitar locais nunca antes vistos, e de forma mais rápida. Nessa altura surge então o primeiro Guia de Portugal (1907), replicando de certa forma o guia alemão Baedeker(1827) que foi referência bibliográfica para os viajantes que cruzavam o território europeu desde a segunda metade do séc. XIX.

Ao longo da história portuguesa não existe, ainda, informação científica que permita avaliar a influência desta cultura, digamos “roteirística”, na formação dos arquitectos portugueses, no entanto a sua influência nas Belas-Artes de Paris é evidente. A atribuição de um *Grand Prix de Rome* aos alunos melhor classificados era, de facto, uma manifestação para a prática da viagem. Podemos encontrar exemplos de arquitectos portugueses que frequentaram esta escola e usufruíram deste prémio, tais como José Luís Monteiro, Ventura Terra, Marques da Silva, Raúl Lino e Fernando Távora.

Este último, referia-se à viagem de arquitectura como uma metodologia de investigação, indissociável do conhecimento e da prática arquitectónica, uma “ferramenta de clarificação disciplinar”. Importante relembrar a existência do prémio Fernando Távora\*\*, prémio criado pela OA-SRN, que decidiu promover um prémio anual, de uma bolsa de viagem destinada a todos os arquitectos inscritos na OA, para a melhor proposta de viagem de investigação, a seleccionar por um júri

\* GONÇALVES, José(2012). Em viagem: experiência, conhecimento na arquitectura portuguesa do século XX em #3Joelho. p.132

\*\* Sobre este prémio consultar o site: <https://www.oasmn.org/premio.php?inf=premio>



nomeado todos os anos para o efeito. Desta forma, mantém-se viva a memória do arquitecto o seu método e prática pedagógica do estudo *in loco* que utilizou durante toda a sua vida e que deixou de herança a todos os que o seguiram.

*“Quero exactamente conhecer as manifestações artísticas que se encontram na tradição europeia, através de uma viagem que tocaria o Egipto (Cairo), a Grécia (Atenas), a Itália (Roma) e a França, uma viagem que me permita determinar as constantes, os elos de ligação entre as Pirâmides, o Partenon, o Panteão e São Pedro, Versalhes e a Torre Eiffel...”*  
(Távora, 2005)

Seria, também, impensável falar da viagem em arquitectura sem referir as incontornáveis viagens de Le Corbusier. Um dos arquitectos modernos cujas viagens fizeram parte da construção de uma teoria e prática de arquitectura. Compreender a sua obra significa compreender também as suas viagens.

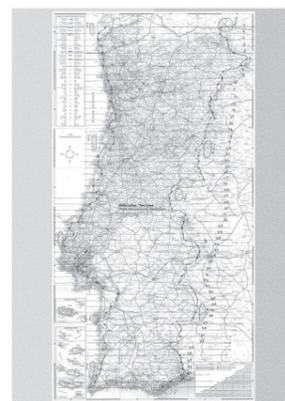
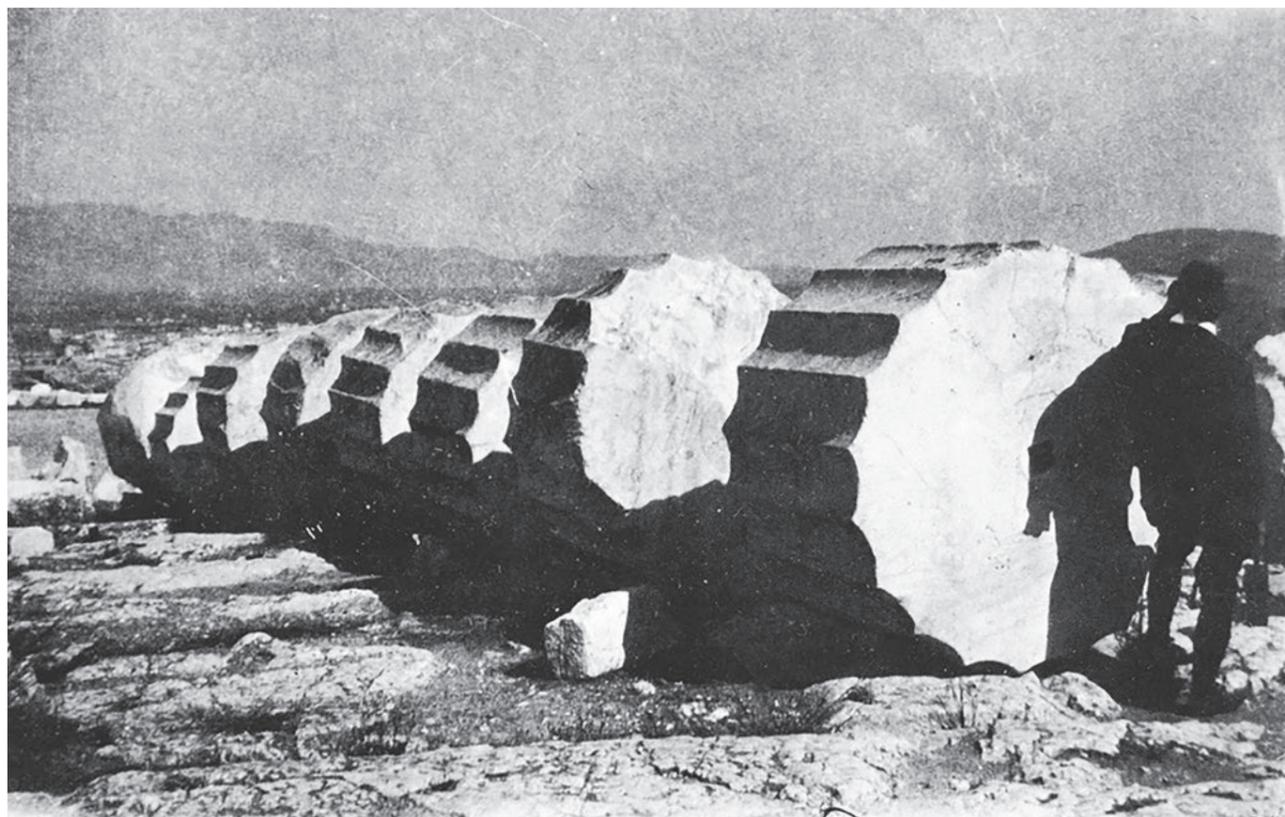
Realizou a sua primeira grande viagem aos 20 anos pela Itália, três anos mais tarde ingressou pela Alemanha de onde seguiu para o Oriente, viagem que acabou por resultar, 54 anos depois, no livro *Viagem ao Oriente*.

Nesta viagem, uma espécie de Grand Tour, são evidentes as influências do guia Baedeker em certos trechos, quer nos roteiros quer nas obras de referência. Tal como na Grand Tour, existe uma forma de registo, de apropriação, Le Corbusier faz esse registo através dos seus cadernos, máquina fotográfica e binóculos, fazendo notas, escrevendo cartas, desenhando e fotografando.

A presente dissertação, tendo como objectivo localizar, identificar e valorizar as Reais Fábricas de Portugal, e considerando a sua dispersão pelo país e escassa informação em termos de imagem, a viagem foi uma opção considerada. Foi clara a necessidade de deslocação até aos locais para a compreensão da história de cada elemento, compreender a sua relevância no local e acima de tudo obter informações, complementares ou mesmo essenciais, por vezes até da localização exacta da que fora outrora uma forma de sustento

\* ESPOSITO, 2005 - p40

\*\* GONÇALVES, 2018  
Sobre o Grand Tour ver também BOYER, Marc (2000) - BOYER – Histoire de l'invention du tourisme XVIe-XIXe siècles : origine et développement du tourisme dans le Sud-Ouest de la France. La Tour d'Aigues : L'Aube,



Não havia um guia, um mapa ou uma rota que indicasse num único documento este conjunto.

*“A viagem pode-se encarar como uma procura de algo que suspeitamos, ou sabemos, à partida existir. Nesse sentido, a procura distingue-se da descoberta, esta última insuspeita, inadvertida e imprevisível”.*  
(Ravara, 2011)

A procura nesta investigação passou, finalmente, por registar fotográfica e geograficamente este conjunto de fábricas. A viagem foi, e é, importante pelo processo de descoberta, aprendizagem e apreensão de dados e factores essenciais para uma análise crítica mais completa.

Desde cedo que este método de aprendizagem, a viagem, foi instruído ao longo do percurso académico. Essencialmente a partir da cadeira de Projecto, a visita ao local de implantação dos exercícios académicos foi (quase) sempre obrigatório. Para além disso, a própria existência de uma cadeira intitulada de “Cadernos de Viagem” no curso, revela a importância da temática.

*“A melhor aprendizagem para o arquitecto é viajar, ver as coisas em directo. Não se pode criar coisas do nada. O desenho é um desejo de inteligência”.* (Siza, 1991)

“Foi necessário uma “TAC” ao país”. No livro *Duas Linhas*, de Pedro Campos Costa e Nuno Louro, os autores percorrem o país de Norte a Sul fazendo um retrato pontuado do território português. Através de uma malha de 10 km (em latitude), pontuaram o território ao longo da linha litoral e interior. Duas linhas pontuadas marcavam o ritmo da viagem, e em cada ponto é captada uma fotografia que deveria ser representativa desse lugar.

• RAVARA, 2011 - p11

•• Com os respectivos cartazes representados nas figuras 021-023, estas viagens são exemplos do incentivo à viagem no curso de Mestrado Integrado em Arquitectura em Évora. Tanto a nível da cadeira de Projecto, como é o caso de Fig.021-022, como na cadeira de Cadernos de Viagem, Fig.023., em que eram os próprios alunos que tinham de apresentar a proposta de um plano de viagem e realizá-la. Esta viagem aos Açores foi realizada, para além da autora, pelos alunos Rita Sá Machado, António Brancas e Catarina Pinho.

••• SIZA, 2011 - p18

da zona.

Com a consciência da dimensão pessoal e subjectiva que essa imagem poderia ter, as paragens eram planeadas e não casuísticas.

Neste caso não temos duas, mas uma linha. Uma linha que necessita de juntar todos os seus pontos para se compreender como um todo.

A dimensão e extensão dos objectos para estudo claramente ultrapassa o limite do razoável e realista para uma dissertação de mestrado com conteúdo válido. Assim, foi necessário restringir, seleccionar os objectos em estudo, quer por questões de tempo ou mesmo económicas devido à sua dispersão. Tal como não se conseguiria, no tempo útil da dissertação, visitar, sistematizar, compreender historicamente todo este conjunto. Inclusive, a presente dissertação partiu já do pressuposto que seria impossível recolher toda a informação desejável resultado de todas as limitações e impedimentos já referidos anteriormente, desde a questão do tempo à inexistência de informação ou mesmo a displicência de proprietários ou entidades reguladoras intervenientes.

Esta investigação cingiu-se apenas as manufacturas que tivessem na sua nomenclatura a distinção de **“Real”**. Desta forma, a investigação limitou-se a um grupo de 22 reais fábricas ao qual se propôs a investigar especificamente.

Para a organização do trabalho, foi essencial organizar o conjunto atribuindo a cada fábrica um número que a identifica. Foram então organizadas numericamente seguindo a ordem de Norte para Sul e de Oeste para Este, ou seja, pela ordem de leitura ocidental.

### ● DELIMITAÇÃO DO TEMA e da viagem

### ● ORGANIZAÇÃO das fábricas Norte > Sul Esquerda > Direita

01 Real Fábrica de Sedas  
Chacim, Macedo de Cavaleiros

02 Real Companhia Velha  
Vila Nova de Gaia

03 Real Fábrica de Papel  
São Paio de Oleiros

04 Real Fábrica de Lanifícios  
Covilhã

05 Real Fábrica de Papel  
Lousã

06 Real Fábrica de Lanifícios  
Fundão

07 Real Fábrica de Chapéus de Gramela  
Pombal

08 Real Fábrica do Vidro  
Marinha Grande

09 Real Fiação de Tomar  
Tomar

10 Real Fábrica de Lençaria e Algodão  
Alcobaca

11 Real Fábrica de Lanifícios  
Portalegre

12 Real Fábrica do Gelo  
Montejunto

13 Real Fábrica de Papel  
Alenquer

14 Real Fábrica dos Atanados  
Vila Franca de Xira

15 Real Fábrica de Pólvora  
Barcarena, Lisboa

16 Arsenal Real do Exército  
Lisboa

17 Real Fábrica de Lanifícios  
Cascais

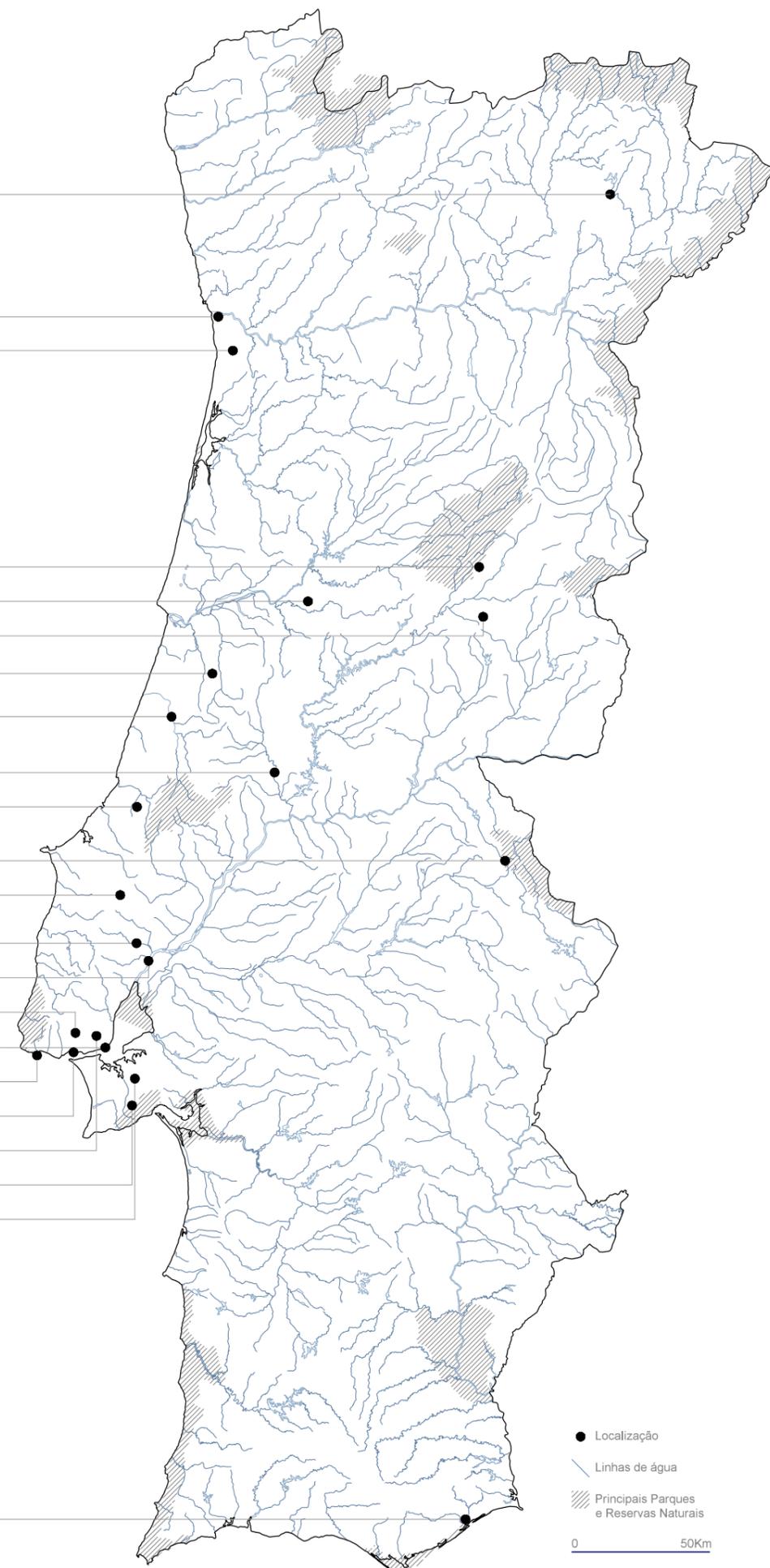
18 Real Fábrica de Corda da Junqueira  
Lisboa

19 Real Fábrica de Sedas  
Rato, Lisboa

20 Real Fábrica de Chitas  
Azeitão

21 Real Fábrica de Vidro  
Coina

22 Real Fábrica de Tapeçaria  
Tavira



Deste conjunto, apenas 19 fizeram parte do roteiro de viagem excluindo as fábricas das quais já não restam qualquer vestígio físico (representadas a cinza no mapa à direita), dados que já tinham sido confirmados à priori através de contactos com residentes ou entidades publicas locais, sendo que a visita teve como principal objectivo o registo fotográfico do objecto. O tempo era limitado e a escolha foi necessariamente pragmática.

● **SELECÇÃO DAS FÁBRICAS**  
para a viagem

**01** Real Fábrica de Sedas  
Chacim, Macedo de Cavaleiros

**02** Real Companhia Velha  
Vila Nova de Gaia

**03** Real Fábrica de Papel  
São Paio de Oleiros

**04** Real Fábrica de Lanifícios  
Covilhã

**05** Real Fábrica de Papel  
Lousã

**06** Real Fábrica de Lanifícios  
Fundão

**07** Real Fábrica de Chapéus de Gramela  
Pombal

**08** Real Fábrica do Vidro  
Marinha Grande

**09** Real Fiação de Tomar  
Tomar

**10** Real Fábrica de Lençaria e Algodão  
Alcobaça

**11** Real Fábrica de Lanifícios  
Portalegre

**12** Real Fábrica do Gelo  
Montejunto

**13** Real Fábrica de Papel  
Alenquer

**14** Real Fábrica dos Atanados  
Vila Franca de Xira

**15** Real Fábrica de Pólvora  
Barcarena, Lisboa

**16** Arsenal Real do Exército  
Lisboa

**17** Real Fábrica de Lanifícios  
Cascais

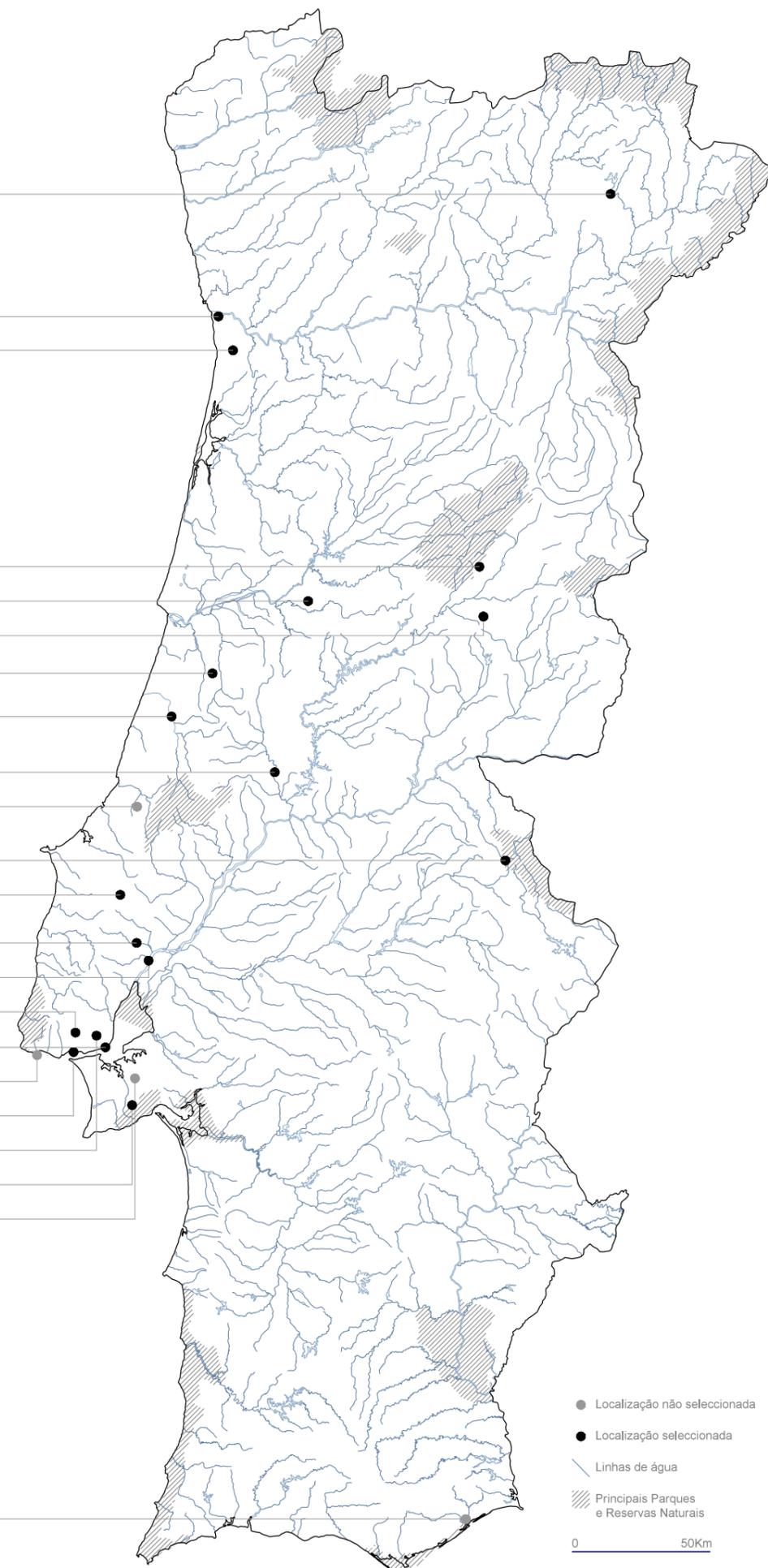
**18** Real Fábrica de Corda da Junqueira  
Lisboa

**19** Real Fábrica de Sedas  
Rato, Lisboa

**20** Real Fábrica de Chitas  
Azeitão

**21** Real Fábrica de Vidro  
Coima

**22** Real Fábrica de Tapeçaria  
Tavira



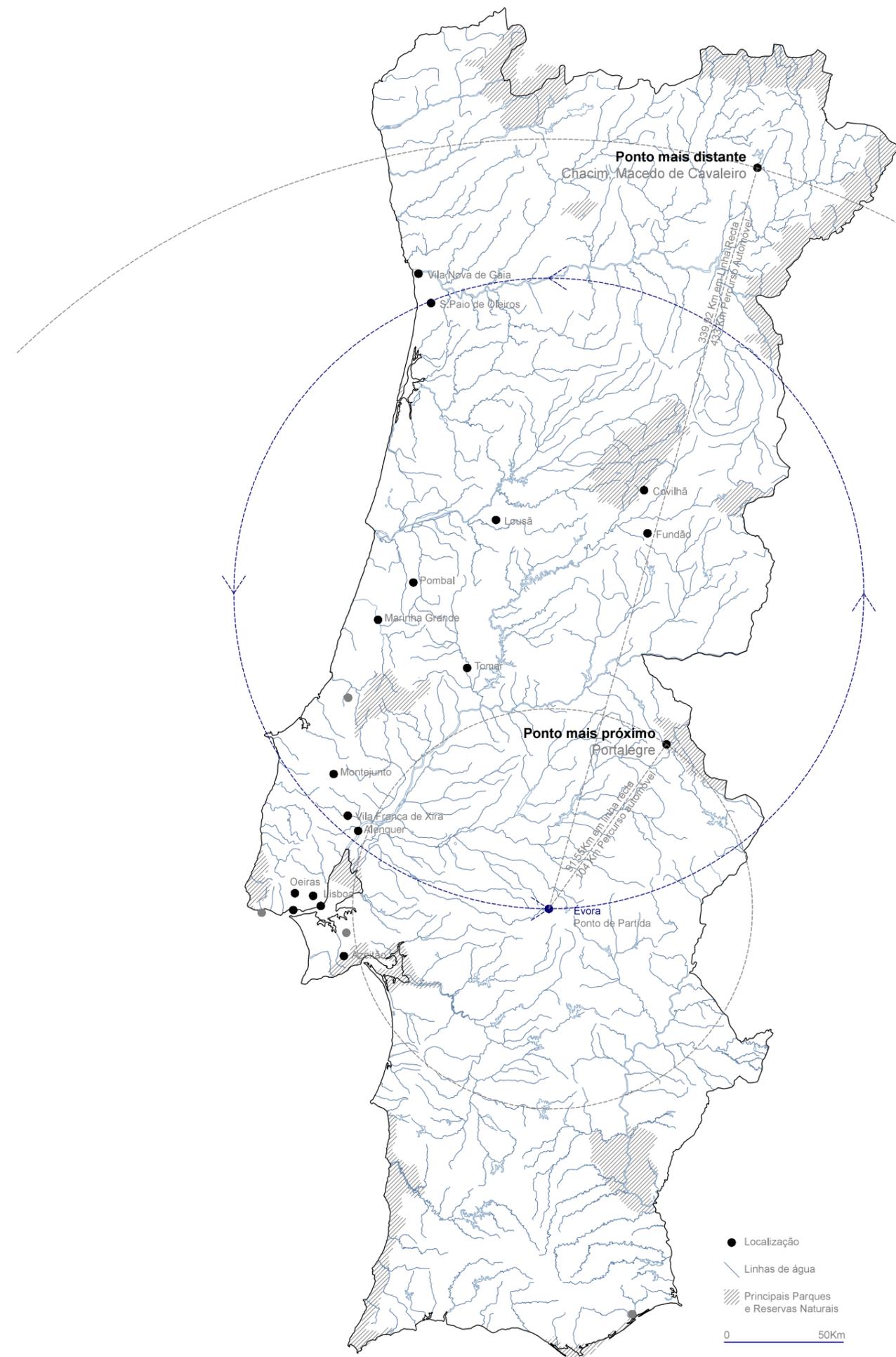
Para o planeamento da viagem foi necessário verificar, exactamente, a localização de cada fábrica e perceber de que forma poderia ser organizado o percurso sendo o mais eficaz possível a nível de tempo e recursos.

Através do Google Maps, foram inseridas todas as coordenadas dos locais a visitar e foram calculados todos os percursos por proximidade.

Sendo Évora o ponto de partida, a Real Fábrica mais próxima é a de Portalegre e a mais distante a de Chacim. O percurso seria cíclico, de forma a começar e acabar no mesmo ponto – Évora.

Optou-se por iniciar o percurso no sentido contrário aos ponteiros do relógio para começar com as distâncias mais longas, e cansativas, e acabar num percurso mais ritmado.

## ● PLANEAMENTO





O plano da viagem foi iniciado pela visita a Portalegre, o local mais próximo, para testar o método do registo.

Definida a abordagem, seria iniciada a viagem. Com duração de 5 dias e com o objectivo de registar 19 Reais Fábricas.

Optou-se por fazer o percurso de carro facilitando as deslocações aos locais de difícil acesso, com a companhia de um colega - Rui Silvestre - para auxílio do registo fotográfico que será explicado a seguir.

## ● O PLANO DE VIAGEM

Dia 0 . **10.07**

- Portalegre

Dia 1 . **19.07**

- viagem até Manteigas

Dia 2 . **20.07**

- Fundão
- Covilhã
- Chacim
- Matosinhos

Dia 3 . **21.07**

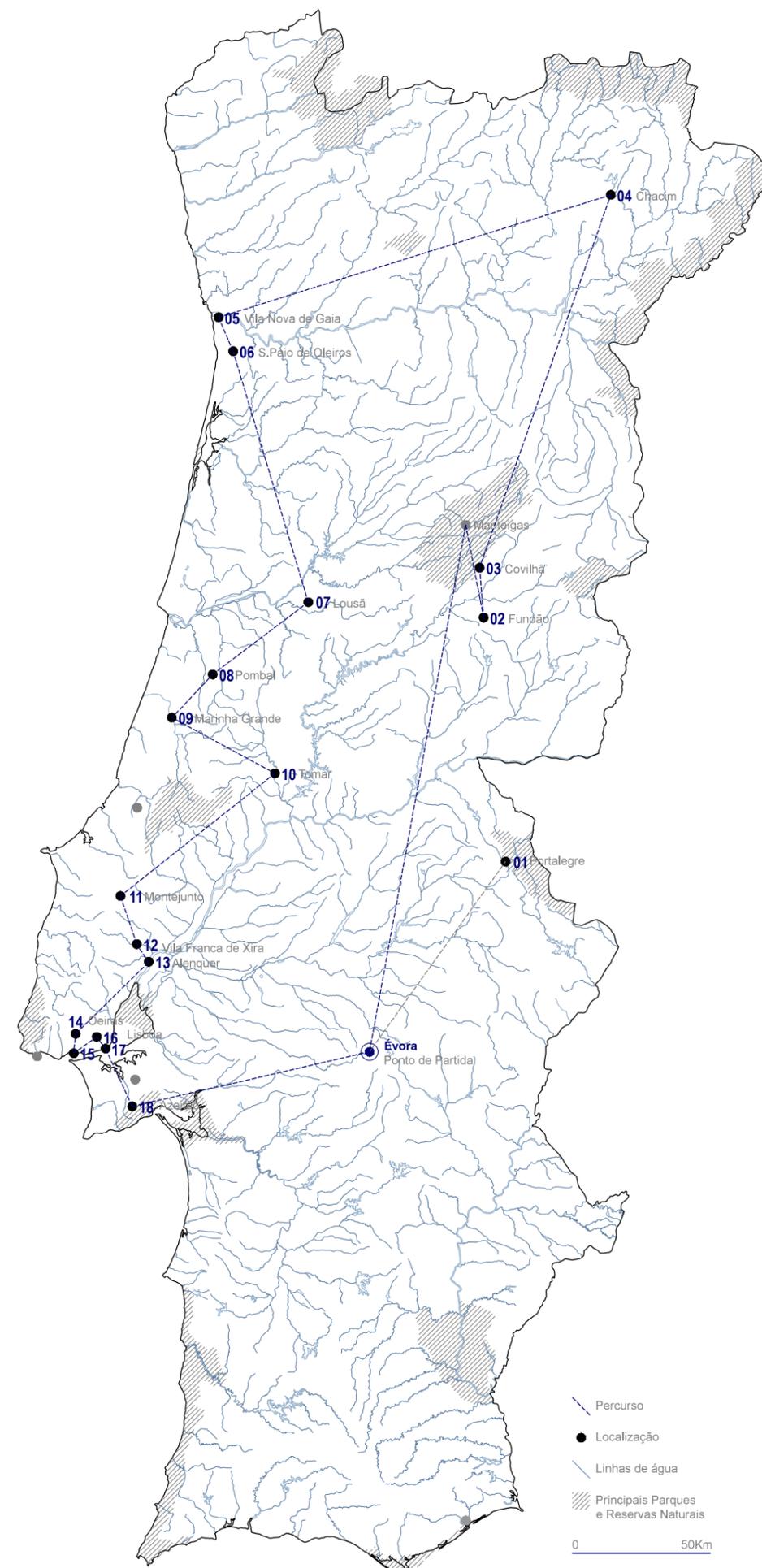
- Matosinhos
- Vila Nova de Gaia
- S.Paio de Oleiros
- Lousã
- Pombal
- Marinha Grande

Dia 4 . **22.07**

- Tomar
- Montejunto
- Alenquer
- V.Franca de Xira

Dia 5 . **23.07**

- Lisboa
- Azeitão
- Évora



A viagem realizada foi diferente da planeada. Como qualquer plano, existem falhas e condicionantes que nos levam a alterar os mesmos. Neste caso, as condições meteorológicas dificultaram a viagem fazendo com que a mesma fosse adiada.

A chuva e o vento foram dois factores que impossibilitaram o voo do drone e consequentemente o registo fotográfico, o que retiraria o efeito da viagem. Assim sendo, as datas foram adiadas com o intuito de conseguir cumprir o objectivo proposto.

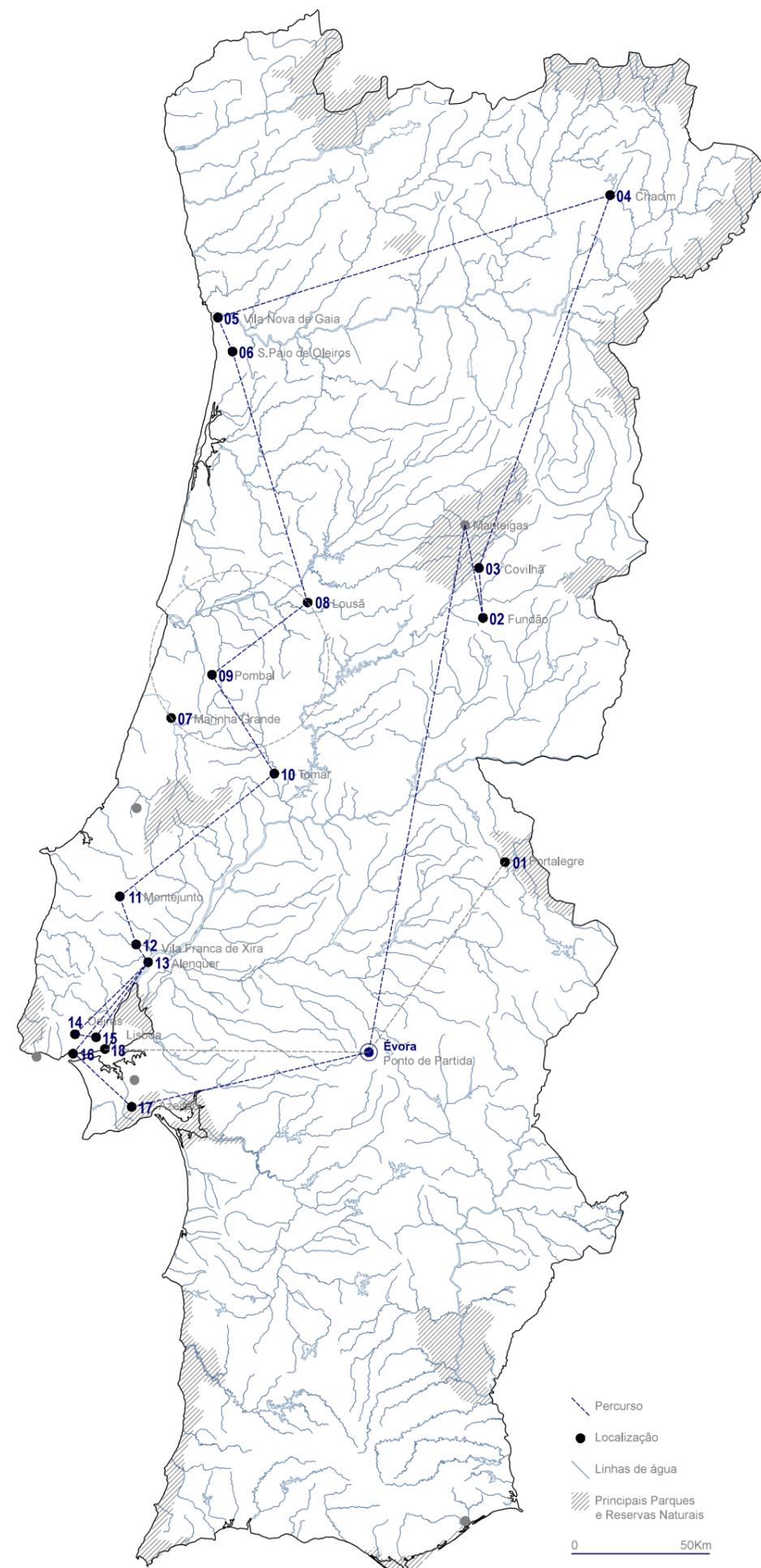
A viagem foi iniciada a 22 de Junho de 2018 e seguiu o percurso originalmente planeado. No terceiro dia, o forte nevoeiro, como é habitual no Norte, foi um obstáculo no percurso, progredindo no entanto com o trabalho. Nesse mesmo dia, na Lousã, surgiram problemas burocráticos – nomeadamente os responsáveis não permitiram o registo fotográfico pretendido apesar das licenças presentes. Este imprevisto não só provocou o atraso no calendário, como também, obrigou a regressar no dia seguinte ao local para retomar o trabalho. Ultrapassada esta dificuldade a viagem seguiu, atrasada. Desta forma, foi necessário adicionar mais um dia de viagem ao percurso para concluir o trabalho de registo, sendo que este só é possível com a luz do dia.

Mais tarde, foi necessário regressar a Lisboa para registar uma última fábrica que ficou em falta e na qual existiam dúvidas de localização.

Apesar dos imprevistos e problemas técnicos - como despenhar o drone na Serra da Lousã - a viagem foi bem sucedida e procedeu-se ao tratamento dos dados recolhidos.

## ● A VIAGEM REALIZADA

- Dia 0 . **10.07** ● Portalegre
- Dia 1 . **22.07** ● viagem até Manteigas
- Dia 2 . **23.07** ● Fundão  
Covilhã  
Chacim  
Matosinhos
- Dia 3 . **24.07** ● Matosinhos  
Vila Nova de Gaia  
S.Paio de Oleiros  
Lousã  
Marinha Grande
- Dia 4 . **25.07** ● Marinha Grande  
Lousã  
Pombal  
Tomar  
Montejunto  
Alenquer
- Dia 5 . **26.07** ● Vila Franca de Xira  
Lisboa
- Dia 6 . **27.07** ● Lisboa  
Azeitão  
Évora
- Dia 7 . **10.09** ● Lisboa





NOTA

Apesar da opção das autoestradas sempre que possível por questões de tempo, é possível a percepção da variação do território ao longo da viagem.

## O REGISTO

Neste sub-capítulo apresenta-se uma breve explicação da evolução do tipo de registo de imagens utilizadas pelo Homem. Desde sempre que existe a necessidade de deixar um registo para as gerações vindouras, uma marca de um tempo e de um contexto.

A sua contextualização cronológica torna-se importante para esta dissertação devido, por um lado, justificar a inexistência de registos imagéticos das estruturas estudadas sendo que as mesmas são anteriores ao aparecimento dos diversos tipos de imagens, e por outro lado, a constante evolução das técnicas que acrescem novas dimensões valorizando ou enriquecendo os levantamentos, essencialmente o aparecimento da fotografia.

É fundamental o registo do desenvolvimento dos acontecimentos, para a sua compreensão transversal ao tempo.



## O REGISTO

O registo de imagens nos suportes mais diversos é um fenómeno tão antigo quanto a existência do Homem. Desde sempre que o homem manifestou o interesse em deixar marcas da sua presença, marcar o território ou registar acontecimentos que considerava importantes para as gerações seguintes. Desde as pinturas rupestres que, o homem, deixa testemunhos que nos permitem compreender o mundo e a nós próprios. São esses testemunhos que marcam épocas e momentos de passagem, registos de um tempo e de um contexto.

Com o desenvolvimento do homem e da própria sociedade, a imagem ganha um valor de verdade, torna-se um comprovativo de um momento. O que antes era verbalizado, contado em histórias, era agora traduzido em imagem. A propaganda imagética era mais intensa e deixava um legado físico.

Um exemplo, são os retratos dos Reis e a sua descendência, uma árvore geneológica que fica para a história registada em tintas e telas; com os descobrimentos, o desenvolvimento das cartografias marítimas que identificam todos os novos locais descobertos e que delimitavam os territórios até então desconhecidos. Estas cartas corriam o mundo desvendando o que este tinha para além do olhar.

A própria necessidade de comunicação desenvolveu novas técnicas para uma resposta cada vez mais rápida. Surge a tipografia de caracteres móveis (1450)<sup>\*</sup> e a estampa. A comunicação por imagens encontra, na estampa, a possibilidade de produzir imagens múltiplas e em série, adquirindo assim o estatuto de mercadoria, atingindo o seu auge ao longo dos séculos XVI e XVII.

No final do século XVIII, a imagem tem uma utilização propagandística muito intensa levando a um aumento da procura de imagem cada vez maior, cada vez mais real, mais barata e mais expedita. Em 1786 surge o fisionotrago<sup>\*\*</sup>, no entanto a necessidade da produção de imagem, juntamente com a ansiedade do homem, não seguem ao mesmo passo apesar das várias tentativas e evoluções do processo de reprodução imagética.

<sup>\*</sup> CUSTÓDIO, 1986 - p.235-251. Neste texto podemos encontrar referências ao historial da produção de imagens materializadas, isto é, desde a mudança material e mental do Ocidente; a produção de imagens fixas e múltiplas, tais como a gravura e a estampa; a invenção da fotografia e o seu papel determinante na conformação do mundo moderno. Este tema intitulado pelo autor como "Fotografia, Arqueologia e Património Industriais" é apresentado por Armando Jorge Silva, técnico de BAD do Arquivo Fotográfico da Câmara Municipal de Lisboa na altura da edição e sócio da AAIRL.

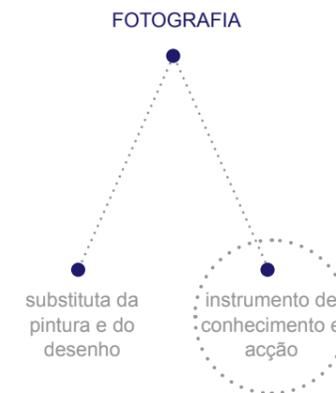
<sup>\*\*</sup> processo que por meios ópticos permite obter numa chapa metálica a gravação da silhueta ou perfil do retratado

### EVOLUÇÃO DO TIPO DE REGISTO

- MARCOS E PINTURAS RUPESTRES
- RETRATOS DA REALEZA
- CARTAS MILITARES
- TIPOGRAFIA DE CARACTERES MÓVEIS
- ESTAMPA
- FISIONOTRAGO



FOTOGRAFIA



É apenas em 1826, que surge a primeira “fotografia” - “vista da janela” de Niépce, apesar de apenas em 1837 ser reconhecido o processo científico entregando os créditos a Daguerre, ficando este reconhecido como o inventor da fotografia; contudo, existem registos de mais quatro homens, pelo menos, que reivindicam o processo na mesma altura.

A difusão desta nova técnica foi fulminante apesar de ser ainda frágil e pouco desenvolvida. É superada nos anos seguintes por outros cientistas e curiosos melhorando cada vez mais a qualidade da imagem retratada.

Por volta de 1850 a fotografia aplica-se sobretudo ao retrato pessoal, começando nos anos 60 a ganhar interesse pelo exterior e a natureza. É a partir desta nova posição que surgem os primeiros registos ou inventário da arquitectura monumental e obras de arte, seguido das paisagens longínquas e exóticas e, as primeiras reportagens de acontecimentos catastróficos (como guerras ou cataclismos) ou acontecimentos modernos (obras públicas, expedições científicas, colónias...).

Começam assim a clarificar-se duas posturas antagónicas no que diz respeito à compreensão da natureza e função da fotografia. Por um lado, a fotografia é compreendida como uma arte substituta da pintura e do desenho, e por outro, a fotografia que reivindica a especificidade da imagem fotográfica, promovendo a sua utilização como instrumento de conhecimento e acção nos campos humanísticos, técnicos, científicos e industriais, sendo este último de interesse para a presente investigação.

A fotografia tornou-se num importantíssimo instrumento, associando-se à cartografia, topografia militar e à indústria. Por este motivo, nos anos 70, as escolas militares e técnicas superiores europeias começaram, sistematicamente, a incluir o ensino da fotografia nos seus currículos, assinalando assim o reconhecimento geral de que a fotografia constitui um modo superior de captar e transmitir o real ultrapassando a iconografia.

<sup>\*</sup> CUSTÓDIO, 1986 - p.241

“A fotografia permite agora, a qualquer um e à humanidade em geral, ampliar, reter e fundar uma memória, individual e colectiva de novo tipo: incomensuravelmente mais vasta e precisa.

Tornava-se necessário consolidar essa possibilidade, mediante uma circulação intensa das imagens produzidas. Este último objectivo atingi-lo-á, a fotografia, indirectamente: primeiro, através do postal ilustrado que, nascido em 1891 e progressivamente autonomizado, conhecerá o êxito de todos sabido; segundo, ao conquistar um lugar importante no principal meio de comunicação de massa então existente – a imprensa.”

Em suma, a fotografia conquistou a instância do conhecimento quotidiano, tornando-se no único testemunho credível do real.

A 2ª Guerra Mundial, fenómeno que trouxe tanta destruição, também foi impulsionador do interesse pela produção material. Registou-se nessa altura um acentuado interesse pelo conhecimento das primeiras sociedades industriais. A arqueologia industrial<sup>\*\*</sup> contribuiu para um interesse renovado no que toca à preservação do documento fotográfico, este, torna-se numa fonte documental, um instrumento de divulgação e comunicação.

Assim, a fotografia constitui um instrumento metodológico sendo encarado como uma fonte vital do estudo iconográfico, um testemunho imagético privilegiado, tanto pela riqueza informativa do seu conteúdo como pela menor tendência ficcional comparando com as formas anteriores. A fotografia funciona como um auxiliar precioso do estudo diacrónico de um objecto e permite fixar, reter documentos e dados de difícil acesso, desaparecidos ou destruídos pelo próprio avançar do tempo. Permite e facilita o processo comparativo. Desta forma, a defesa e preservação de qualquer imagem ou património, deve passar indispensavelmente pela preservação, estudo e divulgação das imagens fotográficas. Este último motivo é essencial à prática da defesa do património industrial na medida em que é um processo de sensibilização dos poderes e do público, conseguindo alcançar, esperançosamente, entidades responsáveis pelo mesmo e mantendo viva a memória de um estado e de um tempo essencial ao nosso desenvolvimento.

\* CUSTÓDIO, 1986 - p.245

\*\* A Arqueologia industrial surge como uma nova disciplina da qual se trata mais à frente na dissertação.



“Há todavia, que alertar empresários, poderes, estudiosos ou o comum detentor de fotos avulsas, para o facto de que eliminar uma imagem equivale a eliminar uma parcela de nós mesmos, da nossa memória individual e colectiva. Sem os milhões de imagens que a fotografia forneceu desde 1840, possivelmente não existiriam sociedades industriais: decerto não seríamos hoje quem ( e como ) somos.”

Um trabalho de referência para esta investigação é o livro *Anonymous Sculptures: a typology of technical buildings; Grain Elevators; Industrial Facades e Industrial Landscapes*<sup>\*\*</sup>. Este livro consiste num trabalho de fotografia de Bernd & Hilla Becher que, no final dos anos 50, realizaram um projecto em que utilizavam a imagem fotográfica como testemunho da arquitectura industrial em declínio.

Revelam as estruturas de uma Europa Industrializada da segunda metade do século XX chamando à atenção para a dimensão cultural da arquitetura industrial e para a necessidade de conservação destes conjuntos.

De uma forma semelhante, esta investigação pretende chamar à atenção do conjunto das Reais Fábricas de Portugal e da importância cultural que representam, deixando um testemunho do seu estado actual passados quase 3 séculos da sua origem.

Após esta reflexão, podemos compreender o facto de existirem poucos ou nenhuns registos imagéticos da altura das fábricas por não serem coincidentes com a existência dos novos processos de registo. A própria colecção iconográfica feita até ao momento revelou-se também insuficiente para o registo e análise comparativa. O registo fotográfico foi fundamental.

Este registo, feito através do planeamento de uma viagem que percorreu todas as fábricas - como já foi explicado anteriormente - não seguiu nenhuma convenção específica, no entanto, de forma a conseguir ser transversal a todos os elementos e sistematizar o levantamento, foram apenas registadas fotografias do exterior<sup>\*\*\*</sup> ao nível do chão com máquina fotográfica digital e no ar através de uma “nova” tecnologia, o drone.

\* CUSTÓDIO, 1986 - p.250

\*\* BECHER, Bernd and Hilla(2002). *Anonymous Sculptures: a typology of technical buildings; Grain Elevators; Industrial Facades e Industrial Landscapes*.

\*\*\* O facto de serem apenas registadas fotos do exterior prende-se com a impossibilidade de, em alguns casos, não ser possível visitar o interior. Quer por questões de ruína, de sigilo de métodos de produção dentro de fábricas ainda em funcionamento ou falta de autorização por parte do proprietário ou responsável pelo imóvel.

“Drone”<sup>\*</sup> é uma palavra em inglês que significa “zangão”, provavelmente associado à sua semelhança com o insecto voador. Em português, o dispositivo é chamado de VANT (veículo aéreo não tripulado) ou VARP (veículo aéreo remotamente pilotado).

Desde o século XIX que se utilizam objectos voadores com o fim de aproveitar a vantagem altimétrica e a fácil deslocação para as mais variadas tarefas. Desde a distribuição de objectos pelo ar, sistemas de vigilância, monitorização de fronteiras, estradas e florestas, cenografia ou fotografia.

Este instrumento para além da sua câmara de alta qualidade, consegue atingir, no máximo, velocidades de deslocação de cerca de 150Km/h, atingir 2 000m de altitude e ser controlado a uma distância de até 40Km. Ora, todas estas características trazem um mundo visto de forma muito diferente.

A fotografia aérea não é uma novidade, desde as capturas de imagem por satélite ou fotografia aérea capturada por helicóptero que são registadas imagens do ar. No entanto, tanto a fotografia por satélite como a de voo não conseguem ter um alcance de qualidade para certos pormenores, sendo que as fotografias aéreas por voo são tiradas a cerca de 1200 pés de altitude, cerca de 400m, o que já é ultrapassável por um drone com muito menos custos envolvidos. Por exemplo, a realização de coberturas aerofotográficas sistemáticas pela Direção-Geral do Território (DGT) visa garantir um conhecimento regular da evolução do território nacional e permite responder às necessidades dos vários utilizadores deste tipo de informação geográfica.

As coberturas aerofotogramétricas, além de serem um produto muito solicitado e utilizado por diversos sectores da comunidade, servem também de base à obtenção de outra informação georreferenciada, tal como os ortofotos, os modelos digitais de terreno e informação vectorial a três dimensões.

● O DRONE  
 uma “nova” abordagem



O drone, revelou-se uma “nova” tecnologia capaz de contribuir significativamente para o estudo da arquitectura e outras disciplinas. Este novo método encontra-se capaz de constituir um elemento entre o ortofoto e a fotografia mais aproximada por mão humana. A fotografia aérea permitiu o registo das fábricas e a sua envolvente numa visão mais alargada conseguindo compreender a sua inserção no território. Foi possível compreender a paisagem envolvente e muitos pormenores normalmente ocultados, ou não tão perceptíveis, por uma lente normal de cota térrea ou num registo mais aproximado.

Para este registo aéreo foi necessário cumprir com uma série de directivas, e, sendo que a regulamentação do espaço aéreo é da responsabilidade do Ministério da Defesa Nacional, foram necessárias autorizações especiais para o voo, circulação e registo de imagem de cada caso pelo próprio Ministério, ANAC, ICNF e PPSM, autorizações e direitos de imagem apresentados nos Anexos desta dissertação.

**ANÁLISE COMPARATIVA**

Após todo o levantamento de informação, a realização da viagem e respectivo registo, foi realizado o tratamento de dados. Todos os documentos recolhidos foram seleccionados, organizados e tratados. Através dos mesmos foram criados novos elementos que resultaram do cruzamento de dados e análise crítica.

A confrontação entre as fábricas, resultou numa análise comparativa que visa esclarecer a sua origem como conjunto, individual, tal como o motivo e quais os impulsionadores da sua criação.

Pretendeu-se verificar o seu estado actual tal como compreender a relação de valor e atribuição de classificação patrimonial destas estruturas, de que forma se intervém sobre as mesmas e se existe alguma relação com a sua classificação.

<sup>\*</sup> Para mais informações sobre os drones consultar o endereço :<https://www.voanaboa.pt/anac>

## PATRIMÓNIO INDUSTRIAL

Sendo as Reais Fábricas um **exemplo** do Património Industrial português da manufactura, estando umas classificadas e outras não, importa compreender o tema do Património Industrial onde estão inseridas.

No presente capítulo, pretende-se compreender de uma forma geral a origem do termo patrimonial. Como é que o património industrial surge como disciplina, desde a arqueologia industrial até à definição que se conhece hoje.

Pretende-se compreender de que forma é feita a atribuição da classificação, como e por quem.

Sendo a intervenção sobre o património industrial necessária, foi estudada a sua origem e demonstrada a sua importância para a sociedade contemporânea.

Por fim, são distinguidos diferentes princípios de acção de intervenção sob o património industrial.

## CONTEXTUALIZAÇÃO DA EVOLUÇÃO DO TERMO E CLASSIFICAÇÃO PATRIMONIAL

Para compreender o conceito de património e, posteriormente, património industrial, há que compreender os seus antecessores, os monumentos.

*Monumentum – a palavra que originou monumento, derivado de “monere” que significa advertir, recordar.*

Françoise Choay, em *Alegoria ao Património*, trata destas noções e da sua relação com a história, memória e tempo. Segundo a autora, um monumento é “qualquer artefacto edificado por uma comunidade de indivíduos para se recordarem, ou fazer recordar a outras gerações, pessoas, acontecimentos, sacrifícios, rituais ou crenças”<sup>\*</sup>. Podemos, no entanto, verificar através de alguns autores que esta definição vai alterando ao longo do tempo.

Uma das primeiras definições, em 1694, no *Dictionnaire de l’Académie*, Antoine Furetière defende que, o monumento tem como principais valores, os valores arqueológicos - não são levados em conta valores de memória por exemplo. No século XVIII, o monumento designava um edifício que teria como objectivo eternizar algo memorável<sup>\*\*</sup>, ou seja, era tido em grande conta o valor estético do edifício o que mais tarde foi repensado. Este sentido estético levou, de certa forma, a uma divergência do termo, distinguindo-se assim o monumento do monumento histórico.

Enquanto que o Monumento não precisa de ter um passado para ser admirado, o Monumento Histórico não é inicialmente desejado, isto é, não foi criado com o objectivo de admiração mas adquiriu esse sentido com o passar do tempo.

*“Todo o objecto do passado pode ser convertido em testemunho histórico sem ter tido, na sua origem, um destino memorial.”<sup>\*\*\*</sup>*

No século XIX, com a chegada da era Industrial há um momento de ruptura na história. Surge a necessidade de proteger o monumento histórico e alargar cada vez mais o



conceito, surgindo assim o Património Histórico, “um fundo histórico destinado ao usufruto de uma comunidade alargada a dimensões planetárias e constituído pela acumulação contínua de uma diversidade de objectos que congregam a sua pertença a um passado comum”.

A forma como a sociedade elege o seu património e os seus bens culturais, reflecte muito a sua ideologia e mentalidade predominante. Se antes a noção de património abrangia sobretudo o que dizia respeito aos grupos sociais privilegiados e se destacava pela sua monumentalidade, valor estético e carácter bélico e, ou, religioso, no séc. XIX com o liberalismo o conceito de património torna-se mais abrangente.<sup>\*\*\*</sup> É nos finais deste século que se dá a valorização da actividade artesanal, como por exemplo os moínhos; um exemplo que levou Sousa Viterbo a pensar num novo ramo do saber, a **Arqueologia industrial**.

Com o pós-guerra da 2ª guerra mundial, houve a necessidade de reconstruir cidades resultando num período de desenvolvimento acelerado. Esta rápida aceleração na construção de infra-estruturas trouxe também uma falta de sensibilidade, o que levou à destruição de algumas estruturas de valor, como por exemplo o Palácio de Cristal no Porto<sup>\*\*\*\*</sup> (1865), Euston Station em Londres (1962) e Les Halles em Paris(1970).

## DA ARQUEOLOGIA AO PATRIMÓNIO INDUSTRIAL

O movimento da defesa da herança industrial surgiu por volta de 1950, no entanto, apenas 30 anos mais tarde chegou a Portugal - apesar da referencia de Sousa Viterbo ser anterior a essa data. Entretanto, alguns autores como René Évrard (1907-1963) e Michael Rix (1913-1981) começavam a chamar a atenção para o tema do património industrial e da sua importância, tanto pela sua potencialidade histórico-cultural como económica. Defendiam que aquele não só fazia parte integrante do património cultural como deveria constituir objecto de uma nova ciência, disciplina ou ramo do saber.

\* CHOAY (2010), *Alegoria ao Património*, p.17

\*\* OLIVEIRA (2012), pp. 7-9

\*\*\* CHOAY (2010), op.cit., p.25

\* CHOAY (2010), p.11

\*\* MENDES (2000), pp.197-212

\*\*\* **Palácio de Cristal**- Este Palácio, desenhado pelo arquitecto Thomas Dillen Jones, foi construído com base no Crystal Palace de Exposição Universal de Londres de 1851. Em 1951, foi destruído para dar lugar ao Pavilhão do Desporto (hoje pavilhão Rosa Mota) onde decorreu o Campeonato do Mundo de Hóquei em Patins o que foi bastante contestado na altura.

\*\*\*\* MENDES (2000), p.200

Apesar de em 1896, Francisco Sousa Viterbo, ter já proposto um novo ramo do saber - a **arqueologia industrial** - a propósito de uma actividade artesanal realizada nos moinhos<sup>\*</sup>, apenas entre os anos 60 e 70, foi aceite o termo. Sendo que esta proposta de disciplina teria sido melhor fundamentada e mais elaborada, facto que o autor português não teve oportunidade, ainda assim, é-lhe atribuída a importância de levantar a questão primordial no século anterior.

Assim, surgem associações e literatura sobre as temáticas dedicadas à salvaguarda do **Património Industrial**, entre elas, a TICCIH – The International Committee for the Conservation of the Industrial Heritage criada em 1973. Em Portugal, nos anos 80, tentou-se acompanhar as novidades internacionais através de uma reforma da área do património, sendo nessa altura criado o Instituto Português do Património Cultural (IPPC), na década seguinte esta instituição desfragmentou-se criando o IPM(1991), o IPPAAR (1992) e mais tarde o IPA(1997) seguido do IPPAR no mesmo ano, este último, o representante nacional na TICCIH.

É em 1978 que se dá a primeira exposição de arqueologia industrial em Portugal, tendo lugar em Tomar, nove anos mais tarde, realiza-se a exposição na Central Tejo<sup>\*\*</sup> com o nome “*Arqueologia Industrial: um mundo a descobrir, um mundo a defender.*”

O Património Industrial torna-se um objecto de estudo multidisciplinar, sendo que pode abordar vestígios deixados pela indústria têxtil, vidreira, química, alimentar, tal como a obra pública, transportes, infra-estruturas comerciais e portuárias e até habitações operárias bem como os processos de produção. É importante referir que estes edifícios não valem apenas pelo seu testemunho material mas também pela carga sensorial que impõe através da sua envergadura, geralmente desmesurada, comprovando a importância social e económica que teve outrora para as localidades onde se inseriam, permitindo que estas se expandissem, evoluíssem, criando comunidades fabris.

Actualmente, o Estado disponibiliza guias resultantes de um trabalho conjunto entre o IHRU e a DGPC (antigo IGESPAR), cujo objectivo fundamental “consiste no fornecimento de



\* VITERBO (1896), pp.194-200

\*\* a inauguração da Central Tejo como Museu da Electricidade nos anos 90 é considerado como o começo do interesse nacional pela reabilitação industrial (ESTEVEENS,s.d)

ferramentas concebidas para o inventário do património, metodologicamente actualizadas e rigorosas, direccionadas para outras entidades, e para o cidadão em geral, visando uma maior aproximação e participação destes no vasto processo de identificação e salvaguarda do património.”<sup>\*</sup>

Existem 6 tipos de guias - Kits - para o património arquitectónico geral, de habitação multifamiliar do século XX, património industrial, património urbanístico, de edificado conventual e igrejas da misericórdia.

Estes Kits foram lançados como uma medida do Programa Simplex 2008, uma iniciativa governamental que, no domínio da Cidadania, incentiva acções que visem “disponibilizar a informação necessária ao ordenamento do território”, designadamente através da disseminação de “manuais e guias práticos”.<sup>\*\*</sup>

Para a presente investigação, o interesse incide sobre o KIT 03 – Património Industrial. No entanto, resta definir melhor o que se entende por Património Industrial.

#### DEFINIÇÃO DE PATRIMÓNIO INDUSTRIAL

Define-se segundo as seguintes normas:

-O património industrial reflecte valores de memória, antiguidade, originalidade, raridade, singularidade ou exemplaridade.

-O património industrial integra ainda valores tecnológicos, científicos, sociais, económicos e estéticos.

-O património industrial associa-se comumente a uma época cronológica precisa – Revolução Industrial. Deve, no entanto, entender-se este património num tempo longo, sendo a Revolução Industrial o momento de mudança, transformação e sincretismo das fases pré e proto-industriais, manufactureiras e industriais.

-O património industrial integra todos os bens resultantes de uma actividade productiva desenvolvida ao longo de gerações.

-Entenda-se, também, por património industrial o legado material e imaterial produzido pelos diferentes agentes sociais e económicos que perpetuam a memória colectiva.

\* Para consultar sobre os guias, visitar: <http://www.patrimoniocultural.gov.pt/pt/patrimonio/patrimonio-imovel/como-inventariar>

\*\* FOLGADO (2010), p.6

Sendo este património constituído por:

-Bens imóveis e móveis integrados ou deslocados, bens arquivísticos, iconográficos, fotográficos, fonográficos ou cinematográficos associados ou produzidos directa ou indirectamente no seio da empresa, como expressão estrutural da industrialização.

-Edificações isoladas, conjuntos ou sítios, definidos pelos diversos programas construtivos ou pelas diferentes funções em articulação com o território, incorpora uma arquitectura, um urbanismo e uma paisagem de cariz industrial.

Assumindo que o património só o é por acordo de um conjunto de pessoas num determinado momento, os motivos ou razões que o levam a ser são também mutáveis. É essencial compreender que o consenso da importância relativa dos valores do património está na base de classificação. Todas as classificações, definições, conceitos e actualizações dos mesmos, são discutidos internacionalmente por organizações governamentais e não-governamentais na tentativa do melhor entendimento crítico possível transversal a diversas disciplinas que constroem as bases dos conceitos e definições.

Estas bases e entendimentos dos conceitos patrimoniais são actualizados através de documentação oficial, produzida com maior abundância a partir do sec XX. De entre as organizações internacionais com maior relevância na salvaguarda do património construído, destacam-se a UNESCO ( Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura) e o ICOMOS\*\* (Conselho Internacional dos Monumentos e dos sítios). A primeira, uma organização intergovernamental e a segunda um organismo não-governamental, tendo ambas como objectivo a salvaguarda do património.

Através de um olhar cronológico podemos observar uma evolução no sentido do aumento da abrangência do sentido patrimonial. Esta evolução pode ser consultada no livro “100 Anos de Património”\*\*\*, o qual sintetiza os documentos patrimoniais realizados até à actualidade (2011), alguns dos quais são expostos a seguir com relevância para o tema da presente dissertação.

\* OLIVEIRA (2012), pp.19-20

\*\* www.en.unesco.org ; www.icomos.pt

\*\*\* CUSTÓDIO, et. al.(2011), pp.330-335

#### CARTAS E DOCUMENTOS NORMATIVOS ●

Um dos primeiros documentos internacionais de actos normativos dedicados ao património foi a **Carta de Atenas**. Elaborada a partir do 1º Congresso Internacional de Arquitectos e Técnicos em Monumentos em 1931. Esta debruçou-se essencialmente sobre a importância do papel educativo do património, a divulgação das técnicas de conservação e a adequação local das medidas tendo em conta a especificidade do edifício. Privilégia a manutenção dos edifícios e a ocupação como meio de promoção da conservação dos mesmos.

A **Carta de Veneza** em 1964, amplia a definição de monumento histórico e identifica valores universais que lhes são subjacentes, que devem ser protegidos e que integram uma abordagem patrimonial contemporânea, ou seja, a protecção do envolvente ao objecto.

Com a consideração dos artefactos industriais como património, em 1972, sai uma **Recomendação da UNESCO**. Este acto alertava para a deteriorização da vida das cidades e a necessidade de protecção de sítios e paisagens urbanas; criação de zonamentos para protecção dos monumentos; criação de parques naturais; discriminação dos Monumentos, Conjuntos e Locais de Interesse e constituiu-se a Lista do Património Mundial.

A **Declaração de Amsterdão**, em 1975, vem reforçar a habitabilidade dos centros urbanos através da Reabilitação como modo de evitar o êxodo das populações. Entretanto, um ano depois – 1976- a **Carta de ICOMOS**, que alerta para os efeitos negativos no património decorrentes do aumento do público, sendo que a sua degradação física mostra a necessidade de dotar os locais a visitar com instalações que permitam a sua protecção e conhecimentos adequados.

Resultante das preocupações de como actuar sobre o património, surge a **Carta de Nairobi**, em 1976, com as definições dos tipos de acções de salvaguarda dos conjuntos patrimoniais, históricos ou tradicionais – identificação; protecção; conservação; restauração; reabilitação; manutenção e revitalização – acções descritas mais à frente.

Nesse mesmo ano, resultante do Comité de Ministros do Conselho da Europa, é escrita a definição de conservação

integrada como combate à destruição do tecido antigo e é promovida a reabilitação para a inclusão de novas funções na cidade. Dois anos mais tarde, 1978, na 3ª Conferência Internacional sobre a Conservação de Monumentos Industriais, é **constituído o TICCIH**.

Em 1980, a **Carta de Burra**, amplifica o conceito de valores patrimoniais, distinguindo a sua relatividade e a sua investigação como base de análise para um eficaz processo de intervenção. É também feita a distinção entre várias acções sobre o património como: conservação; manutenção; restauro; reconstrução e adaptação.

Com a **Reunião de Oaxteper** 1984, declara-se a extensão da dimensão patrimonial ao território, considerando-os indissociáveis; tal como a preservação dos artefactos “in situ” é defendida.

A **Carta de Cracóvia**, em 2000, destaca o papel do habitante enquanto conservador requerendo a participação efectiva dos cidadãos no processo para além dos especialistas.

Em 2003, assistimos à **primeira carta com conteúdo específico sobre o património industrial, a Carta de Nizhny Tagil**. Nesta carta é reforçada a conservação “in-situ” e a conservação da maquinaria que muitas vezes é a chave para se entenderem factores arquitectónicos e que suplementam as fontes escritas.

A **Carta de Itinerários culturais do ICOMOS** em 2008, engloba muitos conteúdos patrimoniais, uma afirmação mais forte de uma identidade, de uma comunidade mais alargada, de um território mais vasto, numa perspectiva de englobar a mobilidade e que se pode verificar na transposição de iniciativas como redes de museus ou realização de itinerários temáticos.

Em 2009, no âmbito do 4º Encontro do Fórum Europeu de Responsáveis pelo Património (FERP) é elaborada a **Declaração de Viena**. Esta apelava aos governos nacionais para a atribuição de orçamentos específicos para a reabilitação de património.

Devido à constante evolução de conceitos, podemos referenciar a última redefinição de património industrial em 2011, na XVII Assembleia Geral do ICOMOS, nos **Princípios de Dublin**. Esta última versão, para além da redefinição do conceito, foi feita referencia especial ao papel social deste património. Citando:

*“The industrial heritage consists of sites, structures, complexes, areas and landscapes as well as the related machinery, objects or documents that provide evidence of past or on going industrial processes of production, the extration of raw materials, their transformation in goods, and the related energy and transport infrastructures. Industrial heritage reflects the profund connection between the cultural and natural environment as industrial processes depend on natural sources of raw materials, energy and transportation network to produce and distribute products to broader markets. It includes both material assets – immovable and movable – and intangible dimension such as techinal know-how, the organization of work and workers, and the complex social and cultural legacy that shaped the life of communities and brought major organizational charges to entire societies and world in general”*<sup>\*</sup>

<sup>\*</sup>TAGIL (2003), ponto1

## INTERVENÇÃO SOBRE O PATRIMÓNIO INDUSTRIAL

*(...)“é conveniente e barato pretender que um registo adequado do passado pode ser mantido através de filmes, livros, imagens, plantas, desenhos ou fotografias, que a documentação histórica é uma questão de estantes, arquivos e computadores. Se isto fosse verdade, poderíamos demolir amanhã o Coliseu de Roma e o Palácio de Versailles e dar aos seus terrenos uma utilização rentável do ponto de vista comercial (...)Mas nós sabemos que não é verdade, que uma fotografia ou um modelo do Coliseu não equivalem de forma alguma à oportunidade de entrar e andar dentro dele, admirando as suas dimensões e as suas técnicas de construção e imaginando a brutalidade e os gritos dos espectáculos de massas que um dia ali tiveram lugar(...)*

*(...) uma das principais razões para se querer preservar um edifício original é poder recuperar a relação entre as pessoas e o espaço no passado(...) Dar às pessoas de hoje a oportunidade de experimentar os espaços de ontem”.*

A justificação para a salvaguarda e eventual reutilização de determinada estrutura industrial deverá fundamentar-se sobre vários critérios.

Não se trata apenas da recuperação do passado como um acto quase egocêntrico de querer conhece-lo, mas sim, compreendê-lo e tirar conclusões que nos façam enriquecer tanto pela história como pela aprendizagem da mesma. Essa salvaguarda, em termos históricos e culturais, significa a preservação de memórias das populações, que reforçam a sua identidade e valorizam a história. Normalmente, o próprio espaço ou localização é privilegiado, sendo que a própria manutenção de instalações que estejam inseridas em centros urbanos, muitas vezes em zonas culturais, contribui para o enriquecimento transversal a várias vertentes implícitas na recuperação da estrutura.

\* HUDSON (1990), pp.40-41

Segundo o Professor José Amado Mendes\*, antigo director do Curso de Mestrado em Museologia e Património Cultural da Universidade de Coimbra, existem princípios, enunciados já no século passado, que validam a salvaguarda ou reutilização de estruturas industriais, sendo eles: o valor artístico, o valor histórico e o valor de uso.

O **valor artístico** identifica-se pela própria evolução da estrutura industrial, desde as antigas oficinas e manufacturas – como são o caso das reais fábricas – até às fábricas dos nossos dias. Desde a harmonia das pequenas construções de pedra e madeira à utilização estética do tijolo e à extraordinária arquitectura do ferro que tão bem caracterizou a arquitectura do século XIX e XX.

O **valor histórico** caracteriza-se através da compreensão de que um monumento é, simultaneamente, um documento. As estruturas industriais não têm valor apenas pelo seu aspecto exterior mas também pela mensagem identitária do próprio local, isto é, as estruturas podem transportar diversas informações apenas com componentes específicos dos espaços. Um exemplo muito claro é a chaminé fabril como símbolo da industrialização e conseqüentemente da história adjacente da própria evolução do espaço.

Por fim, o **valor de uso** que se presencia com a necessidade da comunidade e o seu interesse em colaborar no futuro projecto de preservação e requalificação. Este património só “valerá” se se integrar nas necessidades contemporâneas, caso contrário este valor não se aplica. Daí, a compreensão das necessidades da comunidade serem fulcrais. A salvaguarda por si só não tem efeito ou continuidade do seu “período de vida” se não for integrado no quotidiano da comunidade local fazendo parte de um todo.

Nos dias de hoje, existe uma maior consciencialização no que diz respeito ao património em geral e também ao património industrial em específico. Os meios de comunicação actuais vieram ajudar para vários factores. Por um lado, a divulgação de legados “abandonados” em blogs e sites de internet ajudam na identificação destes pedaços de história perdidos. Normalmente, estas “queixas” são feitas por locais, ex-trabalhadores ou familiares de ex-trabalhadores destas indústrias.

\* MENDES (2000), p.204

No caso da presente investigação, este tipo de informação foi essencial, no sentido em que, sendo as Reais Fábricas estruturas maioritariamente do século XVIII, e, sendo a informação primária e directa sobre as mesmas escassa, estes “testemunhos” tornaram-se nos “documentos” que comprovam a existência destas estruturas e os potenciais “desvendadores” da sua história revelando muitas vezes informações fulcrais para a compreensão da evolução das mesmas.

Por outro lado, a discussão pública de possíveis soluções ajuda também para o conhecimento e compreensão da multiplicidade de soluções e critérios que formam um grande leque de possibilidades de intervenção que vão sendo actualizadas, complementadas, modificadas de modo a uma melhor adequação em sintonia com a contemporaneidade.

Entendendo assim, que a intervenção patrimonial deve atender à protecção dos valores já referidos anteriormente, segundo os princípios de actuação mais adequados, podemos segundo a autora Ana Roders em *Lifespan rehabilitation of built heritage*<sup>\*</sup>, defini-los em 7 escalas de intervenção, nas quais se definem as acções de que podem ser objecto:

**1-Deprivação:** abandono ou vandalismo

**2-Preservação:** inventário (recolha e produção de informação do objecto) ou prevenção (acções de limpeza e controlo do meio a fim de minorar a degradação).

**3-Conservação:** manutenção (acções de limpeza programadas e contínuas) ou salvaguarda (reparações de média escala e/ou acções de beneficiação de pequena escala); as acções de conservação implicam uma multidisciplinariedade (conservação integrada).

**4-Restauro:** restituições (reparações de grande escala, pequenas lacunas e fissuras) ou reconstituição (consolidação do material existente, lacunas médias); pressupõe se uma preocupação com a leitura do objecto, uma vez que pode implicar a modelação, introdução de novas formas e materiais).

**5-Reabilitação:** reutilização (com a mesma função, reposição do desempenho original do edifício ou a melhoria do mesmo) ou conversão (novo uso, pressupõe mais alterações, com maior intrusão nos tecidos).

**6-Reconstrução:** reedificação (parcial ou total, com base num inventário) ou nova construção (aproveitamento de tecido e infraestruturas urbanas)

**7-Demolição:** redução (desassemblagem ou aproveitamento de partes do objecto, com realocação) ou desperdício (desmontagem do objecto sem aproveitamento).

● ESCALAS DE INTERVENÇÃO

<sup>\*</sup> RODERS (2007), p.152

## MANUFACTURA PORTUGUESA

Dentro do grande tema do Património Industrial existe a indústria manufactureira, onde se integram as Reais Fábricas.

Sendo estas estruturas, antes de mais, locais de trabalho e, conseqüentemente, geradores de economia local e nacional, importa saber o seu contexto económico no qual foram inseridos, por quem e com que objectivo.

Neste capítulo pretende-se compreender brevemente o contexto económico português até ao século XVII. Compreender a razão e forma de aplicação da ideia mercantilista; da sua origem, objectivos e consequências na economia nacional e local.

São também nomeadas as principais personalidades intervenientes neste processo, tal como contextualizadas as suas relações e influência.

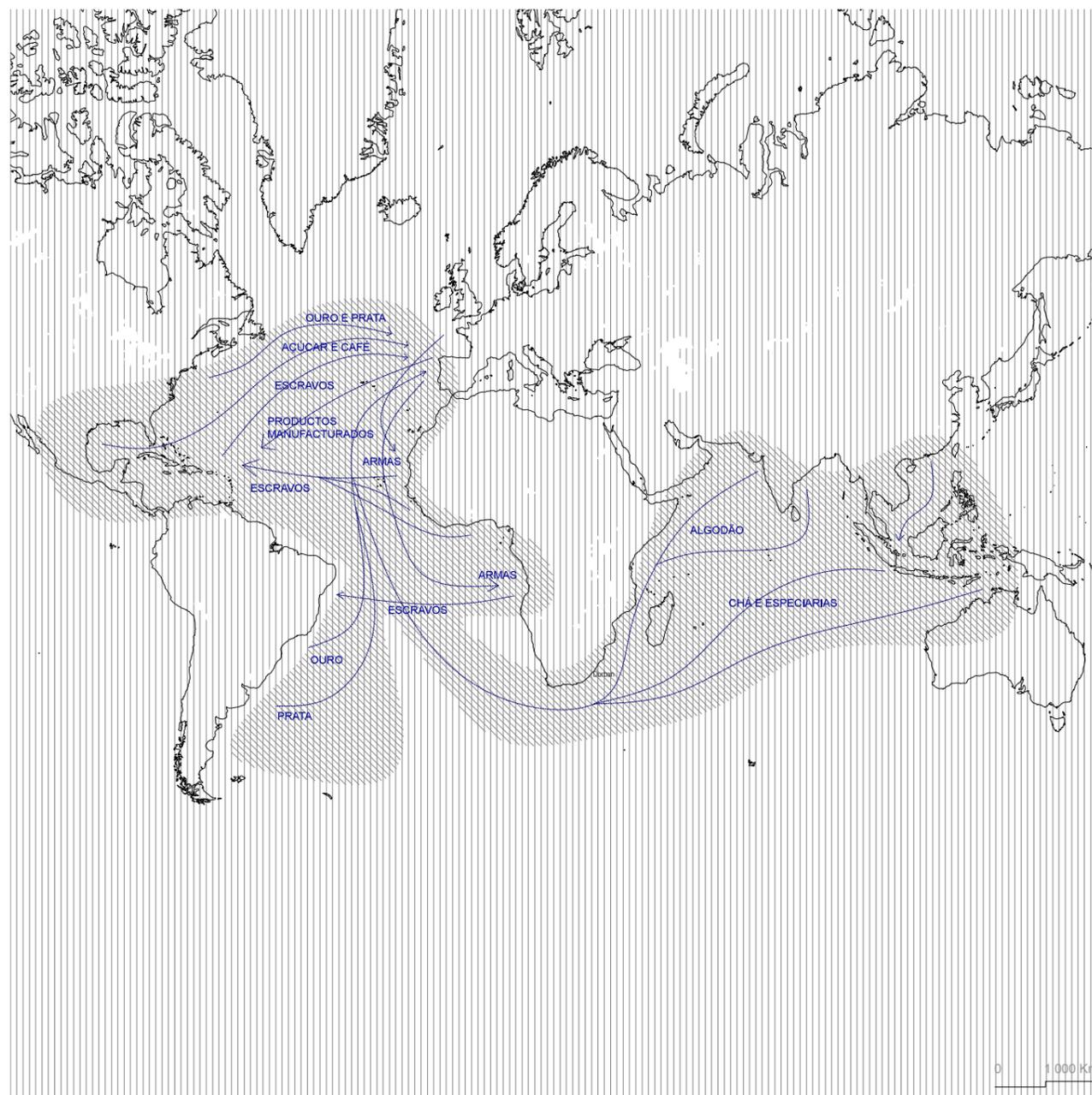
Explica-se a origem e o desenvolvimento destas manufacturas ao longo dos diferentes Reinados resultando num resumo da uma tentativa de desenvolvimento económico-industrial português conduzido por Marquês de Pombal.

### **ma·nu·fac·tu·ra |àt| ou |àct|**

substantivo feminino

1. Acto ou efeito de manufacturar. = MANUFACTURAÇÃO
2. Trabalho manual.
3. Resultado desse trabalho; obra feita à mão.
4. Grande estabelecimento industrial.
5. Produção desse estabelecimento industrial.

“manufactura”, in Dicionário Priberam da Língua Portuguesa [em linha], 2008-2013, <https://www.priberam.pt/dlpo/manufactura> [consultado em 27-03-2018].



## EVOLUÇÃO DA ECONOMIA PORTUGUESA

ECONOMIA RURAL - AGRICULTURA

COMÉRCIO COLONIAL

TENTATIVA DE INSERÇÃO DO MERCANTILISMO

## BREVE INTRODUÇÃO À ECONOMIA PORTUGUESA ATÉ AO SEC XVII

Até ao século XVI, Portugal dependia de uma economia rural, a agricultura era a actividade económica dominante e ocupava a maior parte da população trabalhadora. Os instrumentos de trabalho eram rudimentares e dependiam da força humana ou animal, o que resultava numa baixa produtividade. Dominava a paisagem o cultivo de cereais, milho, azeitona, vinha e algumas árvores de fruto, em correlação com o local de implantação.

Quanto ao comércio externo, o comércio colonial era mais dinâmico e foi responsável pela maior parte da riqueza Nacional. Portugal foi um grande impulsionador da navegação em busca de novos mercados e novos mundos. Foi nesta altura que se realizaram as grandes descobertas, desde a América ao Oriente. O impulso inicial para o expansionismo português tinha uma ideia de ordem militar e evangelizadora, no entanto, foi o interesse comercial que despoletou o ritmo das navegações e criou o monopólio das especiarias, algodão, açúcar, escravos, como assinalado na figura ao lado representando as principais rotas comerciais portuguesas.

Contudo, ainda no século XVII, a economia portuguesa passou por uma grave crise devido aos gastos com a Guerra da Restauração. Caracterizada por um conjunto de confrontos armados entre o Reino de Portugal e de Espanha, entre 1640 e 1668, iniciados pelo golpe de estado da Restauração da Independência (de 1 de Dezembro de 1640) e concluída com o Tratado de Lisboa de 1668, reconhecendo a total independência de Portugal.

Importante referir a concorrência das grandes potências coloniais (França, Holanda, Inglaterra) que diminuíram as exportações para a Europa.

Perante a crise, vários políticos e economistas defenderam a aplicação de uma ideia mercantilista para aumentar a riqueza do país, para tal, seria necessário o fomento manufactureiro e a limitação/proibição da importação de artigos concorrentes, ou seja, reduzir ou eliminar as rotas/dependências exteriores e criar os próprios bens de consumo no país.

\* Sobre a economia portuguesa e a Guerra da Restauração consultar: COSTA, Fernando (2004) - A Guerra da Restauração 1641-1668, Lisboa, Livros Horizonte

Este conjunto de práticas económicas desenvolvidas na Europa na Idade Moderna, entre o século XV e XVIII, consideravam que, a prosperidade de um país dependia do capital próprio, valorizando a produção nacional e reduzindo ou controlando as importações.

Von Hornick\*\* sintetiza este pensamento em nove regras, entre elas, a que cada polegada de chão de um país seja utilizada para a agricultura, a mineração ou as manufaturas; Que seja obstaculizado, tanto quanto for possível, todas as importações de bens estrangeiros; Que na medida em que for possível, as importações sejam limitadas às primeiras matérias que possam acabar-se no país; Que sejam procuradas constantemente as oportunidades para vender o excedente de manufaturas de um país aos estrangeiros, na medida necessária, em troca de ouro e prata entre outras.

Assim, cada país conseguiria ser autosustentável. Não necessitaria de dependências externas e criaria um movimento interno da riqueza. Apenas o inexistente e indispensável era comprado além fronteiras. As rotas de importação eram agora minimizadas e os productos nacionais excedentes (que provocariam prejuízo) seriam transformados em lucro sendo exportados.

## PERSONALIDADES INFLUENTES NA ECONOMIA

De forma a compreender a contextualização histórico-económica, torna-se importante referir e contextualizar as principais personalidades que influenciaram o fomento desta nova economia.

A seguir, apresentam-se as principais figuras impulsionadoras do desenvolvimento manufactureiro português e qual a sua função no Reino, sendo apresentados por ordem cronológica de nascimento e, conseqüentemente de ordem de influência. Apresentam-se pequenas notas biográficas de cada personalidade, posições relevantes ou áreas onde se inseriam na sociedade, no Reino.

\*\* **VON HORNICK (Phiipp von Hornigk)** 1640-1714 - Era um funcionário público austríaco defensor da teoria económica do mercantilismo. Num tempo em que o seu país estava constantemente ameaçado por invasões turcas escreveu: *Österreich Über Alles, Wenn Sie Nur Eill (1684, Áustria sobre tudo, se apenas o ensejasse)* onde afirmou uma das declarações mais claras da política mercantil listando os nove princípios para a economia nacional referidos acima no texto. Para mais informação consultar : Ekelund, Robert B., Jr. e Hébert, Robert F. (1997). *A history of economic theory and method*. Waveland Press , p. 40–41.

## Duarte Ribeiro de Macedo (1618-1680) \*

Nascido em Lisboa, foi embaixador, economista e escritor do período da restauração sendo considerado um dos mais importantes pensadores políticos do sec XVIII representando a ideia mercantilista na qual defendeu a introdução das manufacturas em Portugal.



## Jean-Baptiste Colbert (1619-1683)\*\*

Importante político francês que ocupou o lugar de Ministro de Estado e da Economia aquando do reinado de Luís XIV.

Instalou o Colbertismo em França, onde teve grande importância para o desenvolvimento do mercantilismo, tornando esta numa prática verificada em alguns pontos da Europa – como foi o caso português trazido pelo Marquês.

\* Duarte Ribeiro de Macedo in Artigos de apoio Infopédia [em linha]. Porto: Porto Editora, 2003-2018. [consult. 2018-09-17 18:13:14]. Disponível na Internet: [https://www.infopedia.pt/apoio/artigos/\\$duarte-ribeiro-de-macedo](https://www.infopedia.pt/apoio/artigos/$duarte-ribeiro-de-macedo)

\*\* Sobre Colbert ver (MURAT, 1978) e (COLE, 1939)

### D. Luís de Menezes, 3º Conde da Ericeira\* (1632-1690)

Nascido em Lisboa e filho de D-Henrique de Menezes e de D. Margarida de Lima iniciou desde cedo a carreira militar recebendo distintas honras participando de célebres batalhas, entre elas a de S.Miguel em 1658, a das Linhas de Elvas em 1659, Ameixial em 1663, conquistas de Évora, Valença de Alcântara entre outras. Foi deputado da Junta do Três Estados e em 1675 assumiu o cargo de vedor da Fazenda, no qual introduziu o comércio das manufacturas dando o primeiro impulso à indústria portuguesa.

O conde tinha variados conhecimentos em línguas e história dos quais resultaram algumas obras escritas como por exemplo “Compendio panegyrico da vida e acções do Excellentissimo Senhor Luiz Alvares de Tavora, conde de S. João, marquez de Tavora”; Lisboa, 1674 e “Historia de Portugal restaurado”, Parte I, Lisboa, 1679.



### Sebastião José de Carvalho e Melo (1699-1782)\*

Também conhecido como **Conde de Oeiras**(1759) ou **Marquês de Pombal**(1770) foi um importante político reformador na época.

Nascido em seio de família nobre passa pela carreira de Direito e Militar mas opta pela carreira diplomática na qual vingou. Inicia a sua formação como embaixador na Grã-Bretanha, onde fica impressionado pelo sucesso económico inglês, e tenta mais tarde implementar medidas que incutissem um sentido semelhante à economia portuguesa num período de história marcado pelo iluminismo. Neste sentido, como Primeiro-ministro do reino, instaura várias reformas administrativas, económicas e sociais impondo a lei a todas as classes e procurando fortalecer o poder real capaz de capitalizar os sectores produtivos e levar ao desenvolvimento manufactureiro.

### Roque Monteiro Paim (1643-1706)\*\*

Nascido em Lisboa formou-se em Coimbra em direito e exerceu as suas obrigações como comendador de Santa Maria de Campanhã do Porto. Por ordem de D.Pedro II abandonou a magistratura e foi nomeado seu secretário e juiz da inconfidência, conselheiro da Fazenda, ouvidor da casa de Bragança e por várias vezes serviu os cargos de secretário de Estado.



\*TORRES, vol III - p.162  
\*\*TORRES; vol V - p 376-377

\*AZEVEDO, 1922

## FOMENTO DA MANUFATURA EM PORTUGAL

Segundo Acúrcio das Neves<sup>\*</sup>, desde o século XVI, altura em que surgiram as primeiras manufacturas, que estas foram sofrendo uma lenta adaptabilidade ao espaço como fábrica que produzia em prol da necessidade/ possibilidade. Isto é, Portugal concentrava na altura as suas atenções na conquista, consolidação e povoamento do território, esta situação fez com que o desenvolvimento industrial da época não fosse constante, resultando num variado quadro de indústrias que se foram adaptando às novas necessidade e novidades técnicas importadas.

Portugal fez várias tentativas para atingir a qualidade de dos productos fabricados pelos outros países, por influência de diplomatas, alguns príncipes, no entanto, em muitas fracassou.

Foi por influência de Luiz de Menezes, juntamente com Duarte Ribeiro de Macedo e Monteiro Paim, que ao inserir uma política de industrialização, conseguia antes demais, equilibrar a balança comercial<sup>\*\*</sup> e substituir os produtos de luxo estrangeiros por produtos nacionais, limitando também as importações dos mesmos.

Com o apoio de D. Pedro II, foi possível criar manufacturas para a produção de artigos não militares começando por duas áreas fundamentais – tecidos e vidro.

Chegaram os artificios do estrangeiro e foram instituídas as primeiras estruturas industriais. A par da criação das manufacturas, estabeleceram-se também novos procedimentos regulamentares, essencialmente o controlo da qualidade<sup>\*\*\*</sup> de trabalho e de produto através da transição da produção doméstica para a produção colectiva baseada na subdivisão de tarefas. No entanto, em alguns casos, optava-se por um processo misto, em que parte das tarefas de menor escala eram realizadas domesticamente e apenas finalizadas em fábrica. O novo processo de fabricação ao dividir as tarefas por diferentes espaços, eliminaria aos poucos os improvisos do artesanato, tornando o processo cada vez mais productivo e eficaz, sendo que consistia em tarefas simples, repetitivas e de fácil apreensão por parte dos trabalhadores.

<sup>\*</sup> José Acúrcio das Neves ( 1766-1834) - Um político, historiador e um pioneiro na economia portuguesa. Um precursor do industrialismo em Portugal, deixou vários escritos de economia política e sobre história contemporânea. Entre elas, *Memória sobre os meios de melhorar a Indústria Portuguesa, considerada nos seus diferentes ramos*, 1820; *Noções Históricas, Económicas e Administrativas sobre a produção e manufactura das Sedas em Portugal*, e particularmente sobre a Real Fábrica do Subúrbio do Rato, e suas Anexas, 1827; *História Geral da Invasão dos Franceses em Portugal, e da Restauração deste Reino*, 1810-1811, 5 volumes, entre muitos outros. (Almodovar, 1989)

### REINADO DE D. PEDRO II

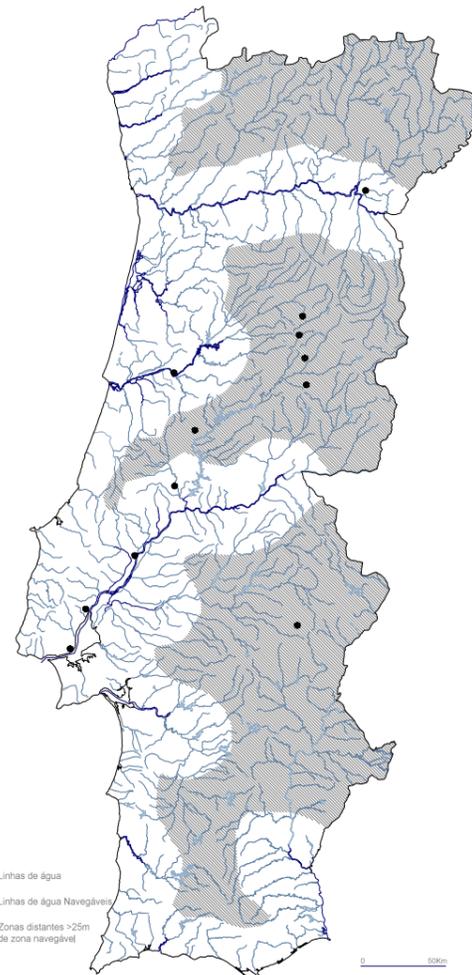
1683-1706

*“Com a regência do Senhor D. Pedro II começou huma nova ordem de cousas. A primeira precisão, que os povos tinham, era a da paz, e foi com efeito este o primeiro objecto, de que o Príncipe cuidou, apenas tomou as rédeas do Governo, e dentro de pouco tempo o conseguiu. Pacificado o reino voltou-se para a indústria, e as primeiras fábricas, que se propoz a estabelecer, forão as de sedas, e lanifícios. No paiz não haviam mestres, e operários para ellas: era necessário mandarem-se vir de fora, e nisto encontrou grandes dificuldades, porque os francezes, e os Inglezes procuravão embaraçar, quanto lhes era possível, a sahida deles, pelo grande ciúme que lhes causavão os estabelecimentos fabris dos outros paizes.” (...)“Foi com estes homens que se achou o Senhor D. Pedro, foram eles os que trouxerão a Portugal as luzes, que brilhavão naquelas diferentes côrtes, principalmente na de França, onde o génio de Colbert desenvolvia prodígios de industria; mas sobre tudo quem preparava os planos, e animava os novos estabelecimentos, era o Conde da Ericeira D. Luiz de Menezes, que ocupava o lugar de Vedor da Fazenda, traçando como em miniatura o que passado pouco menos de hum século veio a executar em grande o Marquez de Pombal.”*

Acúrcio das Neves em NEVES, 1827 - pp15-17

<sup>\*\*</sup> que na altura era liderada pelos holandeses, ingleses e alemães

<sup>\*\*\*</sup> DUCASSÉ, 1944



Esta subdivisão de trabalho teve consequências a nível espacial e funcional da fábrica, sendo que a organização e a adaptabilidade do espaço começaram a ser considerados aspectos importantes para o desenvolvimento de uma indústria de sucesso, evidenciando-se tanto nas construções novas como nas adaptações de antigos edificadas. As fábricas novas construía de acordo com as novas necessidades, com espaços mais alongados e largos garantindo uma melhor organização do espaço e adaptando-se à necessidade espacial de cada tipo de processo. No caso das adaptações de antigos edifícios, o usufruto das naves interiores para as grandes maquinarias, utilizando as pequenas divisões para pequenas oficinas e gabinetes.

Não era, na verdade, uma novidade este tipo de processo para o país pensando nos estaleiros na Ribeira das Naus de Lisboa ou Douro, que estando ligados aos Descobrimientos seguiam já há muito tempo este tipo de organização devido à sua dimensão e complexidade de equipamentos e instalações.

Criaram-se então as Reais feitorias de cordame em Santarém(1653), Moncorvo(1656) e Coimbra(1659) de onde eram enviados os produtos para as Oficinas da Cordoaria dos Arsenais Reais<sup>\*</sup>, as Reais Ferrarias em Figueiró-dos-Vinhos e de Tomar(1655), os Reais Lanifícios na Covilhã(1678), Manteigas(1680), Fundão(1681), Melo, Estremoz e Alhandra(1698), uma Real Fábrica de vidros, duas Reais fábricas de Seda- Lisboa(1677) e Tomar(1683) – e a ampliação das oficinas do estado para produção de pólvora em Alcântara e Barcarena(1690)<sup>\*\*</sup>.

Apesar do esforço nacional em produzir os próprios bens de consumo, a falta de experiência mostrou-se na dificuldade de escoamento do produto, que segundo Carlos Fontes<sup>\*\*\*</sup>, *“esta iniciativa sofreu um forte revés, primeiro com o êxito da exportação do vinho do Porto para a Inglaterra (1680) e sobretudo a descoberta do ouro no Brasil (1696) que veio resolver o grave problema dos pagamentos das importações.”*; juntamente com o Tratado de Methuen (1703) deitando por terra o incentivo à indústria nacional e pondo fim a algumas destas manufacturas.

O Tratado de Methuen, assinado por D. Pedro II e o embaixador de mesmo nome, John Methuen, consistia no levantamento de todas as proibições à entrada de mercadorias inglesas no país e, em troca, a entrada do vinho do Porto em Inglaterra e redução de uma parte dos direitos do vinhos franceses.<sup>\*\*\*\*</sup>

<sup>\*</sup> MACEDO, 1984b

<sup>\*\*</sup> TAVARES, 1986

<sup>\*\*\*</sup> Para mais informação sobre Carlos Fontes voltar à página 19.

<sup>\*\*\*\*</sup> TORRES, vol IV - p.1085

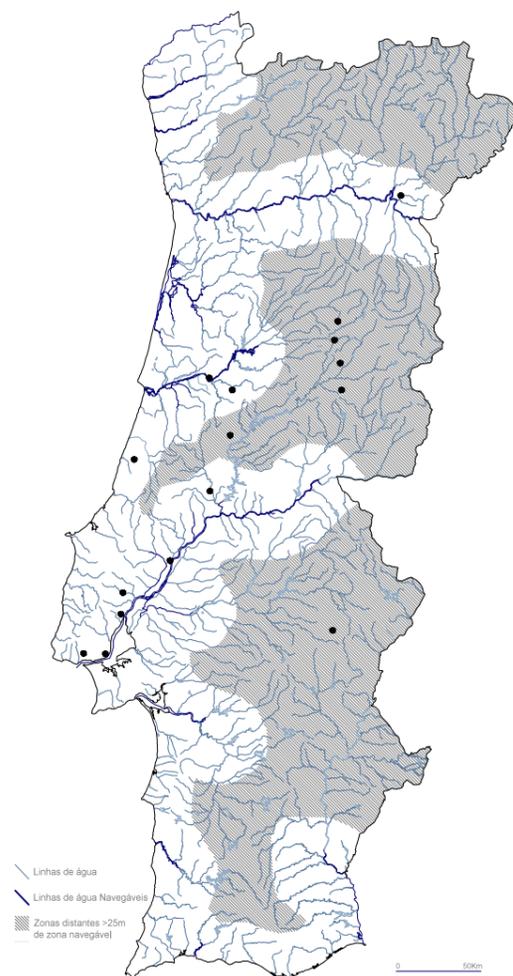
## DAS MANUFACTURAS ÀS FÁBRICAS REAIS

Durante o reinado de D. João V, entre 1720 e 1740, surge um novo impulso manufactureiro nacional em diversos ramos - foram neste período fundadas as Reais Fábricas de papel da Lousã (1715-17), de vidro de Coima (1722), de fundição de Santa Clara em Lisboa (1726), de pólvora de Alcântara e Barcarena (1727 e 1729), de couros em Alenquer (1728-45) e de sedas de Lisboa (1730) - no entanto, a sua sobrevivência é posta em causa devido à grande concorrência inglesa, os fracassos da implementação de novas técnicas estrangeiras (nos caso das indústrias têxteis), a escassez de matérias-primas ou o acumular de dívidas e despesas.

A política económica joanina reforçava preferencialmente o Pacto Colonial, promovendo a nacionalização do comércio ultramarino e o desenvolvimento da marinha mercante.

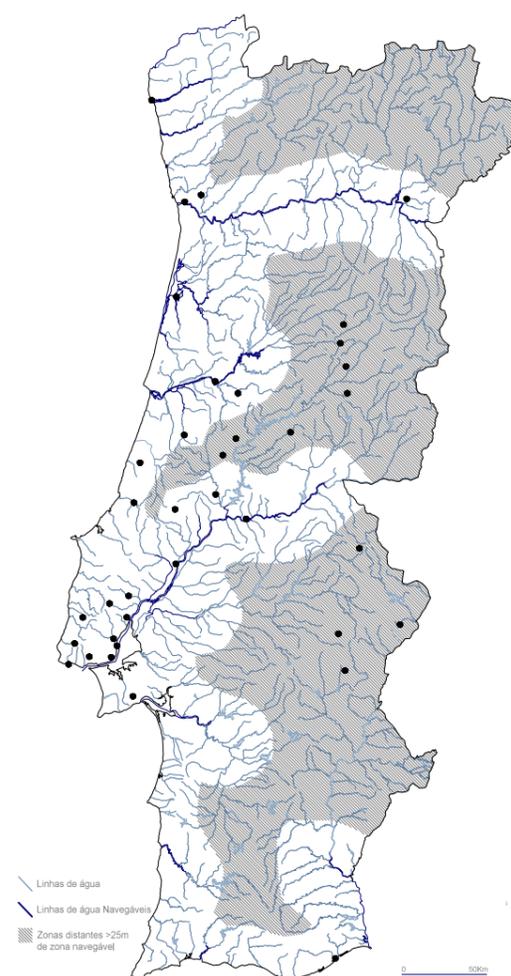
Consequência desta estrutura económica, o quadro de crescimento urbano e de ostentação implica a instalação da Corte em Lisboa, trazendo com ela a construção de novos palácios, igrejas e outros edifícios públicos bem como a criação de eventos festivos, aumentando exponencialmente, por sua vez, a procura de produtos de luxo no estrangeiro.

● REINADO DE D. JOÃO V  
1706-1750



• MACEDO, 1984b  
•• PEDREIRA, 1994

● REINADO DE D. JOSÉ I  
1750-1777



Chegado o reinado de D. José I (1750-1777), Portugal assiste a um impulso industrial, agora consistente, sob a direcção de Marquês de Pombal à imagem dos ensinamentos de Colbert, com uma melhor organização e regulamentação productiva das indústrias reais, resultando numa melhoria da produção em geral, tanto no método, tecnologia e produto final. Contudo, não foi suficiente para vencer a dependência económica do país em relação à Grã-Bretanha; assim, algumas manufacturas sofreram com o seu encerramento ou na entrada de um regime de subsistência dada a sua importância de fornecimento de produtos, bens alimentares e dinâmica da economia local e regional.

A destruição causada pelo terramoto de 1755, obrigou a uma “retomada” das indústrias principalmente para a reedificação da capital, como por exemplo, sendo necessária a produção dos materiais de construção, foi necessária uma resposta às exigências do momento - neste sentido foi instalada uma fábrica de cal, de William Stephens, nas margens de Alcântara contígua à Real Fábrica de Pólvora.

Numa primeira fase, Marquês de Pombal, ordenou a procura e o diagnóstico do verdadeiro estado e necessidades do espaço nacional pós-incidente, resultando no Inquérito de 1756, respondido pelas autoridades religiosas e administrativas regionais.

Foi criada, no mesmo ano, a Real Junta do Comércio que congregava os interesses do Estado e dos homens de negócio. Tinha como objectivo o supervisionamento e coordenação dos sectores comerciais, agrícolas e industriais, a fundação de manufacturas e oficiais, criação de regulamentos, concessão de direitos e monopólios alfandegários e, por vezes, o financiamento directo.

Foram criadas nesta altura, ou reformadas, cerca de duas centenas de fábricas, sobretudo na região de Lisboa, mas também em localidades mais interiores como Alcobaça, Tomar, Azeitão, Covilhã e Portalegre. As novas fábricas procuravam assim inserir uma nova vertente qualificada e organizada da produção em alguns sectores específicos, como também inserir vários tipos de manufactura, diferenciando a manufactura

• MADUREIRA, 1997  
•• MACEDO, 1982

completa da especialização;na primeira assumindo todo o tipo de transformação desde a matéria-prima ao produto final, e na segunda, apenas dedicada ao acabamento de produtos semifabricados pela indústria doméstica ou outras manufacturas.

Sabe-se que algumas fábricas procuraram integrar-se na estrutura económica de cada região, como é o caso da Real Fábrica de Panos da Covilhã (1764) com o objectivo de controlar, de novo, a indústria dos lanifícios da região.

Com a criação destas indústrias no interior do país tornou-se necessário garantir a comunicação destas localidades mais afastadas com a capital, assim, a promoção do comércio interno favorece também uma renovação de infraestruturas que correspondiam às necessidades da dinâmica da comercialização nacional.

Para uma melhoria da técnica e “arte” de fabrico, foi necessário recorrer à participação de artifices estrangeiros especializados que assumiram o ensino dos operários nacionais. Sendo esta iniciativa sustentada por verbas públicas, com o objectivo do eficaz avanço e reformulação dos sistemas de organização e processo productivo, são também introduzidos novos sistemas de organização, técnicos do trabalho e maquinismos mais eficientes, resultando por vezes, na necessidade de construção de edifícios, e/ou infraestruturas, de raiz para albergar a nova indústria e as suas novas exigências.

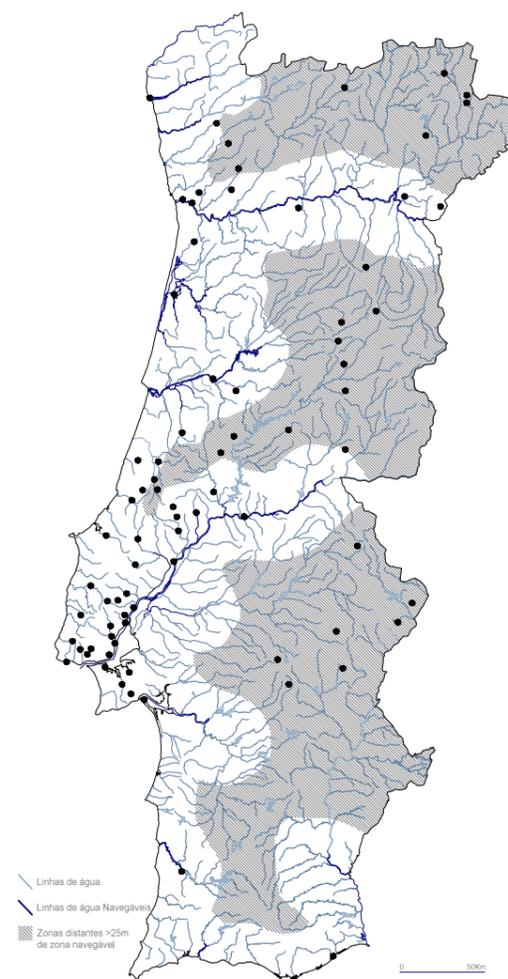
Esta organização mercantilista não era apenas direccionada para produção industrial mas também agrícola, sendo criada na mesma altura (1756) a Real Companhia Geral de Agricultura das Vinhas do Alto Douro que garantia a gestão de produção e controlo de qualidade dos vinhos e sua distribuição. No que toca à agricultura nacional, continuariam as dificuldades de aplicação das novas políticas devido à sua interioridade impeditivo do seu desenvolvimento, acrescido da fraca circulação monetária dessas regiões mais afastadas da costa.

Ultrapassadas as dificuldades e reerguendo a economia portuguesa, o conjunto das indústrias nacionais criadas começaram a surtir efeito e davam agora resposta eficaz à solicitação do mercado.

• CUSTÓDIO, 1998

•• NEVES, 1827

REINADO DE D. MARIA I  
de 1777 em diante



Importante referir, que para tal acontecer, foi necessária ajuda, nomeadamente na criação de uma série de apoios fiscais e financeiros - isenções de taxas alfandegárias e de sisas-mercantis – privilégios e monopólios - e legislativos – a proibição de importações; tal como a cedência de terrenos ou incentivos económicos, técnico-construtivos e arquitectónicos à construção das manufacturas, preferencialmente em meios urbanos de alguma dinâmica populacional ou industrial.

Após a morte de D.José I, e conseqüente afastamento do Marquês de Pombal, as políticas mercantilistas vão sendo lentamente alteradas e os custos das Reais Fábricas começam a ser encarados como insustentáveis. Foram entregues progressivamente a proprietários privados – como foi o caso da Real Fábrica de Lanifícios de Portalegre, Fundão e Covilhã, etc.

A Junta do Comércio foi substituída pela Junta de Administração das Fábricas do Reino e Águas Livres(1778), mais tarde transformada na Real Junta de Comércio, Agricultura, Fábricas e Navegações deste reino e seus domínios(1788).

As invasões francesas (1807/10), aliadas a outros acontecimentos negativos – a anulação do exclusivo colonial em 1808 -traduziram-se numa situação de forte constrangimento ao desenvolvimento do conjunto industrial com inúmeros casos de destruição profunda. Foi o caso da Real Fábrica da Covilhã, Alcobaça, Tomar, Marinha Grande e Povos. Algumas conseguiram reerguer-se mas outras foram alvo de danos irreparáveis resultando no encerramento das mesmas.

Na segunda década do sec XIX, o Estado incentivou as principais estruturas agrícolas e industriais, o que se revelou no entanto insuficiente, dada a realidade económica vigente perante a poderosa indústria inglesa.

## OUTRAS REAIS FÁBRICAS NA EUROPA

Colbert, um dos principais impulsionadores do mercantilismo, também aplicara o sistema manufactureiro em França, o seu país de origem, de onde proliferou para os países próximos que partilhavam da mesma ideia. Dessa contaminação ideológica, trazida por Marquês de Pombal para Portugal, resultaram outros conjuntos de Reais Fábricas, em Espanha, Itália, Inglaterra...

Os reinos queriam aumentar a sua riqueza e alimentar as suas próprias necessidades, portanto, tal como em Portugal, existem exemplos de edifícios industriais da manufactura de entre o século XVII a XVIII de grande interesse, referindo alguns a seguir.

Em Espanha, encontra-se a *Real Fabrica de Cristales de la Granja*<sup>\*</sup>. Localizada na Segóvia, este edifício desenhado por Joseph Diaz Ganones e Juan de Villanueva, foi construído nas imediações do Palácio Real com o objectivo da produção de todos os vidros e espelhos necessários à obra real, tirando partido também da proximidade com a Serra de Guadarrama de onde retirava a madeira que servia de fonte de combustível.

Por volta de 1800 a fábrica parou a produção sendo ao longo tempo adaptada a outras funções, funcionando desde 1982, como Fundação Nacional do Vidro.

Também em Espanha, Sevilha, encontra-se a *Real Fábrica de Tabaco*<sup>\*\*</sup>, construída em 1728 com desenho de Ignacio Sala, Diego Bordick Deverez e Sebastian van der Borch.

No ano de 1950, a produção foi mudada para outro edifício sendo que o antigo passou a ser a Reitoria da Universidade de Sevilha, função que cumpre nos dias de hoje. Para a adaptação à nova função, foram realizadas obras lideradas por Alberto Balbotin de Orta, Delgado Roig e Toro Buiza.



Em França, mais propriamente Abbeville, foi fundada em 1665 por Luís XIV – e comissionada por Colbert- a Manufacture des Rames, *La manufacture royale d'Abbeville*.

Esta manufactura teria como principal objectivo a produção de têxteis de luxo e foi um dos mais importantes estabelecimentos industriais da época.

Um exemplo dinamarquês que ainda hoje fabrica porcelanas, a *Royal Copenhagen*<sup>\*\*</sup>. Foi fundada pela rainha Juliane Marie em 1775. É uma reconhecida marca no mundo das porcelanas e atravessa já 300 anos de história. Inicialmente fundada pelo reino, foi mais tarde, 1868, privatizada e foi ao longo tempo juntando-se com outras empresas consoante as necessidades. Apesar das parcerias a qualidade do produto manteve-se e a imagem de marca também, as três ondas azuis que a fazem reconhecer em todo o Mundo. Actualmente o edifício serve apenas como loja e espaço expositivo e toda a produção foi transferida para a Tailândia.

As Reais Fábricas estão espalhadas pelo Mundo ligadas entre si por uma linha invisível. Uma linha que fez parte integrante da evolução da sociedade, e como é claro, do desenvolvimento industrial.

A identificação destas estruturas e a valorização do seu legado é fundamental para a construção de uma linha histórica com princípio e fim do património industrial.

\* <http://www.realfabricadecristales.es/es>

\*\* [http://personal.us.es/alporu/fabricatabaco/vision\\_general.htm](http://personal.us.es/alporu/fabricatabaco/vision_general.htm)

\* GERMAN, 1971 - p.65

\*\* <https://www.royalcopenhagen.com/ourpassion/heritage>

## 02.2 AS REAIS FÁBRICAS

Neste capítulo apresenta-se o conjunto das 22 Reais Fábricas.

Caso a caso, apresentam-se de forma sistemática as manufacturas portuguesas em estudo. A sua organização, como já foi referido anteriormente, segue a orientação de Norte para Sul e da Esquerda para a Direita, tal como a leitura da Língua Portuguesa.

Cada exemplo é representado pela sua identificação; a sua localização no território através de um Ortofotomapa; uma cronologia histórica revelando os pontos mais relevantes no desenvolvimento do edifício e da sua história; observações feitas aquando da visita ou outras observações relevantes à investigação; cartografia, fotografia e iconografia existente encontrada sobre o edifício da época de laboração e, por fim, fotografias do estado actual sendo a componente imagética a mais expressiva na sua representação.

A bibliografia e webgrafia referente a cada caso encontra-se no final da investigação especificamente identificada.

01

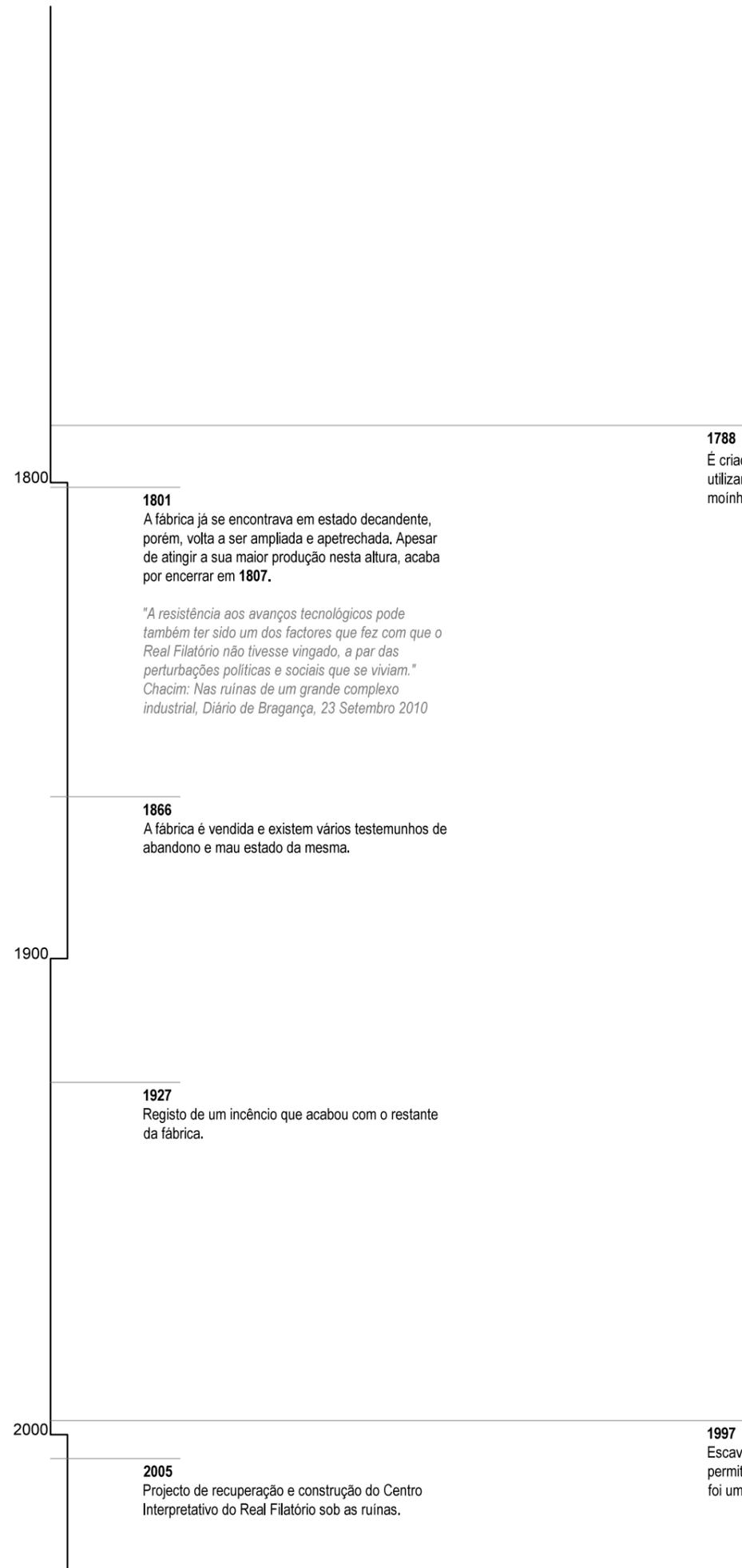


41°28'12.6"N 6°54'11.1"W



**Nome** Real Filatório de Sedas  
**Matéria** Seda  
**Local** Chacim, Macedo de Cavaleiros  
**Situação Actual** Abandonado  
**Classificação** Sem Classificação





**1801**

A fábrica já se encontrava em estado decadente, porém, volta a ser ampliada e apetrechada. Apesar de atingir a sua maior produção nesta altura, acaba por encerrar em **1807**.

*"A resistência aos avanços tecnológicos pode também ter sido um dos factores que fez com que o Real Filatório não tivesse vingado, a par das perturbações políticas e sociais que se viviam."  
Chacim: Nas ruínas de um grande complexo industrial, Diário de Bragança, 23 Setembro 2010*

**1866**

A fábrica é vendida e existem vários testemunhos de abandono e mau estado da mesma.

**1927**

Registo de um incêndio que acabou com o restante da fábrica.

**2005**

Projecto de recuperação e construção do Centro Interpretativo do Real Filatório sob as ruínas.

**1788**

É criado por Dona Maria I o Real Filatório, utilizando uma nova tecnologia italiana, o moinho de seda redondo.

**1997**

Escavações arqueológicas no local permitiram mostrar vestígios daquela que foi uma das maiores fábricas da região.





#### NOTA

Não foram encontrados registos desenhados ou fotográficos da fábrica da época de laboração.

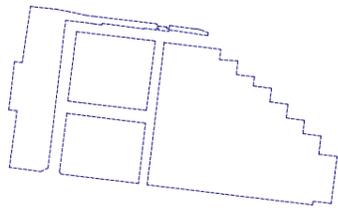
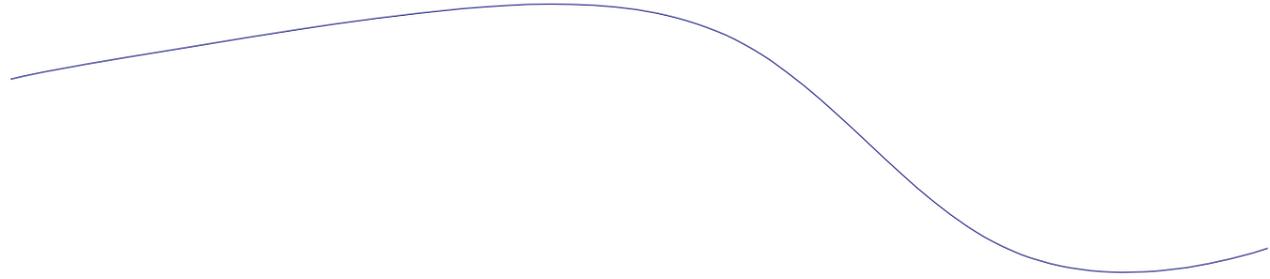
Apesar da intervenção recente, onde foi inserido um Centro Interpretativo e feita uma limpeza ao local, este encontra-se encerrado ao público e em estado de degradação. Segundo a Câmara Municipal de Macedo de Cavaleiros, o Centro teve de ser fechado por não ter visitantes suficientes que justificassem a despesa diária de um funcionário no local.

Na visita ao local, foi evidente a diminuição populacional relacionada com o difícil acesso às principais cidades e falta de actividade profissional na zona. Segundo os locais, o Real Filatório fez a localidade ter cerca de 300 habitantes, todos trabalhadores fabris, actualmente restam cerca de 100 e na faixa etária 65-85anos.

02

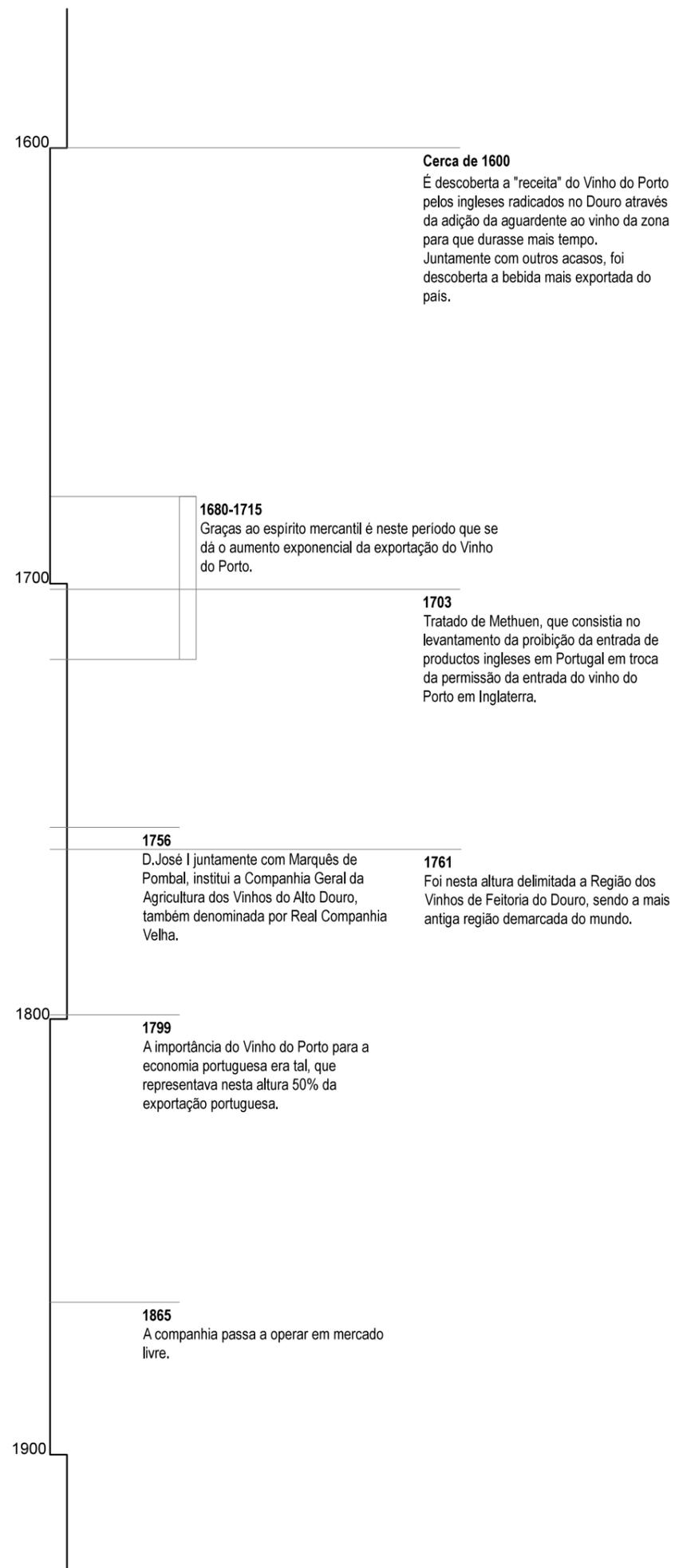


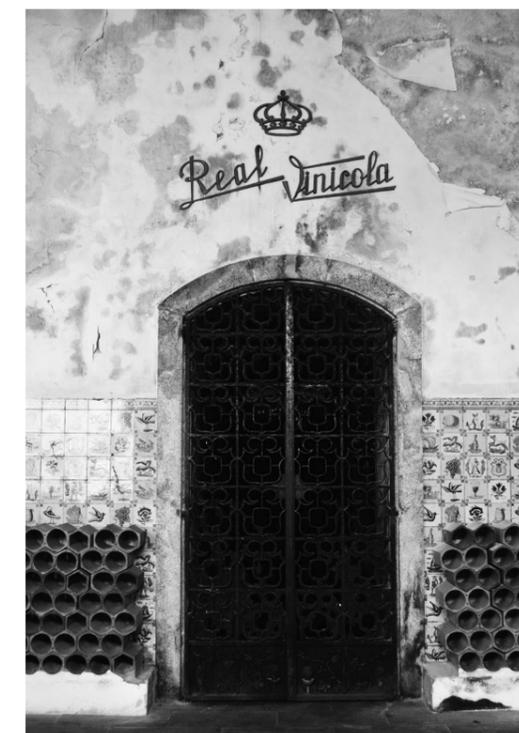
41°07'57.7"N 8°36'03.7"W



**Nome** Real Companhia Velha  
**Matéria** Vinho do Porto  
**Local** Vila Nova de Gaia  
**Situação Actual** Em funcionamento  
**Classificação** Sem Classificação







NOTA

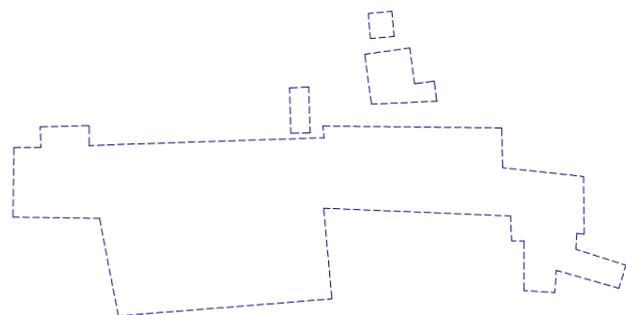
Não foram encontrados registos desenhados ou fotográficos da Real Companhia Velha anteriores à visita. Mantém-se a trabalhar até aos dias de hoje, e por razões de protecção do processo industrial, não foi permitido publicar as plantas do edificado.

Actualmente a Real Companhia Velha pertence à Companhia Taylors, também conhecidos pela produção de Vinho do Porto. No ano presente, 2018, foi inaugurado um novo Museu na zona das Caves - 17º56 - onde se pode aprender toda a história do Vinho do Porto e desta Companhia.

03



40°58'52.1"N 8°36'35.2"W

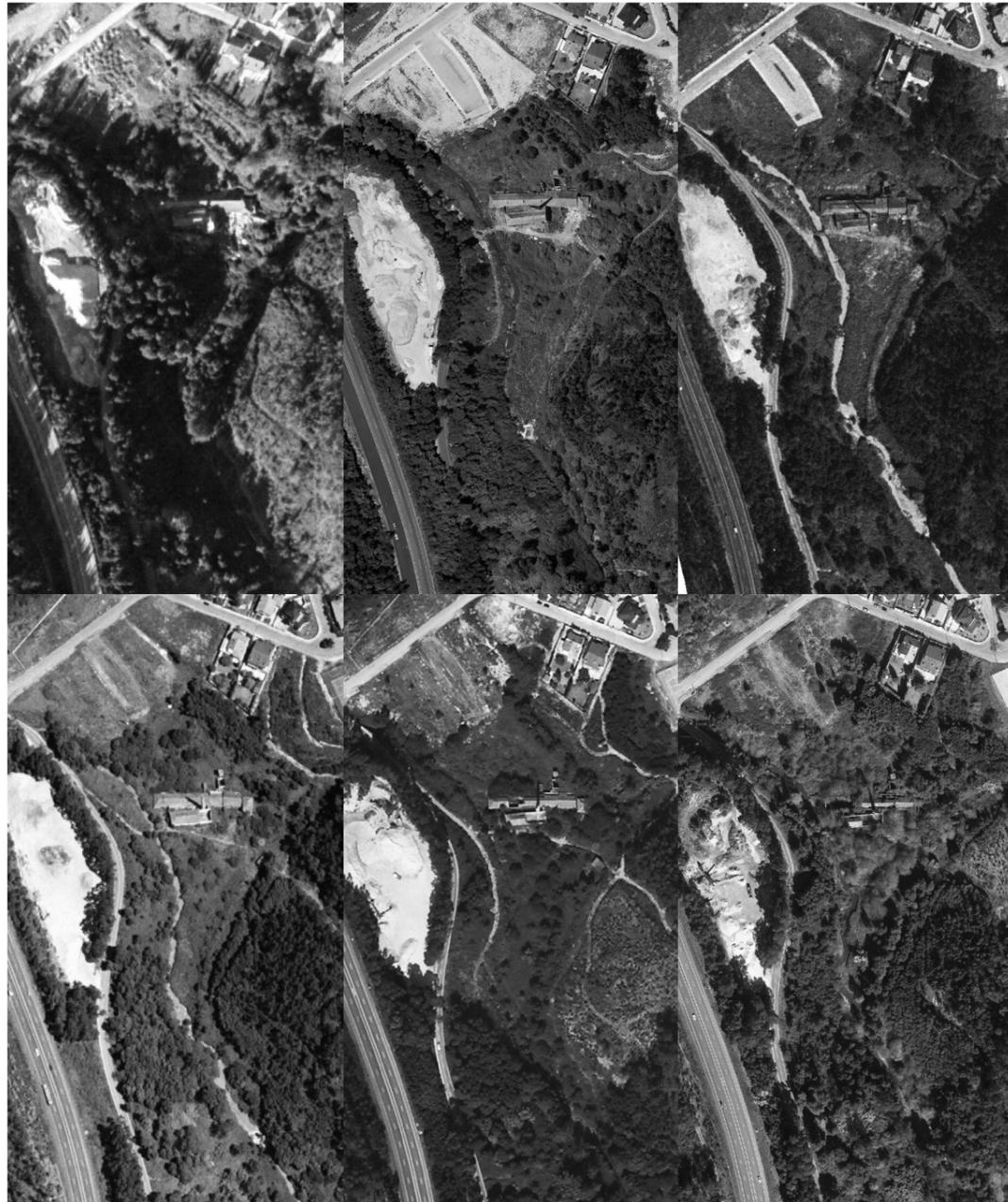


**Nome** Real Fábrica de Papel - "Engenho Velho"  
**Matéria** Papel  
**Local** S.Paio de Oleiros, Sta M<sup>a</sup> da Feira  
**Situação Actual** Ruína c/ construção ilegal  
**Classificação** Sem Classificação



1700

1708  
Fundada por Ottone.



1800

1900

2000



NOTA

Não foram encontrados registos desenhados ou fotográficos da Real Fábrica de Nossa Senhora da Lapa, conhecida como “Engenho Velho” da época de laboração.

A Câmara Municipal cedeu imagens aéreas - única informação do conjunto - desde 2000 até à actualidade, o que permitiu identificar algumas alterações no terreno e a deteriorização ao longo do tempo. São Paio de Oleiros é conhecido pela indústria do papel, tendo até um Museu do Papel que retrata a história da indústria papeleira, no entanto, da primeira fábrica é apenas citada a data de fundação não tendo sido possível encontrar mais informação sobre a mesma.

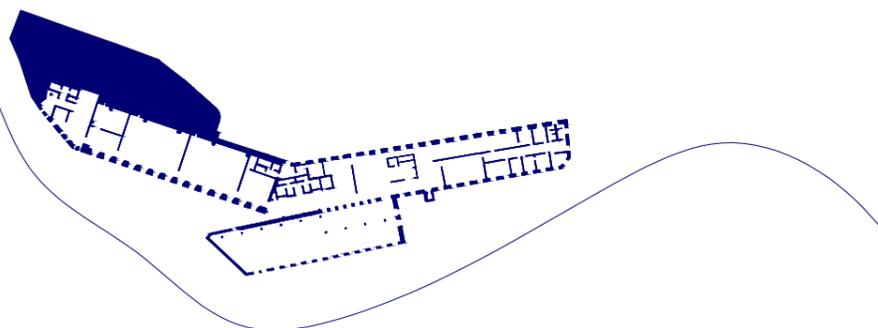
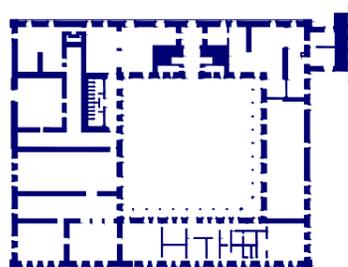
A visita revelou uma intervenção sobre a antiga fábrica que supostamente estaria em ruínas segundo as entidades locais. Em busca de esclarecimentos sobre a nova intervenção, a autarquia demonstrou-se surpresa. Tratava-se de uma intervenção sem licença, sendo solicitado o levantamento fotográfico para a abertura do processo contra o proprietário.



04



40°16'39.3"N 7°30'29.9"W



**Nome** Real Fábrica de Panos e Veiga  
**Matéria** Lanifícios  
**Local** Covilhã  
**Situação Actual** UBI - Universidade da Beira Interior; Muslan  
**Classificação** IIP - Imóvel de Interesse Público



1700

1673/87  
Ergue-se a "fábrica velha" na ribeira da Carpinteira.

1769  
O Rei ordena a reutilização da pedra da muralha da cidade para a construção têxtil, que segundo Orlando Ribeiro, um caso único de destruição do sistema defensivo por este ser um entrave ao crescimento da cidade.

1834  
Devido à extinção das ordens religiosas o Convento de S. Francisco foi transformado numa indústria por José Mendes da Veiga, tal como o Convento de S. António foi vendido e servia de armazém de fazendas.

1891  
Chegada do caminho-de-ferro à parte baixa da cidade.

Anos 30  
A indústria têxtil atinge o pico de produção graças à Guerra Civil em Espanha, mas desce novamente no fim da guerra.

1996  
Criação do 1º Núcleo do Museu de Lanifícios da UBI.

1764  
Criada a **Real Fábrica de Panos da Covilhã** junto à ribeira da Goldra, por mando de Marquês de Pombal, tal como a **Real Fábrica Veiga** a partir de uma oficina de tinturaria junto à fábrica dos panos.

Anos 20  
Criada a Empresa Transformadora de Lanifícios - mais tarde ampliada e desde 2000 constitui a Faculdade de Engenharia da UBI pelo GPA - Gabinete de Planeamento e Arquitectura.

1975  
Com a Reforma Veiga Simões foi criado o Instituto Politécnico da Covilhã, para tal foram utilizadas as instalações da Real Fábrica de Panos - entretanto já utilizada como Quartel General.

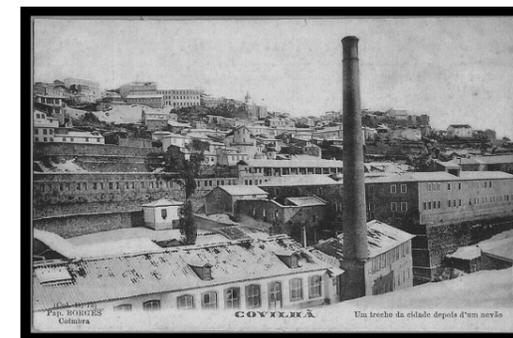
Anos 80  
A UBI adquire mais edifícios e terrenos para expansão, tais como: Convento de Sto António, Palacete da família Belo e Castro, Fábrica do Rato, Fábrica dos Tapetes, Fábrica do Moço, Fábrica Paulo Oliveira, Empresa Transformadora de Lãs, etc.



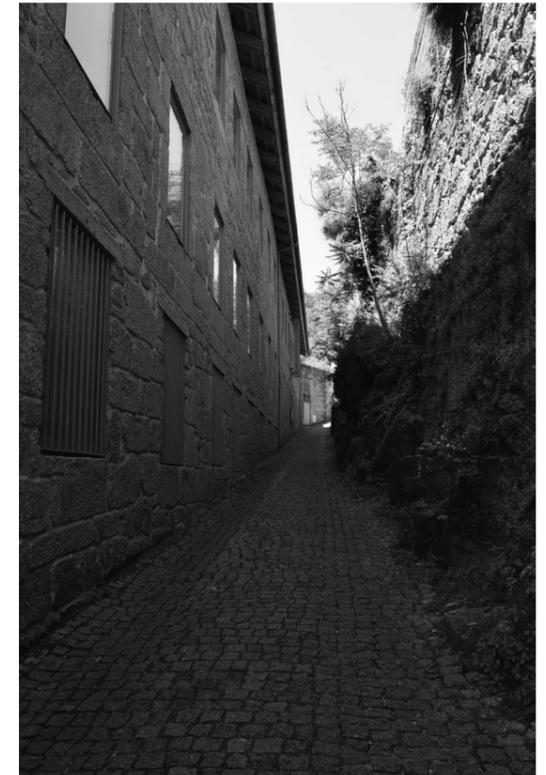
ANTIGA FABRICA REAL  
ACTUAL U.B.I.



COVILHÃ ANTIGA  
1940



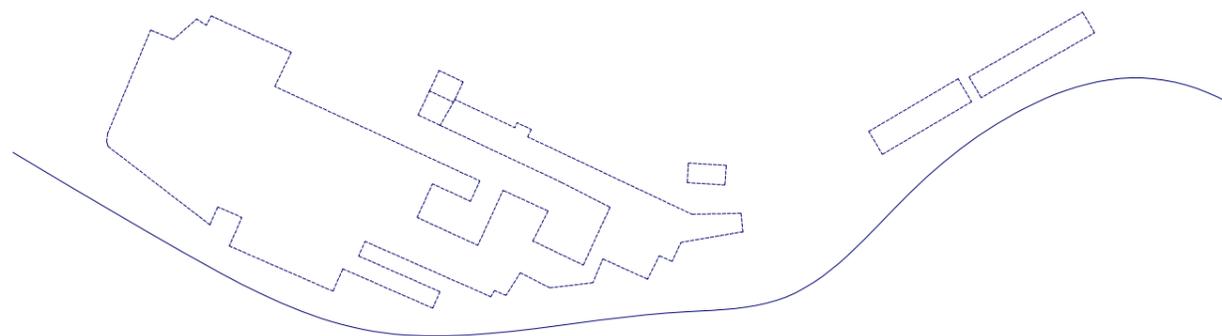
NOTA  
Não foram encontrados registos desenhados da antiga Real Fábrica da altura da sua laboração.



05



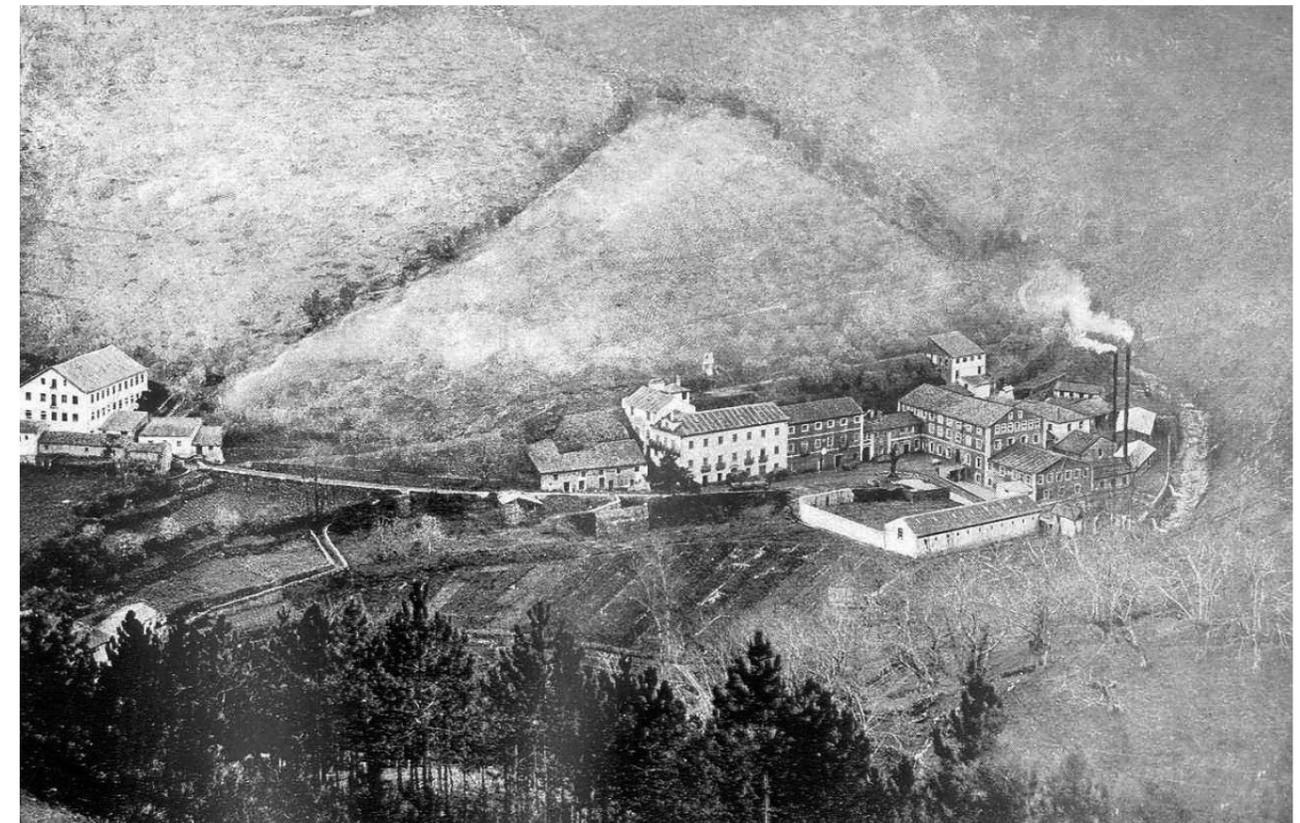
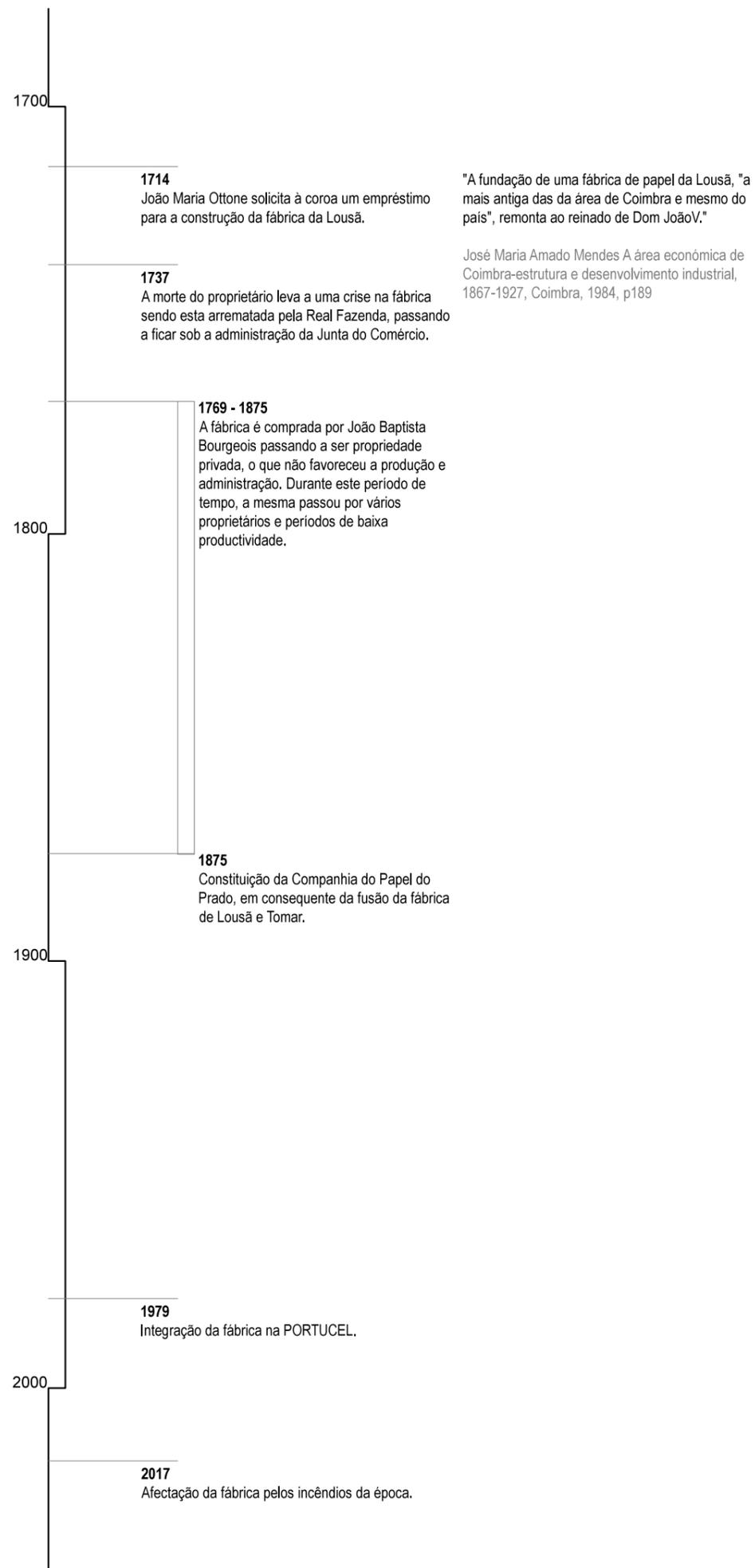
40°06'04.0"N 8°14'41.0"W



---

**Nome** Real Fábrica de Papel  
**Matéria** Papel  
**Local** Lousã  
**Situação Actual** Em funcionamento  
**Classificação** Sem Classificação







NOTA

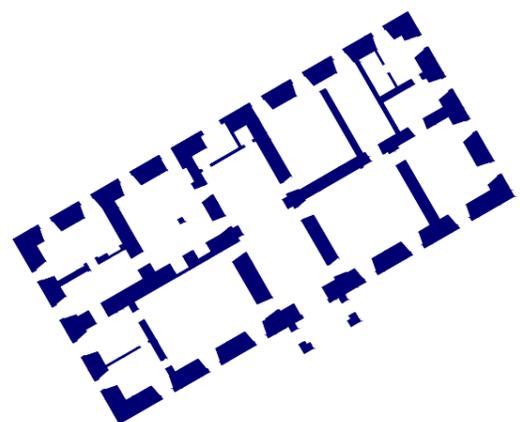
Não foram encontrados registos desenhados da antiga fábrica da época da sua laboração.

Não foram autorizados registos fotográficos para além da fotografia aérea nem disponibilizadas plantas atuais por questões de protecção do processo industrial.

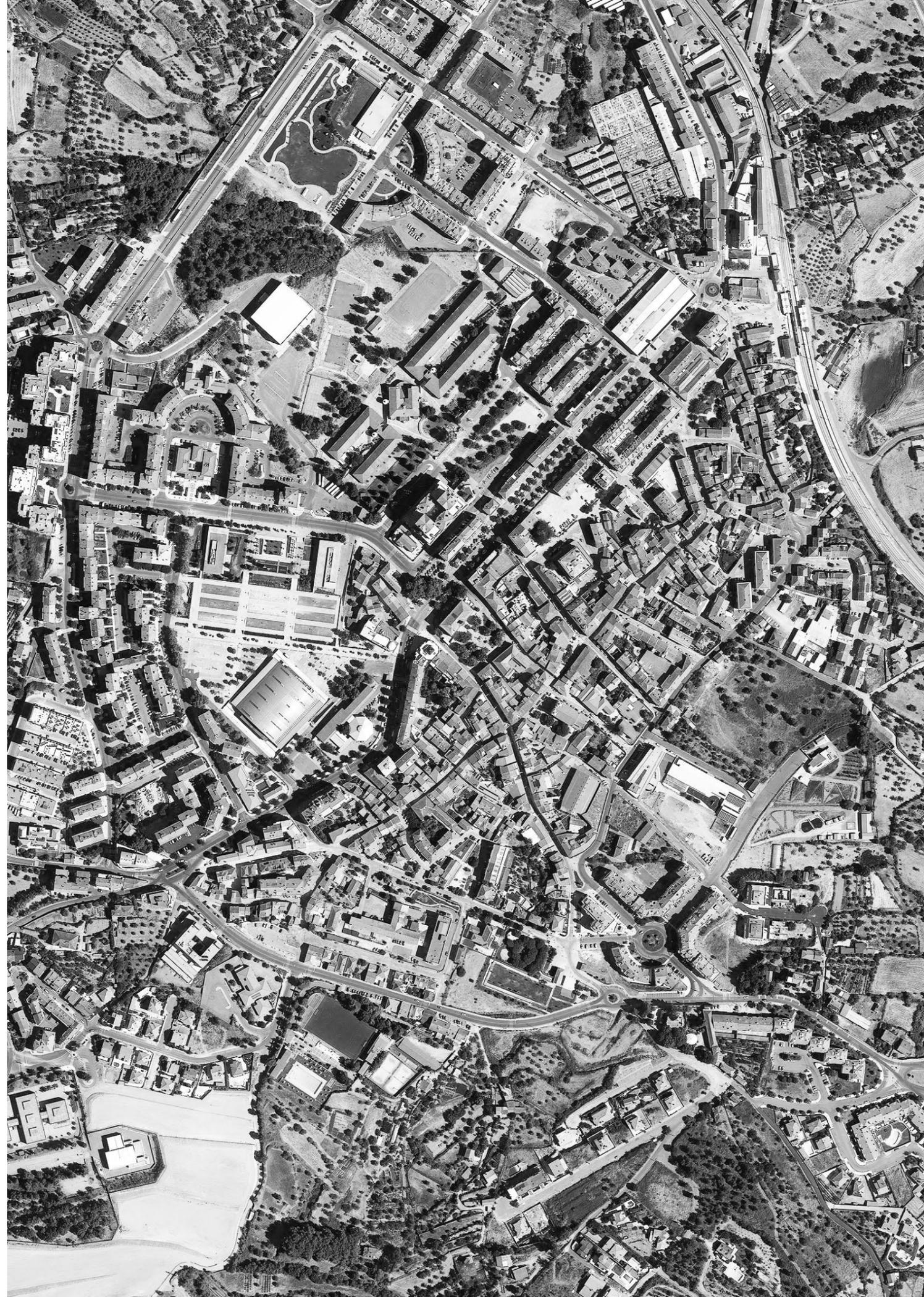
06



40°08'16.9"N 7°30'01.9"W



**Nome** Real Fábrica de Lanifícios  
**Matéria** Lanifícios  
**Local** Fundão  
**Situação Actual** Câmara Municipal  
**Classificação** MIM - Monumento de Interesse Municipal



1800  
1900  
2000

**1764**  
A fábrica começa a sua actividade como "Fábrica - Escola Real".

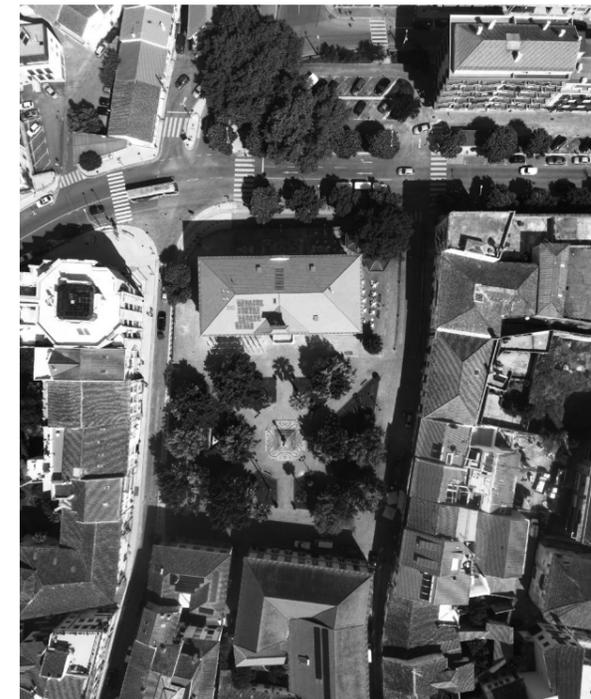
**1755**  
São iniciadas as obras no edifício para albergar a Real Fábrica de Lanifícios.

**1819-1821**  
Realizadas obras de conservação do Edifício "Graças à concorrência e zelo dos honrados habitantes desta/vila e termo e mais aos que mais se distinguiram."  
Inscrições nos cunhais das fachadas Noroeste e Nordeste.

**1915**  
Adaptação da antiga fábrica a Paço do Concelho. As obras entre outras alterações menores incluíram a adição de mais um piso e a alteração da porta de entrada.

**1942 - 1965**  
Durante este período funcionou neste espaço o primeiro Museu Arqueológico do Fundão.





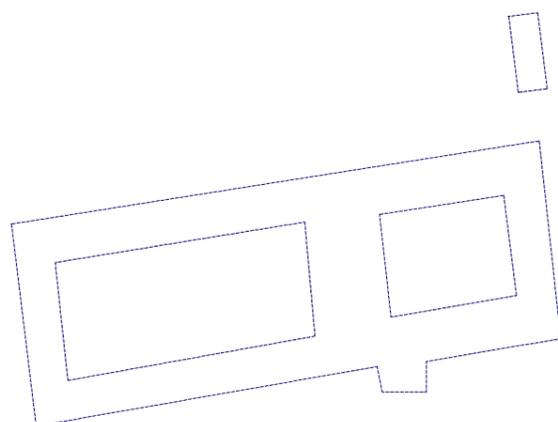
NOTAS

Não foram encontrados registos desenhados ou fotográficos da antiga fábrica na época de laboração.

07



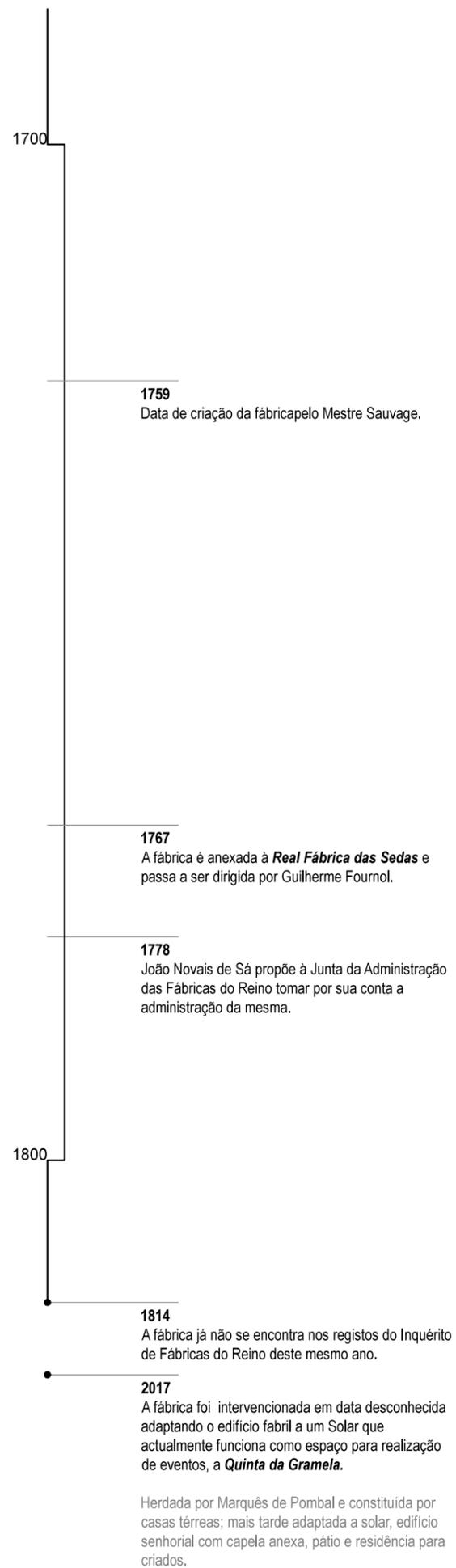
39°56'45.3"N 8°38'35.9"W



---

**Nome** Real Fábrica de Chapéus de Gramela  
**Matéria** Chapéus  
**Local** Pombal  
**Situação Actual** Quinta da Gramela (Realização de Eventos)  
**Classificação** Sem Classificação





NOTA

Não foram encontrados registos desenhados ou fotográficos da fábrica da época de laboração, tal como não existe um levantamento actual do edifício.

Localizada a cerca de 3 Km de Pombal, a Quinta da Gramela foi herdada pelo Marquês de Pombal por morte de seu tio Paulo de Carvalho e Ataíde. Em 1759 era constituída por casas térreas, tornando-se mais tarde num solar, edifício senhorial de dois pisos com uma capela adjacente e em anexo um duplo pátio que servia de residência aos criados, de arrumo de alfaias e depósito de produtos agrícolas.

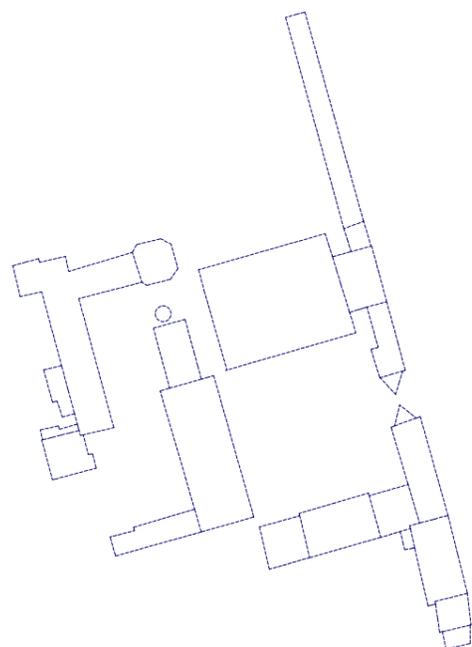
in <https://www.freguesia-pombal.pt/solar-da-quinta-da-gramela> (consultado a 22 de Maio de 2017)



08

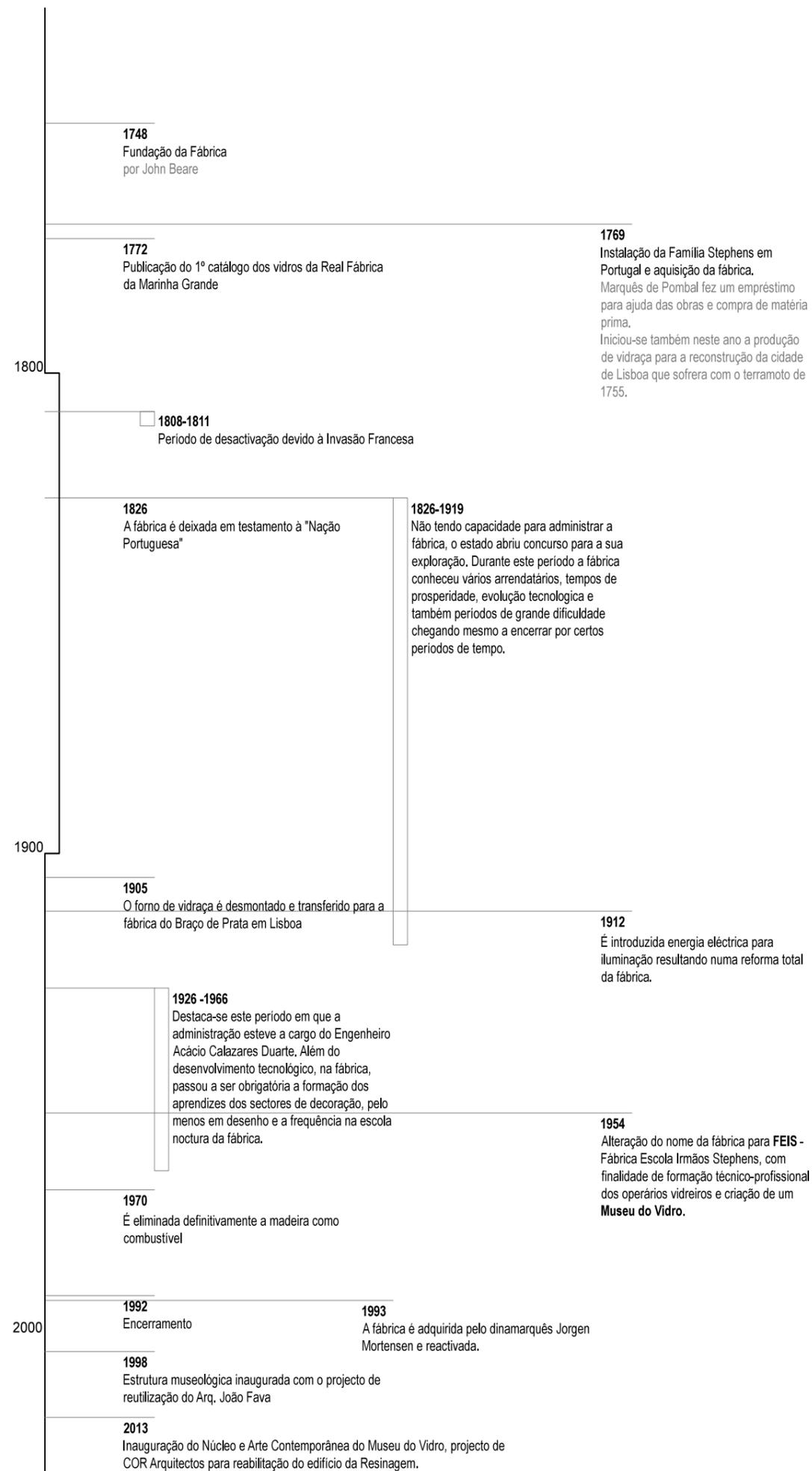


39°44'58.8"N 8°56'00.9"W



**Nome** Real Fábrica de Vidro  
**Matéria** Vidros e Cristais  
**Local** Marinha Grande  
**Situação Actual** Museu do Vidro, Arquivo e Biblioteca  
**Classificação** IIP - Imóvel de Interesse Público







NOTA

Não foi possível ter acesso à planta por razões de privacidade do processo industrial. Não foram encontrados registos desenhados -plantas- que permitissem retratar a antiga fábrica.

09



39°36'36.8"N 8°24'33.4"W



**Nome** Real Fiação de Tomar (com Açude da Real Fábrica)  
**Matéria** Algodão; linho e lã  
**Local** Tomar  
**Situação Actual** Ruína  
**Classificação** Sem Classificação | IIP - Imóvel de Interesse Público



1800

**1798**  
Uma cheia no rio Nabão causou grandes estragos no Açude.

**1789**  
O edifício é vendido ao industrial Jacome Ratton, em parceria com Thimoteo Lecussan Verdier, que restaurou o espaço adaptando-o à inovação da Revolução Industrial - a **máquina a vapor**; a **primeira fábrica no país com esta nova tecnologia**.

**1793**  
A fábrica de fição mudou de instalações para uma mais moderna, a Fábrica Nova. O edifício do palácio (**fig2**) ficou apenas para os serviços administrativos da fábrica.

**1869**  
O palácio foi vendido ao barão de Alvaizere marcando o seu nome até aos dias de hoje.

1900

**1883**  
Um grande incêndio destruiu todo o interior sendo depois reestruturada a estrutura fabril pela Companhia J. Hetherington&Sons. Esta reestruturação contou com mais uma inovação, o **primeiro espaço fabril com iluminação eléctrica** através de uma central com um canal de cerca de 150m de comprimento e 6,20m de largura aproveitando a queda de água a partir do **Açude**.

**1911**  
Albergou o Quartel General da Região Militar.

**1975**  
Um incêndio destrói todo o interior.

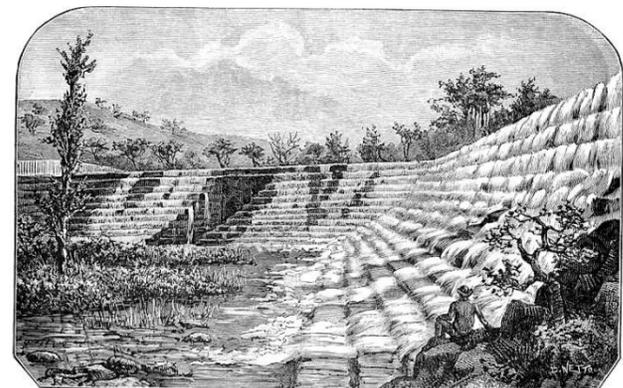
**1993**  
Deixa de laborar.

**1993**  
A fábrica deixa de laborar.

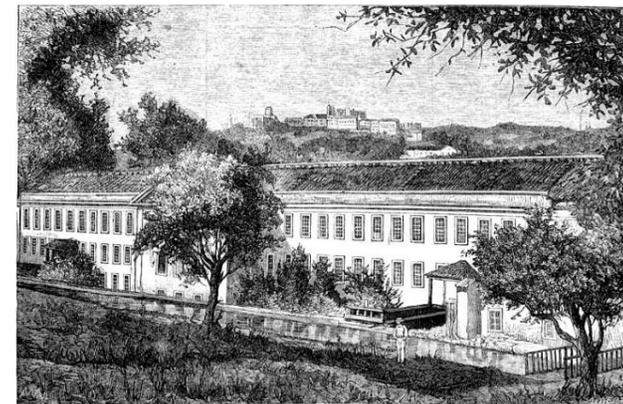
**2001**  
Foram realizadas obras de reabilitação e o edifício acolhe até hoje o serviço de Registos e Notariado.  
"As obras de reconstrução do interior mantiveram a fachada original, que conserva não apenas o valor arquitectónico do edifício mas também a memória do primeiro núcleo da fábrica de fição de Tomar." (Oliveira, 2015)

**1771**  
"o primeiro que intentou fiar algodão em Portugal, foi um italiano chamado Locatelli; obteve do Marquês de Pombal grandes privilégios, e algum dinheiro. No ano de 1771 montou esta fábrica no Palácio do Principal Lázaro Leitão (...). O algodão era fiado em rodas de mão e as fazendas eram fabricadas com o dito fio e urdideira de linho."(GUIMARÃES, 1976; p.220)

**1875**  
É acrescentada a tecelagem à produção para além da fição e da malha.



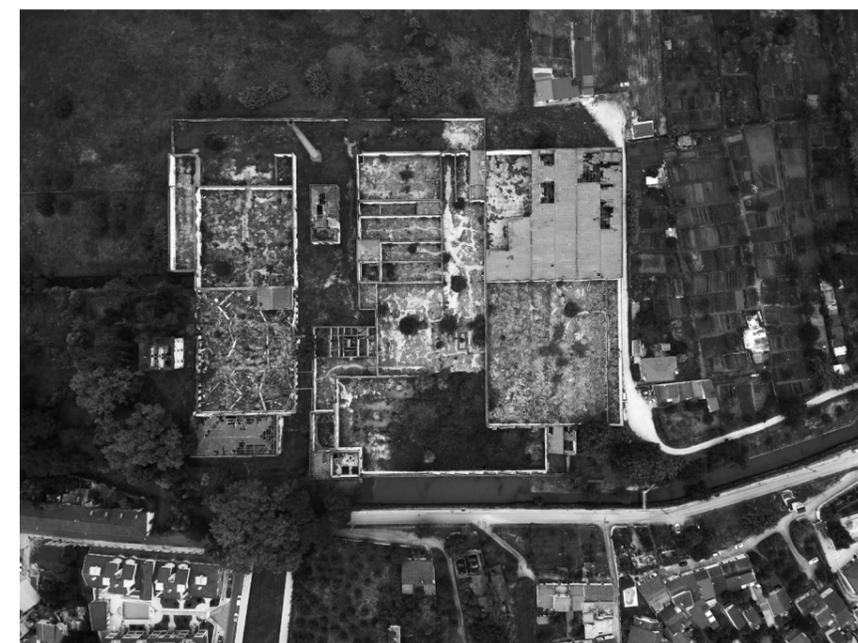
O AÇUDE DA FABRICA DE FIAÇÃO, DE THOMAR, NO RIO NABÃO  
(Desenho do natural por J. B. Christian)



REAL FABRICA DE FIAÇÃO, EM THOMAR, DESTRUIDA POR INCENDIO A 29 DE AGOSTO ULTIMO (segundo uma photographia de A. B. Magalhães)



NOTA  
Não foram encontrados registos desenhados - plantas- da antiga fábrica nem existe levantamento do estado actual.



10



39°34'03.3"N 8°59'16.0"W

**Nome** Real Fábrica de Lençaria e Algodão  
**Matéria** Algodão  
**Local** Fervença, Alcobaca  
**Situação Actual** Inexistente  
**Classificação** Sem Classificação



1700

1800

1900

**1774**  
Aprovada a edificação pertencente a António Rodrigues de Oliveira e André de Faria Rocha.

**1779**  
A fábrica passa a ser administrada pela Junta de Administração das Fábricas do Reino.

**1792**  
Transmitida a título de venda à Sociedade Carvalho e Guillot, as modificações produzidas por esta sociedade transformaram-na no centro da indústria têxtil portuguesa.

**1810**  
Consequência da Revolução Francesa a fábrica e a sua produção foi destruída.

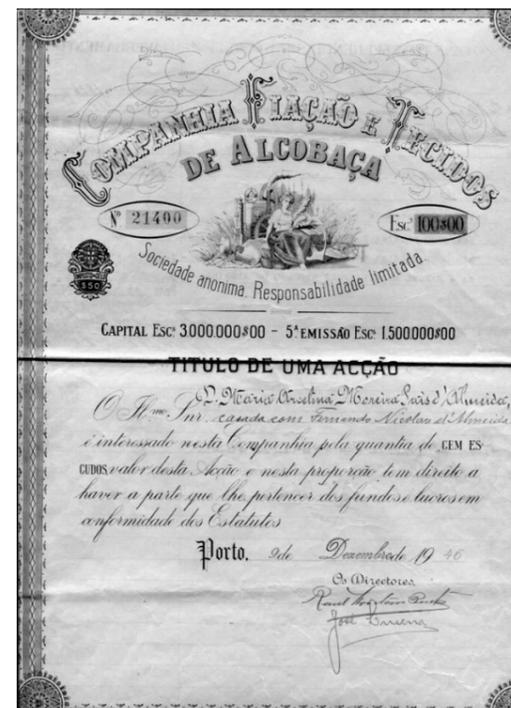
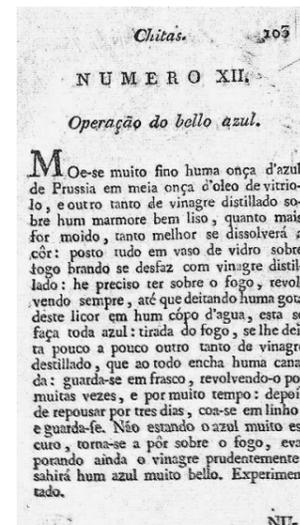
**1814**  
É obtido novo alvará para a abertura de uma nova fábrica.

**1825**  
Fica registado em decreto a decadência da fábrica, pela qual se autoriza a Julião Guillot e filhos a sua venda.

**1875**  
Por iniciativa de **Joaquim Ferreira de Araújo Guimarães**, iniciou-se a Companhia de Fiação e Tecidos de Alcobaca, uma Sociedade Anónima de Responsabilidades Limitadas, que perdurou ao longo do sec XX.

**1774**  
Aprovada a edificação pertencente a António Rodrigues de Oliveira e André de Faria Rocha.

**1789**  
Inserida a "Jenny" em Portugal pela 1ª vez nesta fábrica.  
Esta nova máquina permitia a um só operário pôr em movimento cem fusos destinados ao fabrico de fio de trama.



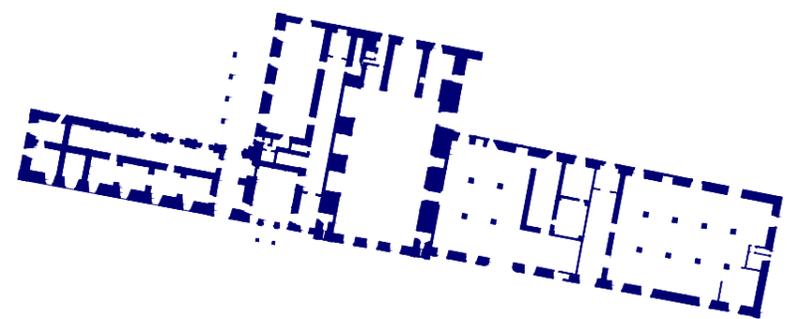
## NOTA

Não foram encontrados registos desenhados, fotográficos da época de laboração nem localização exacta da antiga fábrica de lençaria. Resta apenas hoje em dia a ruína da antiga central eléctrica da fábrica e os dados encontrados baseiam apenas na bibliografia, também escassa. Sabe-se apenas que se localizava em Fervença e, perto da linha de água, pois era a sua força motriz.

11

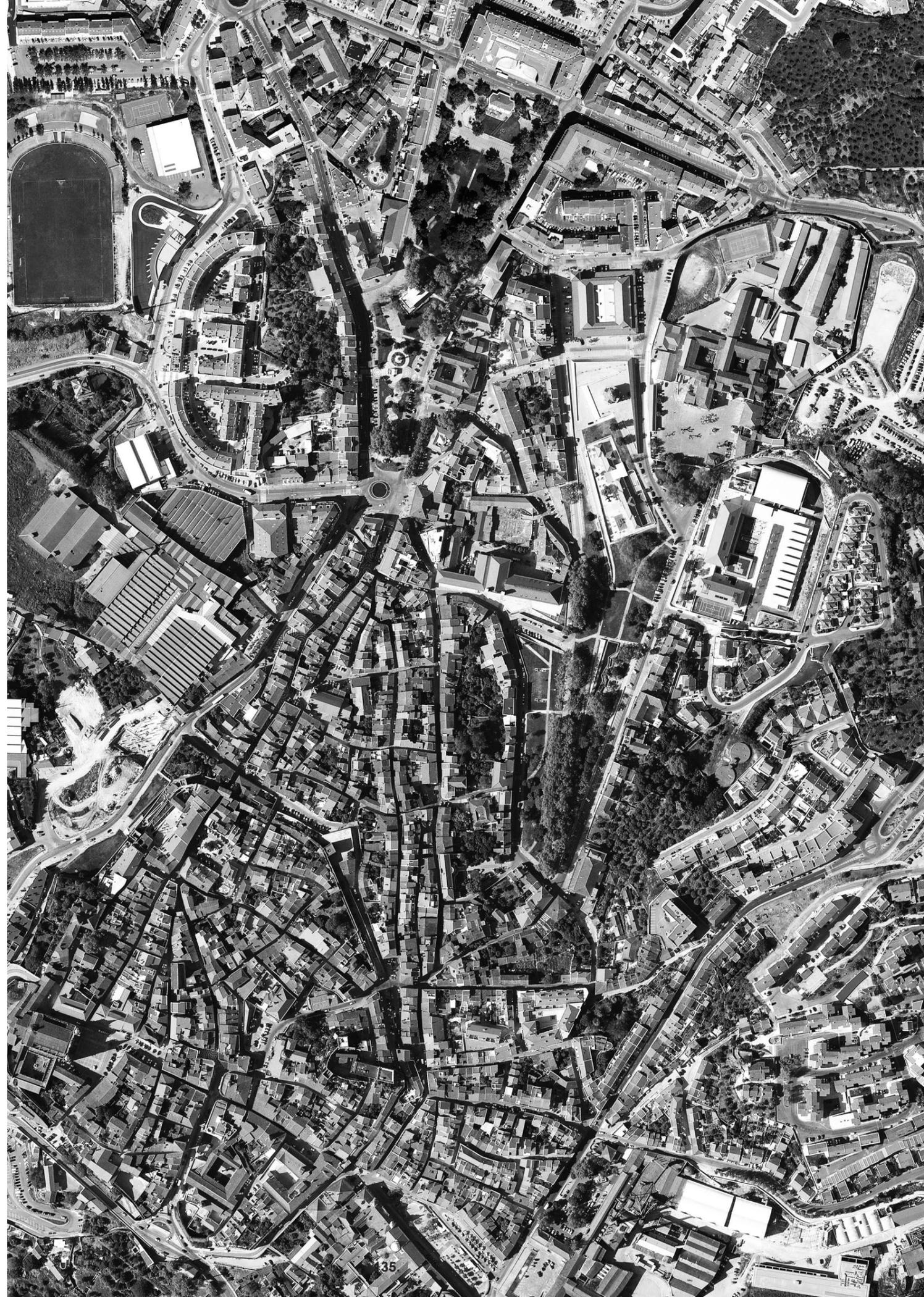


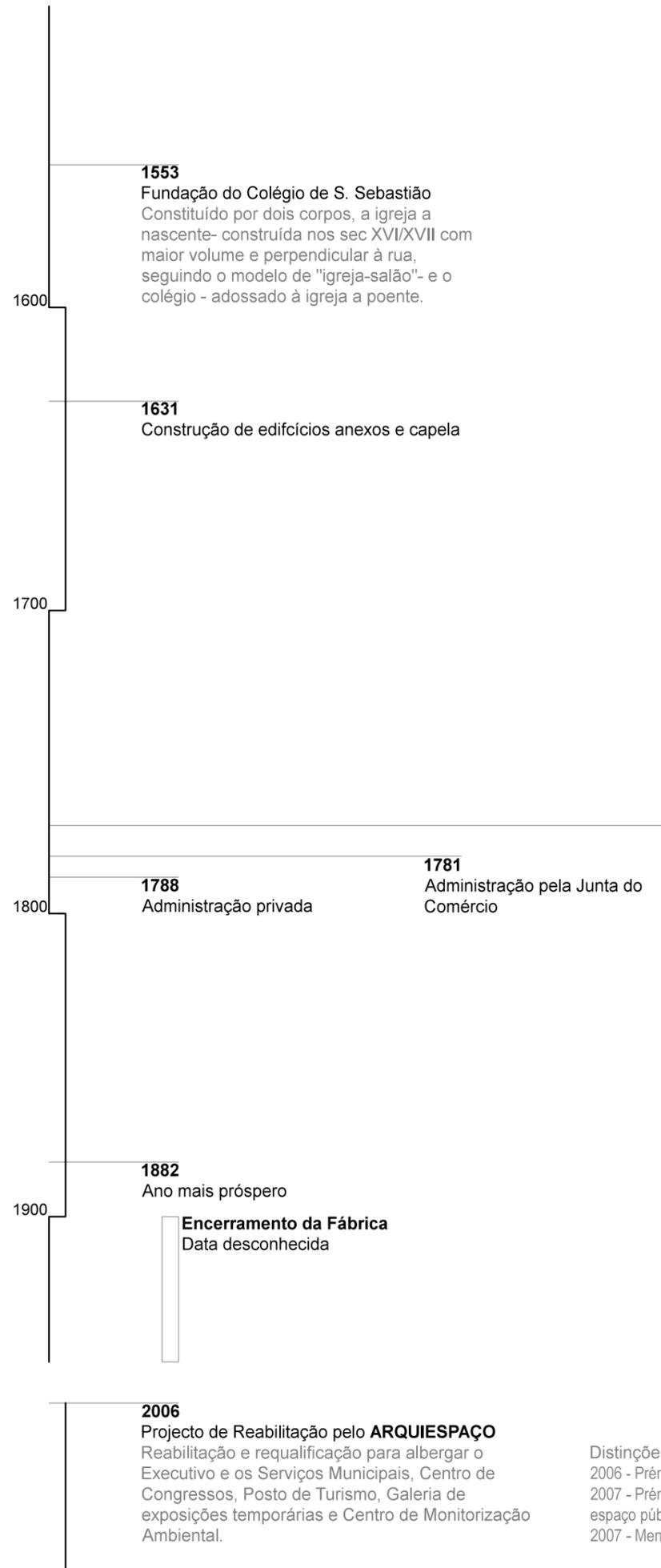
39°17'41.5"N 7°25'44.3"W



0 25m

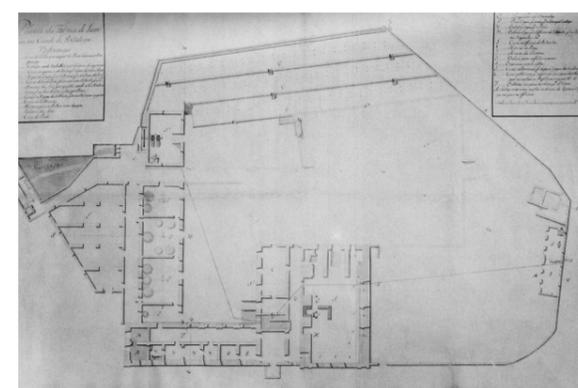
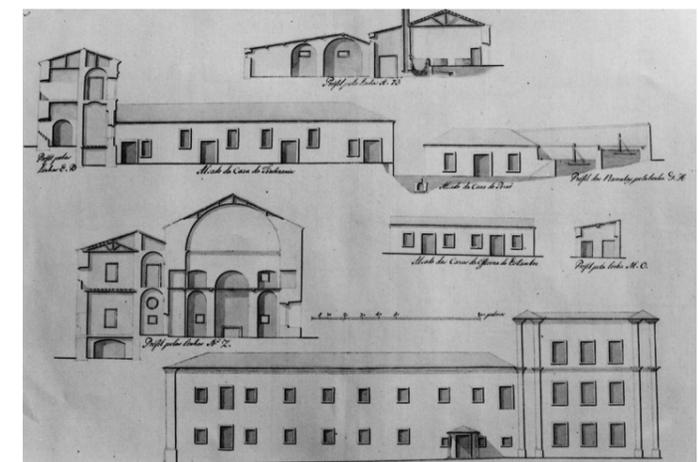
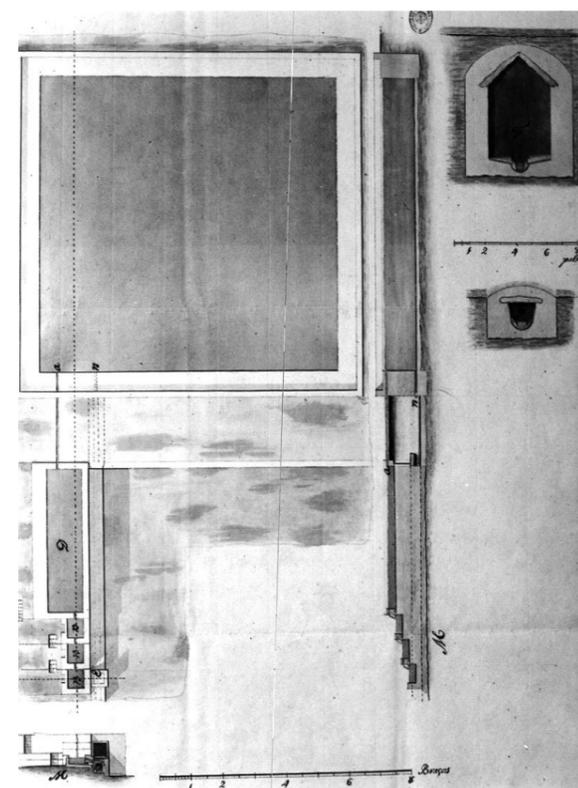
**Nome** Real Fábrica de Lanifícios  
**Matéria** Lanifícios  
**Local** Portalegre  
**Situação Actual** Câmara Municipal  
**Classificação** Sem Classificação





Adossado à igreja surge um novo corpo na continuidade da fachada principal para nascente, três pisos e sótão. Uma nave ampla que viria a albergar o novo programa industrial.

Distinções:  
2006 - Prémio Nacional de Arquitectura Alexandre Herculano  
2007 - Prémio Turismo Portugal de Portugal "Valorizar o espaço público"  
2007 - Menção Honrosa Prémios Excelência Autárquica

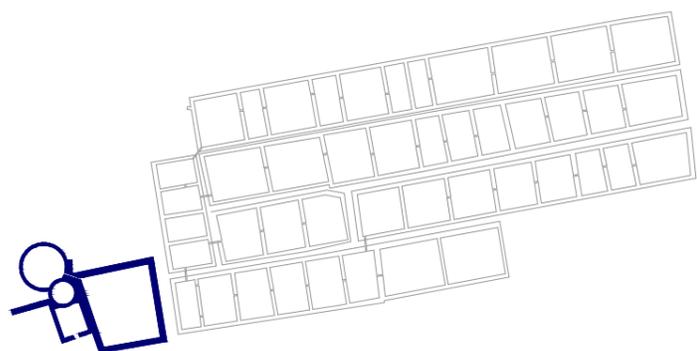




12



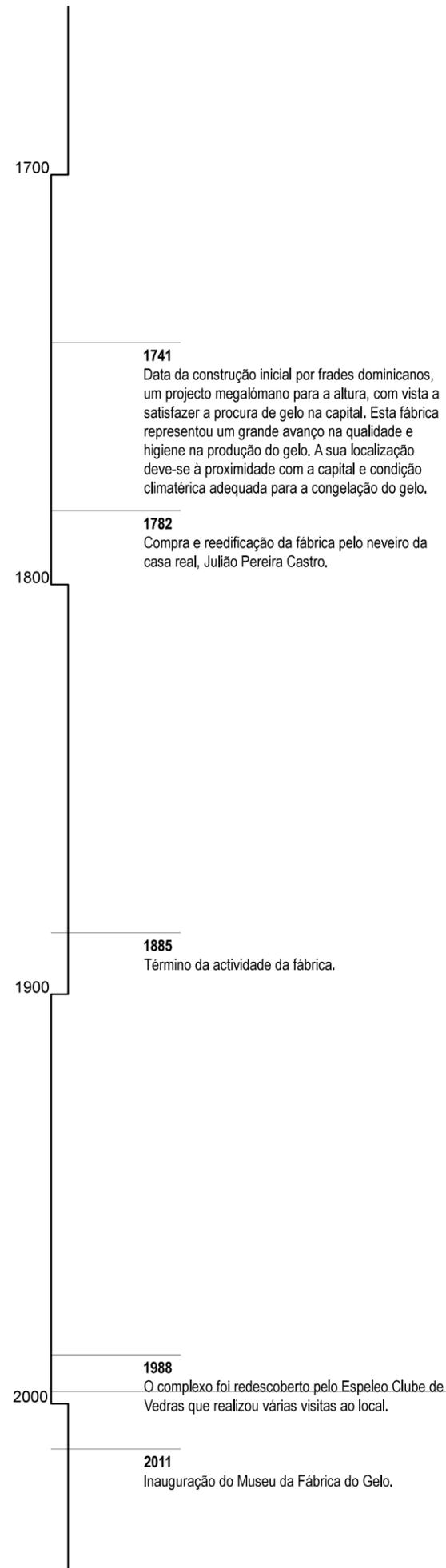
39°10'38.5"N 9°03'04.3"W



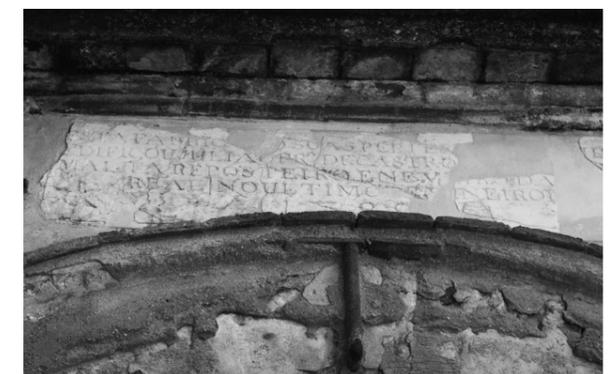
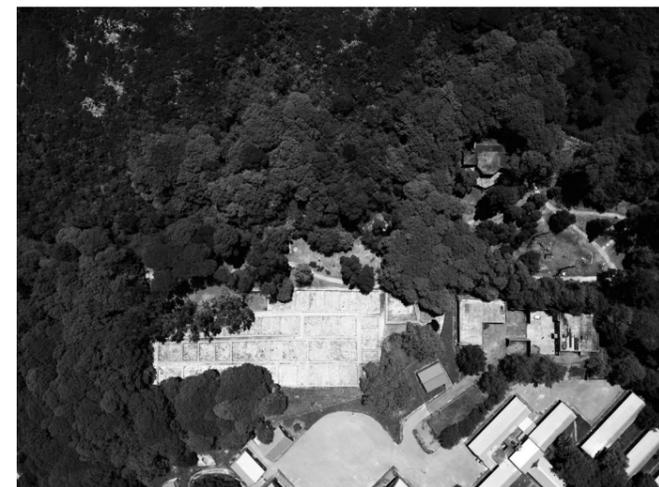
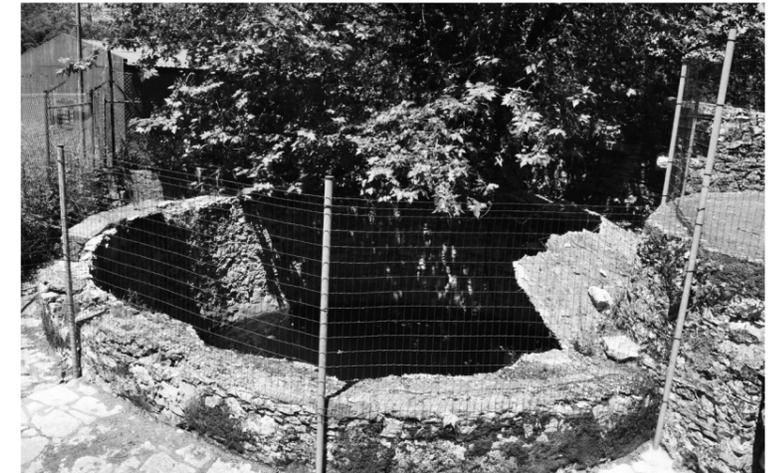
0 20m

**Nome** Real Fábrica do Gelo  
**Matéria** Gelo  
**Local** Cadaval  
**Situação Actual** Museu Real Fábrica do Gelo  
**Classificação** MN - Monumento Nacional





1997  
Classificação do Complexo como Monumento Nacional e do objecto de intervenção de conservação e revalorização por iniciativa da Câmara Municipal do Cadaval em colaboração com o IGESPAR.



NOTA

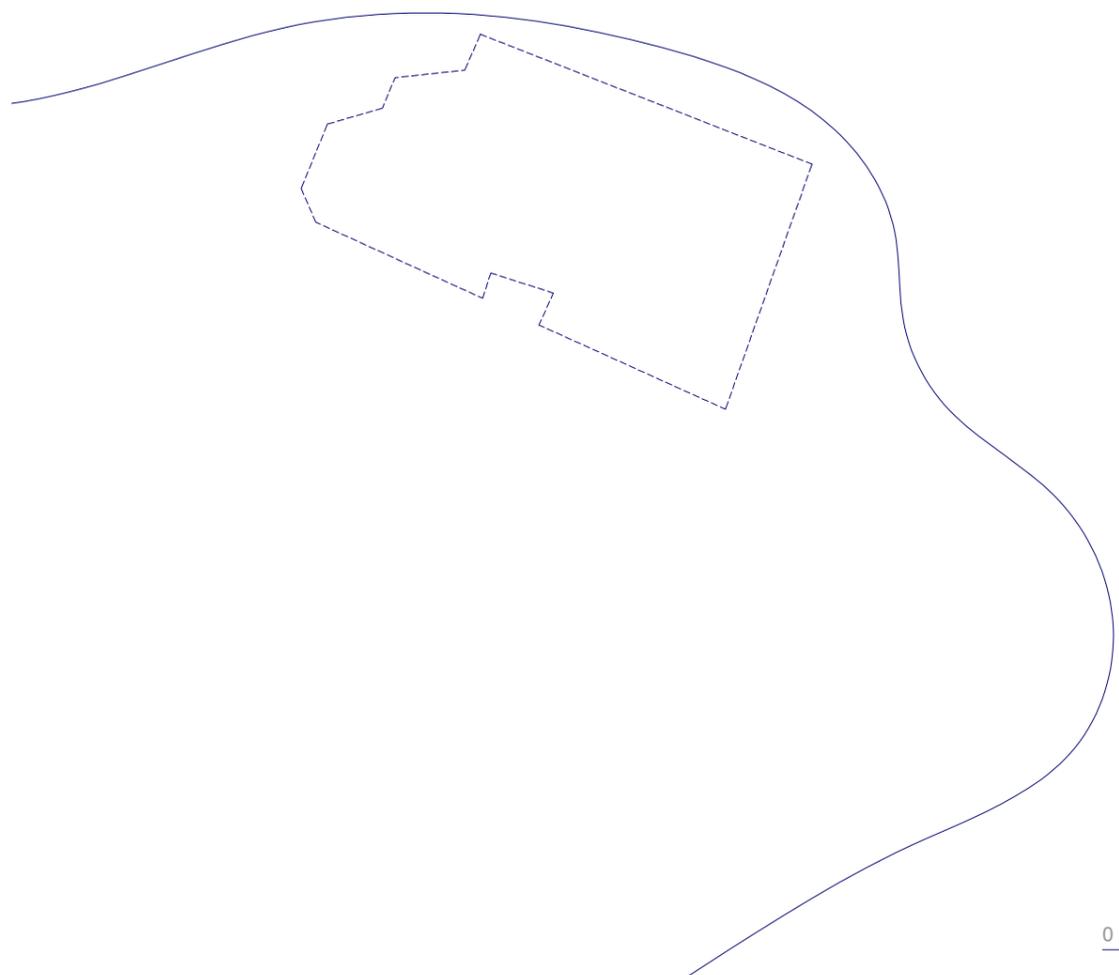
Não foram encontrados registos desenhados ou fotográficos da época de laboração da fabrica.

A visita à antiga Real Fábrica do Gelo é realizada através de marcação e com acompanhamento de um guia. O local encontra-se em óptimo estado de conservação e com informação complementar em painéis e placas identificativas e explicativas ao longo do percurso.

13



39°03'27.4"N 9°00'19.6"W



0 25m

**Nome** Real Fábrica de Papel  
**Matéria** Papel  
**Local** Alenquer  
**Situação Actual** Devoluto  
**Classificação** Sem Classificação



1800

**1802**

No antigo cemitério, é levantada a Real Fábrica de Papel por iniciativa de D. Rodrigo de Sousa Coutinho.

**1829**

A fábrica encerra por consequência da repressão absolutista apesar de ter já sobrevivido às invasões francesas.

**1851**

Reabre como *Companhia de Papel de Alenquer SA*.

**1890**

Surge no mesmo edifício a Companhia Portuguesa de fiação de lã, aproveitando a água como força motriz para o fabrico de lanifícios.

**1889**

Encerra definitivamente.

1900

**1920**

A fábrica de lanifícios encerra.

**1925**

Instala-se a Moagem Hidráulica de Alenquer que funciona até hoje no edifício.

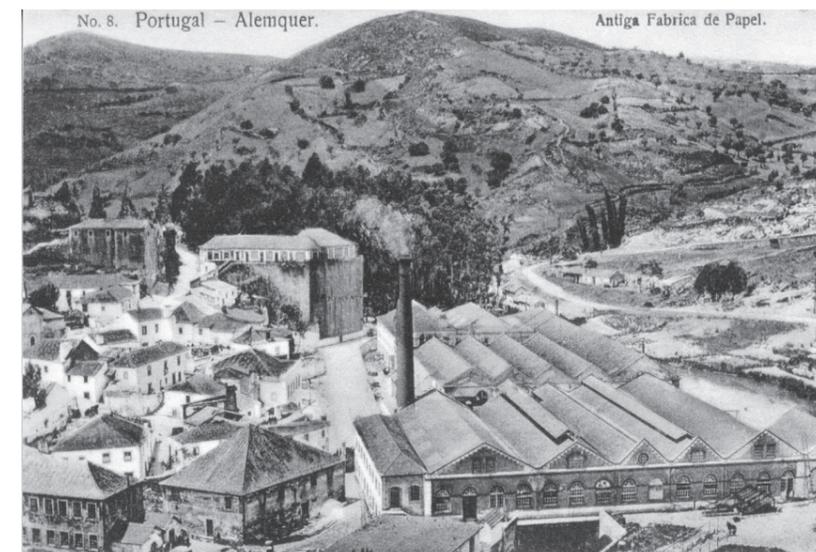
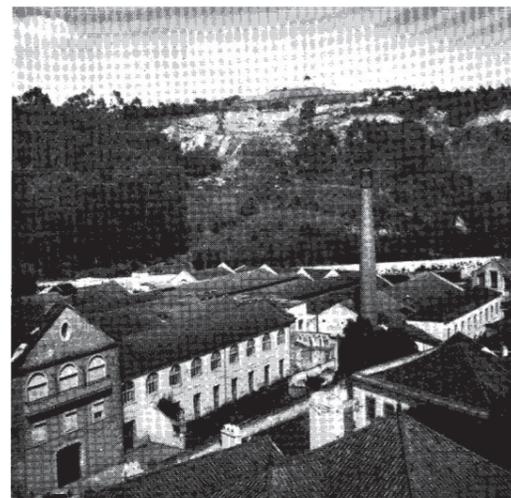
**1932**

Instala-se também a Fábrica de Cartão e Papel de OTA. Esta empresa devolve a Alenquer o estatuto de productora de papel que detivera no sec XIX.

2000

**2000**

A fábrica encerra definitivamente.



NOTA

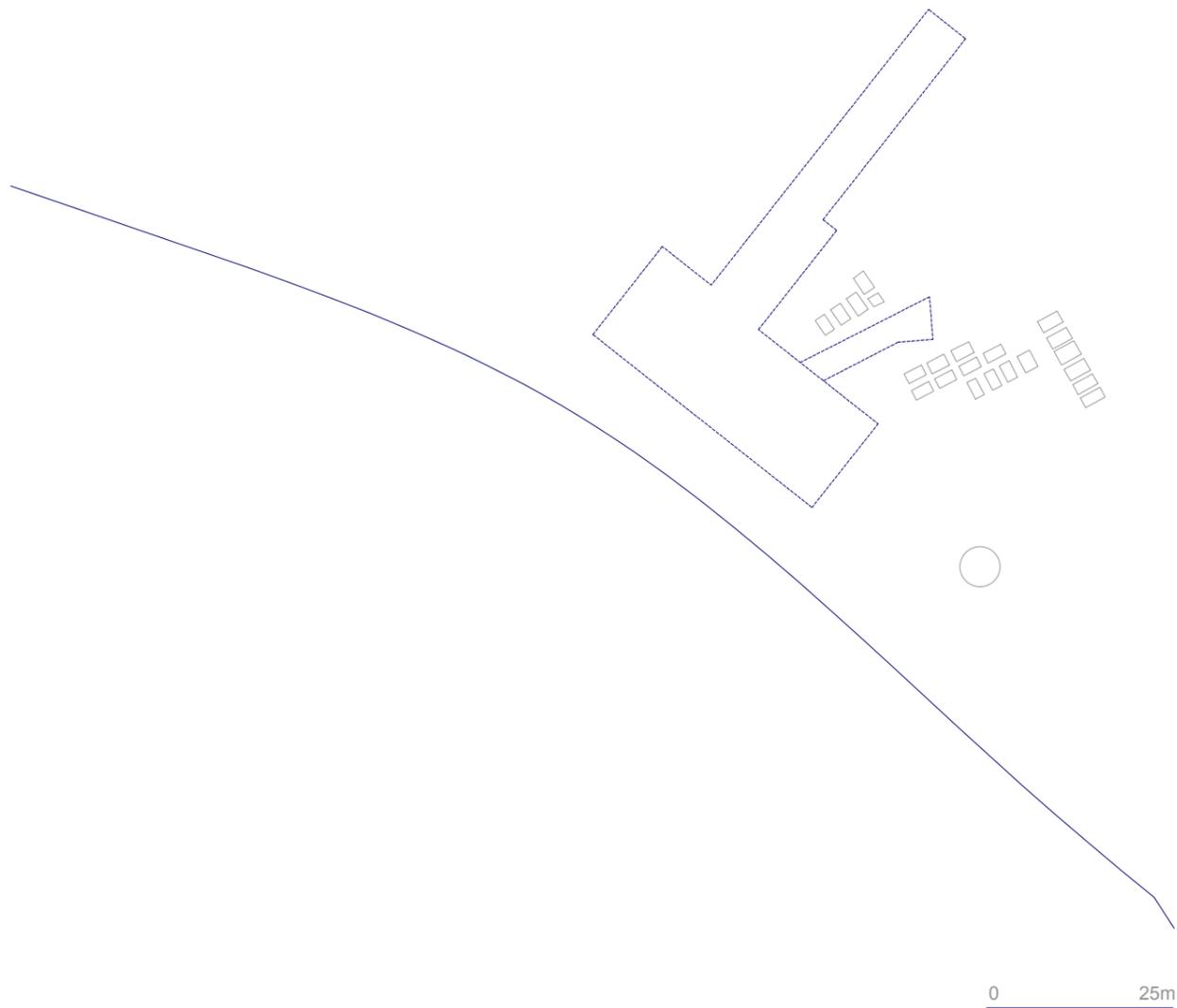
Não foram encontrados registos desenhados capazes de retratar a antiga real fábrica de papel. Não existe um levantamento do edificado actual.



14

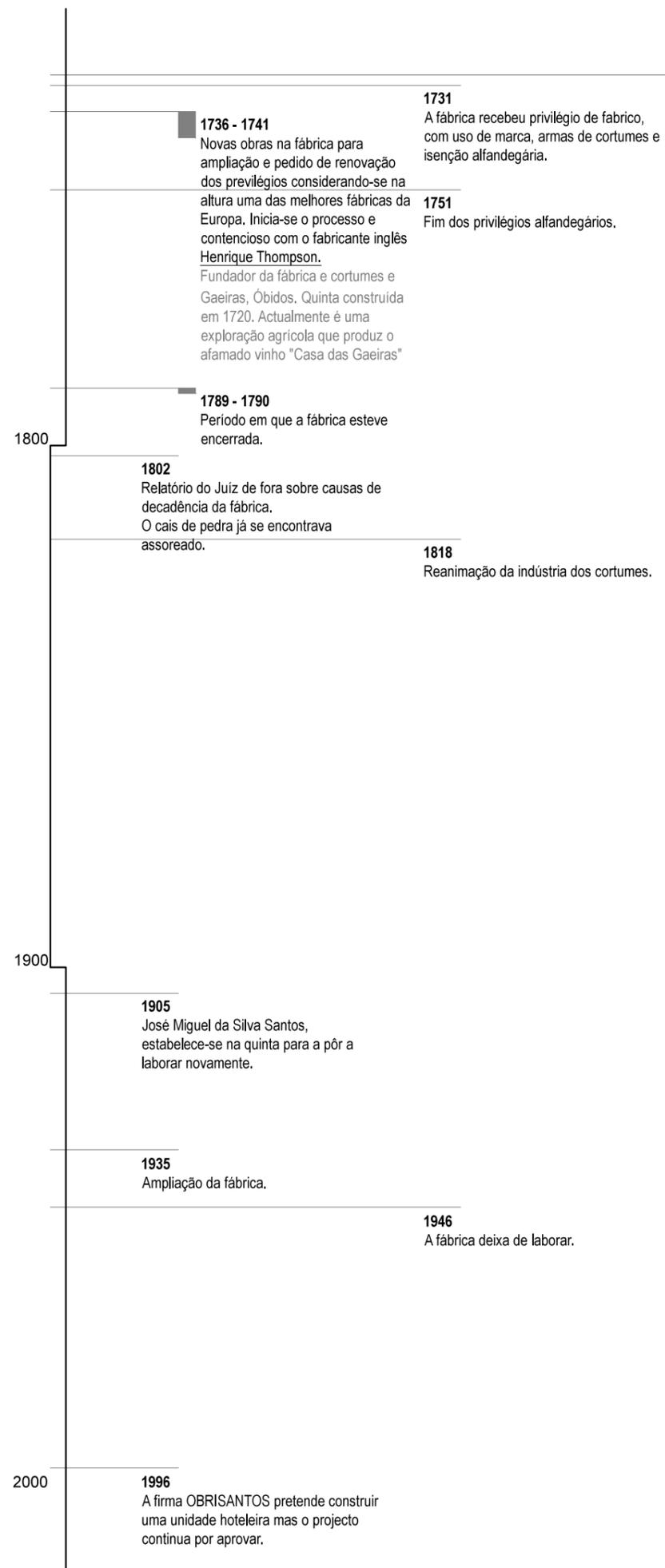


38.968137, -8.986877



**Nome** Real Fábrica dos Atanados  
**Matéria** Peles/ Couros  
**Local** Povos, Vila Franca de Xira  
**Situação Actual** Ruína  
**Classificação** IIP - Imóvel de Interesse Público



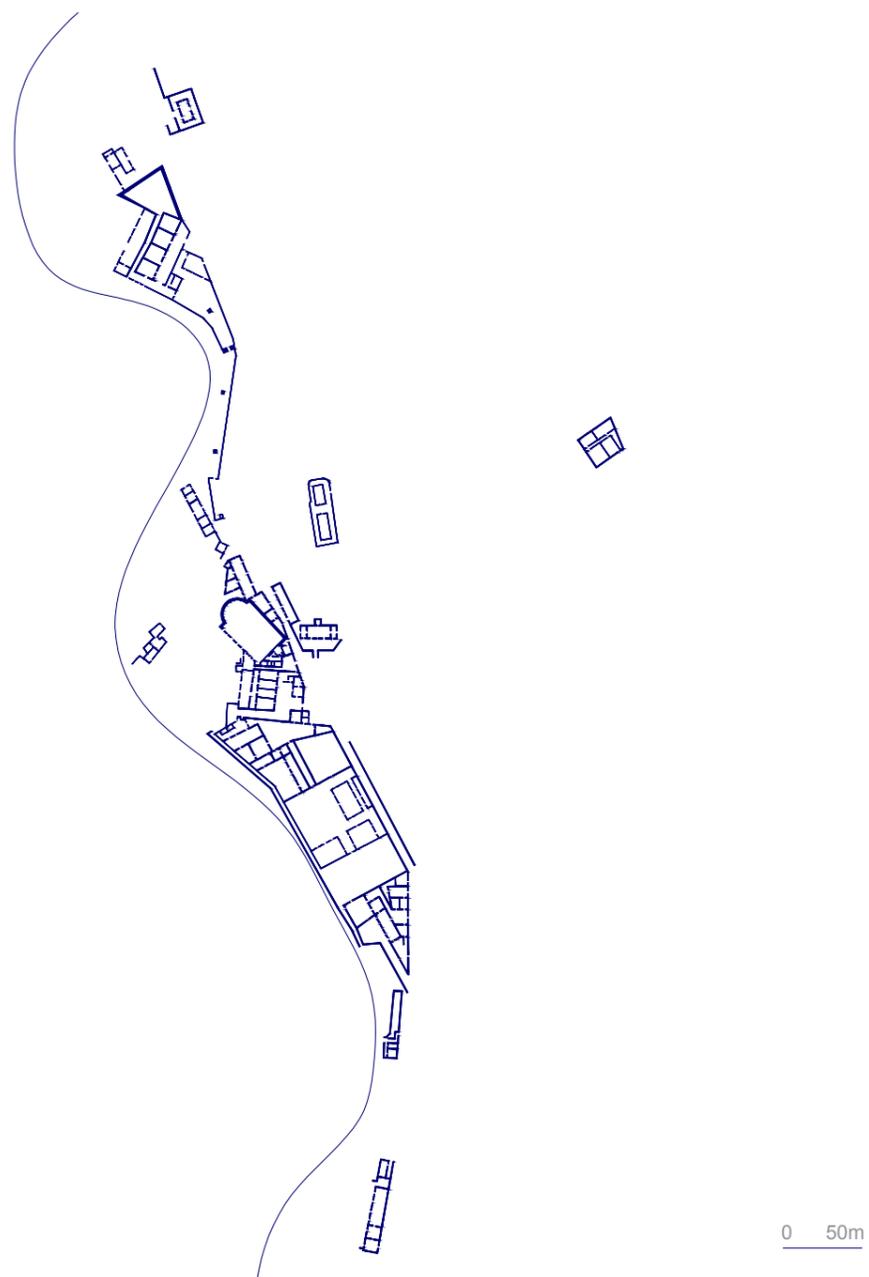


NOTA  
Não foram encontrados registos fotográficos ou desenhados da antiga fábrica da sua época de laboração.  
Não existe levantamento actual.



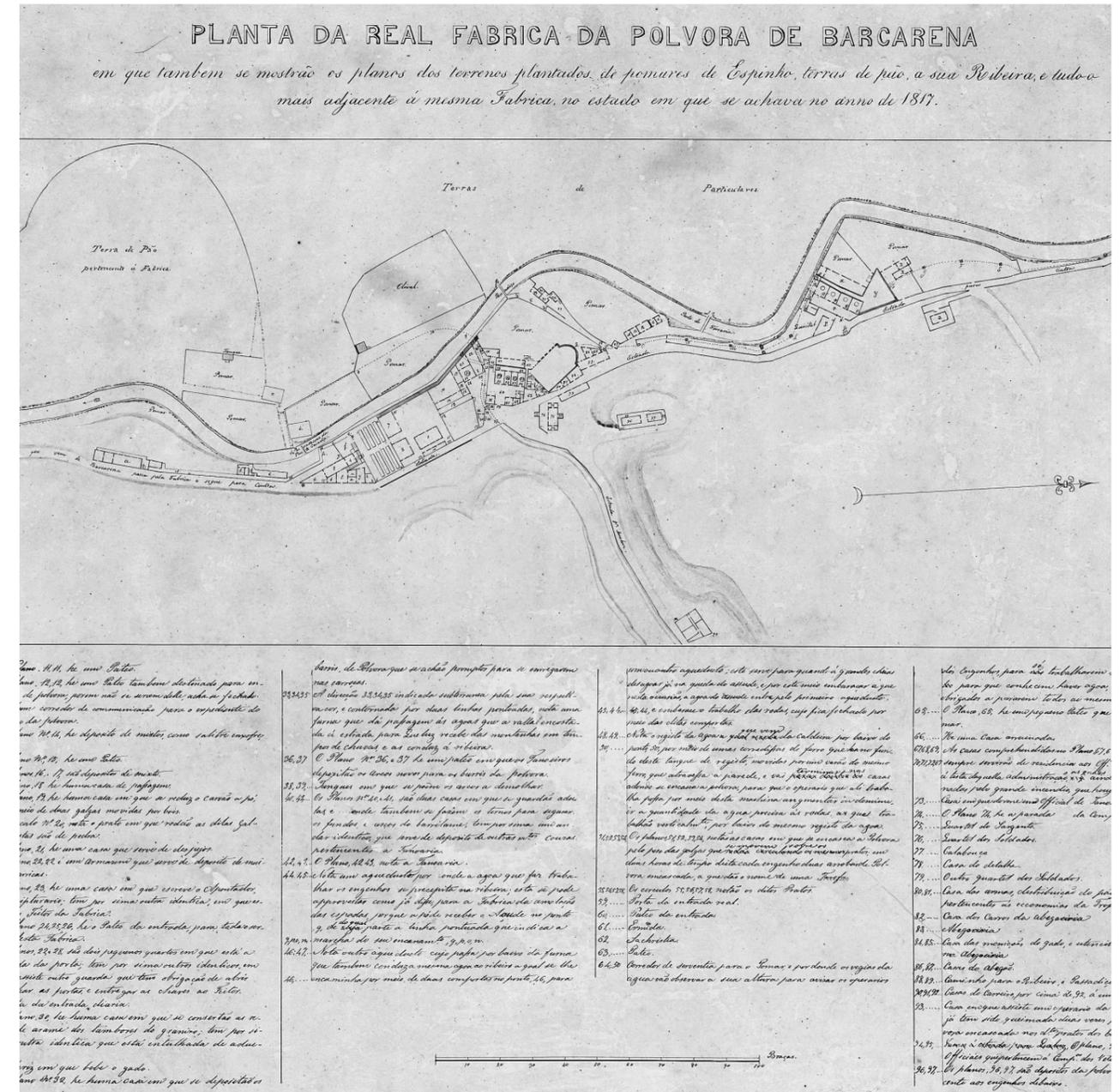
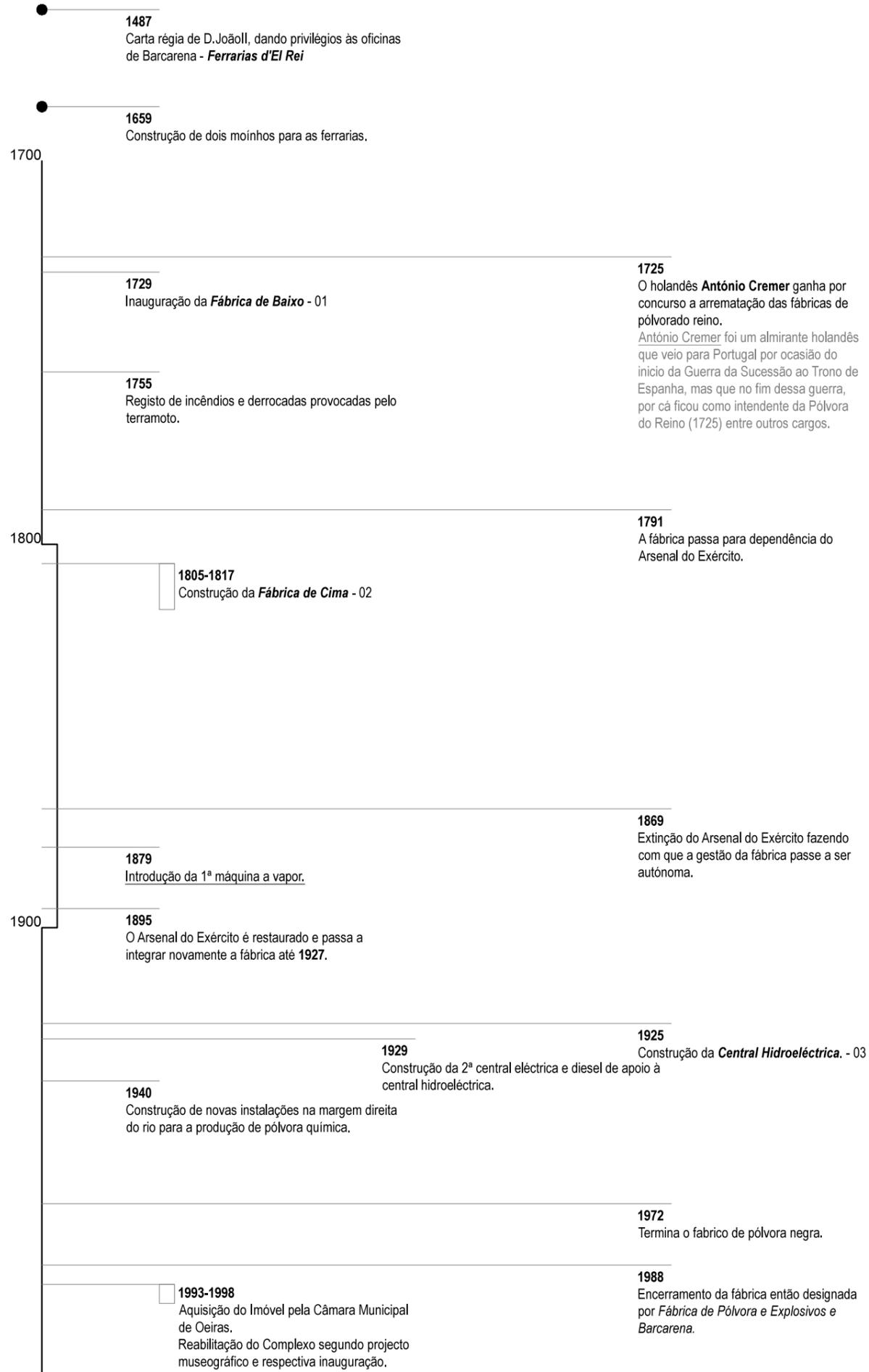
15

●  
38°44'28.0"N 9°17'04.7"W



**Nome** Real Fábrica da Pólvora  
**Matéria** Pólvora e Munições  
**Local** Barcarena  
**Situação Actual** Museu, Parque Urbano e Universidade Atlântica  
**Classificação** Sem Classificação



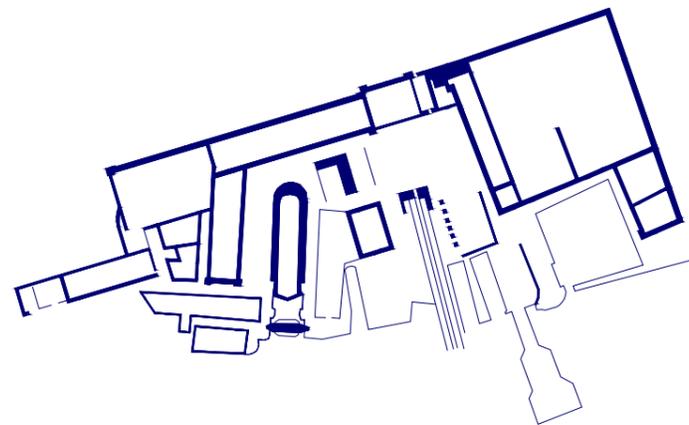


**NOTA**  
A antiga fábrica Real Fábrica de Pólvora encontra-se em óptimo estado. Para além do espaço museológico que retrata a antiga fábrica, inclui a Universidade Sénior, restauração e espaços públicos exteriores que tornam o espaço convidativo à utilização lúdica e cultural da população em redor, tais como, exposições temporárias, espectáculos ao ar-livre (possui um auditório exterior), conferências e também local usual para gravações de programas de televisão.



16.1

●  
38°42'27.3"N 9°08'20.7"W

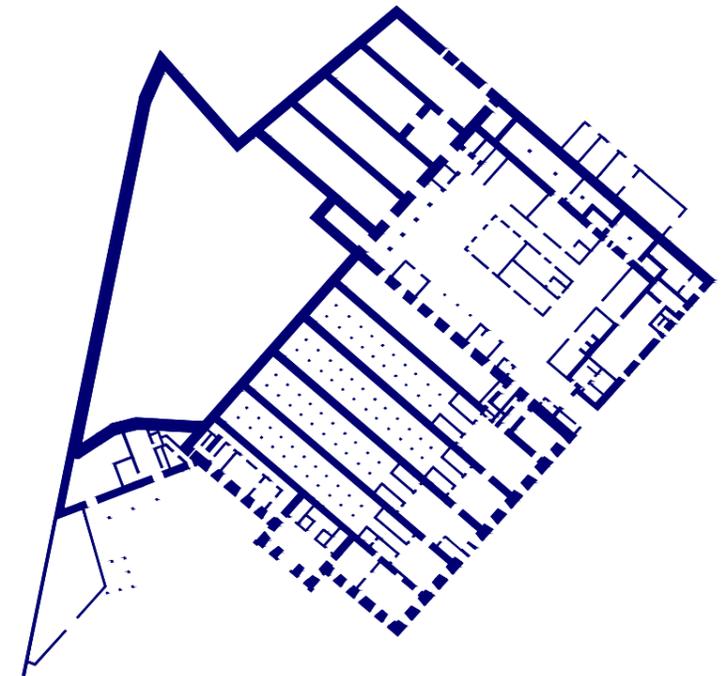


0 100m

**Nome** Real Arsenal da Marinha  
**Matéria** Estaleiro e embarcações  
**Local** Lisboa  
**Situação Actual** Ministério da Marinha e Espaço Público  
**Classificação** sem classificação

16.2

●  
38°42'46.8"N 9°07'27.8"W



0 25m

**Nome** Real Arsenal do Exército  
**Matéria** Armas e Munições  
**Local** Lisboa  
**Situação Actual** Museu Militar  
**Classificação** IIP - Imóvel de Interesse Público



1800  
1900  
2000

**1640**

Face às necessidades da guerra, D. Manuel I mandou construir as Terceiras da Cruz. Um conjunto de oficinas e cais acostável. Terceira - espaço à beira rio, cais de armazenamento, cais ou estaleiro naval.

**1726**

Um incêndio destruiu as **Portas da Cruz** e D. João mandou reconstruí-las datando dessa altura o portal Poente de autoria de Fernando Larre. 1. A Porta da Cruz foi uma antiga porta da cidade de Lisboa, inserida na cerca fernandina da cidade. Permanece ainda a ombreira esquerda desta porta, pegada ao cunhal do Palácio Teles de Melo, com uma inscrição latina.

**1755**

O terramoto desta data interrompeu a obra de reconstrução do portal Poente e destrói grande parte do edificado. Após o terramoto (1769) o próprio Exército sofre uma reorganização realizada pela direcção do Conde de Lippe em que a Força Militar é dividida, entre Militar e Marinha. O edifício altera o seu nome para Arsenal Real do Exército e o Arsenal Real da Marinha desloca-se para a zona da Ribeira das Naus.

**1784**

Instala-se o Armazém Geral dos fardamentos de todas as tropas do Exército.

**1842- 1847**

É criada a Fundação de Cima e um museu de artigos e troféus militares - o Museu da Artilharia, já sob a direcção de **Bartolomeu da Costa**.

**1877**

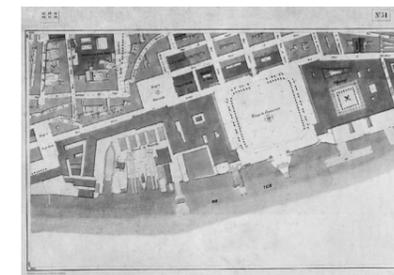
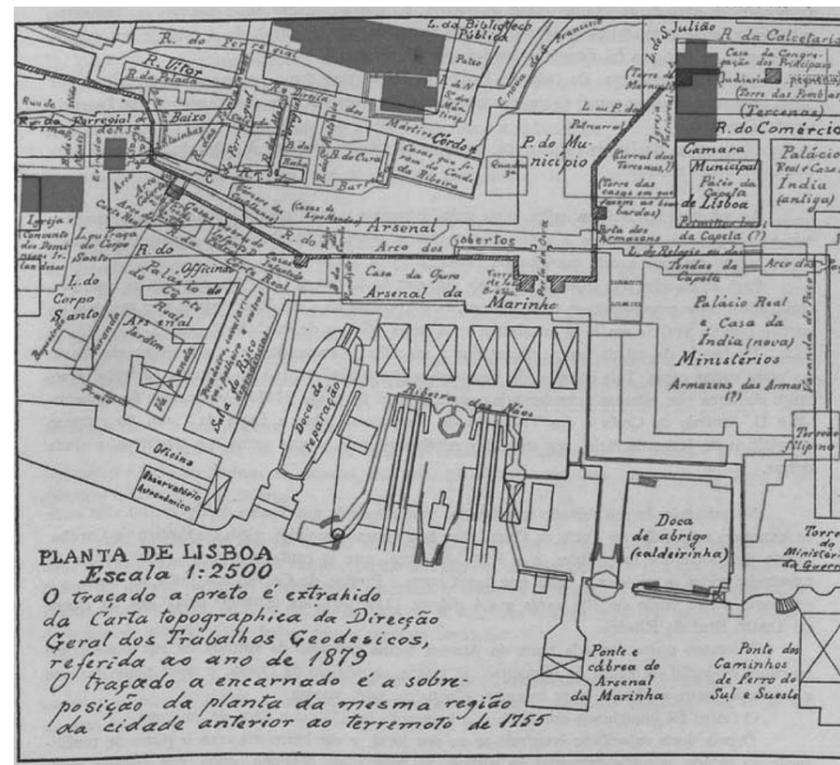
O museu fica patente ao público no local da actual Biblioteca do Exército.

**1926**

O edifício da antiga Fundação de baixo adapta a sua função a museu e altera a sua denominação para Museu Militar que mantém até aos dias de hoje. Nesse mesmo ano o Arsenal foi extinto e todas as suas unidades e produção tornaram-se independentes - mais tarde alguma delas voltaram a juntar-se sob a mesma administração constituindo a empresa INDEP (Indústrias Nacionais de Defesa)

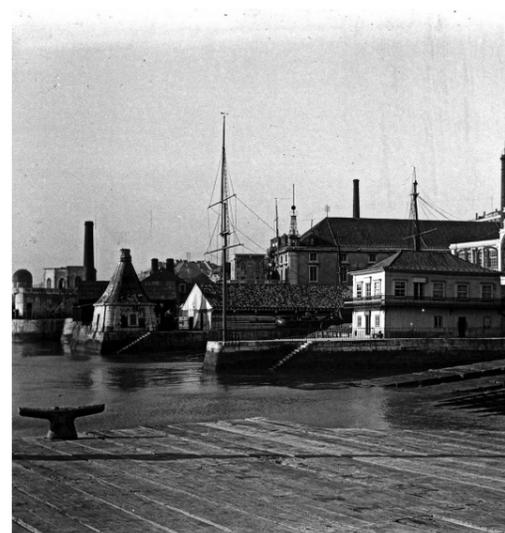
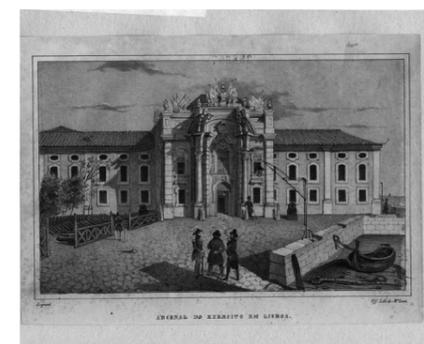
**2009**

Projecto de Requalificação da Ribeira das Naus pelo atelier PROAP.



**Bartolomeu da Costa (1731-1801)**

Engenheiro militar português normalmente mais conhecido pela fundição da estátua de D. José I no Terreiro do Paço esculpida por Machado de Castro. Defensor de um política mercantilista, expulsa os mestres estrangeiros e começa a fazer as próprias máquinas no Arsenal Real. Responsável por vários testes de porcelana da Real Fábrica do Rato, inclusivé a descoberta da especificidade da matéria prima ideal para a que vem a ser conhecida mais tarde como a porcelana de ilhavo, a Vista Alegre.



NOTA

A visita ao Museu Militar - antigo Arsenal Real do Exército - foi acompanhada pelo Director do Museu, Coronel Albuquerque. Através desta visita foi possível compreender a história do antigo Arsenal Real e a sua separação do Arsenal Real da Marinha.





17



38°42'12.4"N 9°25'27.0"W

**Nome** Real Fábrica de Lanifícios  
**Matéria** Lanifícios  
**Local** Cascais  
**Situação Actual** Inexistente  
**Classificação** Sem Classificação



1700

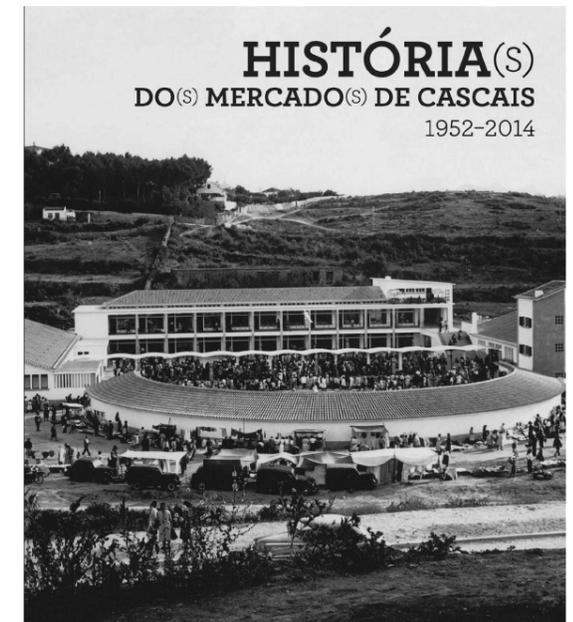
**1774**  
Fundada a fábrica por Francisco Mailhol e Manuel Pereira Guimarães.

1800

**1816**  
Encerramento da actividade.

**1852**  
Adquirida em hasta publica mas sem sucesso na reactivação.

1900



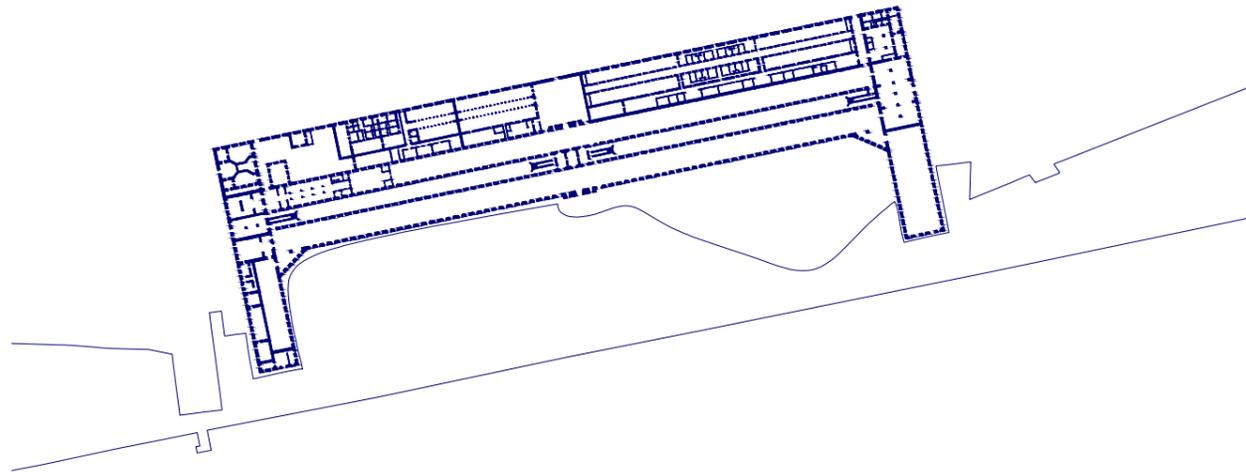
**NOTA**

Não foram encontrados registos desenhados ou fotograficos da antiga fábrica da sua época de laboração. Os registos fotográficos existentes, já da ruína estão presentes no Arquivo Municipal de Cascais apresentados acima.

18



38°41'51.1"N 9°11'24.7"W

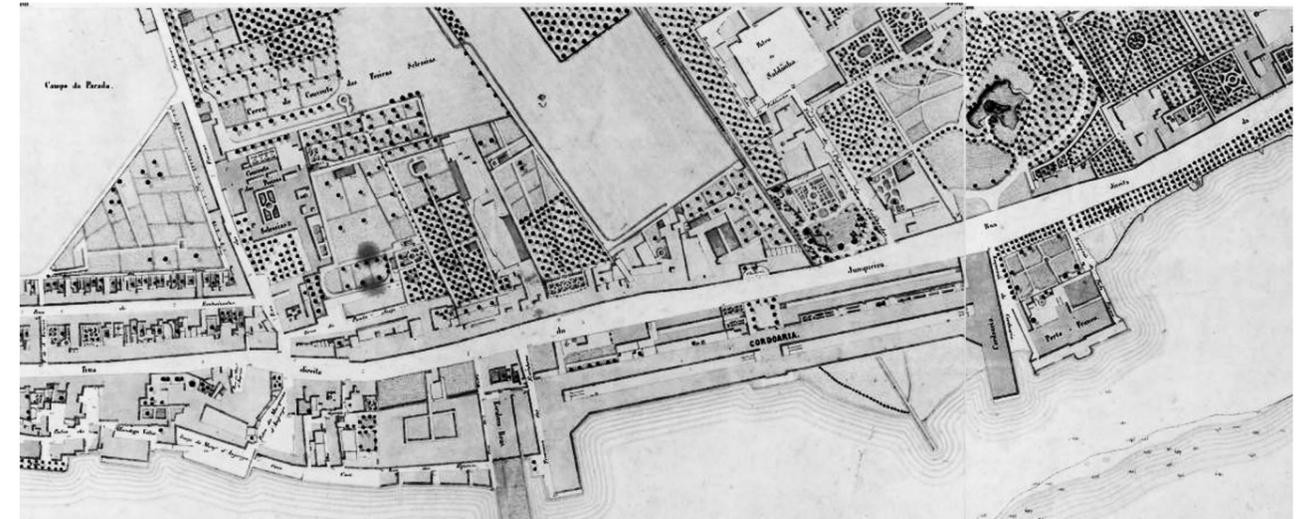


0 50m

**Nome** Real Fábrica de Corda da Junqueira  
**Matéria** Corda  
**Local** Lisboa  
**Situação Actual** Cordoaria Nacional - Espaços Expositivos  
**Classificação** MN - Monumento Nacional



<p>1800</p>	<p><b>Antes de 1755</b> Existia na Ribeira das Naus uma oficina de cordoaria.</p>	<p><b>1755</b> O terramoto destruiu toda a zona e a produção passou a ser feita em instalações provisórias desde o palácio do Conde da ponte ao forte de S.João - extensão que eu lugar à Avenida da Índia.</p>
<p><b>1775</b> É fundada a Real Cordoaria por decreto de D.JoãoI.</p>		
<p><b>1788</b> É finalizada a construção da grande oficina, um espaço de 353, 50m por 12,27m.</p>		
<p><b>1820</b> Reorganização da fábrica sob a direcção de Marino Miguel Franzini.</p>	<p><b>1816</b> Instalação de colégios para receber reclusos e vadios.</p>	
<p><b>1826</b> Um grande incêndio destrói grande parte do edifício, principalmente a ala poente.</p>		
<p><b>1849</b> Grande incêndio com grande destruição do edifício.</p>		
<p><b>1881</b> Novamente, incêndio com grande destruição do edifício. Resultam obras de reconstrução e são feitas alterações ao edifício, tais como, retirada do piso superior do torreão e alterações programáticas dentro do espaço.</p>		
<p>1900</p>	<p><b>1914</b> Instalação da energia eléctrica como força motriz.</p>	<p><b>1912</b> Construção do 1º piso ao quartel.</p>
<p><b>1925</b> Apartir desta data são verificadas várias instalações de diferentes programas, tais como, Hospital Colonial e Escola Média Tropical, adaptações para armazéns, Quartel e Depósito do Ultramar e Instituto Superior Naval de Guerra.</p>		
<p>2000</p>	<p><b>1991</b> Classificação como Monumento Nacional-MN.</p>	
<p><b>1998</b> Desactivação da fábrica de cordame e criação de um núcleo museológico dedicado à mesma. Actualmente a tutela dos espaços pertence à Marinha e ao Ministério da Cultura.</p>		

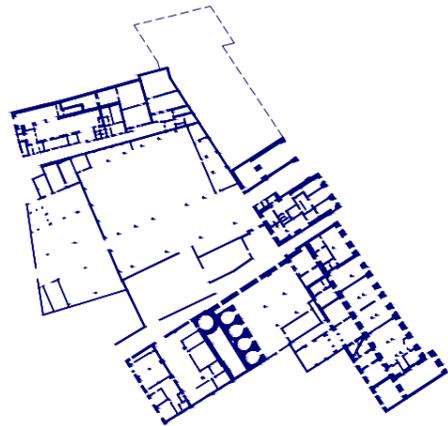
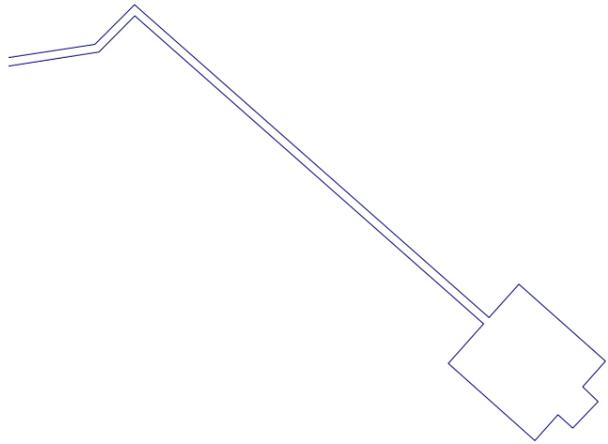




19



38°43'20.0"N 9°09'20.8"W e 38°43'10.1"N 9°09'14.5"W



0 50m

**Nome** Real Fábrica das Sedas e Anexas  
**Matéria** Sedas, cartão, verniz, pentes de marfim, etc  
**Local** Lisboa  
**Situação Actual** FASVS e Edifício Comercial  
**Classificação** IIP - Imóvel de Interesse Público (ambos)



1734

É concretizado o projecto de ambas as fábricas segundo pedido de Robert Godin e segundo o traçado de Carlos Mardel.

1755

A zona sofreu pouco com o terramoto, o que "veio catalisar o crescimento da cidade sobre o eixo (...) das fábricas da seda" (ROSSA, 1998, p 117) "Aproveitando a implantação da mãe-de-água do grande aqueduto que abastecia Lisboa, foi edificado o novo bairro (...) constituído por pequenas unidades industriais." (OLIVEIRA, Catarina; DIDAVIGESPAR, 11 Novembro 2007)

1755

Foram reestruturados os estatutos da fábrica. A sua reforma fez parte dos planos de renovação urbanística onde foi desenvolvido o projecto do Bairro das Água Livres.

1767

Inserida **uma fábrica de pentes de marfim e loiças** por Gabriel La Croix, situada em parte do terreno onde se encontra hoje a Sede do Partido Socialista.

1850

Mantém uma pequena fracção em produção mas é vendida em hasta pública. Da sua compra resulta uma alteração programática do edifício para serviços comerciais e habitação.

1883

Extinta e vendida em hasta pública.

1897

Um grande incêndio compromete a produção passando esta para o edifício das Amoreiras

1979

Compra do imóvel pela autarquia.

1990

Projecto de Reabilitação por Sommer Ribeiro e Richard Clark adaptando a uma nova função de Fundação Arpad Szenes-Vieira da Silva.

1994

Limpeza, pintura e obras interiores para adaptação a novas utilizações, como por exemplo, Cervejaria "Real Fábrica".

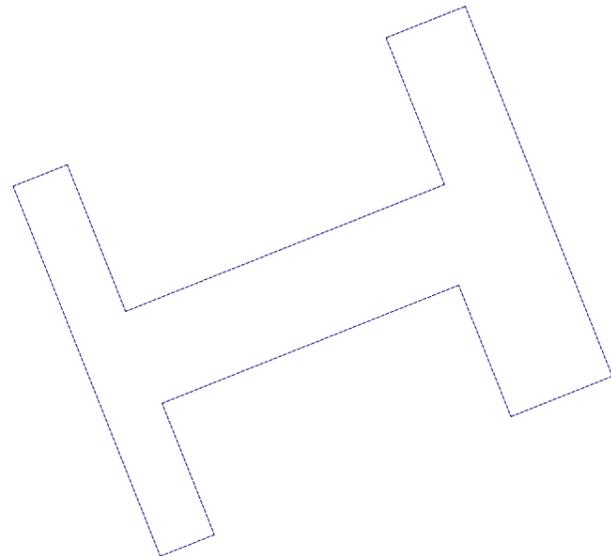




20



38°31'06.6"N 9°00'46.1"W



0 25m

**Nome** Real Fábrica de Chitas  
**Matéria** Chitas  
**Local** Azeitão  
**Situação Actual** Devoluto  
**Classificação** IIP - Imóvel de Interesse Público



1800

**1775**

Em prol do desenvolvimento industrial, Marquês de Pombal obtém cedência do edifício a favor de Magalhães Larcher para a instalação da 1ª Fábrica de tecidos de Chita.

**Reinado de D. Maria I (1777-1815)**

Durante este período sabe-se que a fábrica foi entregue a Raimundo Pinto de Carvalho.

**Reinado de D. João VI (1816-1822)**

Durante este período a fábrica passou para António e Francisco Miranda que montaram uma fábrica de tecidos estampados em algodão.

**1849**

Encerra definitivamente "num período de decadência quando os fabricantes abandonaram as suas actividades para participarem na guerra civil chamada de "Maria da Fonte".

**1873**

Conhecido como o "palácio da fábrica" foi vendido a particulares por hasta pública e desde então tem tido diferentes ocupações, desde cinema, teatro, casa do povo e até parte de instalações da adega de José Maria da Fonseca.

1900

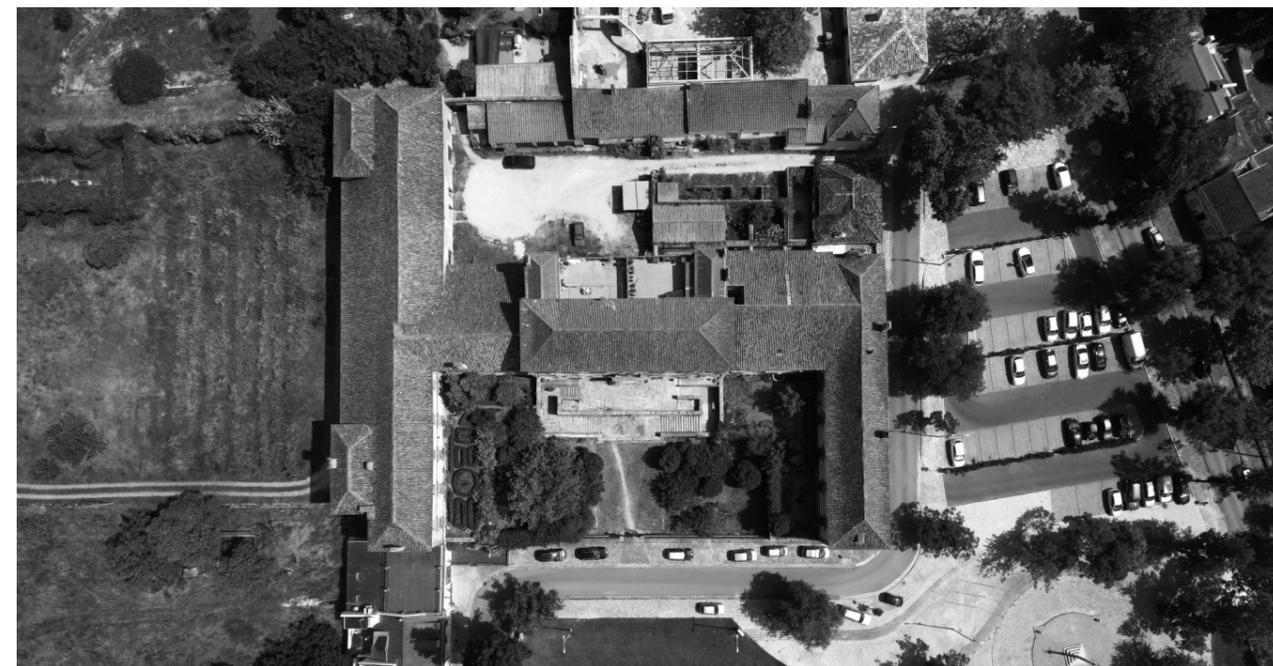


Vila Nogueira de Azeitão  
"Antigo Palácio do Duque d'Aveiro"



NOTA

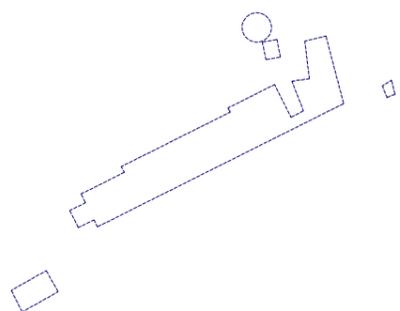
Não foram encontrados registos desenhados ou fotográficos da antiga fábrica da época de laboração, nem encontrado levantamento do edificado actual.



21



38°35'35.6"N 9°02'38.5"W



0 25m

**Nome** Real Fábrica de Vidros Cristalinos  
**Matéria** Vidro  
**Local** Coima  
**Situação Actual** Vestígios Arqueológicos  
**Classificação** IIP - Imóvel de Interesse Público



1484

A indústria vidreira em Portugal é anterior à fábrica da Marinha Grande. A 1ª fábrica de vidro remete ao ano de 1484 situada em S. Pedro de Vila-chã, Oliveira de Azeméis- "Fábrica do Covo".

Esta fábrica era protegida pelo Rei D. João II que lhe garantiu que mais nenhuma seria construída sem o consentimento de seu dono - Diogo Fernandes.

1498

Abertura da fábrica de vidros em Coima sem consentimento.

1580

Estando a fábrica de Coima já a fazer concorrência à fábrica do Covo, esta fez-se valer do benefício que o Rei lhe havia dado e exigiu o encerramento desta nova fábrica.

1700

1719

Fundação da Real Fábrica de Vidro em Coima com o apoio de D. João V.

A fábrica teria cerca de 4.000m<sup>2</sup>.

A sua abertura teve como objectivo uma tentativa de inovação a economia aproveitando a abundância de lenha da mata da Machada para combustível e a pureza das areias caulíníferas.

1747

Devido à crise energética e à carência de lenha devido à sua alta procura deu-se o encerramento da fábrica e posterior mudança para a Marinha Grande por John Baere.

1800

1900

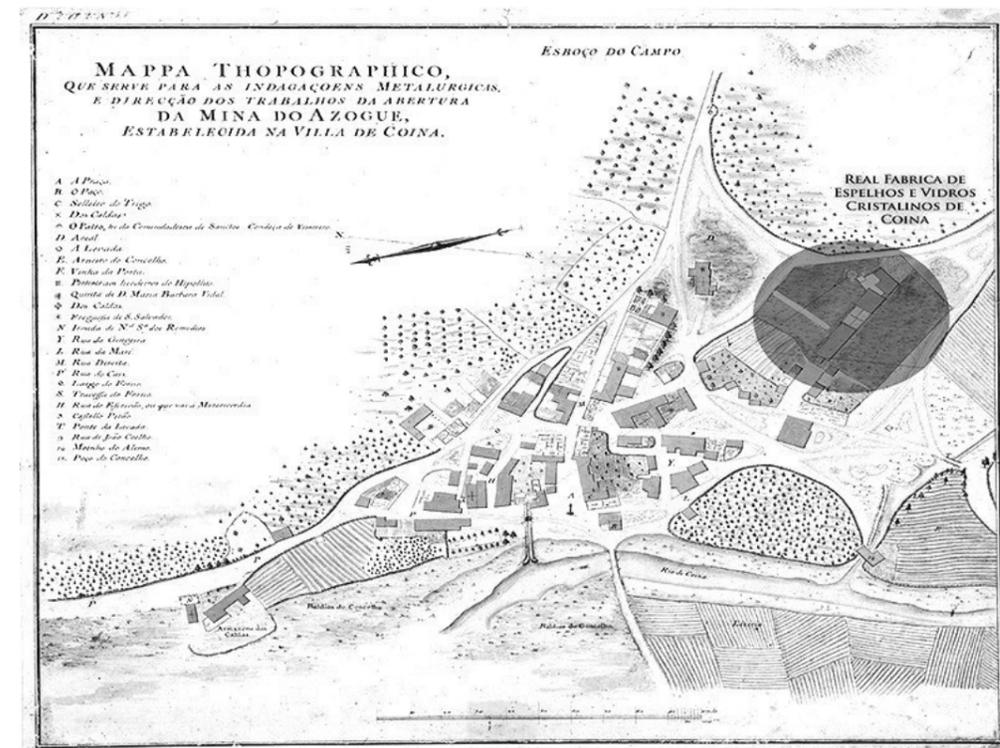
2000

1719-1732

Período sob administração régia

1983 - 1990

Realizaram-se neste período várias campanhas arqueológicas, dirigidas cientificamente por Jorge Custódio e apoiadas técnica e financeiramente pela Associação Portuguesa de Arqueologia e pela Câmara Municipal do Barreiro que permitiram identificar a manufatura joanina de vidro.



NOTA

A antiga Real Fábrica de espelhos e vidros cristalinos existe sob a forma de vestígios arqueológicos que se encontram catalogados, protegidos e classificados. Estando cobertos não foi possível fotografar.

22



37°07'26.0"N 7°39'13.6"W

**Nome** Real Fábrica de Tapeçaria  
**Matéria** Tapetes  
**Local** Tavira  
**Situação Actual** Inexistente  
**Classificação** Sem Classificação



1774

É feito o pedido para a criação de uma nova fábrica de tapeçarias pelo tapeceiro francês Pedro Leonardo Mergoux e seu sócio, Teotónio Pedro Heitor.

1776

A fábrica inicia a laboração.

1779

A fábrica encerra devido a carências financeiras e os teares são mais tarde enviados para as fábricas de Mafra.



NOTA

Não foram encontrados registos desenhados ou fotográficos da antiga fabrica. Apenas a suposta localização é referenciada no livro "Tavira, o Marquês de Pombal e a fábrica de Tapeçarias" de José Carlos Vilhena Mesquita na página 114. São referenciadas duas peças (tapeçarias) que foram produzidas nesta fábrica e que constituem o testetmunho da mesma. Uma delas encontra-se no Museu Nacional de Arte Antiga (MNAA) e outra no Museu Municipal da Figueira da Foz.

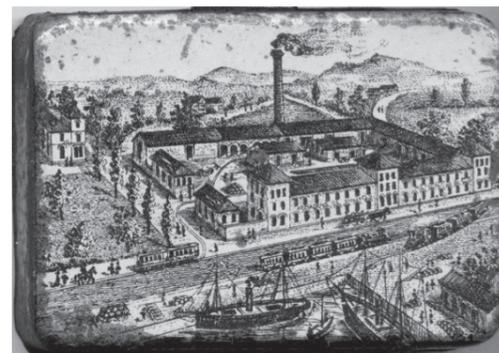
## OUTRAS FÁBRICAS

Neste sub-capítulo pretende-se expor algumas fábricas que surgiram ao longo da investigação mas que por vários motivos não integraram o grupo de objectos considerando no entanto pertinente a sua referência.

<b>Nome</b>	<b>Estado actual</b>
<b>Real Vinícola</b>	Casa da Arquitectura
<b>Real Fábrica de Chapelaria Costa&amp;Braga</b>	Inexistente
<b>Real Fábrica de Faianças de Massarelos</b>	Fornos de Cerâmica

Apesar da denominação de “Real”, e da mesma ter estado incluída na viagem de identificação das RF, não foi possível assegurar a pertença ao conjunto. Foi construída em 1897 pela sociedade Menéres & Cº um conjunto de armazéns para rotulagem e expedição de vinhos tendo uma linha de ferro que ligava o edifício directamente à doca de leixões.

As instalações antecedentes teriam sido o antigo Convento de Madre Deus de Monchique, edifício que ainda hoje se encontra em Ruína.



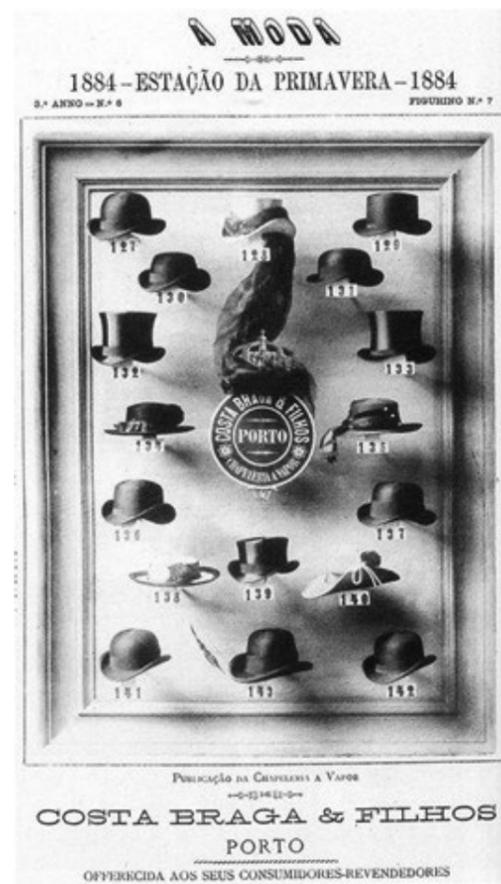
<b>Nome</b>	Real Vinícola
<b>Matéria</b>	Vinhos
<b>Local</b>	Matosinhos
<b>Situação Actual</b>	Casa da Arquitectura
<b>Classificação</b>	IIP - Imóvel de Interesse Público



A firma Costa Braga & Filhos, Lda. foi fundada em 1866 na Rua Firmeza, no Porto, no edifício hoje ocupado pela Escola de Artes e Ofícios Soares dos Reis.

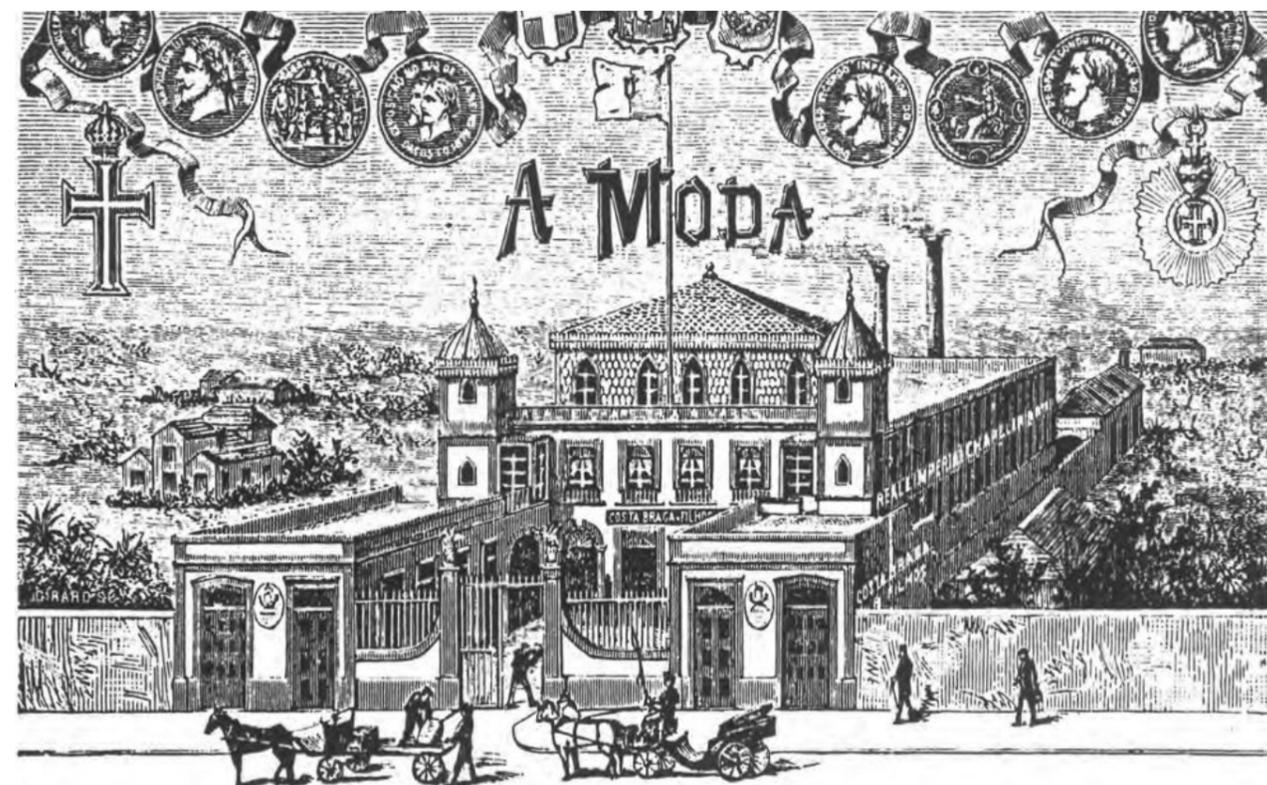
A fábrica então denominada “Real e Imperial Chapelaria a Vapor de Costa Braga & Filhos”, só mais tarde conjugando loja e fabrico se instalou na Rua 31 de Janeiro.

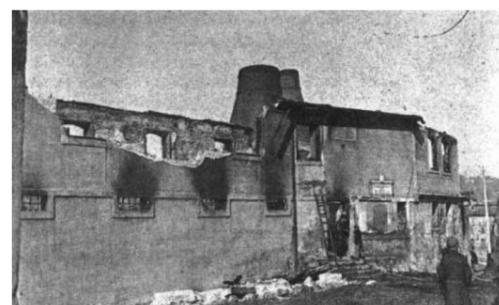
Quatro vezes ao ano publicava um catálogo, em forma de revista – “A Moda”



**Nome**  
**Matéria**  
**Local**  
**Situação Actual**  
**Classificação**

Real Fábrica de Chapéus Costa&Braga  
Chapéus  
Porto  
Inexistente  
Sem Classificação





A Fábrica de Louça de Massarelos foi fundada no século XVIII por Manuel Duarte Silva, no lugar de lugar de Massarelos, bem perto do Cais das Pedras, do rio Douro e do mar, beneficiando assim de condições ideais para a instalação de uma unidade industrial tendo em conta as necessidades de importação de matérias-primas e combustíveis e de exportação dos produtos acabados para os mais variados mercados.

A unidade pioneira no fabrico industrial de louça de faiança de uso doméstico e decorativo foi comprada por uma sociedade constituída por sócios ingleses e manteve-se em funcionamento até 1920.

Actualmente apenas restam as as chaminés da fábrica que resistiram a um grande fogo que destruiu grande parte do edificado.

**Nome**  
**Matéria**  
**Local**  
**Situação Actual**  
**Classificação**

Real Fábrica de Massarelos  
Faianças  
Porto  
Apenas resistem os fornos  
Sem Classificação



## MANUFACTURA E TERRITÓRIO

No presente capítulo analisa-se implantação das Reais Fábricas no território; de que forma surge a produção num determinado local e não em outro; definir e interpretar os principais factores dessa implantação e qual a sua possível influência para o sucesso ou fracasso de uma indústria.

Segundo os dados do levantamento efectuado pretende-se compreender o desenvolvimento de cada Real Fábrica até aos dias de hoje, classificando-as segundo uma categorização de tipologias de intervenção.

Por fim, conclui-se o capítulo com uma análise transversal a todos os temas enunciados no mesmo segundo os dados obtidos.

## A ORIGEM DA PRODUÇÃO

Com a diminuição dos movimentos mercantis e finda a fase da conquista, consolidação e descobertas além – mar, os rendimentos obtidos através do comércio colonial e a economia em geral, tornaram-se precários fazendo com o Reino procurasse outras formas de se sustentar.

Existiam, já na altura, pequenas actividades agrícolas e industriais que produziam em quantidades reduzidas, caracterizadas por pequenos negócios familiares que, no entanto, criaram hábitos e tradições de mercados nas cidades principais e estabeleceram as suas especializações dependendo da localização e recursos disponíveis.

O fomento industrial da manufactura, como foi já referido anteriormente, sofreu várias tentativas mas foi só com o Conde da Ericeira que a política pró-industrial assente em conceitos mercantilistas gerou um maior interesse obtendo resultados apenas pelas mãos do Marquês de Pombal.

A productividade do país sendo de carácter artesanal e doméstico, apesar da óptima qualidade do produto, não conseguia acompanhar a exigência da moda, o que fez com que estes productos tivessem de ser importados para responder à necessidade de mercado. Através da ideia mercantilista este fluxo teria de ser quebrado e reduzir as importações o máximo possível, tornando o reino auto-sustentável. Pretendia-se criar uma indústria portuguesa de grande qualidade e que conseguisse controlar todo o processo desde a obtenção da matéria-prima ao produto final.

O processo de produção foi organizado e sistematizado optando pela concentração do trabalho num mesmo espaço desenvolvendo uma linha de fabrico onde se aperfeiçoava a técnica, normalmente instruída por mestres internacionais, e conseguindo assim ter maior controlo de qualidade do produto e do próprio processo de trabalho.

\* Consultar (AZEVEDO, 1990) para mais informação sobre a história da economia portuguesa no século XVII a XVIII.

## A IMPLANTAÇÃO

O local de implantação destas novas manufacturas era, sobretudo, estratégico. A sua localização obedecia a princípios basilares que atendiam à existência de condições à produção local. Normalmente situadas em cidades de grande e média escala que garantiam a mão de obra operária e mercados para a circulação dos productos,

A população concentrava-se maioritariamente na Estremadura e Beira, a restante, deslocava-se para as principais cidades em busca de melhores condições e oportunidades de trabalho - uma condição contemporânea, diga-se.

Apesar das regiões litorais garantirem a saída de mercado constante, o mesmo não acontecia no interior, onde o seu isolamento era um impedimento ao desenvolvimento, caracterizado pelas más comunicações e pela fraca circulação monetária mantendo uma economia de auto-subsistência e dificuldade em acompanhar a evolução das novas técnicas e conhecimentos. \*\*Por outro lado, era no interior onde se reuniam as condições ideais para a produção de textéis, nomeadamente a lã, como por exemplo na Covilhã ou em Portalegre. A existência de pastos abundantes que permitiam a pastorícia para a produção de lã.

No caso da agricultura, notava-se um atraso social, cultural e económico produzido maioritariamente pelo meio natural onde se inseriam, que se reflectia no quadro demográfico do país: progressão das grandes cidades como o Porto e Lisboa e, no entanto, o atraso no interior do país, tal como uma maior taxa de mortalidade por surtos de doenças ou mesmo fome. \*\*\*

A estrutura demográfica do país podia então caracterizar-se como desequilibrada, condicionada pelas circunstâncias naturais de cada local.

Pode dizer-se que o crescimento dos mercados urbanos das principais cidades (Lisboa Porto, Braga, Coimbra e Évora) despoletou a consolidação do mercado industrial português. No interior, com sistemas não tão desenvolvidos, as actividades tomavam-se no espaço urbano e dispersavam pelas áreas rurais onde a longa permanência dos hábitos productivos numa dada população foi constituindo uma tradição ou especialização dependendo das condições que possuíam, nomeadamente o proveito das fontes de energia disponíveis e matérias-primas

\* Sobre a evolução e deslocação da população portuguesa consultar (SERRÃO, 1993)

\*\* MACEDO, 1984

\*\*\* MOREIRA E VEIGA, 2004

locais com as melhores garantias de circulação no acesso aos mercados. Ou seja, foram as condições locais, geográficas, que ditaram a dimensão ou sucesso das unidades industriais, essencialmente a sua implantação.

Os lanífcios tinham maior incidência na faixa interior desde as margens do Douro ao Alentejo Central, onde predominava uma tradição de pastoreio do gado ovino privilegiado pelos bons pastos e água disponível para os animais, como também para a própria produção das lãs e outros tecidos, que necessitavam desta para a lavagem, tinturaria ou outros processos.

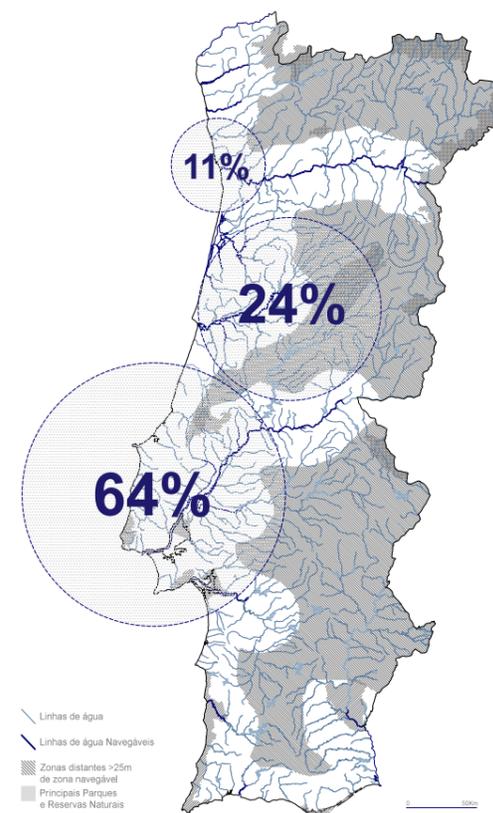
As vidrarias marcavam presença no centro litoral, por um lado por terem acesso à madeira proveniente das matas e florestas como combustível, e também o acesso a areia do litoral como matéria prima.

Seria óbvio que para garantir o sucesso de produção, a implantação das Reais Fábricas seriam em locais cuja tradição productiva já existisse para tirar o melhor proveito possível. Por exemplo, a fundação da Real fábrica de papel da Lousã surge num local provido de condições naturais favoráveis no que respeita a matéria-prima e fonte de energia, a mata e a linha de água; a Real Fábrica de Vidro de Coima parecia ter recursos suficientes mas a sua transferência para a Marinha Grande foi necessária devido ao excessivo uso de árvores, o que prejudicava o bem estar da população, razão pela qual, em prejuízo do bem público, se começou a utilizar o carvão mineral em 1735.<sup>\*</sup>

A Real Fábrica dos Atanados em Vila Franca de Xira surge ligada à criação de gado bovino na zona tendo um acesso fácil aos curtumes. Claro que outras manufacturas tinham outros interesses, nomeadamente políticos, como por exemplo, a Real Fábrica de chapéus de Gramella, uma propriedade do próprio Ministro que não aparenta motivo estratégico de implantação.

No entanto, com a política de nacionalização de Marquês de Pombal, a indústria ganhava um novo sentido, sistemático e em sintonia com o próprio território.

<sup>\*</sup> Ver CUSTÓDIO, 1986 e 2002



Na Lista das Fábricas nacionais de 1777 é evidente a tendência da inserção das novas manufacturas nas cidades da costa e regiões interiores do país coincidentes com grandes áreas de tradição – representando esta última uma percentagem muito mais pequena. Ora, a razão para tal acontecer foi, essencialmente, a facilidade de circulação. Em Lisboa e no Porto, implantar-se-iam cerca de 60% das manufacturas promovidas pela Junta do Comércio, precisamente nos locais de grande mercado consumista e principais portos de ligação ao comércio nacional e internacional.<sup>\*\*</sup>

A confirmação destes dados pode ser feita na Relação das Fábricas de 1788, 10 anos depois das Listas das fábricas, onde é possível aferir esta evidência estratégica cultural. Segundo Luís Carvalho Dias, 64% dos estabelecimentos localizavam-se na cidade de Lisboa, 11% no Porto e os restantes 24% distribuíam-se acima do Tejo, numa faixa que seguia até à linha Leiria-Tomar.<sup>\*\*\*</sup>

A norte da Capital portuguesa existiam garantias de melhor circulação e de mão-de obra operária abundante tal como melhores condições naturais, em termos de energia motriz e/ou matérias-primas.

A capital em si, Lisboa, era a linha da frente para o comércio, quer nacional ou internacional. Este dinamismo contribui para a idealização do Plano do Cais Novo de Pedrouços ao de Santarém por Carlos Mardel e Custódio José Vieira, apesar não chegar a ser construído. Desta ideia de reestruturação dos limites ocidentais apenas foi concretizado o Cais da Pedra (1742)<sup>\*\*\*\*</sup> Pode dizer-se que surgia um novo entendimento da relação da indústria com o urbano e as suas evidentes influencias.

Em suma, a implantação dependia essencialmente, da proximidade do combustível ou força motriz, da matéria – prima e das vias de comunicação.

O combustível de eleição era a lenha, abundante em determinadas regiões portuguesas e utilizado para o fabrico de materiais que necessitassem de calor, como por exemplo forjas, fornos ou caldeiras, a madeira era por sua vez também a matéria-prima das industrias papeleiras.

<sup>\*</sup> MACEDO, 1963

<sup>\*\*</sup> DIAS, 1955

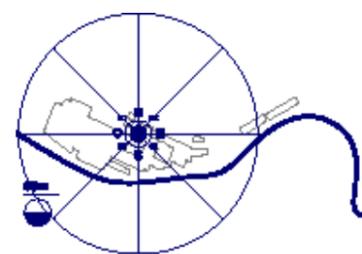
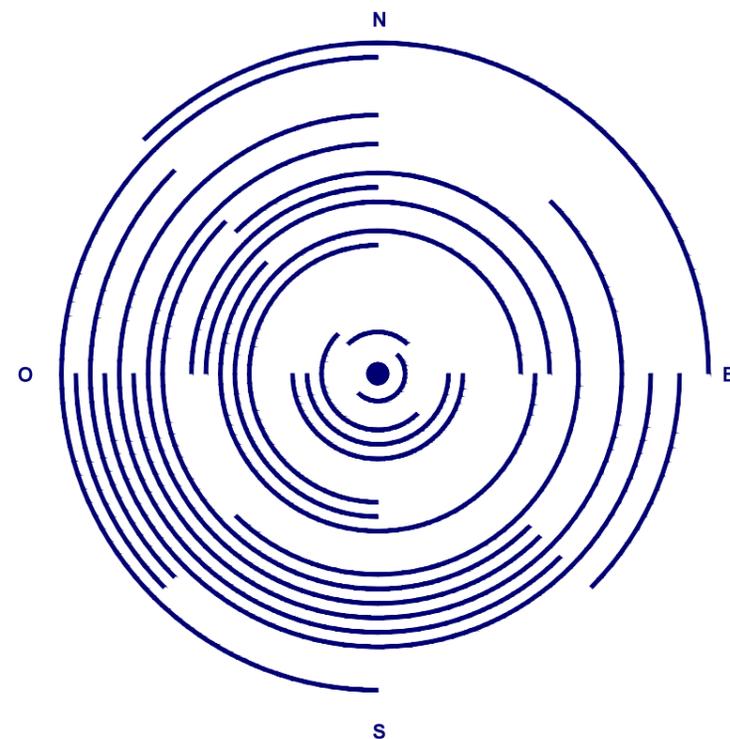
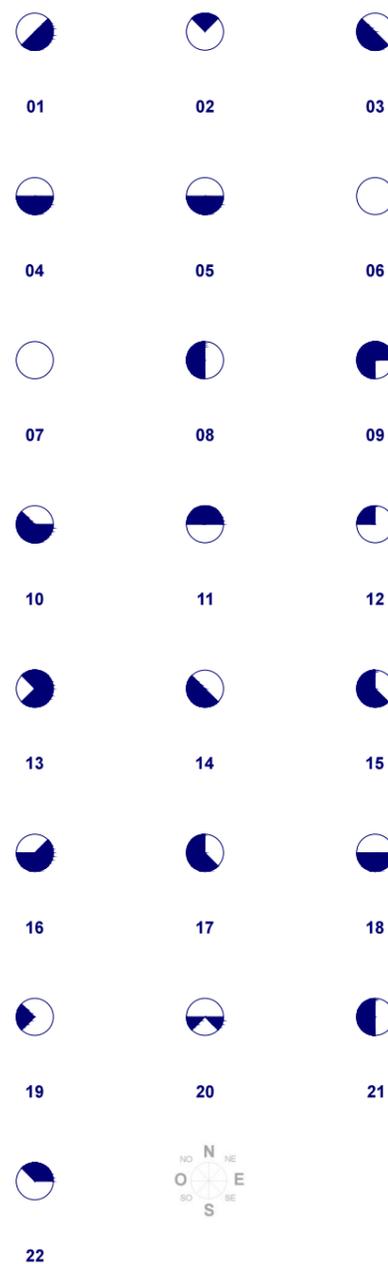
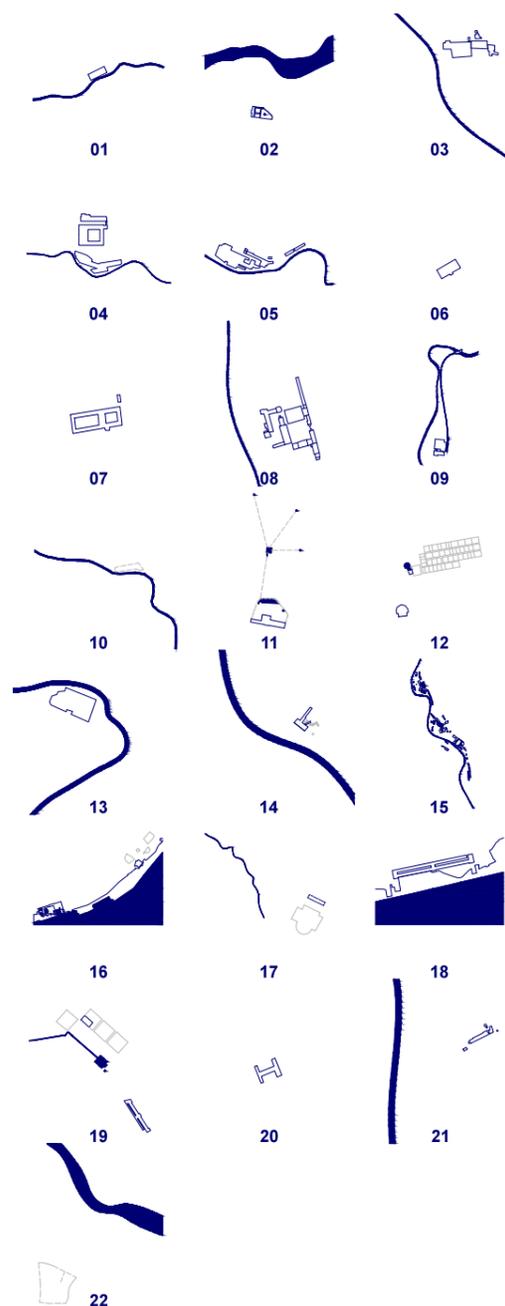
<sup>\*\*\*</sup> ROSSA, 1990 E 2002

O elemento de maior impacto sobre a implantação das estruturas fabris era a existência de água, utilizada sobretudo como força motriz mas também como suporte ao processo, em lavagem e tratamento de tecelagens e cortumes, composição do papel.

A energia hidráulica era a força motriz de maior potência na altura, no entanto, era também o principal meio de transporte e circulação no Reino. A água garantia não só a produção como a expedição e chegada de productos sendo a maior influência para o sucesso da fábrica.

Reconhecendo a importância do elemento da água e a sua variada influência sobre as fábricas, é exposta a seguir, a relação de cada Real Fábrica com este elemento - a água. É demonstrada através da sua planta de implantação a sua proximidade com as linhas de água existentes no território ou a sua procura e condução da mesma até à fábrica. Sempre que possível, a implantação da fábrica era desenhada ao longo da linha de água e quando não era possível, a possibilidade de captação de água em outros locais nas proximidades e a sua condução até a fábrica era fulcral. Através de alterações aos cursos de água para favorecer a laboração da mesma, como por exemplo, desvios da linha de água, tanques de recolha e condução da água por gravidade para a fábrica e açudes.

Verifica-se também que a posição relativa da fábrica em relação à linha de água é semelhante. Isto é, tomando a fábrica como um ponto central da Rosa dos Ventos, observa-se uma predominância da posição de NO a SE da linha de água em relação ao ponto central que representa a estrutura industrial, consequência da rede hidrográfica portuguesa - caracterizada por Rios que nascem ,aproximadamente, a NE e desaguardam a SO, O, à excepção do Rio Sado que corre de Sul para Norte.



## 01 | Real Filatório de Chacim

A escolha para a implantação do Real Filatório de Chacim teve como influência a possibilidade de obter a matéria-prima no próprio local e a presença de uma linha de água que serviria como força motriz à produção. Isto é, o micro-clima era favorável para a plantação de Amoreiras – que forneciam as sedas, a matéria-prima - juntamente com a proximidade da água da ribeira dos Moinhos que permitia a utilização da técnica piemontesa. Esta técnica, trazida pela família Arnaud, consistia na utilização de um moinho de seda redondo com roda hidráulica, torcedor e dobadora lateral; obtendo sedas de uma qualidade superior.

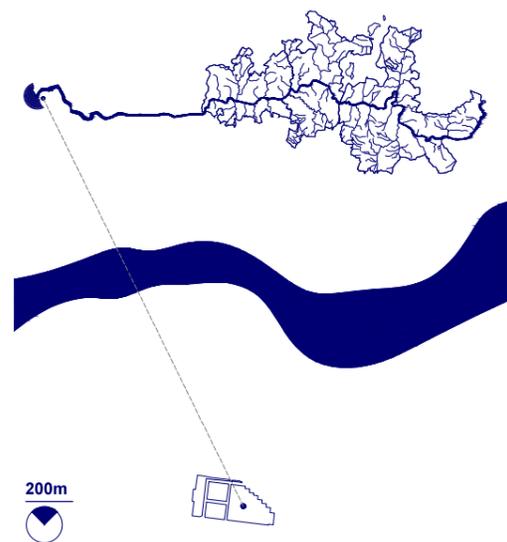
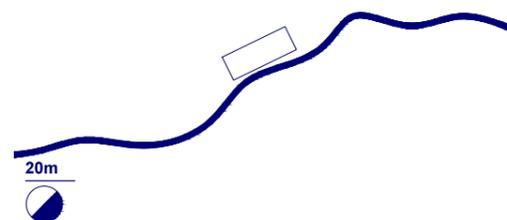
Apesar da qualidade da produção, a distância e difícil acesso ao produto final e sua consequente comercialização dificultou o seu sucesso e levou ao seu encerramento em poucos anos.

## 02 | Real Companhia Velha

Com o intuito de preservar os vinhos do Douro nas longas travessias marítimas, foram realizadas várias experiências na sua confecção. Juntamente com uma série de circunstâncias, a adição de aguardente ao vinho gerou o tão afamado Vinho do Porto.

A descoberta deste produto único levou à demarcação Pombalina da Região do Douro (1758-1761) demonstrando a sua importância e o seu papel na economia portuguesa, sendo dos primeiros actos de regulamentação, controlo e disciplina da produção dos vinhos da região.

Sendo o Douro uma cultura de montanha, caracteriza-se por uma orografia acidentada, cadeias montanhosas a Sul e Oeste e zonas planálticas a Norte e Este. O seu clima caracterizado por invernos frios e chuvosos seguidos de verões quentes e secos representam características favoráveis à produção do vinho. Assim, a região delimitada, representando uma área considerável, é subdividida em três sub-regiões: Baixo Corgo, Cima Corgo e Douro Superior; cada uma com características próprias e ligadas pelo elemento principal, o Rio Douro, que para além da irrigação dos solos, representava a



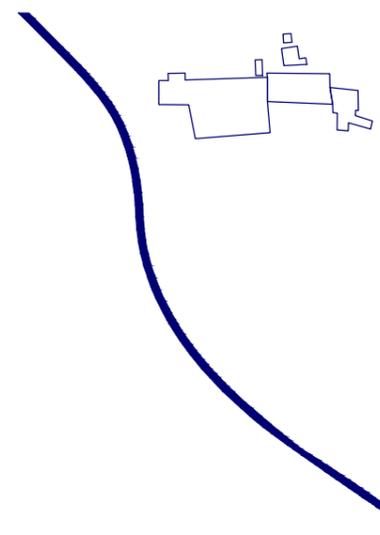
### LEGENDA

Distância (m)



Posição Geográfica aproximada da Água em relação à fábrica

- Limite de implantação da fábrica
- Limites e eixos secundários
- Limites actualmente inexistentes ou de aproximação
- Limite de linha de Água / Tanques / Poços
- Limite anterior de Água



via de ligação da zona de cultura com a zona de produção e tratamento dos vinhos e, finalmente, a exportação e distribuição pelo país.

Neste caso, a água não só representa parte da matéria-prima necessária à produção do vinho do porto, sendo que é essencial à óptima qualidade tanto do solo como da uva em si, como representa um papel fundamental em termos de acessos. Isto é, a cultura da uva é feita a Noroeste do Rio, onde as características necessárias à sua cultura são óptimas. Aquando da vindima, as uvas são transportadas por Rio até Vila Nova de Gaia onde é produzido o produto final e expedido para todo o Mundo.

## 03 | Real Fábrica de Papel

A Real Fábrica da Nossa Senhora da Lapa, o “engenho velho”, foi a primeira fábrica de papel no concelho de Santa Maria da Feira, e, do país. Fundada pelo genovês José Maria Ottone em sociedade com Vicente Pedrossen, um capitalista da cidade do Porto.

Ottone chegara a Portugal em finais do século XVII e tinha a concessão do fabrico de todo o papel desde o Minho até ao Douro fornecida por D.Pedro II.

Na procura do melhor local para a implantação da sua indústria, era essencial a presença de madeira e água com relação de proximidade, obtendo a sua matéria-prima e força motriz num só local. São Paio de Oleiros foi o local escolhido sob as condições acima referidas, no entanto, por razões desconhecidas, a sua laboração foi curta.

Contudo, foi a implantação desta fábrica que influenciou o aparecimento de mais indústrias papeleiras na região, motivo pela qual ficou conhecida até hoje.

\*CORREIA, 2009 - p.16

#### 04 | Real Fábrica dos Panos

Situada em plena Serra da Estrela, local de criação de gado e plataforma das rotas de transumância, guarnecidas de nascentes de água e pasto verde, a Covilhã ficou conhecida pela abundância de lanifícios desde o século XII.\*

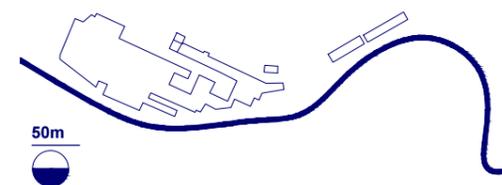
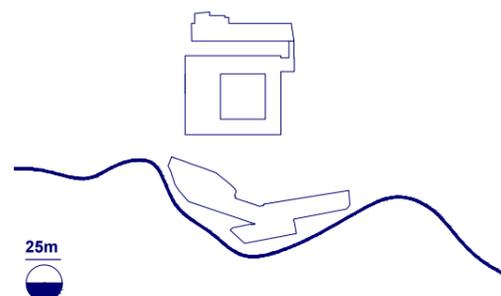
A grande produção de lanifícios, e de excelente qualidade, levaram ao crescimento da indústria culminando na fundação da Real Fábrica de Panos na Covilhã em 1764.

A sua localização próxima do rio da Goldra – que provém de uma pré-existência de oficina de tinturaria - permitia a extração de água e a utilização da mesma como força-motriz e matéria de trabalho. Isto é, a água era necessária para a lavagem e tintura das lãs - existindo ainda canalizações em granito que faziam circular a água por gravidade.

A existência de lenha abundante garantia o funcionamento das fornalhas, constituindo também um importante elemento como força-motriz.

Importante referir a relevância dos pisões. (Pisoar significa bater uniformemente o pano molhado de modo a dar-lhe corpo e resistência. ) Estes objectos/instrumentos que datam da idade média encontram-se normalmente junto das linhas de água, tirando partido da força motriz hidráulica para o accionamento dos maços de pisoar.

No caso da Covilhã, os pisões individuais pertencentes aos vários fabricantes encontravam-se na Ribeira de Goldra – antiga Ribeira dos Pisões - onde foi instalada a Real Fábrica de Panos.



#### 05 | Real Fábrica de Papel

Na sequência da implementação da indústria papelreira no Reino, José Maria Ottone, escolheu a Lousã para a instalação de uma outra fábrica sendo que as condições eram, também, propícias à sua instalação.

O rio Arouca proporcionava água em abundância para a sua utilização como força-motriz e matéria essencial à produção de papel juntamente com a madeira. Esta última também essencial para a combustão em forma de carvão.

Tendo já como experiência a Real Fábrica de São Paio de Oleiros, era importante, desta vez, atentar na sua localização no território em termos de acessibilidades. Assim, a sua posição geográfica, próxima de Coimbra, garantia a expedição do papel sendo que fornecia papel a várias entidades, como por exemplo, o Colégio de Jesuítas de Coimbra e a Academia Real da História, tal como para o resto do país, sendo uma das fábricas ainda resistentes hoje em dia.

#### 06 | Real Fábrica de Lanifícios

No caso da Real Fábrica de Lanifícios do Fundão, a sua implantação deve-se à sua proximidade com a Real Fábrica de Panos da Covilhã (sensivelmente 20Km), e desta necessitar de elementos complementares à produção, sendo que a produção da manufactura era muitas vezes realizada parcialmente por artesãos nas suas casas e apenas finalizadas em fábrica.

Neste caso, existiam alguns artesãos que realizavam trabalhos para a Real Fábrica e por questões de logística, foi fundada uma nova “sede” no Fundão para receber e distribuir os produtos. Como este caso existem outras dependências da Real Fábrica dos Panos, como é o caso da Real Fábrica de Lanifícios de Portalegre que funcionava, também como parte integrante do grande complexo dos lanifícios.

Em 1755 são iniciadas as obras sobre o antigo convento para albergar a Real Fábrica de Lanifícios e labora por uma centena de anos.



\* PINHEIRO, 1998 - p.46

\* CAMPOS, 2009 - p.147

## 07 | Real Fábrica de Chapéus de Gramela

A Real Fábrica de chapéus de Gramela, dirigida pelo mestre Sauvage e por Guilherme Fournol foi instalada no local por influência do então Ministro, Marquês de Pombal, o qual era proprietário do terreno.

A sua implantação não teve inicialmente influência da matéria-prima ou força motriz como nos outros casos, no entanto não carece dos mesmos. Ou seja, a sua implantação está localizada num local de fácil acesso a lenha, que servia de combustível para o aquecimento de águas e máquinas necessárias à produção dos chapéus, tal como a sua posição geográfica era privilegiada pela proximidade dos centros e rotas comerciais, na zona de Leiria, Coimbra e também Lisboa. A origem das sedas é desconhecida.

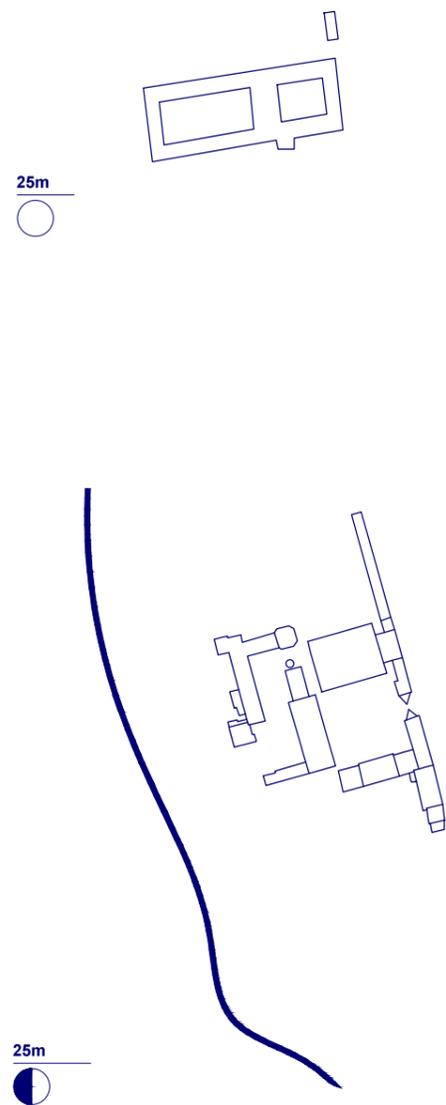
## 08 | Real Fábrica de Vidro

Fundada a 1748 por John Beare, a Real Fábrica de Vidros foi uma segunda aposta do administrador, transferindo parte da maquinaria e operários provenientes da Real Fábrica de Coima para as novas instalações. A nova fábrica instalou-se junto ao Pinhal do Rei garantindo assim lenha para a combustão necessária à produção de vidro.

Foi apenas em 1769 que pela mão de Guilherme Stephens foi restabelecida a fábrica de vidros. O fabrico da vidraça nesta altura era fundamental para a reconstrução da cidade de Lisboa que havia sofrido com o terramoto de 1755.

A proximidade com zonas costeiras foi também importante para a obtenção de areia necessária à produção, tal como a linha de água adjacente ao edificado. Para além das instalações fabris, era da posse da família uma Quinta para produção de hortícolas e animais para consumo dos operários, tais como outras actividades aconteciam no conjunto, como por exemplo: roça, lapidação, gravura, pintura, carpintaria, olaria.

A acertada implantação desta Real Fábrica levou ao seu sucesso, tomando mais uma vez como premissa, a proximidade da matéria-prima – areia e calcários – e da força motriz - água e lenha para combustão; sendo que a sua posição geográfica, com relativa proximidade da capital permitiu a comunicação e distribuição do produto pelo país.

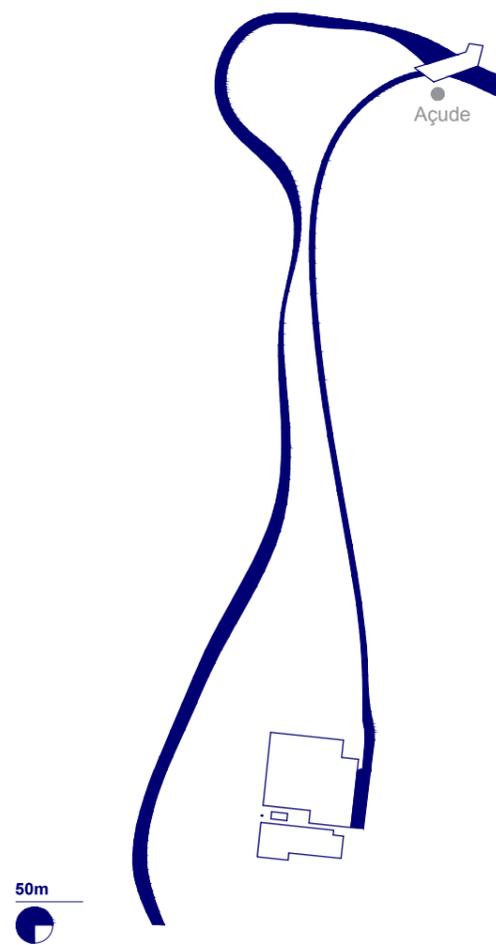


## 09 | Real Fiação de Tomar

Foi em Tomar que, pela primeira vez, se fiou algodão em Portugal por iniciativa de Locatelli. Inicialmente o local desta fábrica era no Palácio do Principal Lázaro Leitão\* que foi adaptado para servir a nova função onde o algodão era fiado em rodas de mão.

Com a evolução da tecnologia e o fomento industrial da época, Jacome Rattón e Verdier tomaram a direcção desta manufactura e introduziram a máquina a vapor – sendo esta fábrica a primeira no país a inserir esta tecnologia. Ora, para esta nova tecnologia seria necessário uma corrente de água funcionando como força motriz para o funcionamento da fábrica. Assim, surge a Real Fábrica de Fiação próxima do rio Nabão, sendo até mesmo construído um Açude que fortalecia e controlava a corrente, tendo a Real Fábrica uma linha de água desviada do mesmo para consumo como se pode verificar no esquema ao lado.

A água era a força motriz principal, utilizada na fiação e tecelagem -que foi adicionada mais tarde à produção -, tal como na lavagem e tinturaria. Para o funcionamento das máquinas era também necessária a lenha cuja região não deixava escassear. Quanto à matéria-prima desconhece-se a origem.



\* Conhecido hoje como Palácio de Alvaiázere por ter sido vendido ao barão do mesmo nome.

## 10 | Real Fábrica de Lençaria e Algodão

Trazidos por Vasco da Gama nas suas expedições ao Oriente, os tecidos de Chita foram transportados e produzidos no Reino segundo os processos indianos, representando estes, grande prestígio nos séculos XVII e XVIII. De forma a responder à procura destes tecidos evitando a sua importação, foi necessária a criação de uma fábrica que os produzisse.

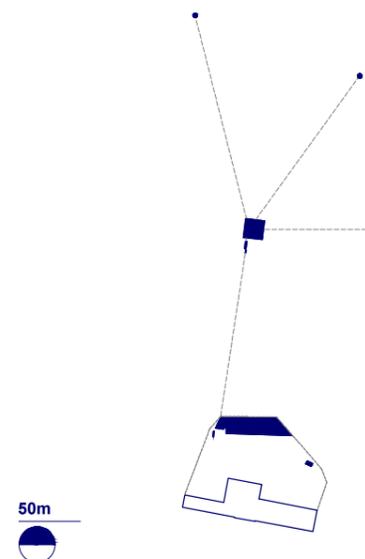
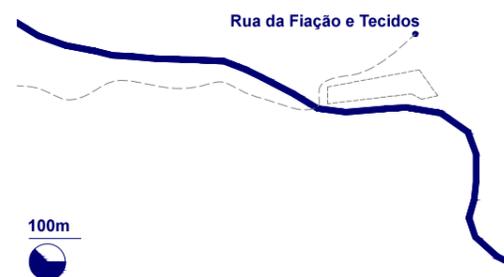
Para fornecer as classes mais altas foi então construída a Real Fábrica de Lençaria e Tecidos brancos de Alcobaça. Sabe-se que a fábrica original foi destruída durante as invasões francesas, no entanto, por iniciativa de Joaquim Ferreira de Araújo Guimarães foi fundada a Companhia de Fiação e Tecidos de Alcobaça (1875) que perdurou até ao séc XX.

A localização exacta tanto da antiga fábrica como da Companhia continua incerta. Os incêndios que destruíram o arquivo não deixaram vestígios da sua existência, conforme confirmado com o Município e Arquivos.

Contudo, segundo uma observação mais atenta através dos dados existentes, pode apontar-se para uma possível localização. A necessidade de uma linha de água para o funcionamento da manufatura é evidente, e, sabe – se que se localizava em Fervença. Segundo António Maduro, *“esta empresa vai instalar-se nas quedas de água da Fervença, onde os monges de Alcobaça possuíam dois moinhos de rodízio, uma azenha e um lagar de azeite(...) já sonhava em aproveitar-se do motor hidráulico para fins industriais.(...)A localização da Companhia na Fervença era estratégica não só pelo motor hidráulico, mas também pelo combustível que a floresta de pinho proporcionava às caldeiras”*

Após uma observação do mapa da localidade, especialmente perto de linhas de água, foi possível detectar uma estrada com nome “ Rua da Fiação e Tecidos”. Esta estrada, paralela ao rio Alcobaça converge num edificado abandonado que, possivelmente, poderia ser parte da Companhia de Tecidos ou até ser o aproveitamento da localização para a criação de uma nova indústria. Esta questão foi apresentada ao Município, Arquivo e outras entidades locais mas não foi possível confirmar os dados.

A origem da matéria-prima mantém-se desconhecida, quando a lenha para combustão necessária ao funcionamento da fábrica é abundante na zona.



## 11 | Real Fábrica de Lanifícios:

Com o objectivo de integrar e complementar a manufatura de lanifícios da Covilhã, foi criada segundo os mesmos princípios da tecnologia, a Real Fábrica de Lanifícios de Portalegre.

A escolha da implantação da nova manufatura reside na tradição de gado-ovino da zona, da consequente abundância de matéria-prima e da sua qualidade. A implantação desta fábrica no Alentejo cobriria uma área do país mais a sul aumentando a rede de lanifícios, no entanto, Portalegre é uma cidade alentejana do interior, caracterizada por um clima seco. Ora, a Serra de São Mamede possuía linhas de água mas não com a abundância da Serra da Estrela. Sendo a água indispensável na indústria dos lanifícios, a implantação desta fábrica implicou estudos para avaliar os diferentes caudais que poderiam ser utilizados.

A água que passou a servir a fábrica provinha de três principais locais: do cano de Boi de Água, da Cerca das Freiras e do Convento dos Capuchos. A água era recolhida das diferentes linhas e nascentes, canalizada e conduzida até um tanque de onde era depois encaminhada aos muros da Real Fábrica e distribuída às oficinas.

O grande tanque situava-se no Rossio de Fora, perto do actual Mercado Municipal do qual não restam vestígios. Esta operação era comum nesta altura. Este grande tanque, caracterizado como uma *“obra magistral da engenharia hidráulica manufactureira portuguesa da 2ª metade do séc. XVIII, era quadrangular e media cerca de 24,2 m de lado”* construído cerca de 5m acima do terreno para tirar partido da gravidade.

A água percorria ainda quatro pequenos reservatórios até entrar na levada que conduzia ao muro da fábrica. Esta possuía também um rede de esgotos subterrâneos destinadas ao despejo das águas de tinturarias.

Não possuindo nenhuma linha de água junto à fábrica, foi construído um pisão junto à tinturaria. Ora, os pisões estão normalmente localizados junto às linhas de água, no entanto, de forma a centralizar o processo, este foi integrado junto à

\* CUSTÓDIO, s.d. - p.289

cerca do antigo colégio levando a água até à sua roda hidráulica através de um desnível.

A lavagem das lãs era feita no lavadouro, paredes-meias com uma propriedade privada, feita por água fria e quente, sendo que para a última eram necessárias caldeiras aquecidas por lenha para atingir altas temperaturas, sendo esta lenha garantida pela serra de São Mamede.

## 12 | Real Fábrica de Gelo

O gelo foi introduzido em Portugal por Filipe II, criando o hábito dos gelados e bebidas frescas mas também para utilização medicinal nos hospitais. Não existindo tecnologia de refrigeração, o recurso à neve e ao gelo constituíam a única alternativa. Originalmente proveniente da Serra da Estrela, a longa distância da capital, resultava em grandes perdas de matéria-prima pelo percurso, sendo necessário encontrar soluções.

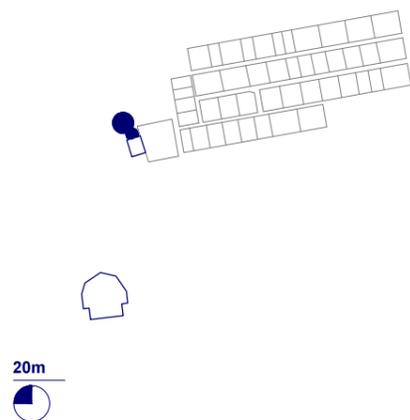
Para colmatar esta necessidade, a Serra de Montejunto – também conhecida como Serra da Neve -, localizada a 50Km de Lisboa e com grande proximidade do rio Tejo, constituiu o novo local de implantação da Real Fábrica do Gelo.

O micro-clima desta serra, a vegetação densa - que garantia grandes períodos de sombra -, e a existência de água permitiam assim criar este produto e minorar as constantes faltas deste bem na capital.

O local de implantação era privilegiado pela presença da matéria-prima – a água – mas também pela presença de factores climatéricos que proporcionavam esta produção. A sua posição geográfica era também importante por ser muito próxima da capital, tendo uma facilitada e rápida ligação com Lisboa através, mais uma vez, do Rio.

A área de fabrico de gelo era composta por 2 poços de extração de água, casa da nora, tanque de pré-enchimento e 44 tanques rasos de congelamento.

Era em Setembro que começava a produção do gelo. A água era extraída dos poços através de uma nora movida a força animal e canalizada para o tanque de pré-enchimento.



Durante a noite a água era distribuída pelos tanques rasos, que quando as condições climatéricas permitiam, formavam as camadas de gelo. Antes do sol nascer, o gelo era retirado, partido e transportado para os silos de armazenamento. Eram então prensados à mão formando blocos e armazenados até ao final do Inverno.

Por volta de Maio o gelo era partido em blocos mais pequenos, envoltos em palha e serapilheira, e depositados no silo anexo. O transporte de gelo era realizado em três fases e normalmente durante a noite, evitando as temperaturas mais altas para reduzir as perdas de produto.

A descida da serra fazia-se sobre o dorso dos burros até ao sopé onde, através de carroças, seguiam para a Vala do Carregado sendo posteriormente embarcados nos barcos de gelo seguindo o rio até Lisboa. Todo o percurso demorava cerca de 12 horas. Assim que chegava o barco ao Terreiro do Paço, seguiam as encomendas para a Casa Real, alguns cafés da cidade e para o Hospital de Todos-os-Santos.

Revelando a importância desta indústria, foi inaugurada em 1782 em Lisboa com a presença do Marquês de Pombal, a “Casa da Neve” - local no qual a especialidade era fazer gelados com a neve proveniente da fábrica de gelo, conhecido hoje em dia como o famoso café Martinho da Arcada, tendo no seu interior azulejaria referente à história da neve.

### 13 | Real Fábrica de Papel

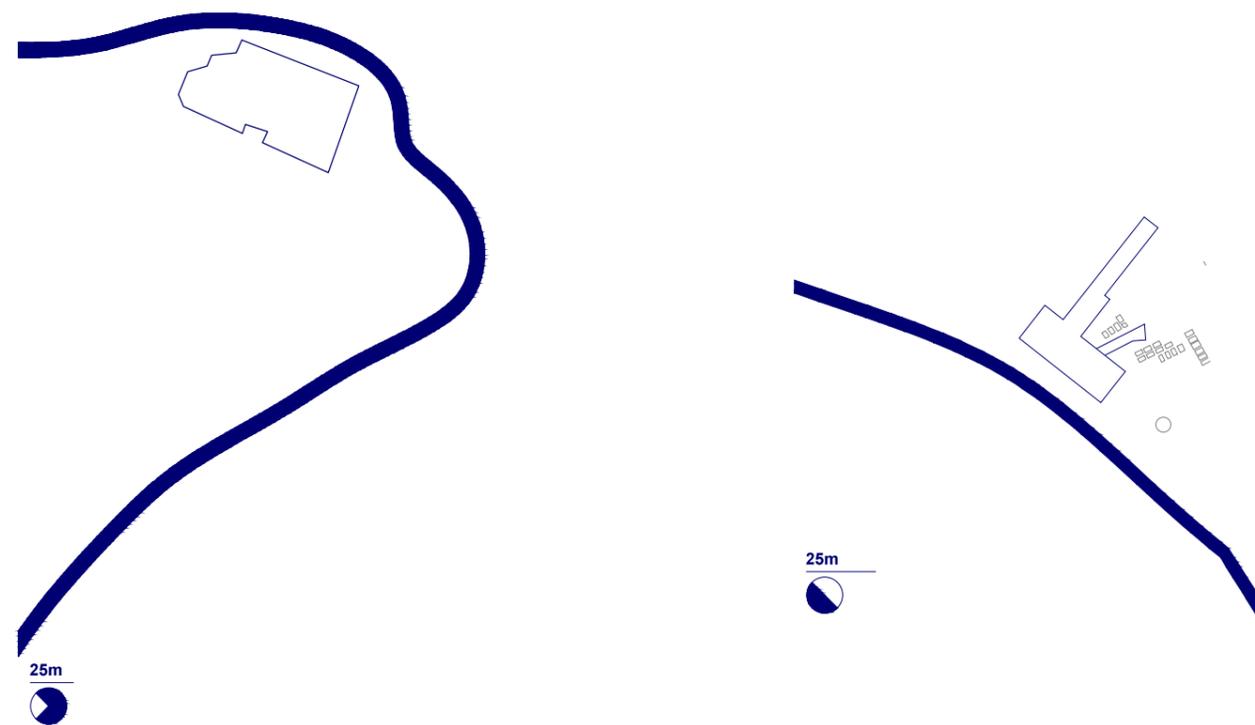
A vila de Alenquer caracteriza-se por duas zonas, a zona alta e a zona baixa. A primeira construída sob uma colina rochosa e a segunda junto à ribeira resultado dos diversos cursos de água que proveem das encostas da Serra de Montejunto, sendo este um local privilegiado para a implantação da cidade.

A presença de água, madeira e a sua posição geográfica eram características favoráveis à criação de mais uma Real Fábrica, neste caso uma fábrica de papel, a Real Fábrica de Papel, utilizando a água na fabricação e lavagem do papel tal como força-motriz.

Esta linha de água nem sempre foi favorável, sendo que as inundações na zona baixa eram regulares, chegando até a destruir edificado em algumas das cheias. Este fenómeno recorrente conduziu a um planeamento da zona ribeirinha, o que solidificou a área. Segundo Aldo Paviani, “o moinho e a fábrica de papel tiveram as suas partes térreas invadidas pela água até cerca de 1,50m. As indústrias de lanifícios e de refrigerantes não escaparam à fúria das águas. A mais atingida, todavia, foi a fábrica de papel: teve maquinaria e um dos seus pavilhões levados pela correnteza”<sup>\*</sup>. Na altura, a fábrica tinha uma parte construída sobre o rio, que após ter sido destruída por estas cheias não foi reconstituída; foram executadas obras de rectificação, canalização e limpeza do curso da água que tanto caracteriza a Vila. Junto à linha de água existiam vários lagares e moinhos, uma forte abundância de peixes, açudes e pontes construídas. No entanto, estes açudes, construídos para apoio dos moinhos, não permitiam a navegabilidade desta linha de água, o que se traduzia num problema na altura.

Importante referir a sua posição geográfica, a sua proximidade com as linhas de Vila Franca de Xira e fácil acesso a Lisboa para o transporte de matéria e produtos sendo que, segundo o Inquérito Industrial de 1881, a fábrica de Alenquer era uma das maiores que laborava no distrito de Lisboa.

Por estas razões, Alenquer era um local privilegiado para a implantação de indústria, existindo variados exemplos ainda resistentes nos dias de hoje, como por exemplo a Fábrica



de Lanifícios da Chemina e a Fábrica Nova da Romeira, tal como o próprio aproveitamento das máquinas hidráulicas da Real Fábrica aquando do seu encerramento para a implantação de uma fábrica de lanifícios tirando partido das mesmas qualidades presentes no local necessárias à produção.

### 14 | Real Fábrica dos Atanados

A Real Fábrica de Atanados implantou-se na Vila de Povos, Vila Franca de Xira. Esta foi uma unidade pioneira no fabrico e tratamento de curtumes por iniciativa de João Mendes de Faria, cuja matéria-prima era resultante da tradição local da criação de gado ovino.

A Real Fábrica de Atanados está localizada ao longo da linha de água, tirando partido da mesma para o processo de lavagem e tinturaria das peles, tal como está presente a madeira utilizada para a combustão e aquecimento de fornos e águas necessários ao processo dos curtumes. A água era também utilizada para um moinho de rodízio e um lagar movido pela energia hidráulica, utilizados pela Quinta que se instalou no edifício manufactureiro produzindo uma série de alterações ao edificado. As adições e transformações foram adaptações de funcionalidades e de tempo, no entanto, restaram os tanques logicamente organizados no pavimento da “Quinta da Fábrica”.

A implantação dos curtumes nas proximidades dos rios era já praticada, sendo que existem registos do século XII da existência de oficinas de curtumes; como por exemplo, conhecem-se dados arqueológicos em Santarém da tradição islâmica traduzida num conjunto de covas cilíndricas, cavadas na rocha associadas a caleiras de distribuição de água<sup>\*</sup>, tal como é possível visitar a tradição de curtumes de Guimarães ao longo do Rio de Couros.

É certo que a proximidade com a capital e o Rio facilitava a chegada e partida de matéria-prima e produto, salvaguardando o funcionamento da Real Fábrica utilizando a sua localização estratégica de cerca de 1Km do Cais de Povos no Rio Tejo, de onde chegavam e partiam os barcos com o produto manufacturado para o país .

<sup>\*</sup> PAVIANI, s.d. - p41

<sup>\*</sup> CUSTÓDIO, *Escavações na Alcáçova de Santarém: A resposta que se esperava.*, 1987

## 15 | Real Fábrica de Pólvora:

A ocupação industrial do vale da ribeira de Barcarena remonta ao século XVI. Ali se estabeleciam oficinas para o fabrico de pólvora, armas brancas, arcabuzes e mosquetes apelidadas de “Ferrarias d’El Rei”. Juntamente com as oficinas da Porta da Cruz, em Lisboa - o posterior Arsenal Real do Exército -, foram instituídas as oficinas reais\* que funcionavam através de moinhos de pilões e de artifícios manuais com apoio de força animal.

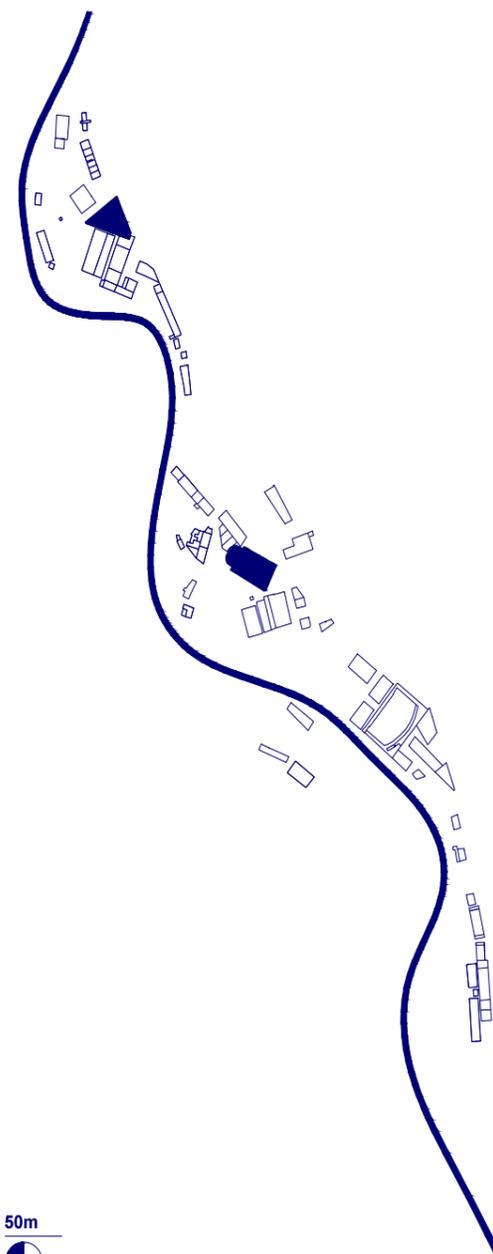
A implantação da Real Fábrica da Pólvora deve-se essencialmente à presença do elemento da água, traduzida na pré-existência da tradição de produção de pólvora; para além da sua utilização como matéria, a água, era também utilizada como força motriz.

A utilização da força motriz hidráulica era assistida, quando necessário, através da captação de caudais subterrâneos mediante a abertura de minas, esta última, a mais apreciada pela sua pureza e influencia positiva na produção da pólvora. Este sistema de captação através de galerias subterrâneas encontra-se cartografado\*\*, no entanto poderá não conter a totalidade do sistema.

Para um maior aproveitamento da linha de água e com o confinar do vale, a implantação do complexo, dispôs-se ao longo da ribeira, sendo o exemplo da Real Fábrica, a de maior extensão dentro dos casos de estudo.

No entanto, a proximidade da linha de água representa alguns perigos como é o caso das cheias e a acção erosiva provocada pelas chuvas. Assim, encontra-se na construção do complexo essa preocupação através da implementação dos empedrados no leito da ribeira a jusante do açude, tais como vários sumidouros, colectores e valetas largamente dimensionadas para drenar toda a água.

Para além do importante factor hidrológico como parte integrante do processo, tanto como matéria-prima como força motriz, a proximidade do rio garantia a fácil transição de produtos para a comercialização tal como a chegada de matéria-prima importada para a produção de pólvora.



50m



\* QUINTELA, s.d. - p84

\*\* Planta 1:1000 de 8 de Setembro de 1910 desenhada pelo ontramestre António da Costa e Polvorista nº56 Arthur da Costa Pereira – original conservado no Gabinete de Desenvolvimento Municipal da Câmara Municipal de Oeiras)

Para a sua produção eram necessários três ingredientes essenciais: o salitre, o enxofre e carvão\*, sendo que o salitre é o elemento oxidante que determina a combustão dos outros dois sendo o elemento em maior proporção. O carvão é a parte combustível e o enxofre tem o objectivo de conservar e regular a combustão.

A obtenção de carvão era feita através da combustão de lenha, matéria-prima recorrente na altura. Inicialmente era feita a utilização de várias madeiras misturadas sendo que foi reconhecido a melhoria na qualidade do carvão aquando da utilização de um tipo de madeira apenas. As melhores madeiras para carvão seriam o sanguinho, o salgueiro e o amieiro, adoptando a utilização do salgueiro sendo que esta espécie era a mais presente. Sendo que o salgueiro é uma espécie que predomina junto a linhas de água, torna-se evidente a sua predominância para este caso com a presença da água.

O enxofre, encontra-se com abundância na Natureza em diferentes formas e pode ser obtido em laboratório. Para o caso em estudo o enxofre utilizado era proveniente das minas de pirite da Toscana\*\*. Quanto ao salitre, era importado da Índia, Inglaterra e Holanda.

A sua posição privilegiada de proximidade com a água e a capital facilitavam a troca de produtos necessários à produção, como as matérias –primas que eram importadas, mantendo mesmo assim, uma posição de afastamento em relação à zona urbana devido ao factor de risco adjacente à produção da pólvora; as constantes explosões, resultantes de acidentes no fabrico que causaram bastante destruição e até mortes de funcionários.

É em 1729 que António Cremer constrói o complexo da Real Fábrica de Pólvora constituída pela Fabrica de Cima e Fábrica de Baixo, cada fábrica dispendo de caldeira e quatro azenhas, sofrendo adaptações ao longo do tempo até aos dias de hoje.

\* Segundo John Bate, cit por Davis 1943 p.40 - o salitre era a Alma, o enxofre a vida e o carvão o Corpo. Em DAVIS, 1943 - p.40

\*\* Nos finais do século XIX, quase todos os países utilizavam para o fabrico de pólvora enxofre proveniente das minas da Toscana, da Sulfatara, Nápoles ou das terras vulcânicas da Sicília. (MARDEL, 1893).

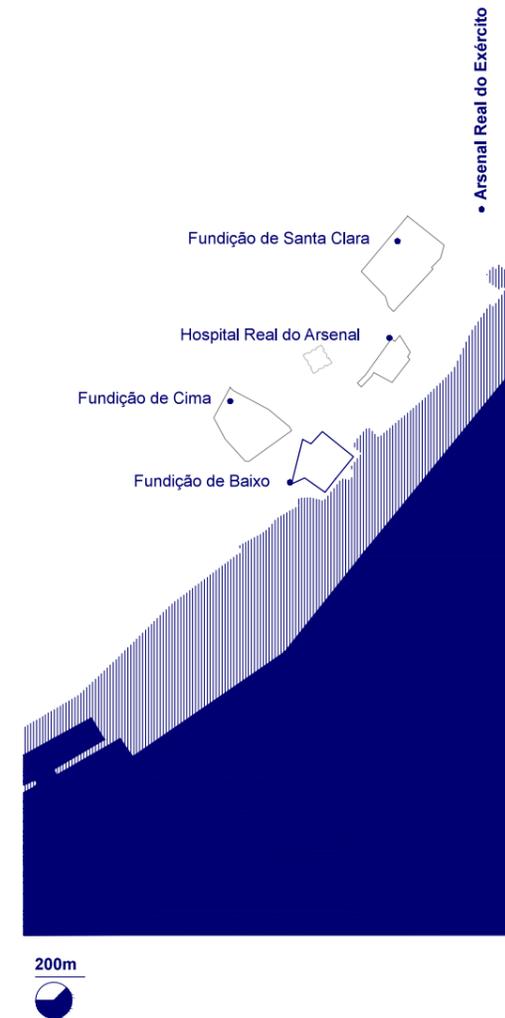
## 16 | Arsenal Real do Exército e da Marinha

Sendo Portugal um país costeiro e com grande influência nas rotas marítimas e desenvolvimento do conhecimento além-mar, compreende-se a presença de tercenas manuelinas na frente ribeirinha de Lisboa. Localizada na Porta da Cruz, uma das portas da cerca fernandina da cidade, existia o que se passou a chamar de Tenência Geral da Artilharia (1640). Esta tinha como objectivo a direcção e inspecção do material de guerra, armas, pólvora, artilharia de guerra e mar, bem como a sua aquisição e fabrico. Era constituída por um conjunto de oficinas com depósito e cais acostável em resposta às necessidades de fundição e armazenamento de material de guerra, passando a ser designada por Arsenal Real do Exército ou Real Arsenal do Exército em 1764 tornando-se na instituição que centralizava a produção e distribuição do equipamento militar para o Exército e Armada.

Sendo o Arsenal Real o encarregado de todo o material militar do Reino, possuíam dois armazéns que garantiam a distribuição pelo país, estando um localizado na praça de Estremoz providenciando as tropas do Alentejo e Reino do Algarve e, outro no Porto para as tropas da Beira, Minho e Trás-os-Montes.

Após um grande incêndio que destruiu grande parte do edifício, D.João mandou reedificar o Arsenal mas as obras foram interrompidas pelo terramoto de 1755. Resultado do novo plano de Marquês de Pombal para a capital, o edifício foi organizado de forma diferente, e tal como na Real Fábrica de Barcarena, Bartholomeu da Costa foi responsável pela reedificação do Arsenal, sendo que o próprio exército, sofreu na mesma altura, uma reorganização militar levada a cabo pelo Conde de Lippe, doravante o exército e a marinha seguiam em separado como Real Arsenal do Exército e o Arsenal Real da Marinha.

Quanto ao Real Arsenal do Exército, era constituído pela Fundição de Cima e a Fundição de Baixo, tendo ainda a Fundição do Campo de Santa Clara, o Hospital Real da Marinha e cais próprio, denominado por Cais dos Soldados.



O Museu Militar, instituição que representa esta história, foi inicialmente instituído pelo General Barão de Monte Pedral na Fundição de Cima como Museu de Artilharia(1842). Foi mais tarde(1851) transferido para a Fundição de baixo – actual Estado Maior do Exército- e depois expandido para a actual Biblioteca do Exército(1877) sendo que apenas em 1926 foi reconhecido como Museu Militar.

Pelos motivos de produção e distribuição de material militar, a sua implantação na frente ribeirinha vê-se justificada, não só pela necessidade da água como matéria-prima na produção de armamento, munições e até fardamentos(que funcionaria no edifício da Fundição de Santa Clara) como pela utilização da água como força motriz - tal como na Real Fábrica de Pólvora de Barcarena que funcionou sobre a administração do Arsenal. Assim, a directa relação com a água facilitava a chegada e partida dos produtos quer produzidos no local ou noutras dependências do Arsenal Real, tal como a sua distribuição pelo país e além-mar.

Relativamente ao Arsenal Real da Marinha, foi construído num outro local de tercenas navais setecentistas e local privilegiado de construção naval com a presença de estaleiros na zona ribeirinha, junto à praça do comércio - a Ribeira das Naus. Tal como a dependência do Exército, após o terramoto toda a zona ribeirinha tinha sido destruída, e a reconstrução foi conduzida por Eugénio dos Santos em 1759 dando origem ao Arsenal da Ribeira das Naus. O novo Arsenal Real da Marinha foi então construído em torno de um dique já existente, cujo risco pertenceria a Bartholomeu da Costa. Ao longo dos anos foram feitas várias obras de melhorias e alterações consoante as necessidades, tal como a doca seca, concluindo-se na mesma altura (1771) a Real Cordoaria da Junqueira que, face às necessidades da armada viria a fornecer cordame, velas, tecidos e bandeiras para os navios ali construídos ou reparados.

É evidente a sua implantação na frente ribeirinha para o acostamento das embarcações sendo a água essencial também para a reparação dos barcos e dependências do arsenal, como por exemplo, na utilização da água como força motriz em máquinas da secção de serralharia ou uma máquina a vapor para retirar a água do dique.

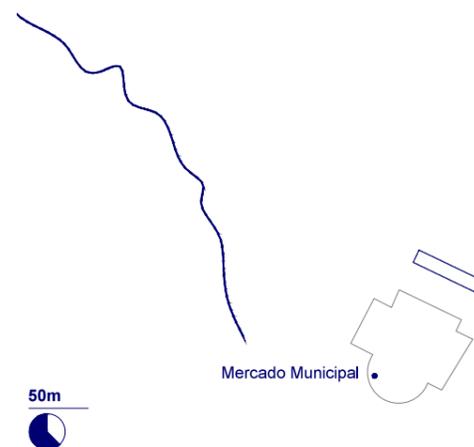
Era também através da água que chegava a madeira necessária à construção naval que provinha de vários locais do país, sendo a matéria-prima principal e também o combustível ( em forma de carvão ). Os materiais restantes, era produzidos no próprio Arsenal e nas Fundições e, como já foi referido, o cordame e tecidos provinham da Real Cordoaria.

Com o passar do tempo e com a evolução da tecnologia, o estaleiro deixou de conseguir responder às necessidades de embarcações cada vez maiores e de construção de outros materiais que não madeira atingindo dimensões insuportáveis ao actual Arsenal Real. Assim, foi necessário a procura de um novo local para o novo Arsenal, sendo este transferido para a margem Sul do Rio Tejo, iniciando a sua construção em 1928 com o nome de Arsenal do Alfeite, onde existe até hoje, servindo as necessidades da Marinha.

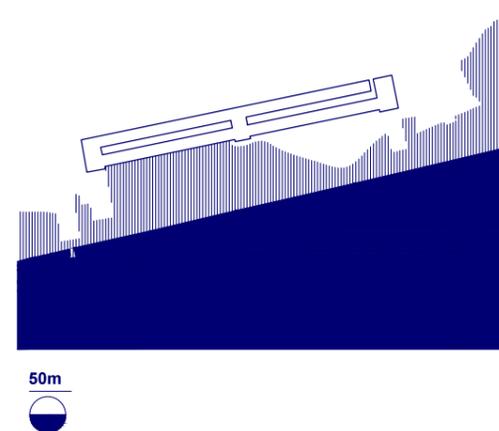
O antigo Arsenal Real foi aterrado dando lugar à Avenida da Ribeira das Naus durante vários anos, sendo que recentemente foi intervencionado pelos ateliers PROAP e Global criando um novo espaço público religando-o com a água e a revelando marcas do antigo Arsenal Real como é exemplo o dique que está parcialmente visível.

### 17 | Real Fábrica de Lanifícios

A implantação da Real Fábrica de Lanifícios, sendo desconhecidos os limites concretos, localizava-se junto da ribeira no Alto do Moinho Velho. A sua localização aproximada pode verificar-se através de uma fotografia do Mercado Municipal. Este Mercado foi construído junto às ruínas da Real Fábrica, sendo mesmo adquirido pelos proprietários como é referido no documento História(s) do(s) Mercado(s) de Cascais: *“Para lá dos muros de pedra que delimitavam as fracções agrícolas nas imediações da Casa da Horta da Quinta de Santa Clara, onde hoje funciona a Biblioteca Municipal de Cascais, localizava-se um outro marco histórico da vila: as ruínas da Real Fábrica de Lanifícios de Cascais, que Francisco Mailhol fundara em 1774. Em 1809, o edifício seria adquirido em hasta pública, por investidores que se revelaram incapazes de contrariar a decadência de um projecto que em 1816 encerraria definitivamente actividade”*



\* HENRIQUES, 2015 - p33



Apesar de existirem escassos registos da sua história e laboração, a sua proximidade com a água é evidente e citada na obra de Maria Góis, citando: “Possui a fábrica nas suas adequadas instalações da Horta de Santa Clara, (...) todas as oficinas próprias de seu estabelecimento dessa natureza, não faltando a par deles as vantagens da proximidade do rio com boa água para lavagem das lãs e espaços largos e expostos para o seu enxugo” Por um lado, a ribeira que funcionaria como matéria necessária à lavagem e tinturaria das lãs, por outro, o mar que garantia fácil acesso ao resto do país para entrada e saída tanto de produto como de matéria-prima, sendo que a zona de cascais não possuía tradição de pastorícia, a lã viria de outro local para ser trabalhada e finalizada, da qual a origem é desconhecida.

### 18 | Real Fábrica de Corda da Junqueira

A implantação da Real Fábrica de Corda, e respectiva fundação, deve-se à criação do Arsenal Real da Marinha e Exército, pós terramoto de 1755.

O Arsenal Real, situado na Ribeira das Naus, necessitava de um maior fornecimento de corda\*\* para as suas embarcações, o que levou à criação de uma estrutura industrial. Inicialmente como uma pequena oficina e a funcionar a céu aberto, foi necessária a construção de um edifício que pudesse manufacturar o maior comprimento possível de cordame, reduzindo a normal importação do estrangeiro que aparentava não ter tanta qualidade como o novo produto nacional. António Baptista de Sá foi o primeiro mestre cordoeiro do novo estabelecimento, transmitindo as suas técnicas aprendidas em Inglaterra.

A sua implantação na Junqueira foi estratégica, tanto na proximidade com o Arsenal como com a praia, ou seja, a água. A proximidade com o Rio traduzia-se num cais permitindo o embarque e desembarque dos produtos da fábrica mas também da matéria-prima necessária à produção\*\*\*, tal como a sua localização em plena foz do Rio Tejo, o maior Rio da Península Ibérica, constituía uma forte motivação pelo seu porto natural e por este ser o melhor para o reabastecimento dos barcos que faziam o comércio e vigilância entre o Mar do Norte e o Mediterrâneo.

\* Sobre as condições da fábrica, existe um estudo feito pela D. Maria das Dores Góis em tese de licenciatura para a Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa em 1955, editado em livro pela Câmara Municipal de Cascais (GÓIS, 1964) p.98.

\*\* A Real fábrica não só produzia cordame, como também, velas tecidos e bandeiras para as embarcações.

\*\*\* A corda de sisal utiliza como matéria prima uma fibra natural de uma planta originária das Américas que era importada.

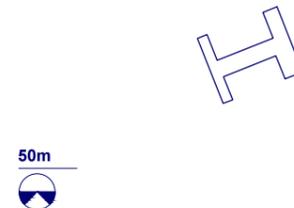
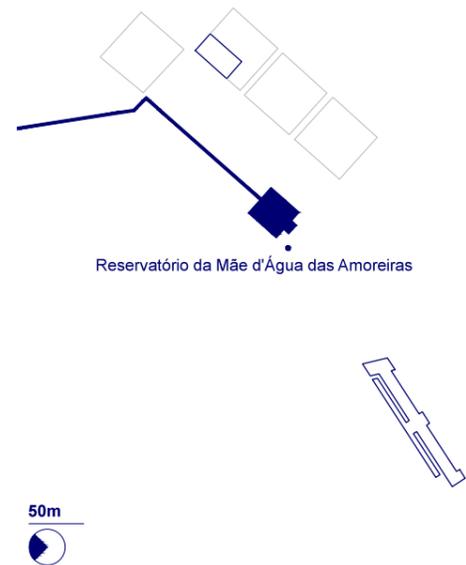
## 19 | Real Fábrica das Sedas e Anexas

A implantação da Real Fábrica das Sedas em Lisboa teve como influência a chegada da água trazida pelo Aqueduto das Águas Livres à zona do largo do Rato. Sendo a água o motivo determinante para a implantação da indústria da época, neste caso não foi diferente.

Apresentando Lisboa uma grande linha costeira, a implantação das indústrias da manufactura não se cingiu apenas à frente ribeirinha, mas também no interior da cidade. Tirando partido do Aqueduto das águas Livres e respectiva Mãe d'Água nas Amoreiras, implanta-se na zona a Real Fábrica das Sedas e suas Anexas.

Tal como nos outros exemplos de Reais Fábricas, o objectivo deste conjunto seria também formar novos mestres e aprendizes para que pudessem produzir em pleno e com mestria as novas artes trazidas de todo o Mundo. Para tal, Marquês de Pombal chegou a planear um “Colégio das Manufacturas Nacional” o que acabou por não acontecer, no entanto, chegaram a ser construídas pequenas unidades industriais traduzidas num bairro, o Bairro das Águas Livres. Carlos Mardel, aproveitando a implantação da mãe-de-água, projectou o novo bairro segundo uma malha quadrangular com quatro quarteirões de blocos de casas dispostas em torno de uma praça – a Praça das Amoreiras. Cada casa, acomodaria um artesão, providenciando-lhe espaço para habitação, trabalho e, ensino de aprendizes.

O edifício central serviria apenas para a comercialização dos productos finais e tratadística económica. (NR- não se tratava de uma unidade manufactureira tradicional, mas de um sistema de trabalho misto, oficial e doméstico, como acontecia em outros casos. Este local pouco sofreu com o terramoto de 1755, catalizando para o mesmo novos investimentos como se de uma zona segura e prospera se tratasse. Deste conjunto faziam ainda parte um jardim, onde foram plantadas várias amoreiras para abastecer a fição de seda – a matéria-prima -, uma pequena capela dedicada a Nossa Senhora de Monserrate e o Chafariz do Rato, edificado num dos ângulos da praça limítrofe à fábrica.



A produção de sedas eliminou uma grande importação das índias, tal como fomentou a plantação de amoreiras, permitindo o desenvolvimento de regiões sericícolas em Portugal, como por exemplo, Trás-os-Montes onde foi fundado o Real Filatório de Chacim.

A Real Fabrica de Sedas- actual FASVS- foi transferido para outro edifício na rua da Escola Politécnica onde também funcionavam outras manufacturas suas anexas, tais como pentes, caixas de cartão, vernizes. Existiu também, sua anexa mas com edifício próprio e de destaque, a Real Fábrica de Louças do Rato. Esta última estava situado em parte do terreno onde agora se encontra a Sede do Partido Socialista, antigo Palácio do Marquês da Praia, da qual não restam vestígios devido ao redesenho de toda a zona anteriormente destruído pelo terramoto de 1755.

## 20 | Real Fábrica de Chitas

A Real Fábrica de Chitas apresenta escassa documentação acerca da sua história enquanto fábrica. A sua implantação surge da adaptação de um Antigo Palácio na Vila Nogueira de Azeitão – Palácio dos Duques de Aveiro. Originalmente uma tipologia de habitação seiscentista adapta a sua função para receber a sede da primeira fábrica de chitas existente em Portugal em laboração de 1775 a 1847.

A escolha de Azeitão para a implantação desta manufactura é incerta, no entanto verifica-se que a proximidade com a zona costeira é um factor favorável. Segundo Jorge Pedreira, foi efectivamente fomentada a fição em Azeitão através da distribuição do algodão e de rodas de fiar pela população feminina de Sesimbra, e depois, pelo uso das máquinas Jenny, sendo o trabalho depois finalizado e reunido na Real Fábrica em Azeitão. Estando Azeitão situado em pleno sopé da Serra da Arrábida, a água para as tinturarias e lavagens estaria garantida e, também, o fácil acesso à capital através do Rio – distando 15Km de Sesimbra e 10Km de Setúbal, ambas zonas portuárias. Por sua vez, a Serra fornecia a lenha essencial para o aquecimento das águas e combustão necessária às máquinas de vapor.

\* PEDREIRA, 1991 - p.592

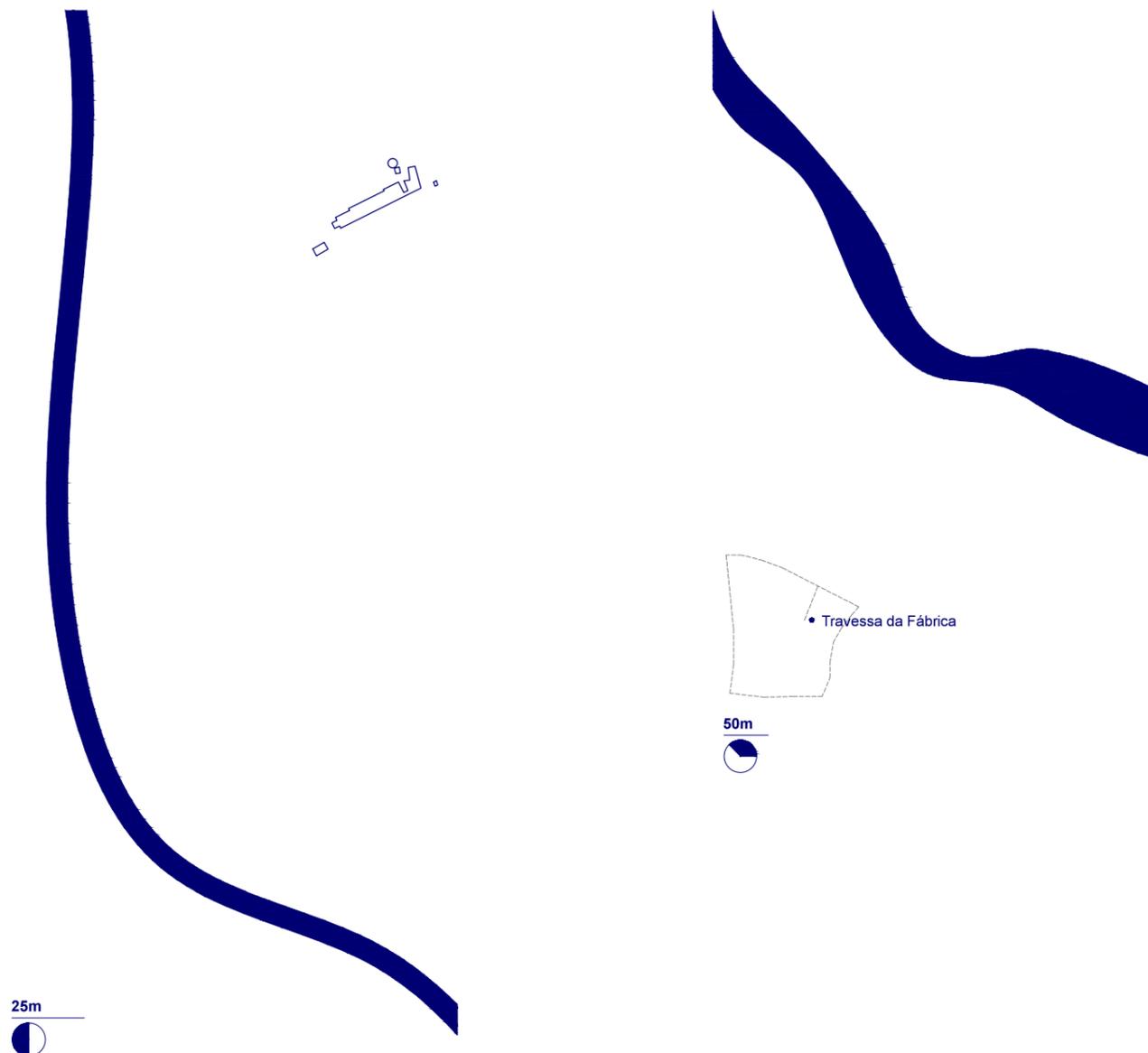
## 21 | Real Fábrica de Vidro

Foi através de escavações arqueológica financiadas pela Câmara Municipal do Barreiro e pela Associação Portuguesa de Arqueologia que, Jorge Custódio, entre 1983 e 1990, identificou um conjunto de vários fornos e vestígios de materiais que permitiram reconstituir a produção de vidro nesta zona.

A sua implantação deveu-se à abundância de matéria-prima e combustível no local, tanto da lenha proveniente da Mata da Machada, da pureza das suas areias caulíferas da presença de água. A lenha era necessária à combustão para o aquecimento dos fornos, onde por sua vez, a areia se transformava numa matéria translúcida.

As razões do seu encerramento prendem-se exactamente pela larga utilização de lenha. A zona de Coina, não só fornecia os fornos da Real Fábrica de Vidros Cristalinos, como também fornecia as manufacturas da capital e a construção naval o que levou a um consumo desmesurado da zona tendo de encontrar outras fontes de combustível. Desta forma, foi assim que a Real Fábrica de Vidro de Coina se transfere para a Marinha tirando proveito da Mata de Leiria, tornando esta, uma zona vidreira ainda hoje reconhecida.

Torna-se evidente a importância da proximidade com a capital por motivos comerciais, tal como a existência de uma linha de água, matéria necessária ao processo de produção do vidro.



## 22 | Real Fábrica de Tapeçaria

Sobre a Real Fábrica de Tapeçarias e a sua implantação, pode encontrar-se uma citação de José Viegas de Andrade na qualidade de ajudante do Superintendente Geral das Alfândegas do Sul, aquando de uma visita a esta instalação fabril. Desta descrição compreende-se a escolha do local de Tavira para a implantação da fábrica como resultado de uma visita a alguns portos litorais que evidenciaram a foz do Gilão como preferencial. Segundo o autor, pelas condições naturais e pelo baixo custo de vida do local, tornando a mão de obra barata.

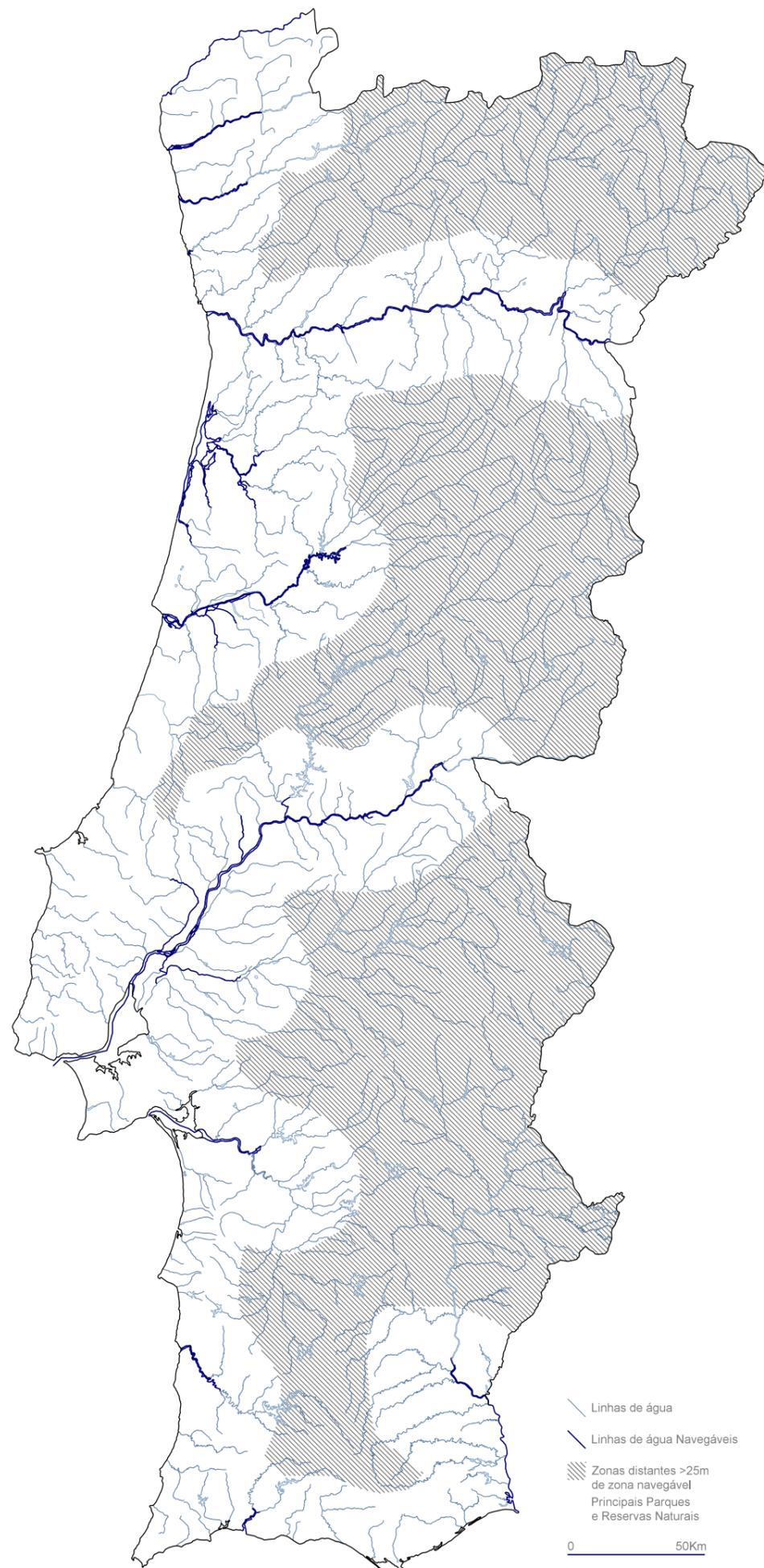
Implantada na “Horta do Galvão”, homónima da rua onde se situa, caracterizada pela abundância de água essencial aos trabalhos da lã como a tinturaria. Sendo uma zona de quintas ou hortas que subsistiam através da agricultura, a água era abundante.

A “Horta” caracterizava-se por “*cazas térreas, no sítio de Malforo na dita cidade para se formalizarem os teares, cazas para os diferentes trabalhos e destinos da dita fabrica, ajuntando-se-lhes huma horta para o enxugo das lans, algodoens, e agoas para tintas, e varias aplicaçoens*”

A sua localização compreendia-se entre as ruas dos Machados, das Capacheiras ou do Galvão, a via férrea e o lado superior da rua do Mal-Foro. Nos dias de hoje já não existem vestígios nem da fábrica nem da quinta que a acolheu.

É desconhecida a origem da matéria-prima para esta fábrica, supondo-se a proveniência da lã, do gado da serra algarvia não existindo qualquer referência. Apesar da sua curta laboração, para além dos ofícios acima apresentados, restam dois exemplares de tapeçarias produzidas por esta fábrica, expostas no Museu Nacional de Arte Antiga e no Museu Municipal da Figueira da Foz.

• MESQUITA, 2006 - p.114



## VIAS DE CIRCULAÇÃO

Para o melhor funcionamento das Reais Fábricas, as vias de comunicação e os meios de transporte foram também alvo de melhorias. Sendo que nesta altura o principal meio de transporte e ligação entre o interior e o litoral era o rio, as opções eram a navegação marítima ou fluvial. A deslocação terrestre era muito pouco desenvolvida e com poucas condições. Haviam nessa altura os caminheiros, almocreves e carreteiros que faziam os percursos terrestres de mercadorias e os barqueiros e fragateiros por água.

As vias e os meios de transporte constituem um importante elemento estando relacionados directamente com as condições geográficas, determinando o tempo gasto na circulação e custo dos produtos.

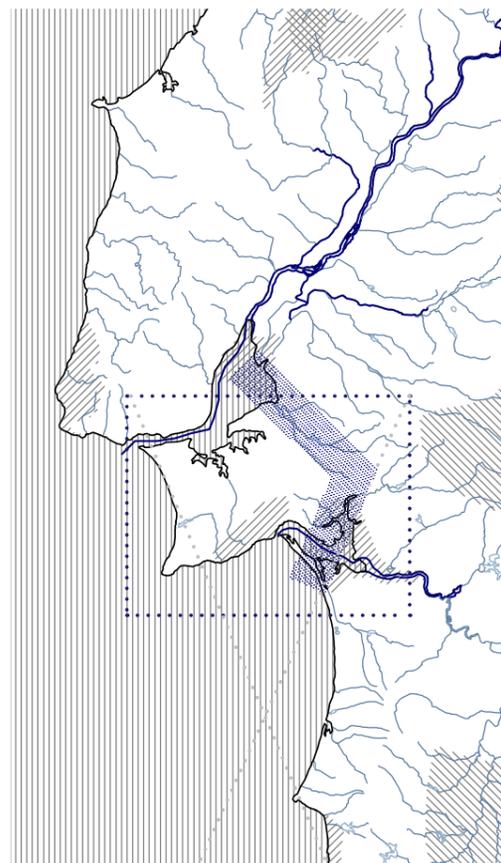
Torna-se evidente a influencia que as vias de transporte têm na indústria e a condição que impõe reflexo também dos condicionamentos geográficos. Tal como nos dias de hoje, quanto mais difícil ou longo for o percurso, mais caro se torna o produto.

Sobre o transito de mercadorias e a sua influencia na economia do país nos fins do século XVII e XIX, David Justino<sup>\*\*</sup> propôs um padrão de compartimentos territoriais em função do tempo gasto na deslocação de mercadorias de um qualquer ponto dessas áreas em direcção à linha de água navegável mais próxima, concluindo que apesar do país ser caracterizado pelas más condições técnicas e estruturais, quer dos rios, quer dos caminhos pedonais, cerca de 1/3 a 2/5 do território continental encontrava-se à distância média de um dia de um rio navegável.

No entanto, o percurso inverso também era complicado, pois na deslocação dos produtos do litoral para o interior enfrentavam subidas de rios para montante. A maior vantagem da deslocação por via marítima ou aquática seria o transporte de mais carga e pessoas do que em burros ou carroças, tal como a comodidade ou segurança de transporte.

<sup>\*</sup> MACEDO, 1963

<sup>\*\*</sup> JUSTINO, 1988-89



A navegação representava, por vezes, dificuldade de manutenção ou a necessidade de várias intervenções, como por exemplo, cheias, açoreamentos ou a abertura de canais para facilitar a passagem das embarcações.

Em 1782, desenhada por Luis Ferrari Mordau, Intendente Geral da Agricultura, surge uma proposta de ligação do rio Sado ao Tejo demonstradas nas figuras ao lado.

Claro está, que esta dificuldade de comunicação e deslocação no território não era apenas um problema para o comércio, mas um problema político. Existiam problemas de ligação da capital com as restantes localidades impedindo as acções governativas. Foi nesta altura que o ordenamento do território constitui uma solução para o reforço do poder central do Estado, na tentativa de ligar regiões e, claro, pessoas.\*\*

Por motivos também de defesa e registo do território as cartas militares surgem nesta altura – meados do século XVII - mas ainda muito generalistas e sobretudo descritivas. Isto é, não eram o suficiente para demonstrar uma organização coordenada e sistemática do território .

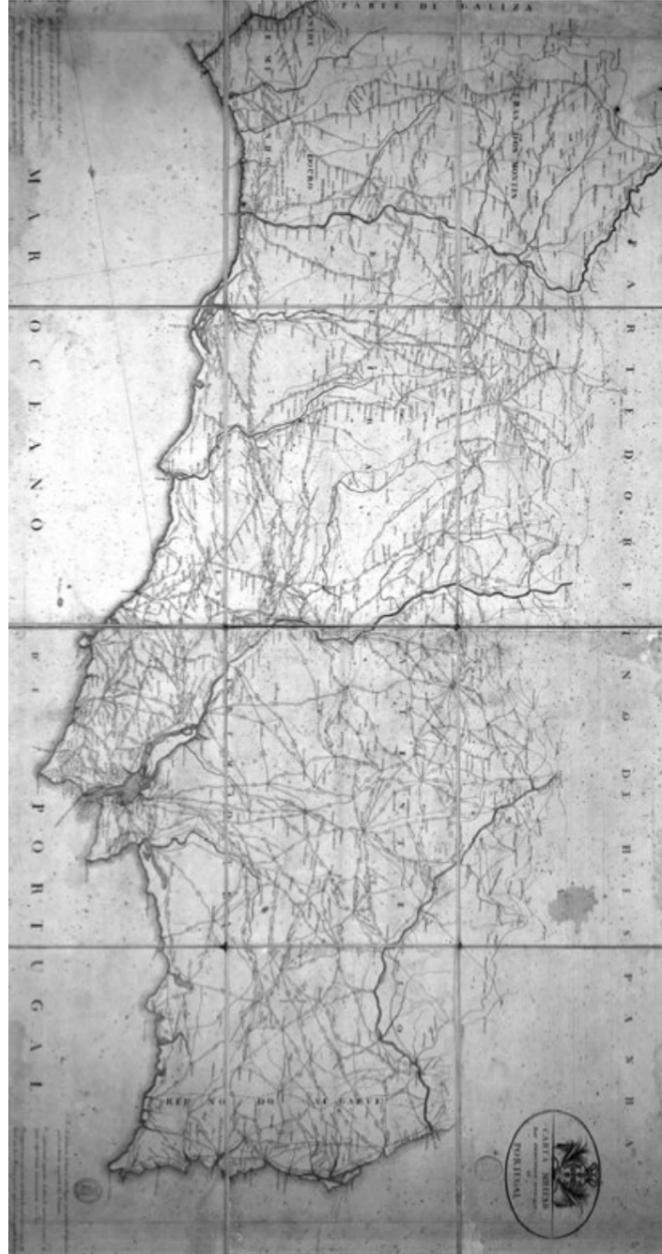
Para tal, os Inquéritos e os mapas especializados contribuíram com o pormenor e rigor necessário. No final do século XVII, era possível contar com instrumentos fidedignos de conhecimento que capacitavam os governantes, intelectuais e técnicos do Estado para as mais diversas operações de ordenamento do território.

Neste sentido, o Estado foi obrigado a definir um sistema que lhe permitisse apropriar-se eficazmente do território e dos elementos que o compunham da produção de conhecimento sobre o território e a construção de infra-estruturas comunicacionais, tais como estradas, caminhos, pontes ou canais encurtando as distâncias e compensando as inacessibilidades do interior.

Foi necessário um estudo aprofundado de varias disciplinas, tais como a morfologia, orografia, hidrografia, geologia e também a história da acção do homem sobre o mesmo.

\* Em (MATOS, 1980) é possível encontrar várias propostas da altura para melhoramento das passagens fluviais. Por exemplo, a proposta de Domingos Vandelli no melhoramento do rio Mondego (1790); proposta de António Teixeira Homem no rio Lima (1795).

\*\* Sobre o ordenamento de território e a distribuição populacional e os seus problemas de comunicação consultar ( HESPANA, 1986 e 1993)



Claro está que parte das estratégias tomadas nessa altura, tinham como principal objectivo a necessidade de beneficiação das vias de comunicação por parte do governo, o que significava uma maior proximidade com os processos administrativos e fiscais. No entanto, favoreceu a indústria na medida em que encurtou o tempo e distância das deslocações favorecendo as trocas comerciais.

É em 1788 que é escrito o plano rodoviário de Miguel Pereira Pinto Teixeira, Informação sobre as providências que parecem necessárias para a abertura e conservação das Estradas Reais, onde se estabeleciam os princípios gerais das intervenções estendidas ao longo território nacional.

Em 1791 é instituída a Superintendência Geral das Estradas do Reino realizando um novo regulamento de obras (1796) sob a direcção de José Diogo Mascarenhas Neto através de uma hierarquização das estradas.

As estradas eram organizadas em 4 escalões:  
-as *Estradas Reais* que ligariam Lisboa às capitais de comarca;  
-as *Estradas Comerciais* que ligavam as cidades e vilas com pelo menos 500 fogos;  
-as *Estradas Públicas* que ligas vilas com 300 fogos;  
-as restantes, as *Estradas de Vizinhança* \*\*

\* Documento publicado por Artur Teodoro Matos (1980).

\*\* O Methodo para construir as Estradas de Portugal foi o primeiro manual redigido sobre a construção das infra-estruturas viárias terrestres. Pode ser encontrado em ( MATOS, 1980)

## O CRESCIMENTO URBANO

O fomento industrial dos finais do século XVIII, veio acentuar uma tendência para a dispersão das unidades fabris ao longo das margens do rio Tejo e dos sucessivos afluentes. Nestes locais, sendo nas povoações mais interiores ou mais próximas da margem, as acessibilidades terrestres ou fluviais eram garantidas.

Este fomento da indústria, significou uma expansão e modernização das cidades. As indústrias tornaram-se pólos através dos quais se expandiam, por sua vez, esta expansão incitou à necessidade de obras públicas, com o melhoramento das acessibilidades de mercadorias entre os respectivos portos comerciais e os territórios interiores sendo que eram necessárias ligações radiais entre os principais pólos industriais.

As novas indústrias ditaram muitos crescimentos urbanos tornando-se num elemento importantíssimo para a história da sociedade e do urbanismo. A inserção destes equipamentos, muitas vezes de grandes dimensões alterou por completo malhas urbanas e o movimento das pessoas. Cidades, tais como a Covilhã, ficaram eternamente ligadas à indústria da lã, tal como a Marinha Grande ao Vidro, uma pequena localidade ao lado de um pinhal e de uma linha de água.

O bairro das Água Livres às Amoreiras(1759) planeado como área de expansão habitacional da cidade pós-terramoto, foi sobretudo local de fixação de indústrias devido à abundância de água necessária à fabricação proporcionada pelo recém construído Aqueduto, como por exemplo a Real Fábrica das Sedas e Anexas.

A indústria manufactureira trouxe diversas alterações e influências aos factores de crescimento urbano, até os limites destes deixarem de ser suficientes e começarem a ocupar os arrabaldes medievais, propagando-se através da ocupação das áreas limítrofes fugindo à escassez e ao custo excessivo do espaço interno das cidades. Por outro lado, lidavam com dificuldades no fornecimento de energia motriz, no caso da energia hidráulica, e com os problemas de poluição sobre as vizinhanças quando se tratava da combustão de lenhas ou carvão.

A própria concepção técnica e construtiva da estrutura

\* ROSSA, 1990

\*\* Outra influência a nível urbano foi a determinação da toponímia. Em muitos dos casos, a rua adjacente à antiga fábrica toma o seu nome, como por exemplo, "Rua da Fábrica dos Pentes" no caso da RF das Sedas, "Rua da Fiação" ; "Travessa da fábrica", etc.

\*\*\* NONELL, 2002 - p.135

fabril, bastante dispendiosa e elaborada, determinou a sua implantação. Por exemplo para facilitar a chegada de matéria prima para a construção – a pedra - que chegava por embarcações, a necessidade de argilas, cais .

Seria interessante estudar mais atentamente a influência que a inserção destas manufacturas gerou sobre as cidades onde se implantaram.



## CARACTERIZAÇÃO ARQUITECTÓNICA

Sobre a caracterização arquitectónica das Reais Fábricas, através das plantas de implantação, como se pode verificar na figura à esquerda, e comparando as várias fábricas à mesma escala, torna-se evidente a diferente caracterização volumétrica das diferentes fábricas. À priori não se revelam indícios de semelhanças formais através das quais se possam agrupar numa tipologia arquitectónica, por outro lado evidenciam diferenças claras de escala.

Ao nível formal, as Reais Fábricas caracterizavam-se, regra geral, por uma configuração espacial e volumétrica simples onde a funcionalidade era claramente primordial acima de qualquer valor estético, um exemplo claro é a Real Fábrica de Corda, onde o grande comprimento do corpo principal ditava a medida máxima do comprimento da corda produzida.

Quando necessário, a construção de infra-estruturas de apoio, como o caso de açudes ou levadas de água. O aumento da escala de produção resultava em ampliações do espaço ao nível horizontal. Quase todas seguiam plantas térreas, podendo acrescentar andares ao longo do tempo e da necessidade, nunca ultrapassando os 2 pisos - também devido às limitações de construção da altura.

A organização do espaço fabril surge, segundo Michel Foucault<sup>\*</sup>, da junção do espírito da organização conventual, da disciplina dos estabelecimentos presidiários e das casas de trabalho, ou seja, de três modelos de reclusão.

Tanto nas Reais Fábricas que foram construídas de raiz como as utilizaram estruturas já existentes, é possível verificar a afirmação do autor.

Em alguns casos (5) reutilizaram-se edifícios antigos religiosos, desocupados na altura com a extinção das ordens religiosas, são exemplo, a Real Fábrica do Panos da Covilhã, a Real Fábrica de lanifícios de Portalegre, Real Fábrica de lanifícios do Fundão, Real Fábrica de Chitas de Azeitão e o Arsenal Real que possuem na sua constituição edifícios ou partes deles que revelam antigas estruturas religiosas.

<sup>\*</sup> De acordo com o filósofo francês Michel Foucault, na sua obra *Vigiar e Punir*, o autor faz um exame dos mecanismos sociais e teóricos que motivaram as grandes mudanças que se produziram nos sistemas penais ocidentais durante a era moderna.

A reutilização deste tipo de edifícios, para além do fim de ordens religiosas que deixaram este tipo de estruturas abandonadas, cinge-se à fácil adaptabilidade dos espaços.

Admitindo que a arquitectura religiosa era estruturalmente resistente possuía também espaços amplos e cingidos, normalmente, a um pátio ou claustro mantendo os trabalhadores concentrados nas tarefas no local de trabalho.

Esta característica é, também, visível na organização prisional, um espaço de clausura semelhante à organização conventual. O objectivo seria manter os operários em condições de pura concentração, efectuando as suas tarefas o mais rápido possível, o melhor possível, sem distrações.

Desta forma, pode verificar-se a utilização constante do desenho do edifício fabril em volta de um espaço fechado interior, seja um corredor, claustro ou pátio.

Importante referir a tradição da engenharia militar respeitando a extrema funcionalidade e rigor geométrico. As autorias dos projectos e de construção são, na sua maioria desconhecidas, à excepção da Real Fábrica das Sedas e da Real Fábrica de Chapéus de Gramella por Carlos Mardel, a Real Fábrica da Barcarena por Mateus Vicente e a Real Fábrica da corda por Reinaldo Manuel dos Santos.

A inserção de novas tecnologias levou a algumas alterações espaciais, essencialmente impostas pela alteração das forças motrizes. O trabalho que era antigamente feito à força de braço, era substituído por bois, máquinas de força hidráulica e mais tarde eléctrica. Importante referir que foi na Real Fábrica de Alcobaça que foi inserida a primeira spinning-jenny na indústria portuguesa em 1789, 25 anos depois de ser inventada em Inglaterra.

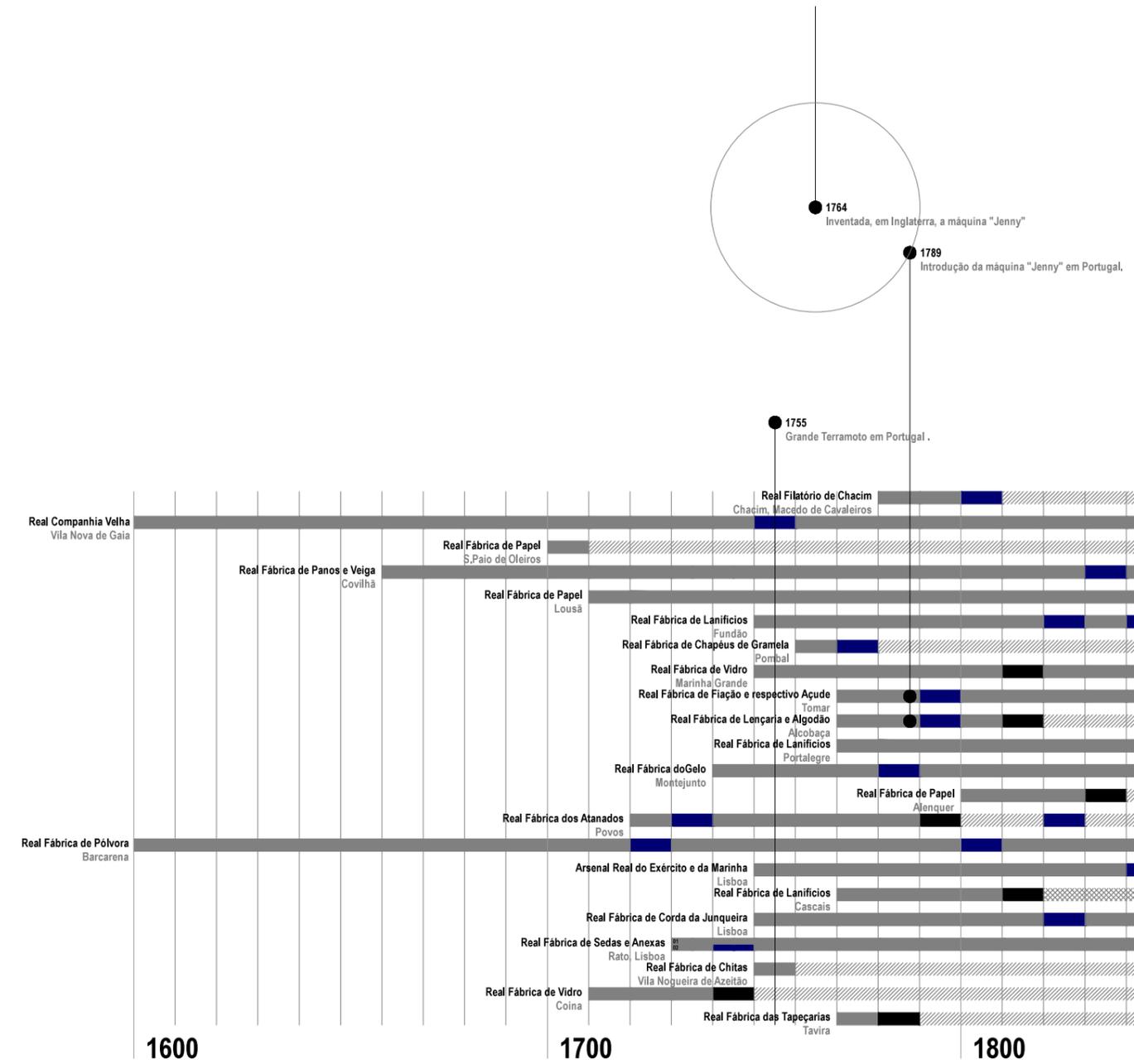
Como foi já referido anteriormente, ao longo da história da manufactura, nos finais do século XVIII, o Estado deixara de exercer fomento da indústria passando a sua administração para privados. Ora, sendo o poder económico do privado muito inferior ao que o Estado pode garantir, os proprietários para conseguirem sustentar as indústrias, reduziram custos

ao máximo; o que consistia na poupança dos salários e na construção dos equipamentos fabris. Apenas com o passar dos anos, estas indústrias vão acumulando capital e, aí, constituem novas unidades de fabrico de maiores dimensões e capacidade técnica.

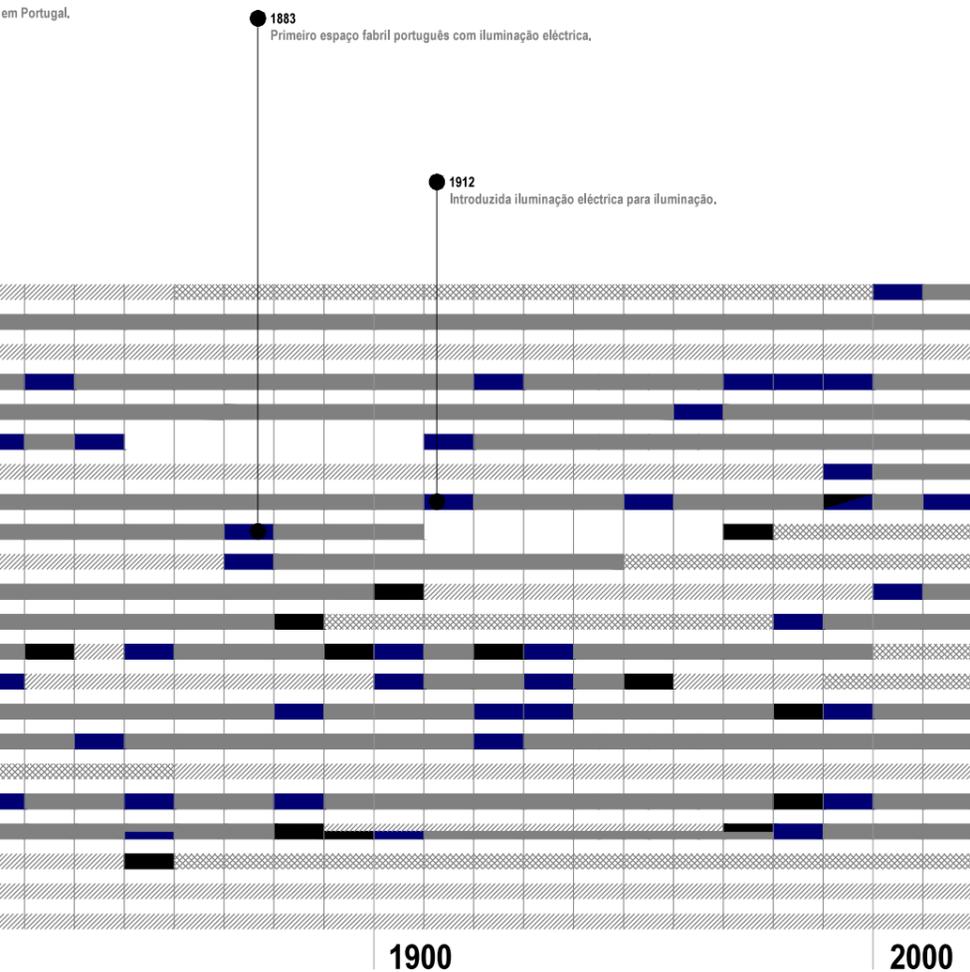
A grande evolução a nível industrial com uma grande construção chega apenas no século XIX com a trabalhabilidade do betão armado e das estruturas de ferro.

Contudo, a evolução da indústria e das suas especificidades técnicas para resposta da sociedade, também já mais desenvolvida, implicava novos equipamentos, novas técnicas, novas organizações espaciais que estas estruturas já não conseguiam dar resposta resultando no abandono ( da maior parte ) destas estruturas.

## ANÁLISE CONCLUSIVA



em Portugal,



- Sem informação
- Em funcionamento
- Abandonado / Devoluto
- Encerrado
- Renovação
- Marcação de décadas
- Sem Classificação
- MN- Monumento Nacional
- IIP- Imóvel de Interesse Público
- MIM-Monumento de Interesse Municipal
- MIP\*
- Classificação apenas atribuída ao Açude pertencente à fábrica

- SC
- SC
- SC
- IIP
- SC
- MIM
- SC
- IIP
- IIP\*
- SC
- SC
- MN
- SC
- IIP
- SC
- IIP
- SC
- MN
- IIP
- IIP
- IIP
- SC

Com a presente dissertação identificou-se o conjunto das Reais Fábricas de Portugal. Verificou-se que foram geradas a partir de uma premissa conjunta, apresentando datas de fundação próximas como se podem observar na tabela à esquerda, com excepção de algumas tradições manufactureiras já existentes no país que integraram, na mesma altura, a indústria do Reino.

A constante evolução das técnicas contribuiu para a contínua adaptação destas manufacturas a novos métodos ou até ao fim do ciclo de vida das mesmas. Não conseguindo responder às necessidades da sociedade vigente ou tendo sido ultrapassadas por novas tecnologias, como foi o exemplo da Real Fábrica do Gelo e o aparecimento das arcas de refrigeração, obteve-se como resultado o abandono destas estruturas, ficando algumas delas obsoletas.

Foi possível verificar nesta análise temporal o desfasamento evolutivo relativamente ao resto da Europa, como por exemplo na inserção de novas tecnologias. Verificou-se que a inserção da máquina “Jenny” inventada em Inglaterra em 1764, chegou a Portugal apenas 25 anos depois; em 1789 é inserida na Real Fábrica de Lençaria de Algodão em Alcobaça. O mesmo acontece na inserção da máquina a vapor, inventada a 1705 em Inglaterra, chegando a Portugal o primeiro exemplar em 1742, sendo que, é apenas em 1820 que começa a ser utilizada. Importante também referir que é nesta altura, 1820, que surgem os primeiros caminhos-de-ferro europeus, 30 anos antes da 1ª ligação de caminho-de-ferro portuguesa, em 1856, que ligava Lisboa ao Caregado. Por último, o caso da iluminação eléctrica, sendo que a iluminação pública londrina teve início em 1807 enquanto que em Portugal foi instalada apenas em 1848, 40 anos depois, e, apenas em 1912 foram introduzidas as primeiras iluminações eléctricas em edifícios industriais possuindo a sua própria central eléctrica.

Desta análise é possível compreender a dificuldade que o país enfrentou na evolução tecnológica e na resposta à produção e consumo dos produtos. Devido à difícil e demorada comunicação com o resto da Europa, e até com resto do país, o avanço tecnológico, a sua aprendizagem e a sua fixação eram sempre ultrapassados por produtos de qualidade superior vindos do estrangeiro, fazendo com que a tentativa de fomento industrial nacional falhasse repetidamente. No momento em que chegava uma nova tecnologia a território português, já tinha sido ultrapassada.

Através da análise da origem de cada Real Fábrica verificou-se que para além da data de origem semelhante, as personalidades intervenientes eram, em alguns casos, as mesmas, influentes ou influenciadores de outros.

Apesar de o investimento e do fomento ser efectuado por parte do Reino, e claro, do Marquês de Pombal, existiam por outro lado, personalidades que impulsionavam a indústria em causa, quer pela sua administração ou mestria na arte produzida. Isto é, Pode verificar-se através da tabela ao lado a repetição de alguns dos nomes intervenientes.

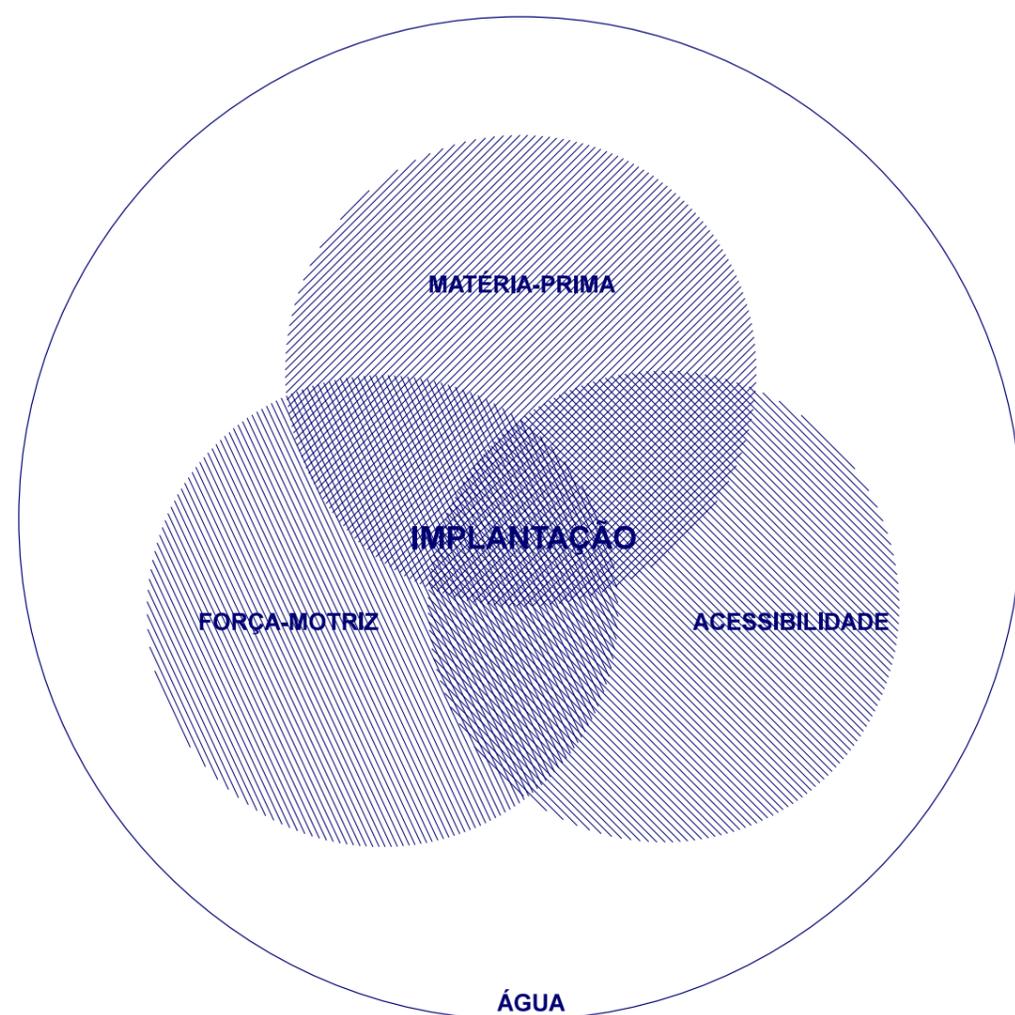
Por exemplo, José Maria Ottone intervém em duas das Reais Fábricas, sendo o impulsionador e o próprio mestre na fábrica, trazendo os seus ensinamentos para a produção de papel para o Reino sendo um grande influenciador. Na mesma situação pode verificar-se o nome de John Beare que introduz, na primeira não com sucesso, o vidro na indústria portuguesa reconhecido até aos dias de hoje.

Os nomes de Rodrigo Sousa Coutinho e de Jacome Ratton, por sua vez, surgem associados tanto a indústria de papel como de tecelagem. Diga-se que nesta altura, eram poucos os que conseguiam apoio do Reino para a condução destas grandes estruturas, sendo que associado a um grande investimento viria uma grande responsabilidade perante o Reino de manter a laboração com o mínimo de prejuízo possível em situações quase sempre precárias e muito primárias em relação ao resto da Europa.

E relação ao desenho e construção destas estruturas, não foi possível identificar todos os intervenientes.

REAL FÁBRICA	IMPULSIONADOR	MESTRE	ARQUITECTO / ENGENHEIRO
Real Filatório de Chacim Chacim, Macedo de Cavaleiros	Rodrigo Sousa Coutinho	Giuseppe Arnaud	-
Real Companhia Velha Vila Nova de Gaia	-	-	-
Real Fábrica de Papel S.Paio de Oleiros	José Maria Ottone	José Maria Ottone	-
Real Fábrica de Panos e Veiga Covilhã	José Mendes Veiga	-	Bento José da Costa e João Álvares
Real Fábrica de Papel Lousã	José Maria Ottone	José Maria Ottone	-
Real Fábrica de Lanifícios Fundão	-	-	-
Real Fábrica de Chapéus de Gramela Pombal	João Novais de Sá; Luis Fournol	Sauvage	-
Real Fábrica dae Vidro Marinha Grande	John Beare / Guilherme Stephens	John Beare	-
Real Fábrica de Fiação e respectivo Aço Tomar	Jacome Ratton / Timóteo Lecusson Verdier; Noel le Maitre	Jacome Ratton / Timóteo Lecusson Verdier	Francisco Wellhouse(1790)/ Henriqu Taveira/ Charles Hargreaves.(1883)
Real Fábrica de Lençaria e Algodão Alcobaça	André de Faria Rocha / António Rodrigues de Oliveira	-	-
Real Fábrica de Lanifícios Portalegre	Anselmo Joze da Cruz Sobral e Geraldo Braancamp de Almeida Castelbranco	Estevão Larcher	Tomás de Vila Nova Sequeira e Duarte Powell
Real Fábrica doGelo Montejunto	Julião Pereira de Castro	Julião Pereira de Castro	-
Real Fábrica de Papel Alenquer	Rodrigo Sousa Coutinho	Jacome Ratton	José Terésio Michelotti
Real Fábrica dos Atanados Povos	Calvette, João Mendes Faria e outros	(mestre de nacionalidade inglesa)	-
Real Fábrica de Pólvora Barcarena	António Cremer	Afonso Matheus	-
Arsenal Real do Exército Lisboa	-	-	-
Real Fábrica de Lanifícios Cascais	Francisco Mailhol / Manuel Pereira Guimarães	-	-
Real Fábrica de Corda da Junqueira Lisboa	-	António Baptista de Sá	Reinaldo Manuel dos Santos
Real Fábrica de Sedas e Anexas Rato, Lisboa	Roberto Godin; Guilhobel; Gabriel da La Croix; Locatelli; Pauletti; Noel le Maitre; Pietra; Durand	Thomas Brunetto / Gabriel de La Croix	Carlos Mardel / Eugénio dos Santos
Real Fábrica de Chitas Vila Nogueira de Azeitão	José de Magalhães, Estevão Larcher	Estevão Larcher	-
Real Fábrica de Vidro Cointa	John Beare	John Beare	-
Real Fábrica das Tapeçarias Tavira	Teotónio Pedro Heitor / Pedro Leonardo Mergoux	Pedro Leonardo Mergoux	-

- Não identificado  
● Identificação de personalidades comuns



Através da análise da implantação das Reais Fábricas pode observar-se que a sua escolha é estratégica. O local de implantação das fábricas traduz-se num ponto de convergência de três factores essenciais: a força-motriz, acessibilidade e a matéria-prima; estando sempre ligados ao elemento da água.

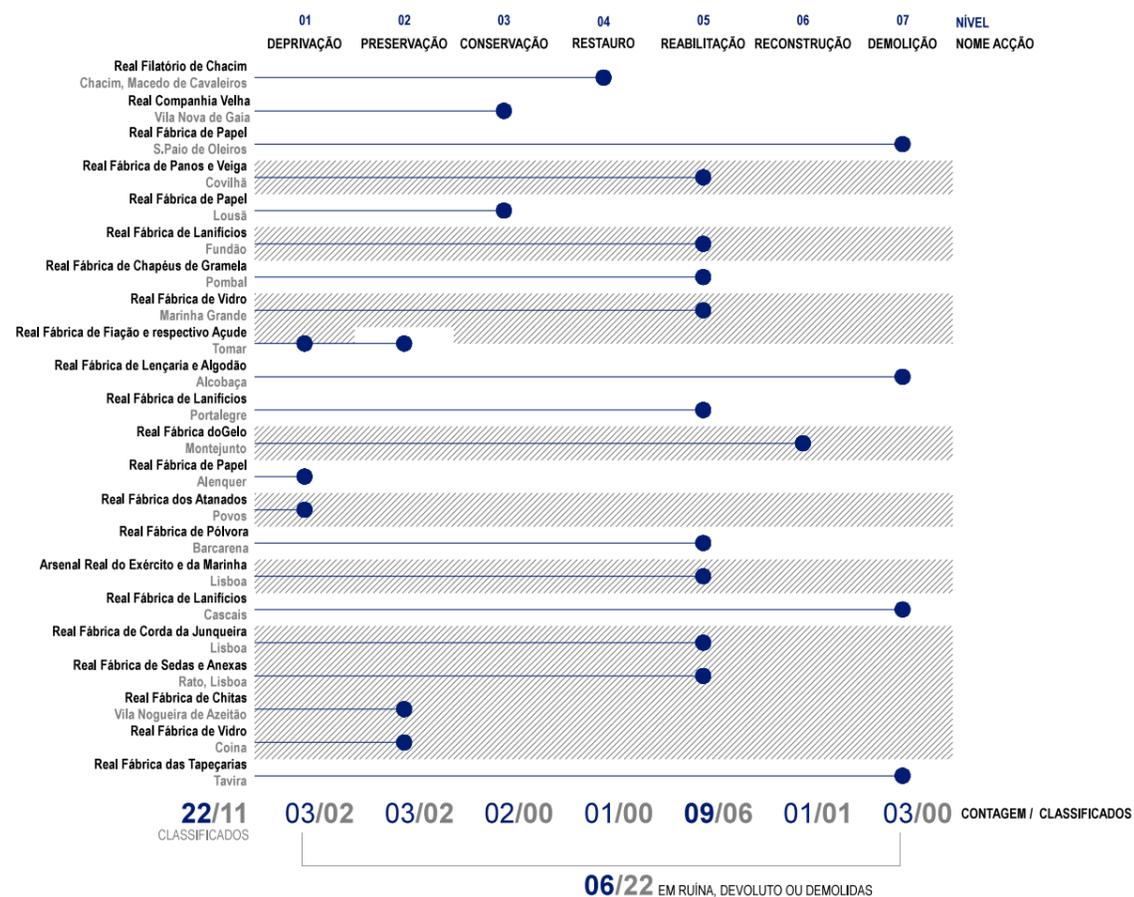
Verifica-se que a presença da água foi o factor principal para a escolha da implantação das Reais Fábricas, sendo por motivos de utilização energética, influência na matéria-prima ou pela acessibilidade que representava garantindo a comercialização do produto.

Relativamente à localização destas indústrias, e ao património em geral, observa-se que se encontram em zonas privilegiadas das cidades; em frentes ribeirinhas, perto de linhas de água, em zonas centrais das localidades.

Por este motivo, muitas vezes se torna impeditivo a implementação de novos planos urbanos ou intervenções limítrofes ou mesmo sob o património (classificado ou com interesse de), sendo esta uma barreira por vezes impeditiva ou geradora de uma certa inércia no que diz respeito à intervenção sob o património.

Contudo, após este estudo, pode afirmar-se que não é a indústria que se encontra em zonas privilegiadas, mas sim, foi a mesma que despoletou o desenvolvimento em seu redor tornando-a privilegiada. Não deveria assim ter ainda mais atenção e preocupação?

A classificação do património é um processo que pode ajudar à preservação do mesmo apesar de não o garantir, no entanto, pode catalisar intervenções e/ou protecções. Isto é, por um determinado edificado ou vestígio ser classificado não significa que seja preservado ou vice-versa, sobretudo, a classificação é um reconhecimento do interesse nacional e público servindo os valores culturais.



Como se pode verificar no levantamento realizado das Reais Fábricas, muitas destas estruturas sofreram alterações conforme as necessidades ou imposições do tempo. Confirma-se a sua inserção no Reino como um conjunto e as suas alterações ao longo do tempo, tal como a falta de informação de algumas das estruturas representadas anteriormente.

De um conjunto de 22 Reais Fábricas 11 são classificadas. Apenas 2 estão classificadas como MN, – A Real Fábrica do Gelo de Montejunto e a Real Fábrica de Corda – 2 estão classificadas como MIP, sendo que no caso de Tomar não é a fábrica em si que está classificada, mas o Açude construído para servir a mesma. Como IIP existem 6 fábricas e 1 como MIM.

Verifica-se que deste conjunto de 22 fábricas, apenas 2 conservam o edificado e o programa original estando ainda em funcionamento nos dias de hoje, a Real Fábrica de Papel da Lousã – actual Fábrica de Papel Prado - e a Real Companhia Velha (ainda com o mesmo nome), sendo que nenhuma das duas tem qualquer classificação ou protecção.

Segundo Ana Roders, como foi explicado no capítulo anterior, as intervenções podem ser classificadas em 7 tipos de acções: 1-Deprivação; 2-Preservação; 3-Conservação; 4-Restauro; 5-Reabilitação; 6-Reconstrução; 7- Demolição.

Utilizando esta denominação, podem classificar-se sob a acção de Deprivação três fábricas, demonstrando o vandalismo e abandono em que se encontram. São exemplo a Real Fábrica de Tomar ( a estrutura da fábrica), a Real Fábrica de Alenquer e Real Fábrica Vila Franca de Xira. Apesar da classificação da Real Fábrica de Vila Franca de Xira, esta e as outras estruturas encontram-se ao abandono e com evidentes casos de vandalismo.

Sob a acção de Preservação encontram-se três fábricas, em que uma delas (Real Fábrica de Coima) constitui um conjunto arqueológico inventariado (plantas da intervenção arqueológica disponíveis na APAI) e posteriormente coberto. As outras duas

estruturas são o Açude da Real Fábrica de Tomar e a Real Fábrica de Azeitão. A primeira é uma estrutura classificada, independentemente de a Real Fábrica que lhe deu origem estar em ruína, a segunda pertence a propriedade privada e não tem intervenções nem propostas de utilizações num futuro próximo.

Os dois únicos exemplos de Conservação, os quais mantêm a maior parte da estrutura original e que produzem até aos dias de hoje são a Real Fábrica da Lousã e a Real Companhia Velha.

Apesar da adição de novos edifícios, face às necessidades de produção – mais evidente no caso da Lousã – pode dizer-se que incluem a acção da conservação pelo facto de conservarem a estrutura geral e programática para a qual foram construídas. No caso da Real Companhia Velha, as alterações feitas à estrutura são muito poucas, apenas facilitando acessibilidades e alterações interiores. Curiosamente nenhuma destas estruturas possui classificação.

O Restauro foi apenas aplicado a uma das fábricas, Real Fábrica de Chacim, onde foi feita uma intervenção de limpeza, conservação e integração de um centro interpretativo do Real Filatório, no entanto, aquando da visita já não estava em funcionamento, podendo considerar novamente esta fábrica no grupo da Deprivação.

A acção mais utilizada foi a Reabilitação, sendo aplicada a nove Reais Fábricas, sendo que apenas três deste conjunto não são classificadas.

O primeiro exemplo é a Real Fábrica da Covilhã que foi transformada na UBI, alterando a sua função programática de indústria para a programática escolar e também museológica (MUSLAN) onde remete para a história do conjunto e da tradição das lãs na região.

A Real Fábrica do Fundão e Portalegre foram ambas reabilitadas para servir a autarquia como Edifício da Câmara Municipal da respectiva cidade mantendo a estrutura original.

A Real Fábrica de Pombal, de propriedade privada, foi minimamente intervencionada aproveitando os grandes salões que outrora serviam para o fabrico de chapéus como salas para recepção de eventos.

Por fim, a Real Fábrica da Marinha Grande, Barcarena, o antigo Arsenal Real do Exército, a Real Fábrica de Corda e de Sedas foram reabilitadas seguindo um programa museológico. Este conjunto, caracterizado actualmente por museus ou espaços expositivos, manteve a sua estrutura geral adaptando-a à nova funcionalidade. Cada um dos exemplos retrata museologicamente a sua história e respectiva influência na região, transformando também alguns espaços a outros serviços públicos como por exemplo arquivos, bibliotecas ou pequenos comércios.

No campo da Reconstrução apenas uma das fábricas integrou esta acção. A Real Fábrica do Gelo foi parcialmente reconstruída e foi adicionado um simples percurso interpretativo de apoio ao complexo caracterizado por pequenas placas descritivas e painéis explicativos.

Três exemplares das Reais Fábricas integram a acção da Demolição. Duas delas – Real Fábrica de Cascais e Real Fábrica de Tavira – já não existe nenhum vestígio físico no local. Quanto à Real Fábrica de São Paio de Oleiros, após visita ao local foi detectada uma intervenção não autorizada que destruiu a maior parte da estrutura fabril sendo apenas visível a grande chaminé de tijolo que continua intacta. A estes exemplares é comum a falta de informação sobre os mesmos.

Em suma, deste conjunto de 22 Reais Fábricas verifica-se que apenas 16 sofreram intervenção ficando as restantes 6 redimidas à obsolescência.

Importa referir que a determinação das Reais Fábricas segundo a classificação de Ana Roders, foi efectuada segundo uma perspectiva geral, o que significa que estas fábricas podem ter sido alvo de várias e diferenciadas acções ao longo do tempo mas considera-se a de maior impacto traduzida no estado actual.

As principais causas verificadas apontam para a passagem da propriedade para privados que não reconhecem o interesse nas estruturas, no facto de se tornarem impeditivas da construção de novas, ou, dispendiosas de manter ou intervir.

Outro factor que contribui para o abandono é o facto de estas estruturas terem uma área relativamente grande e tornar-se difícil encontrar um programa que se adapte e que seja necessário ao local. Nos casos das propriedades públicas, muitas vezes existe a possibilidade da intervenção nestas estruturas, no entanto, é normalmente mais dispendiosa a reabilitação do que a construção de raiz.

Nesta investigação verifica-se que, por exemplo, a Real Fábrica dos Atanados em Vila Franca de Xira apesar de estar classificada como MIP, encontra-se num grande estado de degradação e sem perspectivas de intervenção. Por outro lado, os únicos dois exemplos de manufacturas reais que ainda hoje estão em funcionamento, apesar das adaptações às necessidades contemporâneas, não são classificadas.

Outro exemplo interessante é a Real Fábrica de Coina na qual foram realizadas escavações arqueológicas e o património encontra-se classificado, apesar de não ser fisicamente visível. O importante residiu na identificação e no levantamento destas partes de história, o que não implica ter de actuar sobre todas estas estruturas, isto é, apesar destas manufacturas representarem um avanço industrial, económico e social, não significa que se deva reabilitar ou reconstruir todo o património. É um estudo que deve ser tratado caso a caso e com multidisciplinariedade. Na prática, isto pode significar que uma determinada estrutura não tenha a capacidade de se manter ou significar um esforço demasiado grande para manter aquele objecto.

Concluindo, não é verificada nenhuma ligação directa da classificação do património com a preservação do mesmo. Para o desenvolvimento do conhecimento não é essencial a classificação do património, mas sim o levantamento e reconhecimento e compreensão do mesmo para o próprio entendimento da evolução da sociedade contemporânea.

Nesta dissertação identificaram-se, localizaram-se e registaram-se 22 manufacturas portuguesas que antecederam a arquitectura industrial do século XIX, as Reais Fábricas de Portugal.

Para a compreensão deste conjunto foi necessário o entendimento do seu contexto histórico. Através da história da economia do país compreendeu-se que, Portugal aproveitando a sua posição geográfica estratégica e o seu interesse pelo conhecimento, estava integrado nas mais variadas rotas comerciais do mundo, de onde obtia produtos exóticos e do quotidiano de alta qualidade fruto das suas descobertas dos séculos anteriores. No entanto, a dependência destas rotas tornou-se um problema e criou um buraco financeiro.

A solução deste problema passou por reduzir e eliminar a dependência do estrangeiro criando uma economia nacional autossustentável. Para tal, o fomento industrial da manufactura, pela mão do Ministro Marquês de Pombal, gerou uma série de manufacturas espalhadas pelo reino que produziam os produtos para consumo alimentando a economia interna; assim, surgiram as Reais Fábricas, as primeiras estruturas industriais do país.

É fundamental reconhecer estas estruturas como parte integrante, e essencial, da história da arquitectura, do urbanismo e da própria sociedade. Conforme os documentos confirma-se um número elevado de manufacturas do reino pré/ proto – industrial, muito anterior à arquitectura do ferro e do betão, determinaram a forma como o país se desenvolveu, não só economicamente mas essencialmente geográfica e urbanisticamente. Foi a indústria da manufactura que determinou através de um conhecimento empírico do território o desenvolvimento das principais cidades do país e da sociedade.

Observou-se que as manufacturas vieram, na sua maioria, instalar-se junto das povoações de média a grande dimensão demarcando territórios, evidenciando a clara intenção do aproveitamento das condições que esses locais podiam oferecer ao contrário de zonas mais rurais.

As vantagens dos meios de circulação, marítimos, fluviais ou terrestres, favorecendo a movimentação das matérias-

primas e dos produtos finais eram condições *sine qua non* para a implantação das mesmas, uma condição contemporânea da arquitectura que tende muitas vezes a ser esquecida.

Verifica-se a importância desta condição na consequência do sucesso das manufacturas e de qualquer outra intervenção. Quanto mais valor se dá aos factores da história do lugar, a geologia, hidrologia, orografia, topografia, estruturas pré-existentes, maior será a probabilidade de sucesso de uma intervenção, pois a sua adequabilidade tende a ser maior e mais eficaz, de acordo com o lugar, respeitando a sua memória e identidade.

Resultado da evolução da técnica, toda a Europa e não só Portugal, sofreu graves crises de desindustrialização deixando obsoletas estruturas industriais que falharam em responder às necessidades do desenvolvimento.

*“A arquitectura, atestando gostos e atitudes de gerações, acontecimentos públicos e tragédias privadas, factos novos e velhos, é o palco fixo dos acontecimentos humanos. O colectivo e o privado, a sociedade e o indivíduo, equilibram-se e confrontam-se uns aos outros na cidade”.*

Considerando que a sociedade de hoje é herdeira da sociedade industrial, o seu estudo é fundamental para a compreensão do mundo contemporâneo. É inquestionável a escala e dinâmica que a evolução industrial teve no desenvolvimento da sociedade.

O Património Industrial é um legado educativo e a sua salvaguarda e valorização é fundamental. Estudou-se o conceito e definição do Património e Património Industrial, essencialmente a compreensão que a sua definição é mutável, sobretudo complexa, pelo reduzido distanciamento no tempo.

Observou-se que para a salvaguarda deste património existem uma série de normativas que vão sendo actualizadas e que requerem um trabalho colectivo e multidisciplinar. A atenção sobre o Património Industrial, em termos de requalificação e intervenção arquitectónica levou já a bastantes investigações de

\* ROSSI,Aldo.(2016) The architecture of the city, p21 in LOPES, Diogo *Melancolia e Arquitectura em Aldo Rossi*, p.137

como actuar sobre este tipo de estruturas, utilizando como casos de estudo exemplos de património industrial do século XIX em diante representados pelas grandes estruturas de ferro e betão armado.

As possibilidades de intervenções e de reuso revelam grandes potencialidades destas estruturas industriais e nota-se uma crescente preocupação com estes elementos e a sua integração na contemporaneidade.

Contudo, este fenómeno revela a falta de conhecimento das suas estruturas industriais antecessoras. A falta de conhecimento e investigação da indústria da manufactura é flagrante e urge o preenchimento desta lacuna na história da arquitectura, do património industrial e técnico, da cultura.

“O essencial continua a ser o Inventário do Património Industrial e Técnico”

Jorge Custódio afirma importância do levantamento, referindo que Portugal não tem exemplos bem sucedidos de inventário do património industrial. Aqui reside o maior problema, se não é reconhecido como pode ser valorizado?

Assim, esta investigação identificou 22 ( uma amostra ) das antigas Reais Fábricas do país. Após uma contextualização histórica, pesquisa arquivística, bibliográfica, foi possível determinar a sua localização exacta para uma posterior visita com o objectivo de um levantamento fotográfico do estado actual da estrutura.

A metodologia utilizada através da viagem para registo fotográfico comprovou a importância da visita dos locais e da arquitectura. O processo tanto do planeamento, da viagem em si, o reconhecimento no local, desde a chegada à observação de pormenores in loco, acresce dimensões inalcançáveis através de um papel ou de um ecrã.

Desta forma, visitaram-se as várias fábricas e confirmou-se o estado actual, constatando-se por vezes, alterações não registadas ou desconhecidas até às entidades locais.

Evidenciou-se que a informação obtida pela diversas fontes de pesquisa *à priori*, possivelmente resultado da sua dispersão e falta de actualização, é notável aquando da comparação com o existente no local, tal como a sua interpretação no local é diferenciada e, claramente, mais rica, resultando num paralelo reconhecimento e interpretação do território que de outra forma não seria possível.

A displicência das autoridades e entidades locais é também um factor que leva ao abandono e destruição destas estruturas que são um testemunho de um tempo e parte integrante da história.

Um exemplo flagrante foi a detecção de uma construção ilegal sobre a antiga Real Fábrica de papel de São Paio de Oleiros que a destruiu quase por completo. Na visita ao local, onde supostamente deveria encontrar-se um conjunto de edifícios em ruína – segundo o último levantamento fotográfico da CM de Santa Maria da Feira – foi encontrada uma construção sobre o local da suposta ruína, restando apenas a chaminé de tijolo. Após contacto com o Município, que desconhecia por completo tal situação, foi aberto um processo contra o proprietário que realizou um projecto sem autorização e licença das autoridades locais. Apesar do processo, este elemento já não é recuperável. Quantos mais exemplos não foram apagados da nossa história? Quanta história não está por descobrir ? Tal como diz Maria Calado “ o passado só existe quando o presente o identifica e valoriza”.

Considera-se o levantamento essencial, o reconhecimento da importância (ou não) destas estruturas e, depois, após um estudo aprofundado intervir sob elas – podendo esta intervenção significar até a demolição.

Solà-Morales caracteriza a arquitectura como inevitavelmente problemática, pois o objectivo desta caracteriza-se por colonizar, impôr limites, ordem, forma, “, *introduciendo en el espacio extraño los elementos de identidad necesarios para hacerlo reconocible, idéntico, universal.*”, possui as ferramentas para transformar o vazio em edificado. Esta ferramenta nem sempre é positiva, e pode, segundo o autor, “*deshacer la magia incontaminada de lo obsoleto en el realismo de la eficacia*”.

\* SÒLA-MORALEs, s.d.; p-191

Desta forma, existem nos dias de hoje vários locais, para além das manufacturas abandonadas, que se podem considerar, como denomina Solà-Morales, “terrain en vague” - vazios expectantes. Poder-se-ia dizer que expectantes de uma nova vida, no entanto, considera-se que muitos deles estão expectantes de um reconhecimento, apenas.

A própria intervenção não tem necessariamente de ser sob o elemento, mas de certa forma afectá-lo. Relembrando o exemplo da Carta de Itinerários do ICOMOS lançada em 2008, a criação de um percurso ou itinerário que ligue este conjunto de manufacturas pode influenciar a vida destes e dos que o rodeiam.

O caso da Real Fábrica de Chacim é uma prova de que apesar da intervenção sob o elemento com a conservação da estrutura e a inserção de um centro interpretativo do Real Filatório não foi suficiente para manter o serviço activo. Não tinha pessoas, a principal preocupação da arquitectura. Sem elas a arquitectura não tem razão e os espaços tornam-se obsoletos, tal como estes exemplos.

Para tal, a criação de um percurso das Reais Fábricas de Portugal como um percurso interpretativo do património industrial da manufactura pode contribuir para a movimentação de massas para os locais mais isolados. Interesses como o turismo industrial são temas em crescimento. O interesse pela arquitectura industrial em geral sempre existiu mas a especificidade deste conjunto torna-se um excelente motivo para a melhor compreensão do território, da arquitetura, da indústria e da sociedade.

Um exemplo de itinerários criados a nível Europeu com o tema do Património Industrial é o ERIH\* – European Route of Industrial Heritage. Uma associação fundada em 1999 com o objectivo de criar uma rede europeia de património industrial que apoiasse a criação deste turismo.

Para além da identificação e valorização do património industrial, que representa uma parte crucial do desenvolvimento europeu nos últimos séculos, esta associação apoia e estimula

\* Para mais informação consultar: [www.erih.net](http://www.erih.net)

a investigação de soluções inovadoras para a intervenção no património e possui parceiros em vários países.

Jorge Custódio atenta para esta hipótese como um modelo que se articula com o tipo de viagens e turismo cultural, e que “a tendência revela-se mais abrangente, quer por abarcar outros patrimónios em contexto de referida rota (geológica, mineira, ambiental, gastronómica, cultural) quer por fomentar e integrar sinergias indispensáveis à dinâmica social e económica.”\*

Todos estes pontos culturais estão associados a um mapa com as indicações de como chegar e uma pequena descrição. Portugal tem registados 37 exemplares, dois dos quais antigas Reais Fábricas. Uma delas o MUSLAN, parte integrante da antiga Real Fábrica de Panos da Covilhã e o Museu da Pólvora Negra, antiga Real Fábrica de Pólvora de Barcarena.

Na sua maioria, são exemplos do património industrial do século XIX, quer sejam estruturas industriais ou produtos / ícones da evolução industrial. Exemplos registados nesta rota são a Ponte D. Luiz e Dona Maria Pia no Porto, o Museu da Electricidade em Lisboa ou o Parque Mineiro da Cova dos Mouros em Alcoutim.

Portugal foi um grande impulsionador para o desenvolvimento e conhecimento mundial. As suas Reais Fábricas são elementos essenciais para a compreensão da história da indústria, e como tal, merecem um segundo olhar. Não necessariamente uma segunda vida mas um olhar atento, um reconhecimento.

Após o levantamento, a possibilidade de classificação e intervenção deverá ser reconsiderada. A criação ou a integração destes elementos numa rota industrial da manufactura poderá contribuir para o despoletar de novas atenções para o conjunto ou outras estruturas do mesmo género. O próprio levantamento da presente investigação poderá servir de base para futuras investigações que, através da sua identificação, facilita e incita a uma investigação mais aprofundada.

\* CUSTÓDIO, 2015 - pp.90-91

O levantamento desenhado das estruturas ainda resistentes seria importante para o estudo comparativo tipológico, estético, formal ou mesmo para a avaliação do tipo de materiais e técnicas construtivas utilizadas da altura; a análise programática e a forma como os processos de trabalho se organizam no espaço e o espaço em si.

Outros temas como o estudo da influência destas estruturas no crescimento urbano podem contribuir para o conhecimento da arquitectura, da evolução do urbanismo da sociedade.

A inserção do tema do património e património industrial no meio escolar seria também uma forma de valorizar este conjunto e educar as novas gerações para a compreensão desta importante parte da história. Através do entendimento destas estruturas é possível compreender temas desde o território, geografia, geologia, hidrologia à própria evolução técnica industrial.

Por fim, sendo que esta investigação incidiu apenas sobre 22 de cerca de 560 manufacturas, fábricas e oficinas do Reino, é assustadora a indefinição do estado actual dessas estruturas. Onde se localizavam e qual a sua influência na sociedade? De que forma influenciaram a vida das pessoas e contribuíram para a contemporaneidade?

Sendo esta dissertação representa apenas um ponto no mundocientífico e da investigação, pretende acrescentar-se à linha que conta a nossa história, como que um trabalho de cerzideira que une as malhas soltas restabelecendo um contínuo sem falhas.

Que este registo e levantamento contribua para a viagem do (re)conhecimento da Arquitectura e de todas as disciplinas que contribuem para a construção e compreensão da sociedade contemporânea.

**BIBLIOGRAFIA**



AAVV (1990). *I Encontro Nacional sobre o Património Industrial* (Coimbra-Guimarães-Lisboa 1986 ed., Vol. II). coimbra: Coimbra Editora Lda.

AAVV (1991). *Museologia e Arqueologia Industrial. Estudos e Projectos* (Vols. série I - estudos). Lisboa.

AZEVEDO, João Lúcio. (1990). *Elementos para a história económica de Portugal:séculos XIIa XVII*. (Inapa, Ed.) isboa.

AZEVEDO, João Lúcio (2009). *O Marquês de Pombal e a sua época*,1922. texto editores.

AGUIAR, José (2001). *Identidade e Conservação do Património Urbano*. 146-174.

AGOSTINHO, Sívia (2011). *Reinauguração da Real Fábrica do Gelo na Serra do Montejuento*. Jornal Mais Oeste (51), 13.

ALKER, Sandra (2000). *The definition of brownfield. Journal of environmental planning and management* (1).

ALMEIDA, Ana Catarina (2009). *Indústria e Arquitectura*. Coimbra: Darq.

ALMODOVAR, António (1989). *Acúrsio das Neves: Um pensamento e o seu Contexto* (Obras completas de José Acúrcio das Neves ed., Vol. VI). Porto: Edições Afrontamento.

AMORIM, Inês (s.d.). *Os Poderes Urbanos face às Mutações Económicas: A Fábrica de Algodão de Aveiro - 1769/78*. Revista da Faculdade de Letras , 138-172.

ARAÚJO, Armando (2012). *A fábrica de louça de Massarelos. Contributos para a caracterização de uma unidade fabril pioneira* (Vol. I). (D. d. Património, Ed.) Universidade Aberta.

BETHENCOURT, Francisco (2010). *A expansão marítima portuguesa, 1400-1800*. Edições 70.

BOYER, Marc (2000). BOYER – *Histoire de l'invention du tourisme XVIe XIXe siècles : origine et développement du tourisme dans le Sud-Ouest de la France*. La Tour d'Aigues : L'Aube

BRUNO, Maria (2002). *A Central Eléctrica da Companhia Fiação e Tecidos de Alcobaça: Um testemunho Ímpar da Industrialização e*

*Urbanização da Vila e da Região*. (D. p. Museologia, Ed.) Lisboa: ULHT.

CARDOSO, Isabel; et al. (2013). *Paisagem Património*. Dafne Editora, CHAIA.  
CUSTÓDIO, Jorge (1999). *A “Quinta da Fábrica”: A Real Fábrica de Atanados de João Mendes Faria e sucessores*. In c. C. Camacho, & M. M. Xira (Ed.), Boletim Cultural - CIRA (Vol. 8). Câmara Municipal de Vila Franca de Xira- Pelouro da Cultura.

CUSTÓDIO, Jorge (2002). *A Real Fábrica de Vidros de Coína (1719-1747) e o vidro em Portugal nos séculos XVII e XVIII: aspectos históricos, tecnológicos e arqueológicos*. Lisboa: Instituto Português do Património Arquitectónico.

CUSTÓDIO, Jorge (1986). *A Real Fábrica de Coína e as origens da indústria vidreira na Marinha Grande (1719-1826)*. In C. Editora (Ed.), I Encontro Nacional sobre o Património Industrial (Vol. 1, pp. 737-761). Coimbra.

CUSTÓDIO, Jorge (s.d.). *A Real Fábrica de Lanifícios de Portalegre. Algumas achegas iconográficas e documentais*.

CUSTÓDIO, Jorge (1990). *As fábricas de José Mendes Veiga e sucessores*. Catálogo. In Cadernos de Arqueologia, Arqueologia Industrial e Património Arquitectónico (Vol. 1). Covilhã: Universidade da Beira Interior.

CUSTÓDIO, Jorge (1987, Outubro 23). *Escavações na Alcáçova de Santarém: A resposta que se esperava*. O Ribatejo , 11-12.

CUSTÓDIO, Jorge (1998, 0 0). *Da tinturaria antiga ao século XX*. Catálogo do Museu de Lanifícios da Universidade da Beira Interior , pp. 85-102.

CUSTÓDIO, Jorge (1998). *Da tinturaria antiga ao século XX*. In Catálogo do Museu de Lanifícios da Universidade da Beira Interior (pp. 85-102). Covilhã: Universidade da Beira Interior.

CUSTÓDIO, Jorge (1983). *Introdução à memória sobre os meios de melhorar a indústria portuguesa*. In Querco (Ed.), Memória sobre os Meios de Melhorar a Indústria Portuguesa de Acúrcio das Neves (pp. 41-78). Lisboa.

CUSTÓDIO, Jorge (1988). *Notas históricas acerca da primitiva indústria de tecidos de Alcobaça e das estamparias portuguesas de 1775-*

*1834*. In M. d. Alcobaça (Ed.), Lenços e Colchas de chita de Alcobaça (pp. 55-61). Alcobaça.

CUSTÓDIO, Jorge (2015, Dezembro). *Património Industrial: conceitos de hoje, valores de futuro*. Revista Património (3), pp. 82-95.

CUSTÓDIO, Jorge; et al. (2011). *100 Anos de Património: Memória e Identidade. Portugal 1910-2010* (2ª Edição ed.). (J. Custódio, Ed.) Lisboa.

CUSTÓDIO, Jorge; SANTOS, Luísa (1990). *A Real Fábrica de Fiação de Tomar e a primeira geração europeia e americana de fábricas hidráulicas*. In C. Editora (Ed.), I Encontro Nacional sobre o Património Industrial (Vol. 1, pp. 537-657). Coimbra.

CAETANO, Lucília (1986). *Notas e Recensões. A classificação estatística das indústrias.Elementos para a sua caracterização*. Finisterra , XXI (42), 311-381.

CANAS, António (2015). *Real Fábrica da Cordoaria*. (A. d. Lisboa, Ed.) Lisboa.

CAMPOS, Maria do Rosário (2009). *A Fábrica de Papel da Lousã e o processo de industrialização em Portugal*. Revista da Faculdade de Letras. HISTÓRIA , III (10), 145-150.

CARVALHO, Emanuel; LOURENÇO, Fernando (2004). *Real Fábrica de Gelo de Montejuento (um despertar de interesses)*. In C. M. Cadaval, Actas do 3º Seminário do Património da Região Oeste (Vol. Separata). Cadaval.

CARVALHO, Gonçalo (2009). *A reciclagem dos Usos Industriais e as Novas Tipologias de Actividades e Espaço de Cultura. Lx Factory*. Lisboa: IST.

CHOAY, Françoise. (2010). *A alegoria do Património*. Edições 70.

COLE, Charles (1939). *Colbert and a century of mercantilism*. -: -.

COSTA, Fernando (2004). *A guerra da Restauração 1641-1668*. Lisboa: Livros Horizonte.

COSTA, Pedro Campos; LOURO, Nuno (2010). *Duas Linhas*. Lisboa.

CORDEIRO, José (2000, Outubro). *Arqueologia e Património Industrial na zona do grande Porto-um*

*balanço de 15 anos*. (CAA, Ed.) Revista al-madaan , II (9), p. 121.

CORREIA, Telma (2009). *A família Azevedo Aguiar da Beira e a Indústria do Papel (séculos XIX e XX)* (Dissertação de Mestrado em História e Património - Ramo Arquivos Históricos. ed.). Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto.

CORTESÃO, Ana (2001). *A Aruitectura da Pólvora em Portugal no século XVIII. As Reais Fábricas da Pólvora de Alcântara, os Armazéns da Lapa da Moura e a Real Nitreira de Braço de Prata*. Lisboa: FAUTL.

EKELUND, Robert;HÉBERT, Robert (1997). *A history of economic theory and method*. Illinois: Waveland Press.

ESPOSITO, António (2005). *Fernando Távora-opera completa*. Milão: Electa spa.

ESTEVENSON, Ana (s.d.). *A reabilitação de frentes de água como modelo de valorização territorial*. [http://www.apgeo.pt/files/docs/CD\\_X\\_Coloquio\\_Iberico\\_Geografia/pdfs/044.pdf](http://www.apgeo.pt/files/docs/CD_X_Coloquio_Iberico_Geografia/pdfs/044.pdf) .

DUARTE, José Lucas (1985). *Antologia I - Depoimentos Históricos- Etnográficos sobre Manteigas e Sameiro*. Manteigas: Câmara Municipal de Manteigas.

DUCASSÉ, Pierra (1954). *História das técnicas*. Mem Martins: europa-américa.

DESCONHECIDO. (1992). *Artigo sobre a Real Fábrica de Portalegre*. (f. p. Portalegre, Ed.) Lisboa.

DIAS, Luis Carvalho (1954-55). *A Relação das Fábricas de 1788*. Separata do Boletim de Ciências Económicas , 3.

DIAS, Luis Carvalho (1958). *Luxo e pragmáticas no pensamento económico do século XVIII: inquéritos industriais pombalinos*. Separata do Boletim de Ciências Económicas da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra .

DIAS, Luis Carvalho (1953). *Os Lanifícios na política económica do Conde da Ericeira*. Revista Lanifícios .

DIRECÇÃO GERAL DO COMÉRCIO E INDÚSTRIA. (1881). *Inquérito Industrial*. Lisboa: Imprensa Nacional.

FARIA, Ana (2005). **Duarte Ribeiro de Macedo. Um diplomata Moderno (1618-1680)**. Lisboa: Biblioteca Diplomática do Ministério dos Negócios Estrangeiros.

FARIA, João Pedro (2015). **Memórias do Aqueduto. Um itinerário pelo Património Esquecido**. Lisboa: Faculdade de Arquitectura da Universidade de Lisboa.

FOLGADO, Deolinda (2010). **Património Industrial. GUIA DE INVENTÁRIO ARQUITECTÓNICO - KIT03** (1.0) . Lisboa: IHRU, IGESPAR.

FREITAS, Maria João (2014). **Memória da Modernidade Industrial. Três intervenções no património do movimento moderno português**. Porto: FAUP.

FREITAS, Ricardo (2011). **Identidade, Tempo e Memória. Reflexão sobre processos de reabilitação em edificação de valor patrimonial**. Porto: FAUP.

GUEDES, Manuel (1999). **Arqueologia Industrial**. Electricidade (372), 293-299.

GERMAN, Martín (1971). **La grande industrie sous le règne de Louis XIV: plus particulièrement de 1660 à 1715**. (Vol. 163). Burt Franklin research and source works series.

GOETHE, Johann (2016). **Viagem à Itália**. 1786-1788. Lisboa: Bertrand.

GODINHO, Vitorino (1955). **Prix et monnaies au Portugal: 1750-1850**. Paris: Armand Colin.

GÓIS, Maria Luísa (1964). **A Real Fábrica de Lanifícios de Cascais**. Cascais: Câmara Municipal de Cascais.

GONÇALVES, José Fernandes (2014). **A viagem na Arquitectura Portuguesa do Século XX**. Resdomus, Revista de Cultura Arquitectónica (1), 1.

GONÇALVES, José Fernandes (2012, Abril). **Em Viagem- Experiência, Conhecimentona Aruitectura do século XX**. Revista de Cultura Arquitectónica ; Joelho#3 , 127-136.

GONÇALVES, José Fernandes (2018). **Motivação e consequência da viagem na arquitectura de Le Corbusier: a viagem ao Oriente e América Latina**. Coimbra: DarqFCTUC.

GOMES, Saúl (1997-1998). **A industrialização da Alta-Estremadura no final do antigo regime - breves notas de investigação**. Revista Portuguesa de História , XXXII, 225-241.

GRADVOHI, Raffaella (2013). **Património e Sustentabilidade. Novos Programas Funcionais**. Lisboa: FAUTL.

HUDSON, Kenneth (1990). **Preserving industrial monuments: what is possible and what is not** (Vol. III). 1º Encontro nacional sobre o património industrial - Actas e Comunicações: Coimbra Editora.

HENRIQUES, João (2014). **Cascais: 650 Anos de História**. Cascais: Câmara Municipal de Cascais.

HESPANHA, António (1993). **Introdução**. In H. d. Portugal. Lisboa: Editorial Estampa.

HESPANHA, António; SILVA, Cristina (1993). **A identidade portuguesa**. In História de Portugal (Vol. 4, pp. 19-37). Lisboa: Editorial Estampa.

HESPANHA, António; SILVA, Cristina (1993b). **O quadro espacial**. In História de Portugal (Vol. 4, pp. 38-47). Lisboa: Editorial Estampa.

JUSTINO, David (1988-89). **A formação do espaço económico nacional: Portugal: 1810-1913**. (Vega, Ed.) Lisboa.

JORGE, Sara (2012). **Pólo Industrial Criativo. Reabilitação da fábrica de cortumes de Coimbra**. Coimbra: Darq.

LAVAREDA, Fábio (2010). **Projectar com o lugar da Indústria- As indústrias metálicas Previdente-Novos usos para edifícios desactivados**. Lisboa: FAUTL.

LAROUSSE. (1997). **História do Mundo (No tempo das grandes invasões ed.)**. (e. p. Digest, Ed.)

LIRA, Sérgio (1998). **Os Museus e o conceito de Património: a peça de museu no Portugal do Estado Novo**. Amarante.

LOPES, Diogo Seixas (2016). **Melancolia e Arquitectura em Aldo Rossi**. Lisboa: Orpheu Negro.

NEUWITH, Robert (2016). **Shadow Cities: A Billion Squatters, A New Urban World**. Routledge.

NEVES, Acúrcio das (1827). **Noções históricas, económicas e administrativas sobre a produção e manufactura das sedas em Portugal**. Lisboa.

NONELL, Anni (2002). **Porto, 1763/1852: a construção da cidade entre despotismo e liberalismo**. (F. publicações, Ed.) Porto.

MURAT, Inês (1978). **Colbert**. Charlottesville: University Press of Virginia.

MUSLAN (2009). **Rota Translana, Portugal/Espanha** (Vol. II). Covilhã: UBI.

MACEDO, Jorge Borges (1989). **A situação económica no tempo de Pombal**. Lisboa: Gradiva.

MACEDO, Jorge Borges (1984). **Companhias Comerciais**. In J. Serrão, Dicionário da História de Portugal (Vol. 3, pp. 122-130). Porto: Figueirinhas.

MACEDO, Jorge Borges (1984b). **Indústria na época moderna**. In J. Serrão, Dicionário da história de Portugal (Vol. 3, pp. 304-315). Poro: Figueirinhas.

MACEDO, Jorge Borges (1982). **Problemas de história da indústria portuguesa no sec XVIII**. Lisboa: Querco.

MACEDO, Jorge Borges (s.d.). **Portugal e a Economia Pombalina**. Revista de História n 19 , 82-97.

MADUREIRA, Nuno (1997). **Mercado e privilégios: a indústria portuguesa: 1750-1834**. Lisboa: Estampa.

MANTEIGA, Maria (2015). **Intervenção de Conservação no Conjunto de Fotografias do fundo Fábrica de Fiação de Tomar (Relatório de Estágio ed.)**. Tomar: Escola Superior de Tecnologia de Tomar.

MARDEL, Luís (1893). **Polvoras, explosivos modernos, suas aplicações**. Lisboa: Imprensa Nacional.

MARTÍN, Marcelo (2001). **Sobre el necesario vínculo entre el patrimonio y la sociedad: reflexiones críticas sobre la interpretación del patrimonio** (Vol. nº1). Lisboa: Estudos do Património, IPPAR.

MATOS, Ana Cardoso de (2001). **A indústria dos lanifícios no Alentejo (finais do século XVIII a finais do Século XIX)**. Ler História (40), pp. 95-125.

MATOS, Ana Cardoso de (1990). **A Real Fábrica de Lanifícios de Portalegre /1772-1778**. In I Encontro Nacional sobre o Património Industrial (Vol. 2, pp. 659-679). Coimbra: Coimbra Editora.

MATOS, Ana Cardoso de (1998). **Ciência Tecnologia e Desenvolvimento Industrial no Portugal Oitocentista. O caso dos lanifícios do Alentejo**. Lisboa: Editorial Estampa.

MATOS, Ana Cardoso de; SANTOS, Maria (1998). **Um projecto de engenharia industrial: A Real Fábrica de Papel de Alenquer** (Vol. Setembro). Comunicação ao Congresso da Associação Internacional de História do Papel.

MATOS, Ana Cardoso de; SAMPAIO, Maria da Luz (2014). **Património Industrial e Museologia em Portugal**. Revista do Programa de pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade de Brasília , I, II (5), 95-112.

MATOS, Ana Cardoso de; RIBEIRO, Isabel; SANTOS, Maria (2003). **Intervir no Património Industrial: das experiências realizadas às novas perspectivas**. (M. d. Indústria, Ed.)

MATOS, Artur (1980). **Transportes e comunicações em Portugal, Açores e Madeira: 1750-1850**. Ponta Delgada: Universidade dos Açores.

MATOS, Maria João (2010). **Cidades de Montanha. Dos Alpes à Covilhã**. Covilhã: UBI.

MENDES, José Amado (2000). **Uma nova perspectiva sobre o património cultural: preservação e requalificação de instalações industriais**. Gestão e Desenvolvimento , 9, 197-212.

MENDES, José Amado (1980). **Sobre as relações entre a indústria portuguesa e a estrangeira no século XIX**. Análise Social , XVI (61-62), 31-52.

MESQUITA, José Carlos (2006). **Tavira, o Marquês de Pombal e a Fábrica de Tapeçarias**. Universidade do Algarve.

MÓNICA, Maria (1987). **Capitalistas e industriais (1870-1914)**. Análise Social , XXIII, 819-863.

MONTEIRO, Augusto (1992). **Manteigas na segunda metade do século XVIII: os homens e a indústria**. Mantegias.

MOREIRA, Inês (2012). **Edifícios & Vestígios. Projecto Ensaio sobre espaços pós-industriais**. (I. Moreira, Ed.) Fundação Cidade de Guimarães; INCM

MOREIRA, Maria; VEIGA, Teresa (2004). **A evolução da população. História Económica de Portugal, 1700-2000: o século XVIII** , 3, pp. 35-66.

OLIVEIRA, Ana (2012). **Novos usos para o património industrial: o caso da cordoaria nacional**. Lisboa: FAUTL.

QUINTELA, António et al. (1995). **A Fábrica da Pólvora de Barcarena**. Oeiras: Câmara Municipal de Oeiras.

PAVIANI, Aldo (s.d.). **Alenquer, aspectos geográficos de uma vila portuguesa**. Revista Finisterra-Centro de Estudos Geográficos , 33-99.

PEDREIRA, Jorge (1994). **Estrutura Industrial e mercado colonial Portugal e Brasil entre 1780-1830**. Lisboa: difel.

PEDREIRA, Jorge (1991). **Indústria e Negócio: a estampanaria da região de Lisboa, 1780-1880**. Análise Social , xxvi (112-113), pp. 537-559.

PINHEIRO, Elisa Calado (s.d.) **A Covilhã: uma paisagem cultural evolutiva. Algumas notas sobre a (re)construção das memórias industriais da cidade**. Universidade da Beira Interior.

SALEMA, Sofia (2005). **As superfícies arquitectónicas de Évora. O esgrafito: contributos para a sua salvaguarda**. Universidade de Évora. Évora

SANTOS, Celso (2002). **João Maria Policarpo May. Debuxador e Lente da Aula de Desenho da Real Fábrica das Sedas**. Revista da Faculdade de Letras. Ciências e Técnicas do Património , I (I), pp. 203-209.

SANTOS, José Mártires (1962). **A Cordoria Nacional e a sua história**. Separata do Semanário Ecos de Belém. Lisboa.

SANTOS, José Miguel (2013). **Arquitetura Industrial, da obsolescência à reconversão**. Porto: FAUP.

SCOTT, Fred (2008). **On Altering Architecture**. Routledge.

SERRÃO, José (1993). **O quadro humano**. História de Portugal , 4/8, pp. 49-69.

SIZA, Álvaro (1991). **Comment Parvenir à la Serenité**. In AAVV, L'architecture d'aujourd'hui (Vol. 278).

SILVA, Elsa (2010). **Património e Identidade. Os desafios do turismo cultural**.

SOLÀ-MORALES. **Territórios**. Gustavo Gili.

STRATTON, Michael (2000). **Industrial Buildings. Conservation and Regeneration**. E&FN.

RUSKIN, John (1849). **The seven lamps of architecture**. New York.

RAVARA, Pedro (2011). **Na procura do objecto da Modernidade. Le Corbusier e o Território**. In AAVV, Cadernos de Viagem. Viagem de Estudo. Le Corbusier-França e Suíça 2009 (p. 11). Lisboa: FAUTL.

RAMADA, José (1997). **A indústria chapeleira portuense. Um exemplo esquecido de património cultural**. População e Sociedade (3), 273-299.

RAMOS, Ricardo (2011). **Reabilitação de Edifícios Industriais como Museu**. Lisboa: FAUTL.

RATTON, Jacome (1920). **Recordações de Jacome Ratton sobre as ocorrências do seu tempo, de Maio a Setembro de 1810**. 128.

REBELO, Marcos (2012). **Arquitetura Industrial e Arquitetura Moderna**. Porto: FAUP.

REIS, Jaime (1986). **A produção industrial, 1870-1914: a primeira estimativa de um índice**. Análise Social , XXII, 903-928.

RODERS, Ana (2007). **Lifespan rehabilitation of built heritage** (Vol. 1). Eindhoven : Technische Universiteit Eindhoven. .

RODRIGUES, Teresa; PINTO, Maria (1996). **O crescimento urbano no Portugal oitocentista**. População e Sociedade (2), pp. 131-145.

ROSSA, Walter (1990). **Além da Baixa, indícios de planeamento urbano da Lisboa setecentista**. Lisboa: IPPAR.

ROSSA, Walter (2002). **Carlos Mardel**. In A urbe e o traço. Uma década de estudos sobre o urbanismo português (pp. 53-70). Coimbra: ivraria Almedina.

SARAMAGO, José (2007). **O ano da morte de Ricardo Reis**. Caminho, 17ªEd.

TUAN, Yi-Fu (1983). **Espaço e Lugar. A perspectiva da Experiência**. (L. d. Oliveira, Trans.) São Paulo: Difel.

TÁVORA, Fernando (1999). **Da organização do espaço**. Porto: FAUP.

TÁVORA, Fernando (1993). **Diário, Abril.9.1960** in AAVV. Fernando Távora, p.93. Lisboa: BLAU.

TICCIH. (2003). **Carta de Nizhny Tagil**. (APPI, Trans.)

TORRES, João (s.d.) **Portugal - Dicionário Histórico, Corográfico, Heráldico, Biográfico, Bibliográfico, Numismático e Artístico** (Vol. IV).

VENTURA, António (2009). **Cem anos de turismo em Portalegre**. Portalegre: Fundação Robinson.

VITERBO, Sousa (1896). **Archeologia industrial portuguesa Os moinhos**. (Vol. II). O Archeologo Português.

ZUMTHOR, Peter (2006). **Atmosferas**. Gustavo Gili

## WEBGRAFIA

Devido à vasta informação recolhida digitalmente, tornou-se necessário separar os dois tipos de Referências para esta dissertação, a Webgráfica e a Bibliográfica apresentada a seguir.

Actualmente a utilização do mundo digital tornou-se numa ferramenta útil e, devidamente, complementar à pesquisa canónica bibliográfica.

### 01 | Real Filatório de Chacim

**Chacim na Rota da Seda** (2006, Agosto 26). Consultado a 9 de Novembro de 2017 em *Jornal do Nordeste: Chacim na Rota da Seda* | *Jornal Nordeste*: [www.diariodebraganca.blogs.sapo.pt/339408.html](http://www.diariodebraganca.blogs.sapo.pt/339408.html)

**Chacim: nas ruínas de um grande complexo industrial.** (2010, Setembro 23). Consultado a 9 de Novembro de 2017 em *Diário de Bragança*: [www.diariodebraganca.blogs.sapo.pt/339408.html](http://www.diariodebraganca.blogs.sapo.pt/339408.html)

**Chacim.** (s.d.) Consultado a 9 de Novembro de 2017 em *Aldeias de Portugal*: <http://www.aldeiasportugal.pt/sobre/83/>

MONTEZ, Jorge (s.d.). **O Real Filatório de Chacim – Macedo de Cavaleiros.** Consultado a 9 de Novembro de 2017 em *Portugal de Lés a Lés*: <https://portugaldelesales.pt/real-filatorio-chacim-macedo-de-cavaleiros>

**Real Filatório de Chacim.** (s.d.). Consultado a 9 de Novembro de 2017 em *DGPC- Direcção Geral do Património Cultural*: <http://www.patrimoniocultural.gov.pt/pt/patrimonio/patrimonio-imovel/pesquisa-do-patrimonio/classificado-ou-em-vias-de-classificacao/geral/view/156300>

**Real Filatório de Chacim** (s.d.) Consultado a 9 de Novembro de 2017 em *CM Macedo de Cavaleiros*: <https://www.cm-macedodecavaleiros.pt/frontoffice/pages/316>

### 02 | Real Companhia Velha

**A nossa história.** (2014). Consultado a 23 de Abril de 2018 em *Real Companhia Velha*: <https://www.realcompanhiavelha.pt/pages/historia>  
<http://www.cm-gaia.pt/pt/>

MARQUES, Cristina (2016, Novembro 12). **Uma companhia real(mente) velha. São mais de dois séculos de vinho do Porto.** Consultado a 21 de Março de 2018 em *Observador*: <https://observador.pt/especiais/uma-companhia-realmente-velha-sao-mais-de-dois-seculos-de-vinho-do-porto/>

### 03 | Real Fábrica de Papel

HEITLINGER, Paulo (s.d.). **O moinho de papel de Leiria.** Consultado a 22 de Junho de 2017 em *Tipografia*: <http://tipografos.net/tecnologias/moinho-papel.html>

<https://www.cm-feira.pt/portal/site/cm-feira>

**O cancelo de Rio Maior.** (2010, Maio 22). Consultado a 15 de Maio de 2017 em *O Engenho no Papel*: <http://engenhonopapel.blogspot.com/2010/05/o-cancelo-de-rio-maior.html>

### 04 | Real Fábrica dos Panos

**Conjunto de fornalhas e poços cilíndricos da antiga tinturaria da Real Fábrica de Panos da Covilhã.** (s.d.) Consultado a 24 de Janeiro de 2018 em *DGPC | Direcção Geral do Património Cultural*: <http://www.patrimoniocultural.gov.pt/pt/patrimonio/patrimonio-imovel/pesquisa-do-patrimonio/classificado-ou-em-vias-de-classificacao/geral/view/74246>

**Ficha Técnica. Real Fábrica de Panos.** (s.d.) Consultado a 24 de Janeiro de 2018 em *MUSLAN – Museu de Lanifícios*: <http://www.museu.ubi.pt/?cix=3107&lang=1>

<http://www.cm-covilha.pt/>

**Real Fábrica de Lanifícios da Covilhã e Fundão.** (2012, Junho 19) Consultado a 06 de Março de 2017 em *Arquivo Nacional da Torre do Tombo – DigitArq*: <http://digitarq.dgarq.gov.pt/details?id=4382355>

**Real Fábrica de Panos da Covilhã / Museu de Lanifícios da Covilhã / polo da Universidade da beira Interior** (2011, Julho 27). Consultado a 26 de Janeiro de 2017 em *SIPA. Sistema de Informação para o Património Arquitectónico*: [http://www.monumentos.gov.pt/Site/APP\\_PagesUser/SIPA.as](http://www.monumentos.gov.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.as)

[www.ubi.pt](http://www.ubi.pt)

### 05 | Real Fábrica de Papel

<https://cm-lousa.pt/>

MAIA, Luís (2007, Julho 8). **Fundação da fábrica de papel da Lousã.** Consultado a 8 de Novembro de 2017 em *D.João V-24º Rei de Portugal*: <http://domjoaoquinto.blogspot.com/search/label/Fabrica%20de%20Papel>

[www.papeldoprado.pt](http://www.papeldoprado.pt)

### 06 | Real Fábrica de Lanifícios

**Edifício dos Paços do Concelho do Fundão.** (s.d.) Consultado a 23 de Janeiro de 2018 em *DGPC | Direcção Geral do Património Cultural*: <http://www.patrimoniocultural.gov.pt/pt/patrimonio/patrimonio->

imovel/pesquisa-do-patrimonio/classificado-ou-em-vias-de-classificacao/geral/view/23479761

<https://www.cm-fundao.pt/>

**Paços do Concelho. Século XVIII.** (s.d.) Consultado a 18 de Janeiro de 2018 em *Câmara Municipal do Fundão*: [https://www.cm-fundao.pt/oquefazer/patrimonio/pacos\\_concelho](https://www.cm-fundao.pt/oquefazer/patrimonio/pacos_concelho)

**Real Fábrica de Lanifícios da Covilhã e Fundão** (2012, Junho 19) . Consultado a 06 de Março de 2017 em *Arquivo Nacional da Torre do Tombo – DigitArq*: <http://digitarq.dgarq.gov.pt/details?id=4382355>

#### 07 | Real Fábrica de Chapéus de Gramela

CALDAS, Flora ( 1991). **FEIS – Fábrica Escola Irmãos Stephens**. Consultado a 11 de Janeiro de 2017 em *Orlando*: <http://orlandompnc.planetaclix.pt/feis.html>

**História do Museu do Vidro.** (2013, Outubro 29) Consultado a 20 de Março de 2017 em *Roteiros*: <http://mgrande.net/mg/roteiros/historia-do-museu-do-vidro/>

<https://www.cm-mgrande.pt>

<https://www.cm-pombal.pt/>

#### 08 | Real Fábrica de Vidro

**Real Fábrica de Chapéus da Gramela** (2012, Maio 22). Consultado a 06 de Março de 2017 em *Arquivo Nacional da Torre do Tombo – DigitArq*: <http://digitarq.dgarq.gov.pt/details?id=4382335>

#### 09 | Real Fiação de Tomar

**Açude da Fábrica de Fiação de Tomar.** (s.d.) Consultado a 11 de Novembro de 2017 em *DGPC| Direcção Geral do Património Cultural*: <http://www.patrimoniocultural.gov.pt/pt/patrimonio/patrimonio-imovel/pesquisa-do-patrimonio/classificado-ou-em-vias-de-classificacao/geral/view/71263>

**Açude de Pedra.** (2013, Outubro 21) Consultado a 11 de Dezembro de 2017 em *Geocaching*: <http://7geocaching.blogspot.com/2011/10/10-acude-de-pedra.html>

**Antiga Fábrica de Fiação [Tomar]** (2012, Junho 15) Consultado a 12 de Dezembro de 2017 em

*Geocaching*: [https://www.geocaching.com/geocache/GC3NJRZ\\_antiga-fab](https://www.geocaching.com/geocache/GC3NJRZ_antiga-fab)

**Estado da Fábrica de Fiação de Tomar.** (2008, Abril 20) Consultado a 11 de Dezembro de 2017 em *Thomar Urbe*: <https://fiacaodetomar.wordpress.com/>

<http://www.cm-tomar.pt/>

#### 10 | Real Fábrica de Lençaria e Algodão

**Chitas de Alcobaça.** (2015, Janeiro 28) Consultado a 06 de Abril de 2017 em *Jeito e Arte*: <http://comjeitoearte.blogspot.pt/2015/01/a-chita-de-alcobaca.html>

<http://www.cm-alcobaca.pt/pt/Default.aspx>

MADURO, António (2010, Julho 20). **M 280- Joaquim Ferreira de Araújo Guimarães.** Consultado a 05 de Dezembro de 2017 em *Jero*: <http://jeroalcoa.blogspot.com/2010/07/m-280-joaquim-ferreira-d>

**Real Fábrica de Lençaria e Tecidos Brancos de Alcobaça.** (2012, Maio 22) Consultado a 06 de Março de 2017 em *Arquivo Nacional da Torre do Tombo Tombo – DigitArq*: <http://digitarq.dgarq.gov.pt/details?id=4382250>

#### 11 | Real Fábrica de Lanifícios

<http://www.cm-portalegre.pt/pt/>

**Real Fábrica de Lanifícios de Portalegre.** (2012, Junho 19) Consultado a 06 de Abril de 2017 em *Arquivo Nacional da Torre do Tombo*: <http://digitarq.dgarq.gov.pt/details?id=4382436>

#### 12 | Real Fábrica do Gelo

<http://www.cm-cadaval.pt/>

**Real Fábrica do Gelo (Montejunto).** (2007, 03 Fevereiro) Consultado a 08 de Março de 2017 em *Geocaching*: [https://www.geocaching.com/geocache/GC10QP0\\_real-fabrica-do-gelo-montejunto?guid=7d77901f-f547-4e3c-8609-58b400411a92](https://www.geocaching.com/geocache/GC10QP0_real-fabrica-do-gelo-montejunto?guid=7d77901f-f547-4e3c-8609-58b400411a92)  
[www.realfabricadogelo.pt](http://www.realfabricadogelo.pt)

#### 13 | Real Fábrica de Papel

**Exposição Colectica de Fotografia: Alenquer Industrial.** (2014, Novembro 14) Consultado a 21 de Junho de 2017 em *Alenculta* – Associação Cultural do

Concelho de Alenquer : <https://alenculta.wordpress.com/2015/11/14/exposicao-colectiva-de-fotografia-alenquer-industrial/>

<http://www.cm-alenquer.pt/>

**Património arquitetónico - Município de Alenquer.** (s.d.) Consultado a 16 de Agosto de 2017 em *Município de Alenquer*: <http://www.cm-alenquer.pt/Catalogs/listentities.aspx?categor>

#### 14 | Real Fábrica dos Atanados

<http://www.museumunicipalvfxira.pt>

<https://bmvfx.cm-vfxira.pt/>

<https://www.cm-vfxira.pt/>

**Real Fábrica de Atanados da Vila de Povos.** (s.d.) Consultado a 06 de Abril de 2017 em *DGPC- Direcção Geral do Património Cultural*: <http://www.patrimoniocultural.gov.pt/pt/patrimonio/patrimonio-imovel/pesquisa-do-patrimonio/classificado-ou-em-vias-de-classificacao/geral/view/71917>

**Real Fábrica dos Atanados.** (2012, Outubro 10) Consultado a 07 de Abril de 2017 em *Geocaching*: [https://www.geocaching.com/geocache/GC3YY75\\_real-fabrica-dos-atanados](https://www.geocaching.com/geocache/GC3YY75_real-fabrica-dos-atanados)

RODRIGUES, Helena (2007, Fevereiro), **Real Fábrica dos Atanados da Vila de Povos / Quinta da Fábrica.** Consultado a 05 de Abril de 2017 em *SIPA: Sistema de Informação para o Património Arquitectónico*: [http://www.monumentos.pt/site/app\\_pagesuser/SIPA.aspx?id=24964](http://www.monumentos.pt/site/app_pagesuser/SIPA.aspx?id=24964)

SILVA, Gastão (2014, Janeiro 23) **Real Fábrica de Atanados da Vila de Povos – Vila Franca de Xira.** Consultado a 06 de Abril de 2017 em *Ruin'Arte*: <http://ruinarte.blogspot.com/2014/01/real-fabrica-de-atanados-da-vila-de.html>

#### 15 | Real Fábrica de Pólvora

**Fábrica da Pólvora de Barcarena.** (2017, Outubro 02) Consultado a 06 de Novembro de 2017 em *Wikipédia*: [https://pt.wikipedia.org/wiki/F%C3%A1brica\\_da\\_P%C3%B3lvora\\_de\\_Barcarena](https://pt.wikipedia.org/wiki/F%C3%A1brica_da_P%C3%B3lvora_de_Barcarena)

**Fábrica de Pólvora de Barcarena/ Universidade Atlântica / Museu da Pólvora.** (2011, Julho 27) Consultado a 06 de Abril de 2017 em *SIPA. Sistema de Informação para o Património Arquitectónico*:

[http://www.monumentos.pt/site/app\\_pagesuser/SIPA.aspx?id=6621](http://www.monumentos.pt/site/app_pagesuser/SIPA.aspx?id=6621)

<http://www.cm-oeiras.pt/pt/Paginas/default.aspx>

**Planta da Real Fábrica da Pólvora de Barcarena.** (2014, 28 de Abril) Consultado a 06 de Novembro de 2017 em *Arquivo Nacional da Torre do Tombo – DigitArq*: <https://digitarq.arquivos.pt/details?id=4617189>

#### 16 | Arsenal Real do Exército e da Marinha

Para o esclarecimento da história e contexto do antigo Arsenal Real, foi fundamental a sessão de esclarecimentos com o **Director do Museu Exmo. Tenente Coronel Albuquerque**, que, gentilmente, se disponibilizou a revelar o seu conhecimento sobre a história militar, política em volta do Museu Militar.

**A história do Arsenal do Alfeite.** (2016) Consultado a 01 de Janeiro de 2018 em *Arsenal do Alfeite*: <http://www.arsenal-alfeite.pt/index.php?id=103>

AMARAL, Manuel (2000-2012) **Arsenal da Marinha.** Consultado a 01 de Janeiro de 2018 em *Portugal - Dicionário Histórico, Corográfico, Heráldico, Biográfico, Bibliográfico, Numismático e Artístico, Volume I, págs. 776-778*: <http://www.arqnet.pt/dicionario/arsenalmarinha.html>

AMARAL, Manuel (2001-2009) **O Arsenal Real do Exército.** Consultado a 26 de Janeiro de 2018 em *Arquivo Histórico Militar*: <http://www.arqnet.pt/exercito/arsenal.html>

**Arsenal da Marinha.** (2014, Outubro 06) Consultado a 01 de Janeiro de 2018 em *Restos de Colecção*: <http://restosdecoleccion.blogspot.com/2014/10/arsenal-da-mar>

BOAVENTURA, Inês (2009, Agosto 04) **Lisboa: arquitectos projectam Ribeira das Naus “contemporânea”mas que revela história.** Consultado a 01 de Janeiro de 2018 em *Público*: <https://www.publico.pt/2009/08/04/local/noticia/lisboa-arquitectos-projectam-ribeira-das-naus-contemporanea-mas-que-revela-a-historia-1394593>

<http://arquivomunicipal.cm-lisboa.pt/pt/>

<http://www.cm-lisboa.pt/en>

**Museu Militar, Museu de Artilharia, Arsenal Real do Exército.** (2008, 21 Fevereiro) Consultado

a 15 de Março de 2018 em *e-Cultura*: [http://www.e-cultura.sapo.pt/patrimonio\\_item/7052](http://www.e-cultura.sapo.pt/patrimonio_item/7052)

**Museu Militar.** (s.d.) Consultado a 15 de Março de 2018 em DGPC | *Direcção Geral do Património Cultural*: <http://www.patrimoniocultural.gov.pt/pt/patrimonio/patrimonio-imovel/pesquisa-do-patrimonio/classificado-ou-em-vias-de-classificacao/geral/view/74573>

**Ribeira das Naus – Arsenal da Marinha.** (2016, Abril) Consultado a 01 de Janeiro de 2018 em *Paixão por Lisboa*: <https://paixaoporlisboa.blogs.sapo.pt>

**Tenência Geral da Artilharia / Arsenal do Exército.** (s.d.) Consultado a 15 de Março de 2018 em *Arquivo Histórico Militar*: <https://arqhist.exercito.pt/details?id=41054>

#### 17 | Real Fábrica de Lanifícios

HENRIQUES, João (2015, Agosto 06) **História(s) do(s) Mercado(s) de Cascais (1952-2014).** Consultado a 05 de Dezembro de 2017 em *Issuu*: [https://issuu.com/agendacascais/docs/liv\\_mercados\\_cascais](https://issuu.com/agendacascais/docs/liv_mercados_cascais)

**História de Cascais.** (2008, Novembro 14) Consultado a 05 de Dezembro de 2017 em *Memória Portuguesa. Portugal em Pormenor*: <http://terrasdeportugal.wikidot.com/historia-de-cascais>

<https://www.cascais.pt/>

<https://www.cascais.pt/arquivohistoricodigital>

#### 18 | Real Fábrica de Corda da Junqueira

**Edifício da Fábrica Nacional da Cordoaria, também denominada “Cordoaria Nacional”, “Real Fábrica da Cordoaria da Junqueira” ou “Real Cordoaria da Junqueira”.** (s.d.) Consultado a 15 de Março de 2018 em DGPC- *Direcção Geral do Património Cultural*: <http://www.patrimoniocultural.gov.pt/pt/patrimonio/patrimonio-imovel/pesquisa-do-patrimonio/classificado-ou-em-vias-de-classificacao/geral/view/70634/>

**Edifício da Fábrica Nacional de Cordoaria / Cordoaria Nacional / Instituto Superior Naval.** (2017, 27 Julho) Consultado a 06 de Abril de 2017 em SIPA. *Sistema de Informação para o Património Arquitectónico*: [http://www.monumentos.pt/site/app\\_pagesuser/SIPA.aspx?id=3181](http://www.monumentos.pt/site/app_pagesuser/SIPA.aspx?id=3181)

<http://arquivomunicipal.cm-lisboa.pt/pt/>

<http://egeac.pt/equipamento/galeria-do-torreao-nascente-da-cordoaria-nacional/>

<http://www.cm-lisboa.pt/en>

[https://ccm.marinha.pt/pt/museumarinha\\_web/espacoeventos\\_web/Paginas/Cordoarianacional\\_navedacocha.aspx](https://ccm.marinha.pt/pt/museumarinha_web/espacoeventos_web/Paginas/Cordoarianacional_navedacocha.aspx)

**Real Fábrica da Cordoaria da Junqueira.** (2013, 23 Novembro) Consultado a 06 de Abril de 2017 em *Geocaching*: [https://www.geocaching.com/geocache/GC4TG4Z\\_real-fabrica](https://www.geocaching.com/geocache/GC4TG4Z_real-fabrica)

#### 19 | Real Fábrica de Sedas e Anexas

**A Travessa da Fábrica dos Pentes das manufacturas pombalinas.** (2015, 14 Abril) Consultado a 06 de Abril de 2017 em *Toponímia de Lisboa*: <https://toponimialisboa.wordpress.com/2015/04/14/a-travessa-da-fabrica-dos-pentes-das-manufacturas-pombalinas/>

ALMEIDA, Pedro (2013, 26 Fevereiro) **Jardim das Amoreiras / Antiga Fábrica de Tecidos de Seda.** Consultado a 20 de Fevereiro de 2018 em *Lisboa – Comparações com outros tempos*: <http://lisboahojeeontem.blogspot.com/2013/02/jardim-das-amore>

APS (2015, 09 Dezembro) **Rua da Escola Politécnica[XXIII].** Consultado a 20 de Fevereiro de 2018 em *Ruas de Lisboa com Alguma História*: <http://aps-ruasdelisboacomhistoria.blogspot.com/2015>

**Edifício da antiga Fábrica dos Tecidos de Seda** (2007, 11 Outubro). Consultado a 20 de Fevereiro de 2018 em DGPC | *Direcção Geral do Património Cultural*: <http://www.patrimoniocultural.gov.pt/pt/patrimonio/patrimonio-imovel/pesquisa-do-patrimonio/classificado-ou-em-vias-de-classificacao/geral/view/72896>

**Edifício da Travessa da Fábrica das Sedas.** (2008, Outubro) Consultado a 20 de Fevereiro de 2018 em DGPC | *Direcção Geral do Património Cultural*: <http://www.patrimoniocultural.gov.pt/pt/patrimonio/patrimonio-imovel/pesquisa-do-patrimonio/classificado-ou-em-vias-de-classificacao/geral/view/72898>

**História. Fundação Arpad Szenes-Vieira da Silva** (2010) Consultado a 20 de Fevereiro de 2018 em FASVS: <http://fasvs.pt/fundacao/historia>

<http://arquivomunicipal.cm-lisboa.pt/pt/>

<http://www.cm-lisboa.pt/en>

MAIA, Luís (2008, 24 Novembro) **Inauguração da Fábrica de Louça do Rato.** Consultado a 03 Setembro de 2017 em *D. José – 25º Rei de Portugal*: <http://domjoseprimeiro.blogspot.com/2008/11/inaugurao-da-fbrica-de-loua-do-rato1767.html>

MÁXIMO, João (2012, 27 Agosto) **Real Fábrica de Louças.** Consultado a 09 de Janeiro de 2017 em *Publicando O Barão de Lavos*: <http://obaraodelavos.blogspot.com/2012/08/real-fabrica-de-loucas.html>

**Real Fábrica da Louça.** (2008, 08 Fevereiro) Consultado a 06 de Março de 2017 em *Arquivo Nacional da Torre do Tombo – DigitArq*: <http://digitarq.dgarq.gov.pt/details?id=4382411>

**Real Fábrica das Sedas e Fábricas Anexas.** (2008, 14 Janeiro) Consultado a 06 de Março de 2017 em *Arquivo Nacional da Torre do Tombo – DigitArq*: <http://digitarq.dgarq.gov.pt/details?id=4381206>

**Real Fábrica das Sedas**(s.d.). Consultado a 20 de Fevereiro de 2018 em DGPC | *Direcção Geral do Património Cultural*: <http://www.patrimoniocultural.gov.pt/pt/patrimonio/patrimonio-imovel/pesquisa-do-patrimonio/classificado-ou-em-vias-de-classificacao/geral/view/73569>

SILVA, João (1992) **Fábrica dos Pentes / Edifício na Travessa da Fábrica das Sedas, n37 a 49.** Consultado a 20 de Fevereiro de 2018 em SIPA | *Sistema de Informação para o Património Arquitectónico*: [http://www.monumentos.pt/site/app\\_pagesuser/SIPA.aspx?id=4307](http://www.monumentos.pt/site/app_pagesuser/SIPA.aspx?id=4307)

SILVA, João (1992) **Fábrica dos Tecidos de Seda / Museu Arpad Szenes- Vieira da Silva.** Consultado a 20 de Fevereiro de 2018 em SIPA | *Sistema de Informação para o Património Arquitectónico*: [http://www.monumentos.pt/site/app\\_pagesuser/SIPA.aspx?id=4308](http://www.monumentos.pt/site/app_pagesuser/SIPA.aspx?id=4308)

VALE, Teresa; GOMES, Carlos (1994) **Real Fábrica das Sedas.** Consultado a 20 de Fevereiro de 2018 em SIPA | *Sistema de Informação para o Património Arquitectónico*: [http://www.monumentos.pt/site/app\\_pagesuser/SIPA.aspx?id=3987](http://www.monumentos.pt/site/app_pagesuser/SIPA.aspx?id=3987)

#### 20 | Real Fábrica de Chitas

**Fábrica Nacional de Estamparia e Tecidos de Vila Nogueira de Azeitão.** (2012, Maio 22) Consultado a 21 de Janeiro de 2018 em *Arquivo Nacional da Torre do Tombo – DigitArq*: <https://digitarq.arquivos.pt/details?id=4382608>

<https://digitarq.adstb.arquivos.pt/>

<https://www.mun-setubal.pt/>

**Palácio Duques de Aveiro.** (s.d.) Consultado a 17 de Janeiro de 2018 em DGPC | *Direcção Geral do Património Cultural*: <http://www.patrimoniocultural.gov.pt/pt/patrimonio/patrimonio-imovel/pesquisa-do-patrimonio/classificado-ou-em-vias-de-classificacao/geral/view/74294>

TROVADOR, Quim (2010, Abril 24) **Palácios e Quintas: Palácio Duques de Aveiro – Vila Nogueira de Azeitão.** Consultado a 17 de Janeiro de 2018 em *Gabitos*: <https://www.gabitos.com/AZEITAOPATRIMONIOEHISTORIA/>

#### 21 | Real Fábrica de Vidros Cristalinos

**A Real Fábrica de Vidros Cristalinos de Coina.** (2011, 17 Janeiro) Consultado a 22 de Dezembro de 2017 em *Clube Amigos do Património*: <http://iejclubedopatrimonio.blogspot.com/2011/01/real-fabrica-de-vidros-cristalinos-de.html>

<https://patrimoniobarreiro.wordpress.com/01-2/>

<https://www.cm-barreiro.pt/>

NOÉ, Paula (1996) **Real Fábrica de Vidros de Coina.** Consultado a 05 de Março de 2017 em SIPA: *Sistema de Informação para o Património Arquitectónico*: [http://www.monumentos.pt/site/app\\_pagesuser/SIPA.aspx?id=4661](http://www.monumentos.pt/site/app_pagesuser/SIPA.aspx?id=4661)

**Proto Indústria | Fábrica de Espelhos e Vidros Cristalinos de Coina.** (s.d.) Consultado a 13 de Agosto de 2017 em *Espaço Memória | Rota do Trabalho e da Indústria*: <http://memoriaefuturo.cm-barreiro.pt/pt/portal/espaco-memori>

## 22 | Real Fábrica de Tapeçarias

**História | Município de Tavira.** (s.d.) Consultado a 18 de Dezembro de 2017 em *Município de Tavira.*: <http://www.cm-tavira.pt/site/content/turismo-concelho/historia>

<http://www.cm-tavira.pt/site/index.php>

### Outras Fábricas:

**Fornos da Fábrica de Louça de Massarelos.** (s.d.) Consultado a 06 de Setembro de 2018 em *DGPC | Direcção Geral do Património Cultural*: <http://www.patrimoniocultural.gov.pt/en/patrimonio/patrimonio-imovel/pesquisa-do-patrimonio/classificado-ou-em-vias-de-classificacao/geral/view/71229>

SERENO, Isabel (1996) **Fábrica de Massarelos.** Consultado a 06 de Setembro de 2018 em *SIPA | Sistema de Informação para o Património Arquitectónico*: [http://www.monumentos.gov.pt/Site/APP\\_PagesUser/SIPA.aspx?id=6161](http://www.monumentos.gov.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=6161)

### Outros Temas:

AGUIAR, José (2004, Junho) **Projecto de Conservação: da importância do método à oportunidade das surpresas. Projectar para conservar, Como intervir no edificado.** ISCTE. Consultado a 23 de Outubro de 2017 em : <http://mestrado-reabilitacao.fa.utl.pt/disciplinas/jaguiar/jaguiarprojectarparaconservarscte2004.pdf>

AGUIAR, José (1999) **A cidade do futuro já existe hoje. Algumas notas sobre reabilitação urbana.** In *ATIC Magazine*, no 24, Novembro, Lisboa, ATIC. Consultado a 23 de Outubro de 2017 em : <http://mestrado-reabilitacao.fa.utl.pt/disciplinas/jaguiar/Jaguiaratic.pdf>

AGUIAR, José (2000) **Memória, Cidade e Projecto. Questões e paradoxos na conservação do património arquitectónico e urbano.** In I Congresso da Ordem dos Arquitectos, Évora. Consultado a 23 de Outubro de 2017 em : <http://mestrado-reabilitacao.fa.utl.pt/disciplinas/jaguiar/jaguiarcongressooa2000.pdf>

BADGER, Emily (2013, 15 Abril) **The Problem with calling cities Post-Industrial.** Consultado a 28 de Setembro de 2016 em *Citylab*: <http://www.citylab.com/work/2013/04/problem-calling-cities-post-industrial/5283/>

DESCONHECIDO. (2009). **Monumentos Desaparecidos.** Retrieved Agosto 26, 2018, from <http://monumentosdesaparecidos.blogspot.com/2009/10/o-palacio-de-cristal-cidade-do-porto.html>

FONTES, Carlos (s.d.). **História da Formação Profissional e da Educação em Portugal. Idade Moderna – século XVIII.** Consultado a 24 de Janeiro de 2017 em *Navegar na Formação*: <http://www.filorbis.pt/educar/histFormProf52.html>

GONÇALVES, Rui ( 2012, Abril) **Cidade: Arquitectura como motor de transformação.** Consultado a 10 de Outubro de 2016 em *Poster*: <http://www.projectoposter.info/cidade/>

GRANDE, Nuno (s.d.) **Barcelos: onde a infraestrutura se fez cidade.** Consultado a 10 de Outubro de 2016 em *Poster*: <http://www.projectoposter.info/nuno-grande>

LINTZ, Gerd; MULLER, Bernard; SCHMUDE, Karl (2016, 11 Novembro) **The future of industrial cities and regions in central and eastern Europe.** Consultado a 29 de Setembro de 2016 em *Science Direct*: <http://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S0016718506001746>

MCAVOY, T. (2016, março 11). **Former Halles of Paris (26 photos).** Retrieved agosto 26, 2018, from *Un jour de plus à Paris*: <https://www.unjourdeplusaparis.com/en/paris-reportage/photos-halles-paris>

OASRN. (n.d.). Retrieved from <http://www.oasrn.org/premio.php?inf=premio>

POWER, A., PLÖGER, J. Winkler (2010) **Phoenix cities: the fall and rise of great industrial cities.** Consultado a 30 de Outubro de 2016 em *La Fabrique de la cité*: [www.lafabriquedelacite.com/en](http://www.lafabriquedelacite.com/en)

RAMOS, Cristina ( 2010, 3 Março) **Ciudad Pos-Industrial.** Consultado a 28 de Setembro de 2016 em *Ciudad*: <https://ciudaduprrp.wordpress.com/2010/03/03/ciudad-pos-industrial/>

RENN, Aaron (2013, 11 Agosto) **The tough realities facing smaller post-industrial cities.** Consultado a 28 de Setembro de 2016 em *New Geography*: <http://www.newgeography.com/content/004038-the-tough-realities-facing-smaller-post-industrial-cities>

STAMP, G. (2013, novembro 5). **Arch Enemies.** Retrieved agosto 26, 2018, from *Apollo Magazine*: <https://www.apollo-magazine.com/arch-enemies/>

## ÍNDICE DE FIGURAS

### NOTAS:

O índice de figuras é representado da seguinte forma:

Nº da Figura - **Nome da Figura** - página

Nome original da figura

Autor

Fonte

Disponibilizado online /Referência/Cota

As figuras com Autor não referido foram registadas ou elaboradas pela autora, Ana Carvalho.

Todas as figuras foram editadas pela autora, alterando o seu código de cores para Preto e Branco uniformizando o documento.

Um agradecimento ao Eduardo Bote, Fábio Antão e Tiago Saraiva que ajudaram à elaboração de algumas imagens, editadas posteriormente pela autora.

## MODUS OPERANDI

001. **Modus Operandi 32**  
Photo # NH 53194 Scene in a Bureau of Construction & Reapis drafting office, 1918  
©Desconhecido  
Fonte : <https://themindcircle.com/before-autocad/>

002. **Esquema Metodológico 234**

003. **Corbusier em Viagem**  
Le Corbusier surveying the site of the future Chandigarh with a jeep, 1951  
©Pierre Jeanneret, Canadian Center fot Architecture  
Fonte : [http://grahamfoundation.org/system/grants/images/6013/original/Pierre\\_Jeanneret\\_image\\_4.jpg](http://grahamfoundation.org/system/grants/images/6013/original/Pierre_Jeanneret_image_4.jpg)

004. **Goethe, 1787**  
Goethe in the Roman Campagna, Roma 1787  
©Johann Heinrich Wilhelm Tischbein; oil on canvas; Stadel-Museum Frankfurt a.M.  
Fonte : [https://goethesociety.org/wp-content/uploads/2014/06/Johann\\_Heinrich\\_Wilhelm\\_Tischbein\\_007.jpg](https://goethesociety.org/wp-content/uploads/2014/06/Johann_Heinrich_Wilhelm_Tischbein_007.jpg)

005. **Le Corbusier em Atenas**  
Charles-Édouard Jeanneret resting at the Parthenon, 1911  
©Desconhecido  
Fonte : BOYER, M.Christine – Le Corbusier, Homme de Lettres, p.160

006. **Guia de Portugal**  
Guia de Portugal com direcção de Raúl Proença  
©Desconhecido  
Fonte : [https://www.avidaportuguesa.com/loja/catalogo/livraria/guia-de-portugal-vi\\_2188](https://www.avidaportuguesa.com/loja/catalogo/livraria/guia-de-portugal-vi_2188)

007. **Guia de Baedeker**  
©Desconhecido  
Fonte : <https://www.thecultureconcept.com/baedeker-raids-of-ww-ii-british-artists-capture-carnage>

008. **A viagem e os Arquitectos**  
Viagem à Grécia, 1976  
©DR, em publico.pt  
Fonte : <https://revisitavora.wordpress.com/2016/01/14/viagem-a-grecia-2/>

009. **Le Corbusier na Acrópole**  
Le Corbusier's visit to the Acropolis ,1911  
©Desconhecido  
Fonte : <https://www.architectural-review.com/architects/le-corbusier/the-classical-ideals-of-le->

corbusier/8619974.article

010. **Viagem a Tavira, 2012**  
©Ana Santos e Pedro Brito  
Fonte :Cartaz elaborado no âmbito da Viagem para a disciplina de Projecto III e IV

011. **Viagem Zumthor, 2013**  
©Ana Pedro e Pedro Ribeiro  
Fonte :Cartaz elaborado no âmbito da Viagem para a disciplina de Projecto III e IV

012. **Viagem Açores, 2015**  
©Ana Carvalho (autora)  
Fonte :Cartaz elaborado no âmbito da Viagem para a disciplina de Cadernos de Viagem

013. **Livro Duas Linhas**  
Capa Desdobrável do Livro “Duas Linhas” (ISBN: 978-989-20-1725-9)  
©Campos Costa e Nuno Louro  
Fonte : <http://www.camposcosta.com/images/duaslinhas/grandes/2.jpg>

014. **Identificação e Numeração das Reais Fábricas**

015. **Seleção das Reais Fábricas**

016. **Planeamento da Viagem**

017. **Companheiros de Viagem, 2018**  
Fotografia registada ao longo da viagem em modo de teste de imagem.  
©Rui Silvestre,2018 - Drone

018. **O Plano da Viagem**

019. **A viagem realizada**  
**Nota: As imagens ( FIG 020 - 043 ) abaixo foram registadas durante a viagem, efectuadas através de um telemóvel do interior do carro .**  
©Rui Silvestre, 2018

020. **Registo de Viagem 01**

021. **Registo de Viagem 02**

022. **Registo de Viagem 03**

023. **Registo de Viagem 04**

024. **Registo de Viagem 05**

025. **Registo de Viagem 06**

026. **Registo de Viagem 07**

027. **Registo de Viagem 08**

028. **Registo de Viagem 09**

029. **Registo de Viagem 10**

030. **Registo de Viagem 11**

031. **Registo de Viagem 12**

032. **Registo de Viagem 13**

033. **Registo de Viagem 14**

034. **Registo de Viagem 15**

035. **Registo de Viagem 16**

036. **Registo de Viagem 17**

037. **Registo de Viagem 18**

038. **Registo de Viagem 19**

039. **Registo de Viagem 20**

040. **Registo de Viagem 21**

041. **Registo de Viagem 22**

042. **Registo de Viagem 23**

043. **Registo de Viagem 24**

044. **A primeira fotografia**  
The First Photograph Ever, France, 1826  
©Nicéphore Niépce  
Fonte: <https://www.wowamazing.com/talent/photography/historical-photos-tell-incredible-stories/>

045. **Esquema da diferente postura fotográfica.**

046. **Bernd and Hilla Becher, Winding Towers**  
Bernd and Hilla Becher. Winding Towers.19966-97  
Nine gelatin silver prints, overall.  
©Hilla Becher  
Fonte : The Museum of Modern Art. Acquired in honor of Marie-Josée Kravis through the generosity of Robert B. Menschel.  
Disponível em : [https://www.moma.org/explore/inside\\_out/2010/07/29/recent-acquisition-bernd-and-hilla-bechers-winding-towers/](https://www.moma.org/explore/inside_out/2010/07/29/recent-acquisition-bernd-and-hilla-bechers-winding-towers/)

047. **Bombardeamento em Veneza, 1849.**  
Austrian military balloons dropping incendiary bombs on Venice, 1849.  
© H. Rousseau after E. Skis from Louis Figuier's Les Merveilles de la Science: Aerostats (Marvels of Science: Air Balloons), Furne, Jouvet et Cie, Paris, 1868  
Fonte: <https://cdn.4archive.org/img/0pDgNbz.jpg>

048. **O drone**  
@Rui Silvestre, 2018;  
Registada no ultimo da Viagem, em Azeitão.

## PATRIMÓNIO INDUTRIAL

049. **Palácio de Cristal, Porto**  
Palácio de Cristal .Vista Aérea.  
©Desconhecido  
Fonte: <http://monumentosdesaparecidos.blogspot.com/2009/10/o-palacio-de-cristal-cidade-do-porto.html>

050. **Euston Station, Londres**  
The Euston Arch in 1938  
©Desconhecido  
Fonte : [http://www.alexmorrisson.org/blog%20images/journal\\_116/Euston-Arch-1938-1024x684.jpg](http://www.alexmorrisson.org/blog%20images/journal_116/Euston-Arch-1938-1024x684.jpg)

051. **Les Halles, Paris**  
Chronologie des Halles de Paris  
©Desconhecido  
Fonte : <https://lumieresdelaville.net/en-image-chronologie-des-halles-de-paris/>

052. **Exposição de Arqueologia Industrial**  
Arqueologia industrial : um mundo a descobrir, um mundo a defender  
©PORTUGAL. Comissão Organizadora das Exposições de Arqueologia Industrial  
Fonte: Ministério da Cultura - Instituto Português do Património Cultural - Comissão Organizadora das Exposições de Arqueologia Industrial.  
Cota do exemplar digitalizado: ct-3850-a  
Disponível em : <http://purl.pt/9904>

## MANUFATURA PORTUGUESA

053. **Rotas Comerciais entre os séculos XV-XVIII**  
©Planta elaborada pela autora com base nos seguintes mapas : “Comércio Português e Espanhol do século XVI”, História 10, Acetato 14 da Porto Editora disponível em : <http://disciplina-de-historia.blogspot.com/2012/06/as-grandes-rotas-comerciais-no-seculo.html>  
E “O Comércio à Escala Mundial – séculos XV e

XVI” disponível em : <https://historiaoitto.webnode.pt/news/%20o%20comercio%20%20C3%A0%20escala%20mundial/>

054. **Colbert**

Portrait of Jean-Baptiste Colbert 1655

©Philippe de Champaigne

Fonte : The Met Fifth Avenue, NY

Disponível em : <https://www.metmuseum.org/art/collection/search/110000319>

055. **Conde da Ericeira**

Retrato de D. Luís de Meneses, 3.º Conde da Ericeira, 1673-5

©Feliciano de Almeida

Fonte: Galeria de Uffizi, Florença

Disponível em: [https://pt.wikipedia.org/wiki/Lu%C3%ADs\\_de\\_Meneses,\\_3.%C2%BA\\_Conde\\_da\\_Ericeira#/media/File:D.\\_Lu%C3%ADs\\_de\\_Meneses,\\_3.%C2%BA\\_Conde\\_da\\_Ericeira\\_\(1632-1690\),\\_1673-1675\\_-\\_Feliciano\\_de\\_Almeida\\_\(Galleria\\_degli\\_Uffizi,\\_Florence\).png](https://pt.wikipedia.org/wiki/Lu%C3%ADs_de_Meneses,_3.%C2%BA_Conde_da_Ericeira#/media/File:D._Lu%C3%ADs_de_Meneses,_3.%C2%BA_Conde_da_Ericeira_(1632-1690),_1673-1675_-_Feliciano_de_Almeida_(Galleria_degli_Uffizi,_Florence).png)

056. **Marquês de Pombal**

Sebastião José de Carvalho e Melo

©Desconhecido, século XVIII

Fonte: Museu Nacional Soares dos Reis

057. **Marquês de Pombal e Guilherme Stephens**

©Desconhecido

Fonte : <http://coisasportuguesascomcerteza.blogspot.com/2011/09/vidros-marinha-grande.html>

**Nota:** As Figuras 058 a 061 foram elaboradas com base nas referências bibliográficas descritas no texto complementar e na compilação de informação presente em (SALGUEIRO, 2006 ; pp84-98); (MATOS, 1980; s.p.); (PEDREIRA, 1985; pp.127-134); (JUSTINO, 1988; p.290)

058. **Distribuição das Reais Fábricas promovidas pelo Conde da Ericeira, 1670-1690**

059. **Distribuição das Reais Fábricas promovidas por D.João V, 1720-1740**

060. **Distribuição das Reais Fábricas promovidas pela Junta do Comércio (até 1777)**

061. **Distribuição das Reais Fábricas promovidas pela Junta do Comércio (até 1788)**

062. **Fábrica de Cristales de La Granja**

©Desconhecido, 2015

Fonte : [https://www.pequeopolis.com/localizacion/real-](https://www.pequeopolis.com/localizacion/real-fabrica-de-cristales-de-la-granja)

[fabrica-de-cristales-de-la-granja](https://www.pequeopolis.com/localizacion/real-fabrica-de-cristales-de-la-granja)

063. **Universidad de Sevilla, Puerta del Rectorado**

©Desconhecido, 2012

Fonte : <http://sostenibilidad.us.es/index.php?id=450>

064. **Manufacture Royale d'Abbeville**

©Desconhecido

Fonte : <http://www.abbeville-passion.fr/articles.php?lng=&pg=59&mnuid=19&tconfig=0>

065. **Royal Copenhagen**

©Desconhecido

Fonte : <https://www.pamono.com/makers/royal-copenhagen>

**AS REAIS FÁBRICAS**

066. **Esquema de Implantação do Real Filatório de Chacim**

©Planta elaborada pela autora com base nas informações recolhidas do Ortofotomapa do mesmo objecto representado na Figura seguinte.

067. **Ortofotomapa de Implantação do Real Filatório de Chacim**

©2018 Digital Globe, Dados do mapa ©Google

Portugal

Fonte : <https://www.google.com/maps>

068. **Centro Interpretativo do Real Filatório 01**

©Aldeias de Portugal

Fonte : <http://www.aldeiasportugal.pt/sobre/83/>

069. **Centro Interpretativo do Real Filatório 02**

©Câmara Municipal de Macedo

Fonte : [https://www.cm-macedodecavaleiros.pt/pages/896?poi\\_id=178](https://www.cm-macedodecavaleiros.pt/pages/896?poi_id=178)

070. **O antigo Real Filatório**

©Carla Gonçalves, 2012

Fonte : <http://5l-henrique.blogspot.com/2012/02/real-filatorio-de-chacim-nas-ruinas-de.html>

071. **Fotografia Aérea do estado actual do Real Filatório**

©Rui Silvestre, 2018 - Drone

072. **Entrada do Centro Interpretativo,2018**

073. **Vista exterior actual do Real Filatório, 2018**

074. **Vista Aérea Ortogonal da Real Fábrica, 2018**

©Rui Silvestre, 2018 - Drone

075. **Esquema de Implantação da Real Companhia Velha.**

©Planta elaborada pela autora com base nas informações recolhidas do Ortofotomapa do mesmo objecto representado na Figura seguinte.

076. **Ortofotomapa de Implantação da Real Companhia Velha.**

©2018 Digital Globe, Dados do mapa ©Google

Portugal

Fonte : <https://www.google.com/maps>

077. **Rio Douro e a Vindima.**

Vindima, Anos 50/60

©Artur Pastor

Fonte : <http://restosdecoleccion.blogspot.com/2015/09/ciclo-da-vindima-por-artur-pastor.html>

078. **Fotografia Aérea do estado actual da Real Companhia Velha**

079. **Fachada interior, 2018**

080. **Vista da entrada Principal da Real Companhia Velha, 2018**

081. **Vista do Portão de entrada da Real Companhia Velha, 2018**

082. **Entrada da Adega, 2018**

083. **Esquema de Implantação da Real Fábrica de Papel.**

©Planta elaborada pela autora com base nas informações recolhidas do Ortofotomapa do mesmo objecto representado na Figura seguinte

084. **Ortofotomapa de Implantação da Real Fábrica de Papel**

Imagem editada pela autora.

©2018 Digital Globe, Dados do mapa ©Google

Portugal

Fonte : <https://www.google.com/maps>

Disponível em : <https://www.google.com/maps>

085. **Registo Aéreo de alterações no local da Real Fábrica desde 2000**

©Câmara Municipal de Santa Maria da Feira

Fonte: Arquivo Municipal de Santa Maria da Feira.

086. **Antiga Real Fábrica de Papel, 2015**

©Câmara Municipal de Santa Maria da Feira, a

propósito de um levantamento do estado do edificado.

Fonte: Arquivo Municipal de Santa Maria da Feira.

087. **Registo interior da Ruína da antiga Real Fábrica, 2015**

©Câmara Municipal de Santa Maria da Feira, a propósito de um levantamento do estado do edificado. Fonte: Arquivo Municipal de Santa Maria da Feira.

088. **Registo da chaminé da antiga Real Fábrica, 2015**

©Câmara Municipal de Santa Maria da Feira, a propósito de um levantamento do estado do edificado. Fonte: Arquivo Municipal de Santa Maria da Feira.

089. **Registo da moagem da antiga Real Fábrica, 2015**

©Câmara Municipal de Santa Maria da Feira, a propósito de um levantamento do estado do edificado. Fonte: Arquivo Municipal de Santa Maria da Feira.

090. **Registo exterior da ruína da antiga Real Fábrica, 2015**

©Câmara Municipal de Santa Maria da Feira, a propósito de um levantamento do estado do edificado. Fonte: Arquivo Municipal de Santa Maria da Feira.

091. **Fotografia Aérea Ortogonal da antiga Real Fábrica de Papel, 2018**

@Rui Silvestre, 2018 - Drone

092. **Perspectiva Aérea da intervenção sobre a antiga Real Fábrica, 2018**

@Rui Silvestre, 2018 - Drone

093. **Esquema de Implantação da Real Fábrica de Panos.**

©Planta elaborada pela autora com base nas informações recolhidas do Ortofotomapa do mesmo objecto representado na Figura seguinte e através das plantas do piso térreo actualizadas cedidas pelos serviços técnicos da UBI. Fonte: DECA ( Departamento de Engenharia Civil e Arquitectura)

094. **Ortofotomapa de Implantação da Real Fábrica de Panos.**

©2018 Digital Globe, Dados do mapa ©Google

Portugal

Fonte : <https://www.google.com/maps>

095. **Registo antigo do Arco da Real Fábrica de Panos.**

Quartel da Infantaria 21, 1904

©Desconhecido

Fonte : <https://cidadedacovilha.blogs.sapo.pt/2711.html>

096. **Dornas da Real Fábrica de Panos.**  
As dornas encontradas na Real Fábrica de Panos  
Fonte: MUSLAN  
Disponível em: [http://covilhasubsidiosparasuahistoria.blogspot.com/2014/06/covilha-contributos-para-sua-historia\\_22.html](http://covilhasubsidiosparasuahistoria.blogspot.com/2014/06/covilha-contributos-para-sua-historia_22.html)

097. **Perspectiva do Edifício Principal**  
©Desconhecido  
Fonte : <http://pj1966.wixsite.com/cidadedacovilha/fotos-quartelubi>

098. **Perspectiva do Edifício Principal, 1940**  
Antiga Fábrica Real, Actual UBI (Postal)  
©ILFOTO  
Fonte : <http://pj1966.wixsite.com/cidadedacovilha/fotos-quartelubi>

099. **Perspectiva do Complexo da Real Fábrica Covilhã.**  
Um trecho da cidade depois d'um nevão. (postal)  
©Papellaria Borges, Coimbra  
Fonte : <http://pj1966.wixsite.com/cidadedacovilha/fbricas-antigas>

100. **Fotografia Aérea da antiga Real Fábrica de Panos**  
©Rui Silvestre, 2018 – Drone

101. **Fotografia do Arco da antiga Real Fábrica, 2018**

102. **Antiga Fábrica Veiga, 2018**

103. **Fotografia Aérea Ortogonal do Complexo da antiga Real Fábrica, 2018**  
©Rui Silvestre, 2018 – Drone

104. **Perspectiva do edifício Principal, 2018**

105. **Esquema de Implantação da Real Fábrica de Papel.**  
©Planta elaborada pela autora com base nas informações recolhidas do Ortofotomapa do mesmo objecto representado na Figura seguinte.

106. **Ortofotomapa de Implantação da Real Fábrica de Papel.**  
©2018 Digital Globe, Dados do mapa ©Google Portugal  
Fonte : <https://www.google.com/maps>

107. **Registo da Real Fábrica de Papel, 1892**  
©Desconhecido  
Fonte: Câmara Municipal da Lousã

108. **Postal da antiga Fábrica, 1909**  
Fábrica do Papel do Prado  
©Collecção da Havaneza de Thomar – N°41  
Fonte: Câmara Municipal da Lousã

109. **Registo fotográfico do Complexo da Fábrica**  
©Desconhecido  
Fonte: Câmara Municipal da Lousã

110. **Fotografia Aérea da antiga Real Fábrica de Papel.**  
©Rui Silvestre, 2018 – Drone

111. **Fotografia Aérea Ortogonal do Complexo da Fábrica, 2018**  
©Rui Silvestre, 2018 – Drone

112. **Esquema de Implantação da Real Fábrica de Lanifícios**  
©Planta elaborada pela autora através da planta do piso térreo actualizada, cedida pela Câmara Municipal do Fundão por Requesição.

113. **Ortofotomapa de Implantação da Real Fábrica de Lanifícios**  
©2018 Digital Globe, Dados do mapa ©Google Portugal  
Fonte : <https://www.google.com/maps>

114. **Edifício da Antiga Real Fábrica de Lanifícios**  
©Desconhecido  
Fonte: Arquivo Municipal do Fundão

115. **Paços do Concelho, Anos 50**  
©Desconhecido  
Fonte: Arquivo Municipal do Fundão

116. **Fotografia Aérea da antiga Real Fábrica de Lanifícios**  
©Rui Silvestre, 2018 – Drone

117. **Fachada Principal da actual Câmara Municipal, 2018**

118. **Estrada Principal, 2018**

119. **Fotografia Aérea Ortogonal da antiga Real Fábrica, 2018**  
©Rui Silvestre, 2018 – Drone

120. **Perspectiva do edificado, 2018**

121. **Esquema de Implantação da Real Fábrica**

**de Chapéus de Gramela**  
©Planta elaborada pela autora com base nas informações recolhidas do Ortofotomapa do mesmo objecto representado na Figura seguinte

122. **Ortofotomapa de Implantação da Real Fábrica de Chapéus de Gramela**  
©2018 Digital Globe, Dados do mapa ©Google Portugal  
Fonte : <https://www.google.com/maps>

123. **Mural de Marquês de Pombal, 2018**

124. **Fotografia Aérea da antiga Real Fábrica de Chapéus**  
©Rui Silvestre, 2018 – Drone

125. **Entrada Principal, 2018**

126. **Pátio Interior, 2018**

127. **Fotografia Aérea Ortogonal da antiga Real Fábrica de Chapéus, 2018**  
©Rui Silvestre, 2018 – Drone

128. **Esquema de Implantação da Real Fábrica de Vidro**  
©Planta elaborada pela autora com base nas informações recolhidas do Ortofotomapa do mesmo objecto representado na Figura seguinte

129. **Ortofotomapa de Implantação da Real Fábrica de Vidro**  
©2018 Digital Globe, Dados do mapa ©Google Portugal  
Fonte : <https://www.google.com/maps>

130. *Ver FIG057.*

131. **Iconografia da Fábrica do Vidro**  
Real Fábrica de Vidros da Marinha Grande  
©SILVA, Francisco Augusto Nogueira da, 1830-1868 [Real Fábrica de Vidros da Marinha Grande] [Visual gráfico / Nogueira da Silva ; [grav.] Alberto. - [S.l. : s.n. ca. 1865?]. - 1 gravura : madeira, p&b  
Fonte: Biblioteca Nacional de Portugal  
Disponível em: <http://purl.pt/13072>

132. **Registo da Fábrica do Vidro**  
Real Fábrica do Vidro  
©Desconhecido  
Fonte: <http://carlos.franquinho.info/2012/02/damarinha-grande-a-sao-pedro-de-moel-nas-primeiras-decadas-do-seculo-xx/>

133. **Registo da Fachada já alterada da Fábrica do Vidro, 1992**  
©Luiz Carvalho  
Fonte: Jornal Expresso a 13 de Junho de 1992  
Disponível em : <https://desenvolturasedesacatos.blogspot.com/2014/07/o-ultimo-dia-da-fabrica-stephens-na.html>

134. **Fotografia Aérea da antiga Real Fábrica de Vidro**  
©Rui Silvestre, 2018 – Drone

135. **Pátio Interior, 2018**

136. **Vista da antiga Chaminé da Fábrica, 2018**

137. **Oficinas, 2018**

138. **Fachada Exterior, 2018**

139. **Esquema de Implantação da Real Fiação de Tomar**  
©Planta elaborada pela autora com base nas informações recolhidas do Ortofotomapa do mesmo objecto representado na Figura seguinte.

140. **Ortofotomapa de Implantação da Real Fiação de Tomar**  
©2018 Digital Globe, Dados do mapa ©Google Portugal  
Fonte : <https://www.google.com/maps>

141. **Postal do Açude da Fábrica de Fiação**  
O Açude da Fábrica de Fiação, de Thomar, no Rio Nabão  
©J.R. Christino  
Fonte: Ilustração publicada a 1 de Novembro de 1887 na revista “ O Occidente”  
Disponível em : <http://tomarnarede.blogspot.com/2013/05/acude-da-fabrica-de-fiacao-classificado.html>

142. **Postal da Fábrica de Fiação**  
Real Fábrica de Fiação, Em Thomar, destruída por incêndio a 29 de Agosto ultimo  
©ilustração segundo uma fotografia de A.S. Magalhães  
Fonte : <http://tomaracidade.blogspot.com/2011/11/real-fabrica-de-fiacao-de-thomar-o.html>

143. **Fábrica de Fiação, Anos 60**  
Real Fábrica de Fiação de Tomar  
©Desconhecido, Anos 60  
Fonte : <http://restosdecoleccion.blogspot.com/2012/01/antigamente-26.html>

144. **Livro sobre a Real Fábrica**  
GUIMARAES, Manuel (1976) História de uma Fábrica – A Real Fábrica de Fiação de Thomar. Santarém

145. **Fotografia Aérea da antiga Real Fiação de Tomar**  
©Rui Silvestre, 2018 – Drone

146. **Açude da Fábrica de Fiação, 2018**

147. **Curso de Água da Fábrica de Fiação, 2018**

148. **Fotografia Aérea Ortogonal da antiga Fábrica de Fiação, 2018**  
©Rui Silvestre, 2018 – Drone

149. **Brasão da antiga Fábrica, 2018**

150. **Ortofoto de Implantação da Real Fábrica de Lençaria e Algodão**  
©2018 Digital Globe, Dados do mapa ©Google Portugal  
Fonte : <https://www.google.com/maps>

151. **Receita da Cor Azul**  
©Receita do livro LORMOIS, (1804) - A Arte de fazer Chitas – Lenços e Colchas de Chita de Alcobaca, Museu de Alcobaca,. IPPC. Tradução de António Velloso Xavier.  
Fonte : <https://comjeiteoarte.blogspot.com/2015/01/a-chita-de-alcobaca.html>

152. **Ruína da Central Hidroelétrica**  
©Desconhecido  
Fonte : [https://www.geocaching.com/geocache/GC1VTXZ\\_alcobaca-eletrica-ii](https://www.geocaching.com/geocache/GC1VTXZ_alcobaca-eletrica-ii)

153. **Central Hidroelétrica da Fábrica**  
©Desconhecido  
Fonte : [https://www.geocaching.com/geocache/GC1VTXZ\\_alcobaca-eletrica-ii](https://www.geocaching.com/geocache/GC1VTXZ_alcobaca-eletrica-ii)

154. **Documento da antiga Companhia**  
©Desconhecido  
Fonte : <https://comjeiteoarte.blogspot.com/2015/01/a-chita-de-alcobaca.html>

155. **Ruína da Central Hidroelétrica 2**  
©Desconhecido  
Fonte : [https://www.geocaching.com/geocache/GC1VTXZ\\_alcobaca-eletrica-ii](https://www.geocaching.com/geocache/GC1VTXZ_alcobaca-eletrica-ii)

156. **Maquinaria**  
©Desconhecido  
Fonte : <https://www.geocaching.com/geocache/>

GC1VTXZ\_alcobaca-eletrica-ii

157. **Esquema de Implantação da Real Fábrica de Lanifícios**  
©Planta elaborada pela autora com base nas informações recolhidas do Ortofotomapa do mesmo objecto representado na Figura seguinte e na planta do piso térreo actual fornecida pela Câmara Municipal de Portalegre sobre Requesição.

158. **Ortofotomapa de Implantação da Real Fábrica de Lanifícios**  
©2018 Digital Globe, Dados do mapa ©Google Portugal  
Fonte : <https://www.google.com/maps>

159. **Vista da Fachada Principal, Anos 90**  
©Desconhecido  
Fonte: DGPC  
Disponível em : <http://www.patrimoniocultural.gov.pt/pt/patrimonio/patrimonio-imovel/pesquisa-do-patrimonio/classificado-ou-em-vias-de-classificacao/geral/view/72015>

160. **Alpendre Barroco, Anos 90**  
©Desconhecido  
Fonte: DGPC  
Disponível em : <http://www.patrimoniocultural.gov.pt/pt/patrimonio/patrimonio-imovel/pesquisa-do-patrimonio/classificado-ou-em-vias-de-classificacao/geral/view/72015>

161. **Planta do Tanque de Água**  
Planta e Perfil do tanque da água e canalizações para o referido tanque da Real Fábrica de Lanifícios de Portalegre.(1772) Esc 8 braças, cedida pelo Arquivo Municipal de Portalegre sobre Requesição  
Fonte: Arquivo Histórico Ultramarino: fabricas

162. **Desenhos da antiga Fábrica**  
Alçados e Perfis do Colégio dos Jesuítas adaptados à Real Fábrica de Lanifícios de Portalegre  
©Desconhecido  
Fonte: Arquivo Municipal de Portalegre  
Disponível na Biblioteca Nacional com Cota : e-124-n-137

163. **Desenhos da antiga Fábrica e tanques**  
Planta da Fábrica de Lanifícios de Portalegre. Esc 100 palmos cedida digitalmente pelo Arquivo Municipal de Portalegre sobre Requesição  
©Desconhecido  
Fonte: Arquivo Municipal de Portalegre  
Disponível na Biblioteca Nacional com Cota : e-124-n138

164. **Fotografia Aérea da antiga Real Fábrica de Lanifícios**  
©Rui Silvestre, 2018 – Drone

165. **Alpendre Barroco, 2018**

166. **Entrada Principal, 2018**

167. **Pormenor, 2018**

168. **Fotografia Aérea Ortogonal da antiga Real Fábrica de Lanifícios, 2018**  
©Rui Silvestre, 2018 – Drone

169. **Fachada Principal, 2018**

170. **Esquema de Implantação da Real Fábrica de Gelo**  
©Planta elaborada pela autora com base nas informações recolhidas do Ortofotomapa do mesmo objecto representado na Figura seguinte e na planta do piso térreo actualizada fornecida pela Câmara Municipal do Cadaval e Museu Municipal

171. **Ortofotomapa de Implantação da Real Fábrica de Gelo**  
©2018 Digital Globe, Dados do mapa ©Google Portugal  
Fonte : <https://www.google.com/maps>

172. **Ruína da Real Fábrica do Gelo**  
©Desconhecida  
Fonte: Câmara e Museu Municipal do Cadaval

173. **Antigo Forno de Cal da Real Fábrica**  
©Desconhecida  
Fonte: Câmara e Museu Municipal do Cadaval

174. **Tanques para a formação do gelo**  
©Desconhecida  
Fonte: Câmara e Museu Municipal do Cadaval

175. **Fotografia Aérea da antiga Real Fábrica do Gelo**  
©Rui Silvestre , 2018 – Drone

176. **Real Fábrica de Gelo, 2018**

177. **Poço de recolha de água, 2018**

178. **Tanques de gelo, 2018**

179. **Fotografia Aérea Ortogonal da antiga Real Fábrica do Gelo, 2018**  
©Rui Silvestre, 2018 – Drone

180. **Inscrição da Fundação da Porta de Entrada, 2018**

181. **Esquema de Implantação da Real Fábrica de Papel**  
©Planta elaborada pela autora com base nas informações recolhidas do Ortofotomapa do mesmo objecto representado na Figura seguinte

182. **Ortofotomapa de Implantação da Real Fábrica de Papel**  
©2018 Digital Globe, Dados do mapa ©Google Portugal  
Fonte : <https://www.google.com/maps>

183. **Antiga Fábrica de Papel**  
Est. IV, A – Parte das indústrias da moagem e do papel.  
©Desconhecido  
Fonte: PAVIANI, s.d., p.87

184. **Gravura da Real Fábrica de Papel, 1870**  
©Ribeiro Cristino  
Fonte: Câmara e Arquivo Municipal de Alenquer

185. **Postal com a Real Fábrica de Papel**  
Alenquer – Vila Meandro  
©Desconhecido  
Fonte: Câmara e Arquivo Municipal de Alenquer

186. **Postal da antiga Real Fábrica de Papel**  
Antiga Fábrica de Papel, N°8 Portugal - Alemquer  
©Desconhecido  
Fonte: Câmara e Arquivo Municipal de Alenquer

187. **Fotografia Aérea da antiga Real Fábrica de Papel**  
©Rui Silvestre, 2018 – Drone

188. **A Fábrica sobre o Rio, 2018**

189. **Fotografia Aérea Ortogonal da antiga Real Fábrica, 2018**  
©Rui Silvestre, 2018 – Drone

190. **A Fábrica vista do torreão de Alenquer, 2018**

191. **Fachada Lateral da Fábrica, 2018**

192. **Esquema de Implantação da Real Fábrica de Atanados**  
©Planta elaborada pela autora com base nas informações recolhidas do Ortofotomapa do mesmo objecto representado na Figura seguinte

193. **Ortofotomapa de Implantação da Real Fábrica de Atanados**

©2018 Digital Globe, Dados do mapa ©Google Portugal  
Fonte : <https://www.google.com/maps>

194. **Corredor em Abóbada, 2018**

195. **Fotografia Aérea da antiga Real Fábrica de atanados**

196. **Tanques de água, 2018**

197. **A Ruína, 2018**

198. **Fachada Principal, 2018**

199. **Fotografia Aérea Ortogonal da antiga Real Fábrica, 2018**

©Rui Silvestre, 2018 – Drone

200. **Perspectiva Aérea, 2018**

©Rui Silvestre, 2018 – Drone

201. **Esquema de Implantação da Real Fábrica de Pólvora**

©Planta elaborada pela autora com base nas informações recolhidas do Ortofotomapa do mesmo objecto representado na Figura seguinte e em Planta da Real Fábrica de Pólvora de Barcarena (1817) cedida pelo Arquivo Militar com Cota: 672-1-4-7 sobre requisição, ilustrada na **FIG203**.

202. **Ortofotomapa de Implantação da Real Fábrica de Pólvora**

©2018 Digital Globe, Dados do mapa ©Google Portugal  
Fonte : <https://www.google.com/maps>

203. **Planta da Real Fábrica de Pólvora de Barcarena, 1817**

©Desconhecido  
Fonte:Arquivo Histórico Militar  
Cota: 672-1-4-7.

204. **Fotografia Aérea da antiga Real Fábrica de Pólvora**

©Rui Silvestre, 2018 – Drone

205. **Páteo, 2018**

206. **Entrada Auditório, 2018**

207. **A Fábrica e o Rio, 2018**

208. **Fotografia Aérea Ortogonal da antiga Real Fábrica, 2018**

©Rui Silvestre, 2018 - Drone

209. **Entrada Principal, 2018**

210. **Esquema de Implantação do Arsenal Real da Marinha**

©Planta elaborada pela autora com base na Planta do Arsenal Militar de 1900  
Fonte : <http://restosdecoleccion.blogspot.com/2014/10/arsenal-da-marinha.html> e na Planta de António Elizeu Bulhões cedida pelo Arquivo Histórico Militar sobre Requesição com Cota: 2308-2-16-22

211. **Esquema de Implantação do Arsenal Real do Exército**

©Planta elaborada pela autora com base na Planta do Arsenal do Exército cedida pelo Arquivo Histórico Militar sobre Requesição com Cota: 2478-2-22-31.

212. **Ortofotomapa da Implantação do Antigo Arsenal Real da Marinha e do Exército**

©2018 Digital Globe, Dados do mapa ©Google Portugal  
Fonte : <https://www.google.com/maps>

213. **Cartografia do Arsenal Militar do Exército, s.d.**

©Desconhecido  
Fonte: Arquivo Histórico Militar.  
Cota: 2308-2-16-22

214. **Cartografia do Arsenal Militar da Marinha do Antes e Depois do Terramoto de 1755, s.d.**

Planta de Lisboa em Revista Municipal nº42 – 3 Trimestre (1949), p.29  
©Desconhecido  
Fonte : <http://hemerotecadigital.cm-lisboa.pt/OBRAS/RevMunicipal/RevMun.htm>

215. **Cartografia do Arsenal Militar da Marinha, s.d.**

Atlas da carta topográfica de Lisboa n 51, 1856  
©Filipe Folque  
Fonte: Arquivo Municipal de Lisboa  
Referência: PT/AMLSB/CMLSB/UROB-PU/05/01/53

216. **Doca Seca do Arsenal da Marinha, 1939**

©Eduardo Portugal, 1939  
Fonte: Arquivo Municipapl de Lisboa  
Referência: PT/AMLSB/POR/052548

217. **Fotografia Aérea do Arsenal da Marinha, 1930/32**

Fotografia aérea, destaca-se o Arsenal da Marinha, 1930-1932

©Desconhecido

Fonte: Arquivo Municipal Digital de Lisboa  
Referência: PT/AMLSB/MBM000010

218. **Doca do Arsenal da Marinha, anterior a 1936**

Doca seca do Arsenal de Marinha, ant. 1936  
©José Chaves Cruz  
Fonte: Arquivo Municipal de Lisboa  
Referência: PT/AMLSB/CMLSBAH/OCOS/004/CRU/000221

219. **Arsenal do Exército, s.d.**

Museu Militar, (191-?)  
©Alberto Carlos Lima  
Fonte: Arquivo Municipal de Lisboa  
Referência: PT/AMLSB/CMLSBAH/PCSP/004/LIM/000913

220. **Fachada Sul, 1907**

Museu Militar, antes Museu de Artilharia, fachada Sul (1907)  
©Paulo Guedes  
Fonte: Arquivo Municipal de Lisboa  
Disponível em : <http://lisboadeantigamente.blogspot.com/2017/04/largo-do-museu-de-artilharia-museu>

221. **Gravura Arsenal do Exército**

Arsenal do Exército de Lisboa - Litografia  
©Manuel Luis da Costa, 1842  
Fonte Biblioteca Nacional de Portugal  
Cota: E-3987-P BNP

222. **Fachada**

Museu Militar, Fachada  
©Desconhecido  
Fonte: Arquivo Municipal de Lisboa  
Referência: PT/AMLSB/CMLSBAH/PCSP/004/SEX/000419

223. **Fachada do Arsenal do Exército**

Entrada do Arsenal de Marinha e do Tribunal da Relação, ant.1940  
©Kurt Pinto  
Fonte: Arquivo Municipal de Lisboa  
Referência: PT/AMLSB/CMLSBAH/PCSP/004/KPI/000154

224. **Fotografia Aérea do antigo Arsenal Real da Marinha**

Jardim da ribeira das naus & amp; Ministério da defesa, Lisbon / Lisboa  
©Javier Ortega Figueiral, 2016

Fonte : <https://www.flickr.com/photos/jortegafigueiral/18500185530/>

225. **Fotografia Aérea do antigo Arsenal Real do Exército**

©Rui Silvestre, 2018 - Drone

226. **Doca da Ribeira das Naus**

©Ambitela  
Fonte : <http://ambitela.pt/portefolio/doca-da-ribeira-das-naus-lisboa>

227. **Ribeira das Naus, 2018**

©Desconhecido  
Fonte : <http://www.proap.pt/pt-pt/projecto/requalificacao-do-espaco-publico-da-ribeira-das-naus/>

228. **Ribeira das Naus, frente do Rio, 2018**

©Desconhecido  
Fonte : <http://www.proap.pt/pt-pt/projecto/requalificacao-do-espaco-publico-da-ribeira-das-naus/>

229. **Fachada Sul, 2018**

230. **Fachada Este, 2018**

231. **Entrada Museu Militar, 2018**

232. **Ortofotomapa de Implantação da Real Fábrica de Lanifícios**

©2018 Digital Globe, Dados do mapa ©Google Portugal  
Fonte : <https://www.google.com/maps>

233. **Ruína Real Fábrica de Lanifícios, 1930**

Campos agrícolas junto à Ribeira das Vinhas, ruínas da Real Fábrica de Lanifícios de Cascais  
©Desconhecido  
Fonte: Arquivo Municipal de Cascais  
Referência: PT/CMCSC-AHMCSC/AFTG/CAM/A/00223

234. **Ruína Real Fábrica de Lanifícios, 1940**

Vista de Cascais obtida a partir do Alto do Moinho Velho. À direita, ruínas da Real Fábrica de Lanifícios  
©Desconhecido  
Fonte: Arquivo Municipal de Cascais  
Referência: PT/CMCSC-AHMCSC/AFTG/CAM/A/00596

235. **Fotografia do Mercado com a Ruína atrás Imagem de Capa do Livro História(s) do(s) Mercado(s) de João Henriques.**

©Desconhecido  
Fonte: Arquivo Municipal de Cascais

Referência: PT/CMCSC-AHMCSC/AFTG/  
CAM/B/6169

236. **Esquema de Implantação da Real Fábrica de Corda da Junqueira**

©Planta elaborada pela autora com base nas informações recolhidas do Ortofotomapa do mesmo objecto representado na Figura seguinte e na Planta do edifício da Cordoaria Nacional (sem data) cedida pela Comissão Cultural da Marinha e presente no Arquivo Municipal de Lisboa  
Referência: PT/AMLSB/CMLSAH/PCSP/EDP/00913

237. **Ortofotomapa de Implantação da Real Fábrica de Corda da Junqueira**

©2018 Digital Globe, Dados do mapa ©Google Portugal  
Fonte : <https://www.google.com/maps>

238. **Planta Cordoaria Nacional, 1858**

Imagem resultado da compilação de dois elementos: *Atlas da carta topográfica de Lisboa n 61*, 1858-01 ©Filipe Folque  
Fonte: Arquivo Municipal de Lisboa  
Referência: PT/AMLSB/CMLSB/UROB-PU/05/01/65  
*Atlas da carta topográfica de Lisboa n 62*, 1858-01 ©Filipe Folque  
Disponível no Arquivo Municipal de Lisboa  
Referência: PT/AMLSB/CMLSB/UROB-PU/05/01/66

239. **Cordoaria Nacional, fachada sul, 1939**

©Eduardo Portugal  
Panorâmica do edifício antes da demolição efectuada em 1940, para permitir o alargamento da Avenida da Índia. O exterior da oficina de cordame, virado para esta, apresenta ainda características próximas do seu aspecto primitivo, em que se salienta a sucessão ritmada das janelas. in Bellem/Belém . Reguengo da Cidade  
Fonte: Arquivo Municipal de Lisboa  
Referência: PT/AMLSB/CMLSBAH/PCSP/004/  
EDP/001483

240. **Fotografia Aérea da antiga Real Fábrica de Corda da Junqueira**

©Rui Silvestre, 2018 – Drone

241. **Entrada Principal, 2018**

242. **Pateo Interior, 2018**

243. **Perspectiva Aérea da Cordoaria Nacional, 2018**

©Rui Silvestre, 2018 – Drone

244. **Esquema de Implantação da Real Fábrica de Sedas e Anexas**

©Planta elaborada pela autora com base nas informações recolhidas do Ortofotomapa do mesmo objecto representado na Figura seguinte e nas plantas seguintes:  
*Planta térrea da Fundação Arpad Szenes-Vieira da Silva* actualizada  
Fonte: Centro de Documentação da FASVS  
*Planta de Obra 25372 - Proc 2505-DMGU-POL-2015 - Folha 117 e Planta de Obra 25372 - Proc 972-DMGU-EDI-2012 - Folha 143*  
Fonte:Arquivo Municipal de Lisboa

245. **Ortofotomapa de Implantação da Real Fábrica de Sedas e Anexas**

©2018 Digital Globe, Dados do mapa ©Google Portugal  
Fonte : <https://www.google.com/maps>

246. **Carta Topográfica da Real Fábrica das Sedas, 1857**

Atlas da carta topográfica de Lisboa n 26, 1857-08 ©Filipe Folque  
Fonte: Arquivo Municipal de Lisboa .  
Referência: PT/AMLSB/CMLSB/UROB-PU/05/01/28

247. **Antiga Fábrica de Tecidos de Seda**

Fábrica dos Tecidos de Seda, s.d.  
Fonte: Arquivo Municipal de Lisboa  
Referência: PT/AMLSB/CMLSBAH/PCSP/004/  
JBN/004850

248. **Fachada Principal da antiga Fabrica das Sedas, 1898-1908**

Real Fábrica das Sedas, 1898-1908 ©Machado&Souza  
Fonte: Arquivo Municipal de Lisboa  
Referência: PT/AMLSB/CMLSBAH/PCSP/003/  
FAN/003498

249. **Fotografia Aérea da Real Fábrica de Sedas e Anexas**

©Rui Silvestre, 2018 Drone

250. **Toponímia, 2018**

251. **FASVS, 2018**

252. **Antiga Real Fábrica das Sedas e Anexas, 2018**

253. **Esquema de Implantação da real Fábrica de Chitas**

©Planta elaborada pela autora com base nas

informações recolhidas do Ortofotomapa do mesmo objecto representado na Figura seguinte.

254. **Ortofotomapa de Implantação da Real Fábrica de Chitas**

©2018 Digital Globe, Dados do mapa ©Google Portugal  
Fonte : <https://www.google.com/maps>

255. **Antigo Palácio Duques d’Aveiro, 1883**

©Desenho do natural J. Vaz  
Fonte: Revista O Occidente N176, Ano 1883, pp 251-252.

256. **Antiga Real Fábrica de Chitas, s.d.**

Postal: Vila Nogueira de Azeitão “Antigo Palácio do Duque d’Aveiro”  
Fonte: Arquivo Municipal de Setúbal

257. **Fotografia Aérea da antiga Real Fábrica de Chitas**

©Rui Silvestre, 2018 – Drone

258. **Perspectiva Aérea frontal, 2018**

©Rui Silvestre, 2018 – Drone

259. **Fachada Lateral, 2018**

260. **Fotografia Aérea Ortogonal da antiga Real Fábrica de Chitas, 2018**

©Rui Silvestre, 2018 – Drone

261. **Esquema de Implantação da Real Fábrica de Vidros Cristalinos**

©Planta elaborada pela autora com base nas informações recolhidas do ortofotomapa do mesmo objecto representado na Figura seguinte e na seguinte planta:  
*Mappa Thopographico, que serve para as indagações metalurgicas e direcção dos trabalhos da abertura da Mina do Azougues, estabelecida na Vila de Coina –*  
Fonte: Arquivo Municipal do Barreiro.

262. **Ortofotomapa de Implantação da Real Fábrica de Vidros Cristalinos**

©2018 Digital Globe, Dados do mapa ©Google Portugal  
Fonte : <https://www.google.com/maps>

263. **Estudo Arqueológico da antiga Fábrica, Anos 90**

©Desconhecido  
Fonte: Espaço Memória do Barreiro

264. **Antigo Forno da Fábrica, Anos 90**

©Desconhecido  
Fonte: Espaço Memória do Barreiro

265. **Mapa com a Real Fábrica de Vidros Cristalinos, s.d.**

Mappa Thopographico, que serve para as indagações metalurgicas e direcção dos trabalhos da abertura da Mina do Azougues, estabelecida na Vila de Coina  
Fonte: Câmara e Arquivo Municipal do Barreiro.

266. **Ortofotomapa de Implantação da Real Fábrica de Tapeçarias**

©2018 Digital Globe, Dados do mapa ©Google Portugal  
Fonte : <https://www.google.com/maps>

267. **Tapeçaria produzida na Real Fábrica de Tavira, MNAA, 2018**

268. **Ilustração da Real Vinícola, s.d.**

©Desconhecido  
Fonte: Arquivo Histórico Municipal de Matosinhos

269. **Trabalhadores da Real Vinícola, s.d.**

©Desconhecido  
Fonte: Arquivo Histórico Municipal de Matosinhos

270. **Fotografia Aérea da antiga Real Vinícola, 2018**

©Rui Silvestre, 2018 – Drone

271. **Costa Braga & Filhos, 1884**

©Desconhecido  
Fonte : <http://portoarc.blogspot.com/2016/10/artes-e-oficios-xxi.html>

272. **Real e Imperial Chapelaria a Vapor de Costa Braga & Filhos, s.d.**

©Desconhecido  
Fonte : <http://monumentosdesaparecidos.blogspot.com/2011/02/empresa-costa-braga-filhos-lda-cidade.html>

273. **Costa Braga, Loja, 2017**

©Google Street View, 2017

274. **Fábrica de Massarelos, Anos 30**

Fábrica de Louças Massarelos nos anos 30 do século XX, junto ao Rio Douro, na Quinta do Roriz, em Quebrantões Norte, actualmente Avenida Paiva Couceiro, Porto.  
©Desconhecido  
Fonte: CORDEIRO, Jose ( 2000) – Arqueologia e Património Industrial na Zona do Grande Porto – um

balance de 15 anos” Revista al-madan, CAA, Iserie, Nº9, Outubro 2000, p.121 consultada em (ARAÚJO, 2012), p.33

275. **Letreiro, s.d.**

Foto da Fábrica de Cerâmica de Massarelos – unidade de Quebrantões Norte.

©Desconhecido

Fonte: BALDAQUE, Mónica; et al,(1998) - Museu Nacional Soares dos Reis, Aresta, Porto, p.35 consultada em (ARAÚJO, 2012), p.15

276. **Ruína da Fábrica de Massarelos depois do incêndio, 1920**

Ruínas da Fábrica de Massarelos depois do Incêndio de 1920.

©Desconhecido

Fonte: BALDAQUE, Mónica; et al,(1998) - Museu Nacional Soares dos Reis, Aresta, Porto, p.59 consultada em (ARAÚJO, 2012), p.26

277. **Fornos da antiga Fábrica de Massarelos**

Fornos “garrafa” e chaminé preservados em Quebrantões do Norte onde outrora se produziu louça da marca “Massarelos”.

©Armando Araújo, 2012

Fonte: (ARAÚJO, 2012); p.142.

## MANUFATURA E TERRITÓRIO

278. **Distribuição percentual da Indústria no país no século XVIII.**

Fonte: (ROSSA, 1990 e 2002)

279. **Ícones de Implantação das Reais Fábricas em estudo**

Ícones elaborados pela autora através da redução das FIG: 066; 075;083;091;105;112;121;128;139;157;170; 181;192;201;210;211;236;244;253;261.

280. **Esquema individual da posição do elemento da água em relação à Real Fábrica**

Esquemas elaborados com base na exposição dos ícones representados na FIG278.

281. **Esquema Comparativo da posição do element da água em relação à Real Fábrica – ponto central.**

Esquema elaborado através da compilação da informação representada na FIG280.

282. **Implantação 01**

Esquema elaborado pela autora através da FIG066 e FIG67.

283. **Implantação 02**

Esquema elaborado pela autora através da FIG075, FIG076 e *Planta da Região Demarcada do Douro*  
Referência: Limite RDD 04 2017 – imagem da RDD  
Fonte : <https://www.ivdp.pt/pagina.asp?codPag=206&codSeccao=&idioma=0>

284. **Implantação 03**

Esquema elaborado pela autora através da FIG083 e FIG084.

285. **Implantação 04**

Esquema elaborado pela autora através da FIG093 e FIG094.

286. **Implantação 05**

Esquema elaborado pela autora através da FIG105 e FIG106.

287. **Implantação 06**

Esquema elaborado pela autora através da FIG112 e FIG113.

288. **Implantação 07**

Esquema elaborado pela autora através da FIG121 e FIG122.

289. **Implantação 08**

Esquema elaborado pela autora através da FIG 128 e FIG129.

290. **Implantação 09**

Esquema elaborado pela autora através da FIG139 e FIG140.

291. **Implantação 10**

Esquema elaborado pela autora através da captura de imagem do Google Maps na Coordenada: 39°34'01.5"N 8°59'25.7"W  
©2018 Digital Globe, Dados do mapa ©Google Portugal

Fonte : <https://www.google.com/maps/place/39%C2%B034'01.5%22N+8%C2%B059'25.7%22W/@39.56707,-8.992659,739m/data=!3m2!1e3!4b1!4m14!1m7!3m6!1s0xd18a66bbdef12c9:0x37b16db54ada4a15!2sFerven%C3%A7a,+Maiorga!3b1!8m2!3d39.5678829!4d-8.9870448!3m5!1s0x0:0x0!7e-2!8m2!3d39.5670703!4d-8.9904652?hl=pt-PT>

292. **Implantação 11**

Esquema elaborado pela autora através da FIG157 e FIG158.

293. **Implantação 12**

Esquema elaborado pela autora através da FIG170 e FIG171.

294. **Implantação 13**

Esquema elaborado pela autora através da FIG181 e FIG182.

295. **Implantação 14**

Esquema elaborado pela autora através da FIG192 e FIG193.

296. **Implantação 15**

Esquema elaborado pela autora através da FIG201 e FIG193.

297. **Implantação 16.1**

Esquema elaborado pela autora através da FIG210 e FIG211.

298. **Implantação 16.2**

Esquema elaborado pela autora através da FIG211 e FIG212.

299. **Implantação 17**

Esquema elaborado pela autora através das FIG232 e FIG233.

300. **Implantação 18**

Esquema elaborado pela autora através da FIG236 e FIG237.

301. **Implantação 19**

Esquema elaborado pela autora através da FIG244 e FIG245.

302. **Implantação 20**

Esquema elaborado pela autora através da FIG253 e FIG254.

303. **Implantação 21**

Esquema elaborado pela autora através da FIG261 e FIG262.

304. **Implantação 22**

Esquema elaborado pela autora através da FIG266 e do excerto do texto *Referenciado na página.*

305. **Mapa de Acessibilidade por via fluvial.**

O mapa foi elaborado pela autora com base nas referências bibliográficas (SALGUEIRO, 2006 ; pp84-98); (MATOS, 1980; s.p.); (PEDREIRA, 1985; pp.127-134); (JUSTINO, 1988; p.290)

306. **Almocreves**

©Desconhecido

Fonte : <https://cronicas-portuguesas.blogspot.com/2007/12/o-almocreve-i.html>

307. **Fragatas**

Fragatas imobilizadas em virtude da greve dos fragateiros, 1911

©Joshua Benoliel

Fonte: Arquivo Municipal de Lisboa.

Referência: PT/AMLSB/CMLSBAH/PCSP/004/JBN/000956

308. **Ligação Sado-Tejo**

Imagem elaborada pela autora com base na Figura seguinte.

309. **Canal de Comunicação do Rio Tejo ao Sado**

©Luis Ferrari Mordau

Fonte: (SALGUEIRO, 2006), p.150

310. **Principais Estradas, 1808**

Carta Militar das Principais Estradas de Portugal (1808)

©Romão Eloy de Almeida

Fonte: (SALGUEIRO, 2012), pp.153.

## ANÁLISE COMPARATIVA

311. **Ícones de Implantação das Reais Fábricas em estudo.**

Ícones elaborados pela autora através da redução das FIG: 066; 075;083;091;105;112;121;128;139;157;170;181;193;201;210;211;236;244;253;261, estando estas todas representadas à mesma escala.

312. **Tabela Cronológica Comparativa das Reais Fábricas.**

Tabela Realizada através da análise das Referências bibliográficas.

313. **Tabela Comparativa de Personalidades intervenientes nas Reais Fábricas.**

Tabela Realizada através da análise das Referências bibliográficas.

314. **Esquema de conceptualização da implantação.**

315. **Tabela Comparativa de Tipo de Intervenção/Classificação do Património.**

## ANEXOS

Nesta secção será exposto um excerto (pp.214-261) da obra de Luiz Dias Carvalho, a "Relação das Fábricas em 1788", nomeadamente a tabela onde se podem identificar as manufacturas de Sua Magestade, e outras.

Serão também apresentadas as declarações de autorização de direitos de imagem e de permissão de levantamento de voo relativamente aos registos fotográficos aéreos que foram realizados.

**Relação das Fábricas em 1788**

Açúcar refinado	Lisboa . . . . .	Christiano Henrique Smitz. . . . .	Decreto de 14 de Julho de 1751 Alv. de 7 d'Abril de 1770 Decreto de 13 de Janr.º de 1775 Prov.ªm de 24 de Mayo de 1753
		Manoel Leitão de Oliveira . . . . .	
		NB. 1. Concedeose esta Fabrica aos Juizes do Officio de Confeiteiro, e seus successores no emprego e atoda a respectiva corporação p.ª aconsevarem por sua conta e do mesmo off.º	
		2. Passou p.ª Ant.º Pinheiro da Costa, Joze Pinto, e Carlos Jose da Veyga p.ª aconsevarem por sua conta, visto haverem dezistido della os mais Mestres do Officio.	
		3. E destes passou p.ª Francisco Stales.	
	Porto . . . . .	João Batalha Freire . . . . .	Licença de 7 d'Abril de 1770
	Lisboa . . . . .	Domingos Glz Santa Martha . . . . .	Liç.ª de 13 de Janr.º de 1775
		Hans Olen . . . . .	Liç.ª de 29 de Janr.º de 1781
	Porto . . . . .	Gaspar Setaro . . . . .	Liç.ª de 7 de Fevr.º de 1783
	Lisboa . . . . .	João Gonçalves Seixas . . . . .	Liç.ª de
	Miguel Henrique Schellers . . . . .	Liç.ª de	
	NB. 1. Pelas Regias determinaçoens de 19 de Junho e 30 de Julho de 1766 passou a Inspeção destas Fabricas p.ª a Junta do Comercio destes Reynos, e seus Dominios.		
	2. E pelo Avizo de 23 de Janr.º de 1781 se		

		denegou aos Fabricantes a liberdade de levantarem os preços do Açucar, como pretendião, e se ordenou à Junta das Fabricas, que os fizesse cumprir as condiçoens de seu estabelecimento.	
Adiamantar Vidros . . . . .	Lisboa . . . . .	Jose Mendes da Fon.ª e 4 Filhos . . . . .	Liç.ª da J. do C.
	Marinha Grande Termo de Leiria	Venceslau Joze Lauverman . . . . . G.ªm e João Diogo Stephens . . . . .	Liç.ª da J. da C. Veja-se Vidros
Agoaforte . . . . .	Covilhã . . . . .	Manoel Ant.º Megre . . . . .	Cond.ª de 17 de Nov.º de 1782
Antas, Camurças, Pelicas, e Pergam.ªs . . . . .	Trancão . . . . .	Patricio Ryan, João da Costa Soares. . . . .	Alv. de 19 de Mayo de 1770
		NB. 1. Com izençoens ecc	
	2. Prorrogadas por mais 10 annos . . . . . pela		Rez.ªm de 10 de 7br.º de 1783
Porto . . . . .	Manoel Joze Ferr.ª Grelho com izençoens . . . . .		Alv. de 8 de Fev.º de 1771
Lisboa . . . . .	Guilherme Clemente. . . . .		Liç.ª de 18 de Junho de 1781
	Joaquim Joze Pereira . . . . .		Liç.ª de 30 de Mayo de 1787
	Thomas Querville & C.ª . . . . .		Alv. de 13 d'Agosto de 1787
	NB. 1. Em beneficio destas Fabricas, e das de Marroquins se prohibio a Sahida das Pelles Cabricas pelo . . . . .		Alv. de 19 d'Agosto de 1788
	2. Quanto às izençoens, vejase Attanados ec.		
Arroz (descas-oar) . . . . .	Rio de Janeiro	Manoel Luis Vieira, Dom.ª Lopes Louro . . . . .	Alv. de 8 de 8br.º de 1776

Folhetas p. <sup>a</sup> Cravação de pedras . . .	Lisboa e Porto . NB. 1. 2.	Augusto Ludovico Thyme . . . . . Compriv. <sup>o</sup> exclusivo por 10 annos. Prorrogado sem limite de tempo p. <sup>o</sup>	Alv. de 22 d'Ag. <sup>to</sup> de 1766. Alv. de 5 de Julho de 1776
Frócos . . .	Lisboa . . . . .	Franc. <sup>o</sup> Luis Carlos . . . . .	Lic. <sup>a</sup> de 10 de Mayo de 1776
Fundição de Ferro . . .	Com.ca de Mon- corvo . . . . . NB.	Domingos Miz. Glz. <sup>es</sup> & C. <sup>a</sup> . . . . . Com izençaens, eprivilegio exclusivo na Com.ca de Moncorvo p. <sup>o</sup> 20. annos	Rez. <sup>am</sup> de 22 de Mayo de 1780
Fundição de Metaes, ou Ferrages p. <sup>a</sup> Papelleiras .	Lisboa . . . . . NB.	Sua Mag. <sup>de</sup> , e passou p. <sup>a</sup> Julio Gatti . . . . . com as Declarão-se sem izençação de Dir. <sup>tos</sup> . pela Joze Amado da Silva . . . . . Felix Joze da Silva . . . . .	Cond. <sup>es</sup> de 13 de 8br. <sup>o</sup> de 1777 Rez. <sup>am</sup> de 18 de Junho de 1779 Lic. <sup>a</sup> de 26 de Novr. <sup>o</sup> de 1787 Lic. <sup>a</sup> de . . . . . de
Fundição de pe- ças p. <sup>a</sup> Relo- gios de Torre	Lisboa . . . . .	Joze da Silva Mafra . . . . .	Lic. <sup>a</sup> de 21 de Junho de 1785

232

Grude . . . .	Villa do Outeiro tr. <sup>o</sup> de Bragança Porto . . . . . Villa Nova d'Al- verca termo de Lamego . . . . . Unhos . . . . . NB. 1. 2.	Anna Garcia e seus Filhos . . . . . Manoel Ant. <sup>o</sup> , e Gonçalo Mor. <sup>a</sup> . . . . . Francisco Joze Vicente . . . . . Francisco de Sales . . . . . Em beneficio destas Fabricas se prohibio a entrada do Grude de fora . . . . . pelo E se prohibe a sahida dos retalhos, e raspas das Fabricas de cortumes, ficando obriga- dos a manifestar no principio de cada anno, a raspa que podem precizar . pelo	Lic. <sup>a</sup> de 23 de 7br. <sup>o</sup> de 1785 Lic. <sup>a</sup> de 14 de Julho de 1786 Lic. <sup>a</sup> de 4 de Junho de 1788 Lic. <sup>a</sup> de J. Comm. Alv. de 4 de Dezbr. <sup>o</sup> de 1764 Alv. de 11 de Fevr. <sup>o</sup> de 1773
Instrumentos Sirurgicos .	Lisboa . . . . .	Ant. <sup>o</sup> João Bapt. <sup>a</sup> Charlier Raymundo Ant. <sup>o</sup> dos Santos Antonio Joze Ferr. <sup>a</sup> . . . . .	Vejase Obras de Cuteleiros
Laã p. <sup>a</sup> Bottões, e p. <sup>a</sup> bordar .	Lisboa . . . . .	Joaquim Henriques . . . . .	Lic. <sup>a</sup> de 15 de Janr. <sup>o</sup> de 1779
Lacre . . . .	Lisboa . . . . .	Sua Mag. <sup>o</sup> e passou p. <sup>a</sup> Gabriel da Cruz, e deste p. <sup>a</sup> Ant. <sup>o</sup> Miz. Bastos, e Marcos J. <sup>o</sup> de Mattos Joze Gomes da Cruz . . . . . Francisco Fuschim . . . . .	Vejase Pentas de Marfim Lic. <sup>a</sup> de 5 de M. <sup>co</sup> de 1781 Lic. <sup>a</sup> da J. do Comm.

234

Funilleiros, ou Latoeiros de Folha branca . . . . .		Vejase Obras de Funilleiros . . . . .	
Galoens de Ou- ro, e Prata . . . . .	Lisboa . . . . . Porto . . . . . Braga . . . . . Coimbra . . . . .	Sua Mag. <sup>o</sup> privativamente . . . . . Diversos particulares . . . . . Diversos particulares . . . . . Manoel Fernandes Guim. <sup>es</sup> . . . . .	
Galoens Falsos e de Seda . . . . .	Lisboa . . . . . Porto . . . . . Braga . . . . . Coimbra . . . . .	Toda a Corporação do estreito. Diversos particulares . . . . . Diversos particulares . . . . . Manoel Frz. Guim. <sup>es</sup> . . . . .	
Grude . . . .	Lisboa . . . . . NB. 1. 2.	João Bapt. <sup>a</sup> Locatelli . . . . . Com priv. <sup>o</sup> exclusivo p. <sup>o</sup> 10 annos Foy abolido . . . . . pela Ant. <sup>o</sup> Henriques de Gouvea . . . . . Joaquim Pedro de Mello . . . . . D. Anna Gertrudes Paula . . . . . João Ferr. <sup>a</sup> Miz, e hoje sua M. <sup>er</sup> . . . . . João da Matta . . . . . Manoel Roiz Marmello . . . . .	Alv. de 4 de xbr. <sup>o</sup> de 1764 Rez. <sup>am</sup> de 23 de 8br. <sup>o</sup> de 1773 Lic. <sup>a</sup> de 9 de Novr. <sup>o</sup> de 1773 Decreto de 29 de Mayo de 1780 Lic. <sup>a</sup> de 5 de M. <sup>co</sup> de 1781 Lic. <sup>a</sup> de 5 d'Abril de 1781 Lic. <sup>a</sup> de 26 de Fevr. <sup>o</sup> de 1783 Lic. <sup>a</sup> de 28 de Janr. <sup>o</sup> de 1785

233

Lancetas . . .	Lisboa . . . . .	Raymundo Ant. <sup>o</sup> dos S. <sup>os</sup> . . . . .	Lic. <sup>a</sup> de 12 a' Agosto de 1778
Lantijoulas . .	Lisboa . . . . .	Cypriano Lopes de Andr. <sup>o</sup> . . . . . D. Margarida Jozefa Victoria Filipe Ant. <sup>o</sup> Roiz . . . . . Ant. <sup>o</sup> Ferr. <sup>a</sup> Lopes . . . . . Ant. <sup>o</sup> Currat . . . . . Cypriano Ant. <sup>o</sup> Freire . . . . .	Lic. <sup>a</sup> de (sic.) Lic. <sup>a</sup> de 22 de Fevr. <sup>o</sup> de 1782. Lic. <sup>a</sup> de 22 de Fevr. <sup>o</sup> de 1782 Lic. <sup>a</sup> de 13 de 7br. <sup>o</sup> de 1782 Lic. <sup>a</sup> de 31 de Janr. <sup>o</sup> de 1783 Lic. <sup>a</sup> de 21 de Fev. <sup>o</sup> de 1783
Latoeiros de fund. <sup>am</sup> , de Lima, e de Martello . . . . .		Vejase Obras de Latoeiros.	
Leques novos, e concertados .	Lisboa . . . . .	Antonio Henriques . . . . . Pedro Antonio Barata . . . . . Pascoal Maria . . . . .	
Letria . . . .	Lisboa . . . . .	Manoel Segal Lerba . . . . . João Baptista Segal Lerba . . . . .	Lic. <sup>a</sup> de 16 de Novr. <sup>o</sup> de 1778 Lic. <sup>a</sup> de 9 de xbr. <sup>o</sup> de 1778
Limas . . . .	Pernes . . . . . Lisboa . . . . .	Pedro Schiappa Pietra . . . . . Matheus Walker . . . . . Luis Pereira dos Reys . . . . .	Vejase Obras de Serralheiros Lic. <sup>a</sup> de 10 de Mayo de 1776. Lic. <sup>a</sup> de 19 de 8br. <sup>o</sup> de 1786
Lonas . . . .	Bahia . . . . . NB. 1.	Joze Ferreira Leal . . . . . Com priv. <sup>o</sup> exclusivo p. <sup>o</sup> 15 annos	Alv. de 3 de Ag. <sup>to</sup> de 1767

235

	2.	Suborgado nos Comerciantes da B. <sup>a</sup> pela Dom. <sup>os</sup> Ferr. <sup>a</sup> da S. <sup>a</sup> Guim. <sup>os</sup> . . . . .	Rez. <sup>am</sup> 17 de Ag. <sup>to</sup> de 1771 Rez. <sup>am</sup> de 20 de Fev. <sup>o</sup> de 1781
	NB.	Com izenções p. <sup>or</sup> 10 annos	
Louça fina . . . . .	Lisboa . . . . .	Sua Mag. <sup>o</sup> . . . . . Paulo Pauleti, ehoje outros. . . . . Com izenção de Decima e menseio por 10 annos	Alv. de 8 de Junho de 1769
	NB.		
Aveiro . . . . .		Vicente Pedrosen da S. <sup>a</sup> & C. <sup>a</sup> e hoje Bento João Ferr. <sup>a</sup> de Souza . . . . . NB.	Principiou em 1775
Porto . . . . .		Severino Joze da S. <sup>a</sup> & C. <sup>a</sup> . . . . .	Lic. <sup>a</sup> de 10 de Janr. <sup>o</sup> de 1780
	NB.	Ficarão seus Socios com o D. <sup>or</sup> Domingos Vandelli p. <sup>a</sup> fazerem a de pó de pedra etc.	
Bellas . . . . .		Joze Verolli . . . . .	Rez. <sup>am</sup> de 15 de Janr. <sup>o</sup> de 1780
	NB.	Com izenção de Dirt. <sup>os</sup> dos Materiais	
Porto . . . . .		João da Rocha & C. <sup>a</sup> . . . . .	Rez. <sup>am</sup> de 14 de Junho de 1782
	NB.	Com izenção de Dir. <sup>tos</sup> dos Materiais.	
Juncal tr. <sup>o</sup> de Porto de Mós . . . . .		Joze Roiz da S. <sup>a</sup> e Souza . . . . .	Lic. <sup>a</sup> de 10 de Mayo de 1784
Porto . . . . .		Jeronimo Rossi . . . . .	Lic. <sup>a</sup> de 25 de Junho de 1784
Rio Mayor tr. <sup>o</sup> de S. <sup>em</sup> . . . . .		Joze Vieira da Roza e S. <sup>a</sup> . . . . .	Lic. <sup>a</sup> de 8 de 8br. <sup>o</sup> de 1784
Lisboa . . . . .		João dos Santos . . . . .	Lic. <sup>a</sup> de 6 de Abril de 1785
Carnotta . . . . .		João Carlos Alz . . . . .	Lic. <sup>a</sup> de 14 de 7bro de 1785
Coimbra . . . . .		O D. <sup>r</sup> Dom. <sup>os</sup> Vandelli . . . . .	Lic. <sup>a</sup> de 23 de 7bro de 1785
Lisboa . . . . .		Severino Joze da S. <sup>a</sup> . . . . .	Lic. <sup>a</sup> de 19 de 8br. <sup>o</sup> de 1786

236

de Linho . . . . .		Vejase. Tecidos de Linho.	
de Seda . . . . .		Vejase. Tecidos de Seda	
Marcas de Osso p. <sup>a</sup> Botts. <sup>a</sup> de Casquinha . . . . .	Lisboa . . . . .	Cazimiro da Silva . . . . .	Lic. <sup>a</sup> de 25 de 7br. <sup>o</sup> de 1780
Matizar fitas . . . . .	Lisboa . . . . .	Joanna Maria Bemale . . . . .	Lic. <sup>a</sup> de J. do Comm.
Marroquins. . . . .	Lisboa . . . . .	Joze da Silva Ramos & C. <sup>a</sup> . . . . . Manoel Gomes da Motta . . . . . Guilherme Clemente. . . . . Tristão Nunes Infante . . . . .	Lic. <sup>a</sup> de 18 de Junho de 1781 Lic. <sup>a</sup> de 20 de xbr. <sup>o</sup> de 1784
		Alcanena tr. <sup>o</sup> de Torres Novas . . . . .	João Roiz . . . . . Lic. <sup>a</sup> de 17 de Mayo de 1786
		Mouta . . . . .	Joze Vicente Soares . . . . . Lic. <sup>a</sup> de 10 de Julho de 1786
		NB. 1.	Embenefficio destas Fabricas, e das de Antas se prohibio a extracção das Peles Cabrúas p. <sup>a</sup> fora do Reyno pelo . . . . . Alv. de 19 d'Agosto de 1788
		2.	Sobre as izenções, vejase Attanados, e mais cortumes.
Meyas de Seda, Algodão, Laya e L. <sup>a</sup> . . . . .	Lisboa . . . . . Seda Thomar, Seda Laya e L. <sup>a</sup> . . . . .	Sua Mag. <sup>o</sup> , e passou p. <sup>a</sup> particulares . . . . . Noel Le Maitre . . . . .	em 1777 Alv. de 14 de xbr. <sup>o</sup> de 1771

238

	Porto & Pó de pedra . . . . .	O D. <sup>r</sup> Dom. <sup>os</sup> Vandelli . . . . .	Alv. de 7 Fevr. <sup>o</sup> de 1787
	NB.	Com priv. <sup>o</sup> exclusivo p. <sup>or</sup> 10 annos nas Provincias do Minho, e Beira, e izenções.	
Louça fina . . . . .	Vianna . . . . .	Manoel D. <sup>te</sup> Silva, e hoje seus herd. <sup>ros</sup> . . . . . Carlos de Araujo Lemos & C. e hoje outros	
	NB 1.	Toda a Louça das Fabricas do Reyno he izenta dos Dir. <sup>os</sup> de sahida sem Limite pelo	Alv. de 7 de Novr. <sup>o</sup> de 1770
	2.	E em beneficio destas Fabricas se prohibe a entrada de fora, exceptuada a da India vindo em Navios Portuguezes . . . . .	d. <sup>o</sup> d. <sup>o</sup> d. <sup>o</sup>
	3.	Permitese aentrada de côres de Inglaterra, pagando os Dirt. <sup>os</sup> , Segundo a Pauta junta . . . . .	Alv. de 10 de xbr. <sup>o</sup> de 1783
Louça de fogo Semelhante à de Genova . . . . .	Panasqueira . . . . .	Joze Anselmo de Aguiar . . . . .	Alv. de 4 de 8br. <sup>o</sup> de 1776
	NB.	Compriv. <sup>o</sup> exclusivo p. <sup>or</sup> 5 annos	
MadeirasSem. <sup>as</sup> às de Flandes . . . . .	Minho, e Tras os Montes . . . . .	Vejase Rezina.	
Manufacturas de Algodão de Laã . . . . .		Vejase Tecidos de Algodão Vejase Tecidos de Laã	

237

	Alcobaça, Algodão	Sua Mag. <sup>o</sup> . . . . .	Lic. <sup>a</sup> de 18 d'Ag. <sup>to</sup> de 1774
	Porto. Seda, L. <sup>a</sup> .	Damazo Ant. <sup>o</sup> Ribr. <sup>o</sup> Per. <sup>a</sup> . . . . .	Lic. <sup>a</sup> de 16 de Novr. <sup>o</sup> de 1775
	Almada. Seda	Franc. <sup>o</sup> Joze Franc. <sup>o</sup> . . . . .	Lic. <sup>a</sup> de 5 de Novr. <sup>o</sup> de 1777
	Lisboa . . . . . Seda	Franc. <sup>o</sup> Fialho de Almeida . . . . .	Lic. <sup>a</sup> de 5 de Novr. <sup>o</sup> de 1777
		João Barboza . . . . .	Lic. <sup>a</sup> de 5 de Novr. <sup>o</sup> de 1777
	Sobral . . . . .	Joze Frz. de Araujo . . . . .	Lic. <sup>a</sup> de 5 de Novr. <sup>o</sup> de 1777
		Agostinho Jortello . . . . .	Lic. <sup>a</sup> de 18 de Novr. <sup>o</sup> de 1777
		Andre Sagafino . . . . .	Lic. <sup>a</sup> de 18 de Novr. <sup>o</sup> de 1777
		Mattias Roiz de Barros . . . . .	Lic. <sup>a</sup> de 18 de Novr. <sup>o</sup> de 1777
	Lisboa . . . . .	Manoel Ant. <sup>o</sup> de Carv. <sup>o</sup> . . . . .	Lic. <sup>a</sup> de 19 de Novr. <sup>o</sup> de 1777
		Joze Ant. <sup>o</sup> Romão . . . . .	Lic. <sup>a</sup> de 19 de Novr. <sup>o</sup> de 1777
		Josquim Ant. <sup>o</sup> Federico. . . . .	Lic. <sup>a</sup> de 21 de Novr. <sup>o</sup> de 1777
		Joze Lorda . . . . .	Lic. <sup>a</sup> de 21 de Novr. <sup>o</sup> de 1777
		Ant. <sup>o</sup> Joze Florim . . . . .	Lic. <sup>a</sup> de 22 de Novr. <sup>o</sup> de 1777
		Sebastião Ant. <sup>o</sup> Roiz . . . . .	Lic. <sup>a</sup> de 24 de Novr. <sup>o</sup> de 1777
		Manoel Francisco. . . . .	Lic. <sup>a</sup> de 29 de Novr. <sup>o</sup> de 1777
		Mathias Joze . . . . .	Lic. <sup>a</sup> de 4 de xbr. <sup>o</sup> de 1777
		Joaquim Lopes . . . . .	Lic. <sup>a</sup> de 24 de xbr. <sup>o</sup> de 1777
		Antonio Domingues . . . . .	Lic. <sup>a</sup> de 14 de Janr. <sup>o</sup> de 1778
		Julião Gonçaves . . . . .	Lic. <sup>a</sup> de 14 de Janr. <sup>o</sup> de 1778
		João Corr. <sup>a</sup> . . . . .	Lic. <sup>a</sup> de 19 de Janr. <sup>o</sup> de 1778
		Joze Alz. da Silva. . . . .	Lic. <sup>a</sup> de 27 de Janr. <sup>o</sup> de 1778
		Custodio Per. <sup>a</sup> de Araujo . . . . .	Lic. <sup>a</sup> de 27 de Janr. <sup>o</sup> de 1778
		Silvestre Sabino . . . . .	Lic. <sup>a</sup> de 28 de Janr. <sup>o</sup> de 1778
		Ignacio Pedro X. <sup>er</sup> . . . . .	Lic. <sup>a</sup> de 23 de Fevr. <sup>o</sup> de 1778
		Manoel Jozé . . . . .	Lic. <sup>a</sup> de 8 de M. <sup>o</sup> de 1778

239

Meyas de Sêda	Lisboa	Joze Pinheiro . . . . .	Lic.ª de 11 de M.º de 1778
		Gaspar Martins . . . . .	Lic.ª de 20 de Junho de 1778
		Manoel Ant.º Velozo . . . . .	Lic.ª de 20 de 8br.º de 1778
		Guilherme Gelli . . . . .	Lic.ª de 11 de Fevr.º de 1779
		João Nunes . . . . .	Lic.ª de 22 de Fevr.º de 1779
		João Antonio . . . . .	Lic.ª de 26 de Fevr.º de 1779
		Françisco Joze Frz. . . . .	Lic.ª de 11 de M.º de 1779
		Antonio Nunes . . . . .	Lic.ª de 15 de M.º de 1779
		Antonio Pereira . . . . .	Lic.ª de 19 de Mayo de 1779
		Françisco de Paula . . . . .	Lic.ª de 15 de Julho de 1779
	Sobral Lisboa	Felix Joze da Costa . . . . .	Lic.ª de 12 de Agosto de 1779
		Joze dos Santos . . . . .	Lic.ª de 12 de Ag.º de 1779
		Manoel Lourenço Ferr.ª . . . . .	Lic.ª de 13 de 7br.º de 1779
		Eleuterio Joze de Macêdo . . . . .	Lic.ª de 9 de 8br.º de 1779
		Joaquim Joze Per.ª . . . . .	Lic.ª de 24 de Abril de 1780
		Nicolao Gomes . . . . .	Lic.ª de 2 de Mayo de 1780
		Joaquim Bernardes de Paiva . . . . .	Lic.ª de 9 de Junho de 1780
		Joze Maria Vieira da S.ª . . . . .	Lic.ª de 29 de Ag.º de 1780
		João Chrisostomo da S.ª . . . . .	Lic.ª de 4 de Abril de 1782
		Ant.º Manoel de Olivr.ª . . . . .	Lic.ª de 29 de M.º de 1786
Porto Lisboa	Gertrudes de Moura Cout.º . . . . .	Lic.ª de 24 de Janr.º de 1787	
	Andre D'Orila . . . . .	Lic.ª de 5 de 8br.º de 1787	
	Domingos Alz. . . . .		
	João du Foy . . . . .		

NB. 1. As Meyas de Seda, como incluídas na

240

De Ourives da Prata	Lisboa	Carlos Joaquim de Campos . . . . .	Lic.ª de 15 de Abril de 1785
		Samuel Cadell. . . . .	Lic.ª da J. do Comm
De Serralharia	Lisboa	Sua Mag.º e Passou p.ª	
		João Bapt.ª Schiappa Pietra, e p.ª	
Pernes Lisboa		Pedro Schiappa Pietra . . . . . pelo	Alv. de 10 de Junho de 1772
		Joze Pontremo . . . . .	Desp.º de 5 de xbr.º de 1772
OBRAS De Serigueiros De Surradores. De Torneiros	Lisboa	Antonio da Silva . . . . .	Lic.ª de 30 de 8br.º de 1780
		Fran.º Nicoláo Maria Palacio . . . . .	Lic.ª de 21 de Janr.º de 1782
		Manoel Bastos . . . . .	Lic.ª de { 2 de Abril de 1784 20 de Mayo de 1785
		Pedro Schiappa Pietra . . . . .	Lic.ª de 26 d'Abril de 1785
		Caetano Franc.º Velozo . . . . .	Lic.ª de 27 de Julho de 1785
		Joze Franc.º Cabrito . . . . .	Lic.ª de 12 de Mayo de 1786
		Carlos Sabadini . . . . .	Lic.ª de J. do Comm.
		Bento Peyssonau . . . . .	Lic.ª de 28 de M.º de 1787
		Ricardo Roberts . . . . .	Lic.ª da J. do Comm
		Filippe Mallone . . . . .	Lic.ª da J. do Comm.
A Calleb Jones . . . . .	Lic.ª da J. do Comm.		
Lisboa		Julio Le Feveure . . . . .	Metaes etc. Lic.ª da J. do Comm.
		Pedro Bardois . . . . .	Metaes etc. Lic.ª da J. do Comm.

242

Obras de Cutel-laria	Lisboa	Corporação do estreito, gozão as izen-ções q.º forão prorrogadas, por mais 10 annos . . . . . pelo	Alv. de 1.º d'Ag.º de 1784
		2. Embeneficio das Fabricas deste genero se prohibe a entrada das Meyas de Seda de côres . . . . . pelo	Decreto de 14 de Fevr.º de 1786
De Ferraria	Lisboa	Sua Mag.ºe, e passou p.ª . . . . .	
		Ant.º João Bapt.ª Charlier . . . . . por	Contracto de 31 de xbr.º de 1776
		Raymundo Ant.º dos Santos . . . . .	Lic.ª de 12 de Ag.º de 1778
		Manoel Fernandes . . . . .	Lic.ª de 16 de xbr.º de 1778
		Ant.º Joze Ferreira . . . . .	Lic.ª de 13 de Mayo de 1782
De Funilleiros ou Latoeiros de Folha branca	Lisboa	Estacio Ribeiro . . . . .	Lic.ª de 27 de Novr.º de 1782
		Antonio Ribeiro . . . . .	Lic.ª de 26 de Janr.º de 1787
		Jozé Antonio Vilella . . . . .	Lic.ª de 12 de Janr.º de 1785
De Latoeiros de Fundação, de Lima, e de Martello	Lisboa	Manoel de Bastos. . . . .	Lic.ª de 17 de Mayo de 1786
		David Ebrard . . . . .	Lic.ª da J. do Comm.
Lisboa		Carlos Ant.º Canuto . . . . .	Lic.ª da J. do Comm.
		Nicoláo Morineti . . . . .	Lic.ª de 6 de Junho de 1787
Lisboa		Joze Joaquim Silvestre . . . . .	Lic.ª de 19 de Junho de 1784

241

Porto Lisboa	NB. 1.	Euzébio Joaquim. . . . .	Metaes etc. Lic.ª de 23 de Mayo de 1782
		Veríssimo Fran.º de Paula. . . . .	Metaes Lic.ª de 23 de Julho de 1783
Lisboa	NB. 2.	Ant.º Joze Haupt. . . . .	Instrum.ºs Musicos Lic.ª de 1.º de Julho de 1785
		João M.º de Novaes. . . . .	Metaes, Marfim Lic.ª de 15 d'Abril de 1785
Lisboa	NB. 1.	Joze Pinhr.º do Esp.º S.º . . . . .	Marfim Lic.ª de 6 de Junho de 1788
		Pelos Reaes Decretos de 9.º, de Fev.º, e 18 d'Abril de 1761. Ordena Sua Mag.º; q todos os Artifices insignes, que obtiverem Licenças da Junta do Comm.º p.ª traba-lharem em Obras de nova Invenção, ou de conhecida utilid.º do Reyno, O Senado da Camera lhes expessa as Lic.ªs necessarias.	
Oleados	Lisboa	2. O Senado da Camera ordenou aos Almotacés das Execuções em 16 de Mayo de 1774., por hũa ordem registada no L.º 4.º da Cazinha da Ribr.ª F.ªs 28, q, contra os Off.ºs Estrangeiros, q, chegassem a esta Corte p.ª exercitarem qualquer officio, não procedessem sem o fazerem immedia-tam.º prez.ºe ao mesmo Senado, ainda q não tivessem Carta, ou Licença, nem admittissem queixas, ou Requerimentos alguns dos Juizes dos Officios, sem pro-ceder a dita diligencia.	
		Vicente Frz.º, e Ant.º Pires . . . . .	Lic.ª da J. do Comm.

243

Ornatos de Igreja, Pessoas etc., com ouro, e Pedras. etc.	Lisboa . . . . .	Vicente Ferreira . . . . .	Lic. <sup>a</sup> de
		Joze Joaquim de Freitas . . . . .	Lic. <sup>a</sup> de 9 de Julho de 1779
Ourives . . . . .	Lisboa . . . . . NB.	Joze Luis da Silva . . . . .	Lic. <sup>a</sup> de 8 de Julho de 1785
		Confirmada . . . . . pelo	Alv. de 7 de Julho de 1787
		E pelo . . . . .	Alv. de 25 de 8br. <sup>o</sup> de 1788
Palhetas de Ouro, e de Prata . . . . .		Vejase Obras de Ourives . . . . .	
Papel fino p. <sup>a</sup> Escrever . . . . .	Louzaã . . . . . NB.	Anselmo Joze da Cruz, & C. <sup>a</sup> . . . . . Com izenção de Dir. <sup>tos</sup> por 10 annos. Cond. <sup>es</sup> e . . . . .	Decreto de 5 de Mayo de 1769. Alv. de 14 de Julho de 1770
	Riopapel tr. <sup>o</sup> de Cintra . . . . . NB. N. S. <sup>ra</sup> da Lapa.	Henrique Schumacker, & C. <sup>a</sup> Cond. <sup>es</sup> e . . . . . Com izenção de Dir. <sup>tos</sup> p. <sup>or</sup> 10 annos Pedro Pedrosen . . . . . He antiga, mas não consta q tenha izençoes	Alv. de 27 de Julho de 1775

244

Pratear Metaes	Lisboa . . . . .	Francisco Leite Per. <sup>a</sup> . . . . .	Lic. <sup>a</sup> de 8 de M. <sup>o</sup> de 1776	
Quincalharías . . . . .	Lisboa . . . . .	João Cordeiro . . . . .	Lic. <sup>a</sup> de 2 de Mayo de 1776	
		Manoel Franc. <sup>o</sup> da Graça . . . . .	Lic. <sup>a</sup> de 16 de xbr. <sup>o</sup> de 1778	
		Vicente Ferreira . . . . .	Lic. <sup>a</sup> de 18 de Junho de 1779	
		Antonio de Freitas . . . . .	Lic. <sup>a</sup> de 4 de 7br. <sup>o</sup> de 1780	
		Mathias Ribeiro . . . . .	Lic. <sup>a</sup> de { 19 de Fevr. <sup>o</sup> de 1781 7 de Novr. <sup>o</sup> de 1785	
		Guilherme Vicente Ferr. <sup>a</sup> . . . . .	Lic. <sup>a</sup> de 6 de Agosto de 1781	
		Jozé Maria . . . . .	Lic. <sup>a</sup> de 21 de Janr. <sup>o</sup> de 1782	
		Hypolito Gondolff . . . . .	Lic. <sup>a</sup> de 24 de Julho de 1782	
		Manoel Nunes Montr. <sup>o</sup> . . . . .	Lic. <sup>a</sup> de 5 de Mayo de 1783	
		Antonio dos Santos . . . . .	Lic. <sup>a</sup> de 8 de 8br. <sup>o</sup> de 1784	
		João Pedrozo . . . . .	Lic. <sup>a</sup> de 4 de Fevr. <sup>o</sup> de 1785	
		Manoel Henriques . . . . .	Lic. <sup>a</sup> de 17 de Julho de 1786	
		Antonio Joze Dias Cazado . . . . .		
		Antonio Roiç Verné . . . . .		
		Coimbra . . . . .	Joze Coelho . . . . .	
		Porto . . . . .	João Francisco Tavares . . . . .	
		Lisboa . . . . .	João Corr. <sup>a</sup> . . . . .	
			Jozé Glz da Matta . . . . .	
			Joze Corr. <sup>a</sup> Cazado . . . . .	
			Joze Corr. <sup>a</sup> . . . . .	
		Jacome Ant. <sup>o</sup> Quartanate . . . . .		
		João Corr. <sup>a</sup> Branquinho . . . . .		
		João Franc. <sup>o</sup> Le Cor . . . . .		

246

Papel Estampado . . . . .	Lisboa . . . . . NB. 1. Passou p. <sup>a</sup> NB. 2.	Manoel Henriques . . . . . Com prov. <sup>o</sup> exclusivo, izençoes p. <sup>or</sup> 5 annos Jeronimo Esteves; e Prorrogou selhe o mesmo priv. <sup>o</sup> p. <sup>or</sup> mais 5 annos p. <sup>o</sup> . . . . .	Rez. <sup>sm</sup> de 28 de Julho de 1781 Alv. de 24 de Julho de 1784
Pentes de Marfim . . . . .	Lisboa . . . . . NB. 1. Passou p. <sup>a</sup> 2. 3. 4.	Sua Mag. <sup>o</sup> e passou p. <sup>a</sup> Gabriel da Cruz com priv. <sup>o</sup> exclusivo por 10 annos, e com o Commercio da Goma Copal . . . . . pelas Condições e Prorrogou selhe o mesmo priv. <sup>o</sup> p. <sup>or</sup> mais 10 a. <sup>os</sup> p. <sup>la</sup> . . . . .	Alv. de 10 de xbr. <sup>o</sup> de 1770 Rez. <sup>sm</sup> de 21 de Julho de 1778 Termo de 28 de Junho de 1780
		Ant. <sup>o</sup> Miz Bastos, e Marcos Joze de Mattos . Prohibeselhe a exportação dos Retalhos de Marfim q. possão Servir p. <sup>a</sup> obras miu- das p. <sup>la</sup> . . . . .	Prov. <sup>so</sup> de 15 de Maio de 1784
		Manda S. Mag. <sup>o</sup> que a Inspeção desta Fa- brica fique com todas as suas dependen- cias sujeita ao Inspector do Real Erario .	Decreto de 16 de Novr. <sup>o</sup> de 1787
			Vejase. Antas etc.
Pergaminhos . . . . .	Porto . . . . .	Manoel Joze Ferr. <sup>a</sup> Grelho . . . . .	Alv. de 13 de Julho de 1778 Alv. de 1. <sup>o</sup> de Sbr. <sup>o</sup> de 1778 Alv. de 28 de Janr. <sup>o</sup> de 1788
Polvora . . . . .		Sua Mag. <sup>o</sup> com izençoes etc. . . . .	

245

Ramulas . . . . .	Covilhã . . . . .	Paulo Joze da Rocha . . . . .	Desp. <sup>o</sup> de 30 de Agosto de 1779 Desp. <sup>o</sup> de 31 de Mayo de 1780 Vejase Tinturarias . . . . .
		Thomas Glz . . . . .	
		Jozé Henriques de Castro . . . . . Diogo Mendes Seixas & C. <sup>a</sup> . . . . . Simão Per. <sup>a</sup> da Silva . . . . .	
Relogios . . . . .	Lisboa . . . . .	Sua Mag. <sup>o</sup> e passou p. <sup>a</sup> . . . . . Antonio Durand . . . . . pelo	Contracto de 31 de xbr. <sup>o</sup> de 1776
Rendas de Ouro e Prata . . . . .	Lisboa . . . . . Porto . . . . . Braga etc. . . . .	Sua Mag. <sup>o</sup> etc. . . . .	
		Diversos particulares . . . . .	
		Diversos ditos . . . . .	
Rendas de Sêda feitas em tear . . . . .	Lisboa . . . . . NB.	Christovão Razuret . . . . . Com izençoes etc. p. <sup>or</sup> 6 annos . . . . .	Alv. de 2 de Junho de 1783
Rezina extrahida dos Pinheiros p. <sup>a</sup> ficarem as Madr. <sup>as</sup> Sem. <sup>es</sup> às de Flandres . . . . .		Francisco de Freitas Barreto . . . . .	Alv. de 15 de Junho de 1785

247

	NB.	Com privilegio exclusivo p. <sup>or</sup> 20 annos nas Provincias do Minho, e Tras os Montes . . . . .	
Serralharias . . . . .		Vejase Obras de Serralheiros . . . . .	
Sirigueiros . . . . .		Vejase. Obras de Sirigueiros.	
Sociedade economica dos bons compatriotas . . . . .	Ponte de Lima . . . . .	Diversos Amigos do Paiz. Estat. . . . .	Alv. de 5 de Janr. <sup>o</sup> de 1780
Sufuliez . . . . .	Lisboa . . . . .	Joze Antonio Lemos . . . . .	Lic. <sup>a</sup> da J. do Comm.
Surradores . . . . .		Vejase Obras de Surradores	
Tapessarias . . . . .	Lisboa . . . . .	Sua Mag. <sup>o</sup> e passou p. <sup>a</sup> . . . . .	
	Tavira . . . . .	João Gonçalves . . . . . pelo Pedro Leonardo Morgoux, e Theotonio Pedro Heitor . . . . .	Contracto de 27 de Janr. <sup>a</sup> de 1778
	NB.	Mandouselhes completar o emp <sup>mo</sup> p. <sup>lo</sup> . . . . .	Alv. de 31 de Mayo de 1776 Decreto de 20 de Janr. <sup>o</sup> de 1780
Tecidos d'Algodão . . . . .	Lisboa, Aveiro etc. . . . .	João Bapt. <sup>a</sup> Locatelli . . . . .	Alv. de 18 de 7br. <sup>a</sup> de 1769
	Lisboa . . . . .	Claudio Rouillon . . . . .	Lic. <sup>a</sup> de 2 de Abril de 1770

	Portalegre . . . . .	Sua Mag. <sup>o</sup> . . . . .	Desde . . . . . 1772
	Passou p. <sup>a</sup>	Anselmo Joze da Cruz Sobral, e Gerardo Wenceslao Braancamp, de Almeida Castelbranco, pelas Cond. e . . . . .	Alv. de 29 de M. <sup>o</sup> de 1788
	NB.	Com izençoens etc. p. <sup>or</sup> 12 annos	
Cascaes . . . . .		Franc. <sup>o</sup> Mailhol, e M. <sup>el</sup> Per. <sup>a</sup> Guima. <sup>es</sup> . . . . .	Alv. de 5 de Julho de 1773
	NB. 1.	Com izençoens, e espera do emp <sup>mo</sup> 20 a. . . . .	Rez. <sup>am</sup> de 30 de Janr. <sup>o</sup> de 1778
	2.	Concedeselho conservador . . . . . pelo	Avizo de 20 d'Ag. <sup>to</sup> de 1781
Penafiel . . . . .		Manoel de Bessa . . . . .	Avizo de 17 de 8br. <sup>o</sup> de 1775
Covilhã . . . . .		Bento Joze da Costa Mattos . . . . .	Alv. de 22 de M. <sup>o</sup> de 1779
	+NB.	Com priv. <sup>o</sup> exclusivo por 6 annos	
Porto . . . . .		Dom. <sup>os</sup> M. z. glz. & C. <sup>a</sup> . . . . .	Lic. <sup>a</sup> da J. do Comm.
	NB.	Com izençoens etc p. <sup>or</sup> 10 annos . . . . .	Rez. <sup>am</sup> de 18 de Julho de 1781
Coimbra . . . . .		Bento Joze Xavier . . . . .	Lic. <sup>a</sup> de 2 de 7br. <sup>o</sup> de 1782
	NB.	Principiou em 1773 . . . . .	
Covilhã . . . . .		Joze Henriques de Castro . . . . .	Rez. <sup>am</sup> de 24 de xbr. <sup>o</sup> de 1782
	NB. 1.	Com priv. <sup>o</sup> excluz. <sup>a</sup> p. <sup>or</sup> 5 annos	Avizo de 7 de Janr. <sup>o</sup> de 1783
	2.	Prorrogada p. <sup>or</sup> mais 5 anos pelo. . . . .	Decreto de 7 de Janr. <sup>o</sup> de 1786
		E pela	Prov. <sup>am</sup> de 18 de Janr. <sup>o</sup> de 1786
Azeitão . . . . .		Raymundo Pinto de Carv. <sup>o</sup> . . . . .	Decreto de 27 de Janr. <sup>o</sup> de 1783
	NB.	Com priv. <sup>o</sup> exclusivo p. <sup>or</sup> 6 annos . . . . .	
Lisboa . . . . .		Agostinho da Silva . . . . .	Lic. <sup>a</sup> de 26 de M. <sup>o</sup> de 1786
	NB.	Com Tinturaria	
Covilhã . . . . .		Simão Pereira da Silva . . . . .	Sem Lic. <sup>a</sup> . . . . .
Porto . . . . .		Joza Ferreira Pinto . . . . .	Lic. <sup>a</sup> da J. do Comm.

	Alcobaça . . . . .	Sua Mag. <sup>o</sup> . . . . .	Alv. de 18 de Ag. <sup>to</sup> de 1774
	NB.	Com izençoens p. <sup>or</sup> 20 annos.	
Sacavem . . . . .		Guilherme MacCormick . . . . .	Alv. de 17 de 7br. <sup>o</sup> de 1774
	NB.	Com izençoens p. <sup>or</sup> 15 annos . . . . .	
Azeitão . . . . .		Magalhaens, & Larché . . . . .	Alv. de 5 de Ag. <sup>to</sup> de 1775
	NB.	Com izençoens p. <sup>or</sup> 10 annos . . . . .	
	Passou p. <sup>a</sup>	Raymundo Pinto de Carv. <sup>o</sup> . . . . .	Decreto de 30 de Jan. <sup>o</sup> de 1784
	NB.	Com as mesmas izenções etc. p. <sup>or</sup> mais 20 annos	
Leiria . . . . .		Guilherme Marques . . . . .	Lic. <sup>a</sup> de 25 de Novr. <sup>o</sup> de 1777
Abrantes . . . . .		Ricardo Jacome Alles . . . . .	Lic. <sup>a</sup> de 25 de Junho de 1782
Torres Novas . . . . .		Henrique Meuron, & David Suabe . . . . .	Lic. <sup>a</sup> de 23 de Novr. <sup>o</sup> de 1783
Lisboa . . . . .		Antonio Affonso . . . . .	Lic. <sup>a</sup> de 11 de Junho de 1786
		Lourenço Minice, e Pedro Bocio . . . . .	Lic. <sup>a</sup> de 29 de Agosto de 1787
Sobral . . . . .		Manoel Luis de Almeida . . . . .	Lic. <sup>a</sup> de J. do Comm.
	NB.	Todos os tecidos das Fabricas identicas à de Azeitão gozão por 20 annos as mesmas izençoens etc. q. <sup>o</sup> a esta se concederão pelo Decreto de 30 de Janr. <sup>o</sup> de 1784 . . . . .	Rez. <sup>am</sup> de 1. <sup>o</sup> de Mayo de 1784
Tecidos de Lã	Covilhã . . . . .	Sua Mag. <sup>o</sup> . . . . .	Desde . . . . . 1764
	Passou p. <sup>a</sup>	A Sociedade . . . . . pelas Cond. e	Alv. de 3 de Junho de 1788
	NB.	Com izençoens etc. p. <sup>or</sup> 12 annos	
	Fundão . . . . .	Sua Mag. <sup>o</sup> . . . . .	Desde . . . . . 1771
	Passou p. <sup>a</sup>	A Sociedade . . . . . pelas Cond. e	Alv. de 3 de Junho de 1788
		Com izençoens etc. p. <sup>or</sup> 12 annos	

	NB. 1	Forão izentas dos Direitos de entrada, e dos de Sahida nas Alf. <sup>as</sup> do Reyno p. <sup>or</sup> 10 a. <sup>os</sup> pelo . . . . .	Decreto de 20 de M. <sup>o</sup> de 1770
	2	E também dos de Sahida no Consulado, e dos de entrada na America p. <sup>or</sup> 5 annos pelo . . . . .	Decreto de 12 de M. <sup>o</sup> de 1774
	3	Prorrogadas p. <sup>or</sup> mais de 5 annos pelo . . . . .	Decreto de 24 de Julho de 1779
	4	Forão prorrogadas todas as izençoens por mais 20 annos . . . . . pelo . . . . .	Decreto de 19 de Junho de 1784
	5	À Fabrica de Simão Per. <sup>a</sup> da Silva, e suas Officinas, e a todas as mais Fabricas de particulares, concede Sua Mag. <sup>o</sup> as mesmas Graças, Prov. <sup>os</sup> , e Izençoens q. <sup>o</sup> se achavão concedidos à Fabrica de Cascaes Os Boreis, Çaragoças, Pannos Jardas, Pannos de Minde, e de Varas, e os mais tecidos grossos, não tem izenção de Direitos . . . . .	Alv. de 31 de Julho de 1788
	Nottese		
Tecidos delinho	Abrantes . . . . .	Francisco Glz de Castro . . . . .	Rez. <sup>am</sup> de 26 de Ag. <sup>to</sup> de 1769
	Alcobaça . . . . .	Sua Mag. <sup>o</sup> . . . . .	Alv. de 2 de 8br. <sup>o</sup> de 1773
	NB.	Com izençoens só p. <sup>or</sup> 20 annos	
	Faro . . . . .	Joaquim Jassinari . . . . .	Alv. de 23 de Junho de 1778
	NB.	Com izençoens p. <sup>or</sup> 10 annos	
	Guimarães . . . . .	Franc. <sup>o</sup> de Olivr. <sup>a</sup> Ribr. <sup>o</sup> . . . . .	Rez. <sup>am</sup> de 27 de 7br. <sup>o</sup> de 1781
	NB.	Com izençoens p. <sup>or</sup> 10 annos	

Attanados, Sola e mais cortumes . . . .	Rio de Janeiro . .	Feliciano Gomes Neves . . . . .	Rez. <sup>am</sup> de 16 de Março de 1760
	Pernambuco . . .	Luis da Costa Monteiro . . . . .	Alv. de 27 de Fevr. <sup>o</sup> de 1765
	NB. passou p. <sup>a</sup> Villa Nova de Pussos	Dom. <sup>es</sup> da Costa Monteiro & C. <sup>a</sup> . . . . .	Rez. <sup>am</sup> de 5 de Janr. <sup>o</sup> de 1772
	Termo de Thomar Lisboa	Manoel Franc. <sup>o</sup> Braga . . . . .	Rez. <sup>am</sup> de 23 de 7vr. <sup>o</sup> de 1778
	NB.E hoje	Andre de Faria Rocha . . . . .	Liç. <sup>a</sup> de 10 de Fevr. <sup>o</sup> de 1779
	Faro . . . . .	D. Anna Gertrudes Paula, sua M. <sup>or</sup> Mancel Joze Gomes da Costa, & C. <sup>a</sup> . . . . .	Liç. <sup>a</sup> de 30 d'Abril de 1783
	Porto . . . . .	Jozé Nogueira da Silva . . . . .	Liç. <sup>a</sup> de 8 de Julho de 1785
	Campo Mayor . . .	Jozé dos Santos Ribeiro . . . . .	Liç. <sup>a</sup> de 29 de Julho de 1785
	Porto . . . . .	Manuel Simoens, Filhos . . . . .	Liç. <sup>a</sup> de 26 de 8br. <sup>o</sup> de 1785
	Sacavem . . . . .	Bento Joze de Lima . . . . .	Liç. <sup>a</sup> de 7 d'Abril de 1786
	Mouta . . . . .	Jozé Vicente Soares . . . . .	Liç. <sup>a</sup> de 19 de Junho de 1786
	Valbom tr. <sup>o</sup> do Porto . . . . .	Ant. <sup>o</sup> João Per. <sup>a</sup> da Costa . . . . .	Liç. <sup>a</sup> de 7 de Janr. <sup>o</sup> de 1788
	Tagarro tr. <sup>o</sup> de Alcoentre . . . . .	Jozé Ant. <sup>o</sup> Alvar, & C. <sup>a</sup> . . . . .	Liç. <sup>a</sup> de 9 d'Abril de 1788
	Unhos . . . . .	João Teixr. <sup>a</sup> de Macedo . . . . .	
	Setuval . . . . .	Bertholon & Lassence . . . . .	
	Odemira . . . . .	Jorge Rey & Comp. <sup>a</sup> . . . . .	
	Junqueira . . . . .	Joaquim Vieira Botelho	
Póvos . . . . .	Calvette, e outros Sócios . . . . .		

Tecidos de Sêda de Largo de Lavôr, e Lizo	Lisboa . . . . .	Joze Antonio de Lemos . . . . .	Lic. <sup>a</sup> da J. do Comm.	
	Lisboa . . . . .	Sua Mag. <sup>o</sup> . . . . . Matiz, e Lizo	Desde . . . . . 1750	
	Porto . . . . .	Diversos particulares . . . . . Lizo		
	Braga . . . . .	Diversos ditos . . . . . Matiz e Lizo		
	Bragança . . . . .	Diversos ditos . . . . . d. <sup>o</sup> e d. <sup>o</sup>		
	Freixo . . . . .	Diversos ditos . . . . . d. <sup>o</sup> e d. <sup>o</sup>		
	Chacim . . . . .	Diversos ditos . . . . . d. <sup>o</sup> e d. <sup>o</sup>		
	Pombal . . . . .	Lourenço M. <sup>o</sup> de Sá . . . . . d. <sup>o</sup> e d. <sup>o</sup>		
	Valongo do Porto	Jozé Ant. <sup>o</sup> de Souza, e hoje Sua Mulher . . . . . d. <sup>o</sup> e d. <sup>o</sup>		
	Sobral . . . . .	Diversos particulares . . . . . d. <sup>o</sup> e d. <sup>o</sup>		
	Lisboa . . . . .	Jaime Pereira . . . . . Lizo		
	Bragança . . . . .	Martinho Jacób . . . . . d. <sup>o</sup>		
	Lisboa . . . . .	João Ant. <sup>o</sup> Lopes Frz. . . . . Matiz, e Lizo	Alv. de 13 de 8br. <sup>o</sup> de 1783	
	Coimbra . . . . .	Mariana das Neves e Costa . . . . . Lizo	Lic. <sup>a</sup> de 29 de Ag. <sup>o</sup> de 1785	
	NB. 1.	Manoel Frz. Guim. <sup>es</sup> . . . . . Matiz, e Lizo		
		NB. e Mandouselhe passar a Licença por desp. <sup>o</sup> de 4 de Junho de 1788. porem não appareceu quem assinasse o termo do estillo Todos os tecidos das Fabricas do Reyno são izentos dos Dirt. <sup>os</sup> de entrada na Alfand. de Lisboa, e emolumentos pelo. . . . .		Decreto de 2 de Abril de 1757

Attanados, Sola e mais cortumes . . . .	Gayeiras tr. <sup>o</sup> de Óbidos . . . .	Filhos de G. <sup>m</sup> Jonsen . . . . .		
	Vianna . . . . .	Carlos de Araujo Lemos, & C. <sup>a</sup> , e hoje outros		
	Porto . . . . .	Ant. <sup>o</sup> Joze Guim. <sup>es</sup> . . . . .		
		Diogo Joze do Souto . . . . .		
		Luis João . . . . .		
		Sebastião Barboza da Cruz . . . . .		
	NB. 1.	Todos os Couros curtidos no Reyno, exceptuando a Sôla, e Attanados, são izentos dos Direitos de entrada . . . . . pelo		Decreto de 15 de 8br. <sup>o</sup> de 1760
	2.	Toda a Sola, e Attanados curtidos no Reyno, são izentos dos Dir. <sup>tos</sup> de entrada, e sahida . . . . . pelo		Decreto de 21 d'Agosto de 1761
	3.	Declarão-se comprehendidos na Graça da izenção dos Dir. <sup>os</sup> de entrada, e sahida os Couros em Cabello . . . . . pelo		Avizo de 2 de Novr. <sup>o</sup> de 1765
	4.	Permite-se q. se possão transportar para fora do R. <sup>no</sup> os couros verdes, não sendo precizos p. <sup>a</sup> as Fabricas dos Attanados, p. <sup>a</sup> o q. se lhes notificarão de 3 em 3 mezes. . . . . pelo		Alv. de 7 de Novr. <sup>o</sup> de 1765
	5.	Prohibese a sahida das raspas das Fabricas de cortumes em beniffbio das de Grude . . . . . pelo		Alv. de 11 de Fevr. <sup>o</sup> de 1773.

Tecidos de Sêda de estreito	2.	Foy repetida a mesma izenção pelo . . . . .	Decreto de 24 de 8bro de 1757
	3.	Estendese a mesma izenção a todas as Alfandegas do Reyno . . . . . pelo	Decreto de 21 de Novr. <sup>o</sup> de 1757
	4.	Os da Real Fabrica, e os dos teares da sua incorporação; manda S. Mag. <sup>de</sup> admitir a despacho nas Alfand. <sup>as</sup> da America, ainda q. sejão semelhantes aos prohibidos pela Pragmatica de 1749, hindo com Attestações que os qualifiquem . . . . . pelo	Decreto de 4 de Março de 1758
	5.	Os da Real Fábrica, são izentos dos Direitos e emolumentos sem excepção alguma, assim na Sahida p. <sup>a</sup> os portos da America como na entrada neles . . . . . pelo	Decreto de 3 de Abril de 1763
	6.	Os dos teares de Largo fabricados no Reyno são igualmente izentos dos Dir. <sup>tos</sup> de Sahida, e dos entrada (sic) nas Alfand. <sup>as</sup> do Reyno e Conquistas sem Limite de tempo. . . . . pela	Re. <sup>am</sup> de 18 de Junho de 1774
	7.	Em beneficio das Fabricas de Sedas do Reyno, prohibe S. Mag. <sup>a</sup> a entrada dos tecidos da Azia p. <sup>o</sup> 5 annos. . . . . pelo	Decreto de . . . . . de 1788
	Lisboa . . . . .	Diversos particulares . . . . .	
	Porto . . . . .	Diversos ditos . . . . .	
	Braga . . . . .	Diversos ditos . . . . .	
	Sobral . . . . .	Diversos ditos . . . . .	

	Lisboa . . . . .	João Vicente de Ag. <sup>sr</sup> . . . . .	
	Coimbra . . . . .	Manoel FrizGuim. <sup>os</sup> . . . . .	
		NB. Mandouselhe passar a Lic. <sup>a</sup> por desp. <sup>o</sup> de 4 de Junho de 1788 mas não assignou termo.	
	NB. 1.	Todos os tecidos desta Corporação se poderão reputar izentos dos Dir. <sup>tos</sup> , de entrada, e sahida nas Alfand. <sup>as</sup> do Reyno, e Conquistas, sem Limite de tempo, pelo Decreto de 3 de Abril de 1763, porem como assim não succedeo, flearão os dos teares da Real Fabrica com esta Graça illimitada e os dos de particulares com ella p. <sup>or</sup> 10 ann. <sup>os</sup> pelo . . . . .	Decreto de 30 de Abril de 1774
	2.	Prorrogouse a mesma izenção p. <sup>or</sup> mais 10 a. <sup>os</sup> p. <sup>o</sup> . . . . .	Alv. de 1. <sup>o</sup> d'Ag. <sup>to</sup> de 1784
Tinturarias.	Lisboa . . . . .	Sua Mag. <sup>e</sup> e passou p. <sup>a</sup> . . . . .	
		Jozé Maria Leal . . . . . pelo	Contracto de 2 de 7br. <sup>o</sup> de 1778
	E deste p. <sup>a</sup>	Francisco Dias dos Santos . . . . .	
		João Ant. <sup>o</sup> Alz. Delgado . . . . .	Lic. <sup>a</sup> de 14 de 8br. <sup>o</sup> de 1778
		Severino António . . . . .	Lic. <sup>a</sup> de 25 de Fevr. <sup>o</sup> de 1779
	Covilhaã . . . . .	Jozé Henriques de Castro . . . . .	Lic. <sup>a</sup> de 30 de Ag. <sup>to</sup> de 1779
	Lisboa . . . . .	Patricio Bureau & C. <sup>a</sup> . . . . . Cond. <sup>os</sup> e	L. <sup>a</sup> de 18 de Abril de 1780
	NB. Passou p. <sup>a</sup>	João Pedro Basc . . . . .	Desp. <sup>o</sup> de 24 de 8br. <sup>o</sup> de 1788
		Paulino Joze da Silva . . . . .	Lic. <sup>a</sup> de 19 de Mayo de 1780

254

	Beira . . . . .	Francisco Joze de Oliveiros, p. <sup>or</sup> . . . . .	Contracto de 13 de Mayo de 1778
	Lisboa . . . . .	Lourenço Cabral d'Aguiar . . . . .	Lic. <sup>a</sup> de 20 de Fevr. <sup>o</sup> de 1781
		Francisco Joze Ferr. <sup>a</sup> . . . . .	Lic. <sup>a</sup> de 25 de Abril de 1781
		João Baptista . . . . .	Lic. <sup>a</sup> de 31 de Julho de 1781
		Anna Joaquina do Rozario . . . . .	Lic. <sup>a</sup> de 16 de Abril de 1788
Verdete . . . . .		Isaac Godin & C. <sup>a</sup> . . . . .	Alv. de 2 de M. <sup>co</sup> de 1781
	NB.	Com izenção dos Dir. <sup>ts</sup> de entrada e Sahida e com priv. <sup>o</sup> exclusivo p. <sup>or</sup> 10 annos, no R. <sup>no</sup> , e Conq. <sup>tas</sup> . . . . .	
Vernizes . . . . .	Lisboa . . . . .	Sua Mag. <sup>e</sup> , e passou p. <sup>a</sup> . . . . .	Veja-se Caixas de Papelão
		Gabriel da Cruz e deste p. <sup>a</sup> . . . . .	
		Jozel Francisco Del Cuoco. . . . .	
Verrumas . . . . .	Pernes . . . . .	Pedro Schippa Pietra. . . . .	Obras de Serralheiros
Vidros Ordr. <sup>os</sup>	Côvo Tr. <sup>o</sup> da Feira	D. Sebastião de Castro	
	NB. 1.	Ignorase o principio desta Fabrica mas Sabese q. ElRey D. Sebastião lhe confirmou os privilegios q. <sup>e</sup> lhe havia concedido. ElRey D. Manoel.	
	2.	Os vidros desta Fabrica, são izentos dos Direitos de entrada na Alfandega desta Corte . . . . . pelo	Avizo de 31 de 8br. <sup>o</sup> de 1776

256

	Covilhaã . . . . .	Diogo Mendes Seixas, & C. <sup>a</sup> . . . . .	Lic. <sup>a</sup> de 31 de Mayo de 1780
	Beira . . . . .	Lourenço Cabral de Ag. <sup>sr</sup> . . . . .	Lic. <sup>a</sup> de 20 de Fevr. <sup>o</sup> de 1781
	Lisboa . . . . .	João Bapt. <sup>a</sup> Champlon . . . . .	Lic. <sup>a</sup> de 20 de Junho de 1782
		Joze da Rozá p. <sup>a</sup> Chapeos Velhos . . . . .	Lic. <sup>a</sup> de 2 de 7br. <sup>o</sup> de 1782
		Manoel Franc. <sup>o</sup> de Almeida . . . . .	Lic. <sup>a</sup> de 27 de Julho de 1785
		Ignacio da Silva . . . . .	Lic. <sup>a</sup> de 10 de Julho de 1786
	Bragança . . . . .	Antonio dos Santos . . . . .	Lic. <sup>a</sup> de 28 de Julho de 1786
	Lisboa . . . . .	Luis Nunes. . . . .	Lic. <sup>a</sup> de 7 de Mayo de 1787
		Dom. <sup>os</sup> Joze Glz. Lamarão. p. <sup>a</sup> Peles. . . . .	Lic. <sup>a</sup> de 23 de Mayo de 1787
		Manuel da Luz . . . . .	Lic. <sup>a</sup> de 18 de Julho de 1788
	Covilhaã . . . . .	Simão Pereira da Silva.	
	NB.	Com izençoens p. <sup>or</sup> 10 annos pelo	Alv. de 31 de Julho de 1788
	Lisboa . . . . .	Claudio Fournier . . . . .	Lic. <sup>a</sup> da J. do Comm.
		Pedro Champlon . . . . .	Lic. <sup>a</sup> da J. do Comm.
	NB.	A todas as Tinturarias das Fabricas de Lanificios, concede S. Mag. <sup>e</sup> p. <sup>or</sup> 10 an. <sup>os</sup> as mesmas izençoens q. <sup>e</sup> se achavão concedidas à de Cascaes. . . . .	Alv. de 31 de Julho de 1788
Torneiros de Madeira, Marfim, Metaes etc. . . . .			Veja-se Obras de Torneiros
Tornos de Seda crua etc . . . . .	Lisboa . . . . .	Sua Mag. <sup>e</sup> , e passou p. <sup>a</sup>	

255

Vidros Cristalinos, e p. <sup>a</sup> Vidraças etc. . . . .	Marinha gr.de . . . . .	Guilherme, e João Diogo Stephens.	
	Termo de Leiria . . . . .	Com os privilegios, e izençoens, que constão das Condiçoens, e. . . . .	Alv. de 7 de Julho de 1769
			Decreto de 2 de Nov. <sup>o</sup> de 1774
			Alv. de 11 de xbr. <sup>o</sup> de 1780
			Alv. de 12 de 8br. <sup>o</sup> 1786
Xarçoens. . . . .	Lisboa . . . . .	Joze Riddler . . . . .	Não existe
		Joze Francisco Del Cuoco . . . . .	Veja-se Bandejas
		Manoel Ferreira . . . . .	

257

Relação das fábricas q̄ existem  
por conta de Sua Magestade

Algoadoens . . .	Alcobaça . . .		
Cal . . . . .	Lisboa . . . . .		
Caracteres p. <sup>a</sup> . . .			
Impressão . . . . .	Lisboa . . . . .		
Cartas p. <sup>a</sup> Jogar . . .	Lisboa . . . . .		
Galloens finos . . . .	Lisboa . . . . .		
Lençaria . . . . .	Alcobaça . . . . .		
Louça fina . . . . .	Lisboa . . . . .		
Polvora . . . . .	Lisboa . . . . .		
Seda de Largo . . . . .	Lisboa . . . . .		
Thypografia . . . . .	Lisboa . . . . .		

258

Relação das fabricas q.<sup>2</sup> se estabelecerão  
com privilegios exclusivos

Azeite extrahido do bagaço da Azeitona . . . . .		Rodrigo Joze da Veiga & C. <sup>a</sup> . . . . .	p. <sup>or</sup> 6 Annos . . . . .	1786
		Prorrogado por mais . . . . .	4 d. <sup>tos</sup> . . . . .	
Baetilhas estampadas . . . . .	Azeitão . . . . .	Raymundo Pinto de Carv. <sup>o</sup> . . . . .	p. <sup>or</sup> 6 Annos . . . . .	1783
Baetoens de Xadrêz matizados no tear . . . . .	Covilhã . . . . .	Bento Joze da Costa Mattos . . . . .	p. <sup>or</sup> 6 Annos . . . . .	1779
Baetoens matizados com agulha . . . . .	Covilhã . . . . .	Joze Henriques de Castro . . . . .	p. <sup>or</sup> 5 Annos . . . . .	1782
		Prorrogado p. <sup>or</sup> mais . . . . .	5 d. <sup>tos</sup> . . . . .	
Bezerrros . . . . .	Lisboa . . . . .	D. Anna Gestrudes Paula . . . . .	p. <sup>or</sup> 10 Annos . . . . .	1779
Botens de Unha . . . . .	Porto . . . . .	Joze Fernandes Chaves . . . . .	p. <sup>or</sup> 10 Annos . . . . .	1776
		Prorrogado . . . . .	p. <sup>or</sup> mais 5 d. <sup>tos</sup> . . . . .	
Caixas de Papelão . . . . .	Lisboa . . . . .	Joze Francisco Del Cuoco . . . . .	p. <sup>or</sup> 10 Annos . . . . .	1770
		Prorrogado por mais . . . . .	10 d. <sup>tos</sup> . . . . .	
		Prorrogado por mais . . . . .	10 d. <sup>tos</sup> . . . . .	
Cartas de Jogar . . . . .	Lisboa . . . . .	Sua Mag. <sup>a</sup> . . . . .	Sem limite	
Enxarcia . . . . .	Bahia . . . . .	Joze Ferreira Leal . . . . .	p. <sup>or</sup> 15 Annos . . . . .	1767
Folha de Flandres . . . . .	Porto . . . . .	Manoel Joze Montr. <sup>o</sup> & C. <sup>a</sup> . . . . .	p. <sup>or</sup> 10 Annos . . . . .	1776

260

● Relação das fábricas que se estabelecerão ●  
por conta de Sua Mag.<sup>a</sup>, e se transmitirão a particulares

Botens de Casq. <sup>a</sup> . . . . .	Lisboa . . . . .	A Francisco Agostinho Guilhobel . . . . .	
Caixas de Papelão . . . . .	Lisboa . . . . .	A Joze Francisco del Cuoco . . . . .	
Calandrar Seda . . . . .	Lisboa . . . . .	A João Baptista Puxe . . . . .	
Chapeos finos . . . . .	Pombal . . . . .	A João Novaes de Sá . . . . .	
Cutelaria etc. . . . .	Lisboa . . . . .	A Ant. <sup>o</sup> João Bapt. <sup>a</sup> Chorlier . . . . .	
Fundição de Met. <sup>as</sup> . . . . .	Lisboa . . . . .	A Julio Gatti . . . . .	
Fittas de matiz etc. . . . .	Lisboa . . . . .	A Diversos . . . . .	
Lacre . . . . .	Lisboa . . . . .	A Martins, & Mattos . . . . .	
Meyas de Seda . . . . .	Lisboa . . . . .	A Diversos . . . . .	
Lanificios. . . . .	Covilhã . . . . .	A Sociedade . . . . .	
	Fundão . . . . .	A dita . . . . .	
	Portalegre . . . . .	A Anselmo Jozé da Cruz Sobral, e Genro . . . . .	
Pentes de Marfim . . . . .	Lisboa . . . . .	A Martins & Mattos . . . . .	
Relogios . . . . .	Lisboa . . . . .	A Antonio Durand . . . . .	
Serralharia . . . . .	Lisboa . . . . .	A João Bapt. <sup>a</sup> Schiappa Pietra . . . . .	
	Pernes . . . . .	A Pedro Schiappa Pietra . . . . .	
Tinturaria . . . . .	Lisboa . . . . .	A Francisco Dias dos Santos . . . . .	
Torno de Seda . . . . .	Lisboa . . . . .	A Francisco Joze de Oliveiros . . . . .	
Vidros . . . . .	Coyna . . . . .	A Diversos Commerçiantes . . . . .	
Tapessarias . . . . .	Lisboa . . . . .	A João Gonçalves . . . . .	

259

Folhetas p. <sup>a</sup> Crav.am . . . . .	Lisboa, e Porto . . . . .	Augusto Luduvino Shyme . . . . .	p. <sup>or</sup> 10 Annos . . . . .	1766
Fundição de Ferro . . . . .	Com.ca de Moncorvo . . . . .	Prorrogado . . . . .	Sem limite . . . . .	1776
Grude . . . . .	Lisboa . . . . .	Dom. <sup>os</sup> Miz. Glz. & C. <sup>a</sup> . . . . .	p. <sup>or</sup> 20 Annos . . . . .	1780
Lonas . . . . .	Bahia . . . . .	João Bapt. <sup>a</sup> Locatelli . . . . .	p. <sup>or</sup> 10 Annos . . . . .	1764
Louça de Fogo, vidrado . . . . .	Bahia . . . . .	Joze Ferreira Leal . . . . .	p. <sup>or</sup> 15 Annos . . . . .	1767
Louça de pó de pedra . . . . .	Panasqueira . . . . .	Joze Anselmo d'Agar . . . . .	p. <sup>or</sup> 5 Annos . . . . .	1776
Papel Pintado . . . . .	Minho, e Beira . . . . .	Dr. Dom. <sup>os</sup> Vandelli . . . . .	p. <sup>or</sup> 10 Annos . . . . .	1787
Pentes de Marfim . . . . .	Lisboa . . . . .	Jeronimo Esteves . . . . .	p. <sup>or</sup> 5 Annos . . . . .	1781
Rezina extrahida dos Pinheiros . . . . .	Lisboa . . . . .	Prorrogado . . . . .	p. <sup>or</sup> mais 5 d. <sup>tos</sup> . . . . .	
		Martins, e Mattos . . . . .	p. <sup>or</sup> 10 Annos . . . . .	
		Prorrogado . . . . .	p. <sup>or</sup> mais 10 d. <sup>tos</sup> . . . . .	1770
		Prorrogado . . . . .	p. <sup>or</sup> mais 10 d. <sup>tos</sup> . . . . .	
Verdete . . . . .	Minho, e Tras os Mtes . . . . .	Franc. <sup>o</sup> de Freitas Barreto . . . . .	p. <sup>or</sup> 20 Annos . . . . .	1785
		Isaac Godin & C. <sup>a</sup> . . . . .	p. <sup>or</sup> 10 Annos . . . . .	1781

(Continua no vol. IV, n.º 1, 1855).

261

Azeite Refinado, e Licores	Póvos	João Hempel & C. <sup>a</sup>	Rez. <sup>sm</sup> de 4 de Janr. <sup>o</sup> de 1778
	NB. 1.	Tem a espera de 6 m. <sup>a</sup> pelos Dir. <sup>os</sup> de sahida	
	2.	Permiteselhes a venda por miudo	
	3.	Tem izenção dos Dir. <sup>os</sup> da Lenha que mandaram vir do Brazil	
Azeite extrahido do bsaço da Azeitona		Rodrigo Joze da Veiga, e Dom. <sup>os</sup> da Cunha	Rez. <sup>sm</sup> de 13 de Novr. <sup>o</sup> de 1786
	NB. 1.	Compriv. <sup>o</sup> exclusivo neste Reyno por 6 annos	
	2.	Prorrogado por mais 4 annos . . . pela	Rez. <sup>sm</sup> de 27 de Ag. <sup>to</sup> de 1787
Baetilhas estampadas	Azeitão	Raymundo Pinto de Carv. <sup>o</sup>	Vejase Tecidos de Laã
	NB.	Compriv. <sup>o</sup> exclusivo por 6 annos	
Baetoens de xadrez, e matizados no tear	Covilhã	Bento Joze da Costa Mattos	Vejase Tecidos de Laã
	NB.	Compriv. <sup>o</sup> exclusivo por 6 annos	
Baetoens matizados com Ag. <sup>a</sup>	Covilhã	Joze Henriques de Castro	Vejase Tecidos de Laã
	NB. 1.	Compriv. <sup>o</sup> exclusivo por 5 annos	
	2.	Prorrogado por mais 5 . . . . .	

		Ant. <sup>o</sup> Multipliciano da S. <sup>a</sup>	Liç. <sup>a</sup> de 30 de Janr. <sup>o</sup> de 1781
		Jose Conrado da Costa	Liç. <sup>a</sup> de 30 de Janr. <sup>o</sup> de 1781
		Franc. <sup>o</sup> Joaquim da Cruz	Liç. <sup>a</sup> de 7 de Fevr. <sup>o</sup> de 1781
		Jozé dos Santos Carv. <sup>o</sup>	Liç. <sup>a</sup> de 9 de Fevr. <sup>o</sup> de 1781
		Joze Justino Henriques	Liç. <sup>a</sup> de 19 de Fevr. <sup>o</sup> de 1781
		Joze de Souza Queirós	Liç. <sup>a</sup> de 15 de Junho de 1781
		Franc. <sup>o</sup> Nunes de Carv. <sup>o</sup>	Liç. <sup>a</sup> de 1 de Agosto de 1781
		Manoel Joze da Costa Pinto	Liç. <sup>a</sup> de 26 d'Ag. <sup>to</sup> de 1782
		Joze Pedro Duarte	Liç. <sup>a</sup> de 6 d'Ag. <sup>to</sup> de 1784
		Ant. <sup>o</sup> dos Santos	Liç. <sup>a</sup> de 8 de 8br. <sup>o</sup> de 1784
		Henrique Jozé Alz, e hoje sua M. <sup>er</sup>	Liç. <sup>a</sup> de 11 de 8br. <sup>o</sup> de 1784
		Aniceto Saraiva de Almeida	Liç. <sup>a</sup> de 22 de 8br. <sup>o</sup> de 1784
		Ant. <sup>o</sup> Frz. de Avellar.	Liç. <sup>a</sup> de 6 de 7br. <sup>o</sup> de 1786
Bottoens de Casquinha	Lisboa	João Franc. <sup>o</sup> Mor. <sup>a</sup>	Liç. <sup>a</sup> de 10 de Novr. <sup>o</sup> de 1786
		Mathias Ribr. <sup>o</sup>	Liç. <sup>a</sup> de 22 de Novr. <sup>o</sup> de 1786
		Franc. <sup>o</sup> Ant. <sup>o</sup> Jorge	Liç. <sup>a</sup> de 26 d'Ag. <sup>to</sup> de 1787
		Ant. <sup>o</sup> Jozé Gomes	Liç. <sup>a</sup> de 9 de Julho de 1788
	Porto	Ant. <sup>o</sup> José de Souza	Liç. <sup>a</sup> de 9 de Julho de 1788
		Miguel Ant. <sup>o</sup> da S. <sup>a</sup> e Souza	Liç. <sup>a</sup> de 9 de Julho de 1788
	Lisboa	Ant. <sup>o</sup> Jozé de Queiróz	
		Agostinho Ant. <sup>o</sup>	
		Euzebio Luis	
		Filippe Nery do Esp. <sup>o</sup> S. <sup>o</sup>	
		Jozé Ant. <sup>o</sup> da Luz.	

Bandejas de Cobre e Ferro	Lisboa	Joze Francisco DelCuoco	Liç. <sup>a</sup> de 27 de Julho de 1778
		Manuel Ferreira	Liç. <sup>a</sup> de 23 de Fevr. <sup>o</sup> de 1781
Bezerros	Lisboa	D. Anna Gertrudes Paula, V. <sup>a</sup> de Andre Faria Rocha	Alv. de 19 de 8br. <sup>o</sup> de 1779
	NB.	Compriv. <sup>o</sup> exclusivo por 10 annos	
		Actualm. <sup>te</sup> não tem privilegio exclusivo	Rez. <sup>sm</sup> 9 de Mayo de 1791
Bombas para Fogo, Maquinas	Lisboa	Matheus Ant. <sup>o</sup> da Costa	Liç. <sup>a</sup> de 3 de xbr. <sup>o</sup> de 1781
Bottoens de Casquinha	Lisboa	Joze Carvalho Leitão	Decreto de 17 Fevr. <sup>o</sup> de 1774
	NB.	Comizenção dos Dir. <sup>os</sup> de Sahida por 10 annos. Sua Mag. <sup>de</sup> , e passou para Franc. <sup>o</sup> Agostinho Guilhobel	Alv. de 20 de Agosto de 1774
	NB.	Comizenção dos Dir. <sup>os</sup> de Sahida, e dos de entrada na América por 10 annos	
	Porto	Jose Alz. de Araujo Veloso	Liç. <sup>a</sup> de 12 de Junho de 1778
	Lisboa	João Pedro Tavares, e hoje M. <sup>el</sup> Ant. <sup>o</sup>	Liç. <sup>a</sup> de 18 d'Agosto de 1780
		Pedro António Corr.	Liç. <sup>a</sup> de 19 d'Agosto de 1780
	Porto	Joze da Costa	Liç. <sup>a</sup> de 11 de 8br. <sup>o</sup> de 1780
	Lisboa	Pedro Pires dos Santos	Liç. <sup>a</sup> de 20 de Novr. <sup>o</sup> de 1780
		Manuel da Costa	Liç. <sup>a</sup> de 8 de Janr. <sup>o</sup> de 1781

	Maфра	João Franc. <sup>o</sup> Mor. <sup>o</sup>	
	Lisboa	Januario Jozé Coelho	
		Joze Francisco	
		João da Matta	
		João Baptista	
		Jozé Manoel	
		João Ant. <sup>o</sup> Corr. <sup>a</sup>	
		Joze Joaquim dos S. <sup>os</sup>	
		Manoel Ant. <sup>o</sup> com a Liç. <sup>a</sup> de João P. <sup>o</sup> Tavares	
		Pedro Martinho	
		Manoel Frz d'Avellar	
		Mauricio Miguel d'Ag. <sup>to</sup>	
		Thomas da Costa	
	NB. 1.	Os Bottoens de Casquinha das Fabricas do Reyno, são izentos dos Dir. <sup>os</sup> de Sahida no Consulado por 10 annos . . . pelo	Alv. de 3 de Julho de 1775
	2.	Foy prorrogada amesma izenção por mais Sinco annos . . . . . pela	Rez. <sup>sm</sup> de 19 de 7bro de 1785
Bottoens de metal	Maфра	Alexandre Valerio de Olivr. <sup>a</sup>	Liç. <sup>a</sup> de 23 de Fevr. <sup>o</sup> de 1781
Bottoens bordados	Lisboa	Antonio Currat	Liç. <sup>a</sup> de 1 de 7bro de 1783
		Dom. <sup>os</sup> Fantini Ansaldo	Liç. <sup>a</sup> de 19 de 7bro de 1783
		Jacome Zelli	Liç. <sup>a</sup> de 9 de Junho de 1784

Bottoens de unha . . . .	Porto . . . .	Joze Fernandes Chaves . . . . .	Alv. de 9 de 8br.º de 1776
	NB. 1.	Compriv.º exclusivo por 10 annos na Provincia do Minho, e com izenção de Dir.ºs de entrada e sahida nos p.ºs 5 annos	
	2.	Concedeseelhe Liç.ª p.ª se poder estabelecer nas mais Prov.ºs de Reyno. . . pela Ant.º Jozé Per.ª Olival . . . . .	Rez.ºm de 14 de xbr.º de 1781 Liç.ª de 17 de Nbr.º de 1787
Branquearia, Tinturaria, e Estamparia .	Coyna . . . .	João Henrique Hanew inKel . . . . .	Alv. de 24 d'8br.º de 1783 Decreto de 28 de Janr.º de 1784
	NB. 1.	Declarado . . . . . pelo Comizenção dos Direitos de entrada de 5000 peças de Panno de Linho em crú em cada hum dos primeiros 5 annos.	
	2.	A mesma izenção tem as fazendas por elle branqueadas, pelo tempo de 10 annos, assim dos Dir.ºs de Sahida do R.º, como dos de entrada nas Alfand.ºs do mesmo, e das Conquistas.	
	3.	O Linho em rama q mandar vir de fora he izento dos Dir.ºs de entrada por 10 annos.	
	4.	A mesma izenção tem os flados finos que mandar vir defora pelos ditos 10. annos, porem os grossos, só a tem p.º 3.	

222

		2. Prorrogouse o mesmo priv.º p.ºr mais 10 a.º	Rez.ºm de 21 de Julho de 1778
	Passou p.ª	Jozé Franc.º Del Cuoco . . . . . pela	Esript.ª de 15 de 8br.º de 1778
	3.	Foy aprovada a transmissão . . . . . pela	Rez.ºm de 28 d'Abril de 1784
	4.	Prorrogouse o priv.º exclusivo por mais 10 annos . . . . . pela	Rez.ºm de 1... 7br.º de 1785
		E pelo	Alv. de 26 d.º de 1785
Cal, feita com carvão de pedra . . . .	Lisboa . . . .	Guilherme Stephens . . . . .	Alv. de 3 de Nov.º de 1756 Decreto de 17 de Fevr.º de 1757
		Sua Mag.ºe dirigida pelo Brigadeiro B.ºmeu da Costa	
Calandrar Sêda	Lisboa . . . .	Sua Mag.ºe e passou p.ª	
		João Baptista Puxe . . . . . com as	Cond.ºs de 29 de 8br.º de 1777
		Pedro de Moura . . . . .	Lic. de de
Caracteres p.ª Impressão .	Lisboa . . . .	Sua Mag.ºe . . . . .	Alv. de 24 de xbr.º de 1768
Cardar Sêda .	Lisboa . . . .	Jozé Terrier . . . . .	
Cartas p.ª Joga- gar, e Papel- loe . . . .	Lisboa . . . .	Sua Mag.ºe . . . . .	Alv. de 31 de Julho de 1769
	NB. 1.	Passou sua administração p.ª a Junta das Fábricas . . . . . pelo	Decreto de 22 d'Abril de 1778

224

		5. Não se concederão iguais Graças aoutra pessoa alguma por 5. annos.	
Brochas, e Sovellas p.ª Çap- patr.º . . . .	Lisboa . . . .	João Milliard . . . . .	Liç.ª de 18 d'Ag.º de 1784
Bugias de Cera	Porto . . . .	Antonio Setaro . . . . .	Liç.ª de 29 de Junho de 1779
Cadeiras de Palh.ª . . . .	Lisboa . . . .	João Lardon . . . . .	Liç.ª de 20 de Junho de 1781
Caixas p.ª Relo- gios . . . .	Lisboa . . . .	João Bapt.ª Maunier . . . . .	Liç.ª da J. do Comm.
Caixas de Ouro, Prata etc. (Bi- jotaria) . . . .	Lisboa . . . .	Jozé Joaquim Lobo . . . . .	Lic.ª de 26 d'Ag.º de 1780
Caixas de Sôla	Vianna . . . .	Manoel Alz. Moreira . . . . .	Lic.ª de 25 d'Abril de 1782
Caixas de Pape- lão . . . .	Lisboa . . . .	Sua Mag.ºe e passou p.ª	
	NB. 1.	Gabriel da Cruz . . . . . pelo Com priv.º exclusivo p.ºr 10. annos, e com o Commercio da Goma Copal . . . . .	Alv. de 19 de xbr.º de 1770

223

		2. Dase forma ao seu Regimento a'Adm.ºn pela	Rez.ºm de 23 d'8br.º de 1778
		3. Mandase vender p.ºr 150 cada Baralho nas Ilhas dos Açores . . . . . pela	Rez.ºm de 25 de Junho de 1779
		4. Mandase pagar à viuva de Lour.ºo Solezio a Tença de 150\$000 . . . . . pelo	Decreto de 22 de Novr.º de 1786
Chapas p.ª Mu- sica . . . .	Lisboa . . . .	Franc.º Dom.ºs Malecent . . . . .	Lic.ª de 9 d'Abril de 1788
Chapeos finos .	Pombal . . . .	Sua Mag.ºe . . . . .	Decreto de 23 de Janr.º de 1769
	E passou p.	João Novaes de Sá . . . . . pelo	Contracto de 27 de Janr.º de 1778
		Aprovado . . . . . pela	Rez.ºm de 3 de Março de 1781
	Porto . . . .	Luis Fournol, & C.ª . . . . .	Alv. de 22 de 8br.º de 1771
	Porto . . . .	Luis Fournol . . . . .	Lic.ª de 17 de Março de 1780
	Lisboa . . . .	Gabriel Milliet . . . . .	Alv. de 15 de 7br.º de 1772
	NB. Passou p.ª	Iacome Rattou, & C.ª . . . . .	
	Elvas . . . .	João Bapt.ª Alexis . . . . .	de de de
	NB.	Mandouse q osChapeos desta Fabrica pas- gassem o Sello na Alf.ª de Elvas. pela	Rez.ºm de 23 de Agosto de 1779
	Sobral . . . .	Manoel Jozé Ferr.ª Grelho & C.ª . . . .	Alv. de 20 de Junho de 1773
	Porto & C.ª . .	Manoel Jozé Ferr.ª Grelho . . . . .	Lic.ª de 12 d'Agosto de 1778
		Antonio Jozé Guim.ºs . . . . .	Alv. de 25 de Junho de 1773
	Lisboa . . . .	Nicolao Focq . . . . .	Lic.ª de 23 de 7br.º de 1778
		Antonio Jozé Lobo . . . . .	Lic.ª de 26 de 8br.º de 1778
		João Roiz Gama . . . . .	Lic.ª de 25 de Junho de 1779

225

Porto . . . .	Domingos do Rozario . . . . .	Lic. <sup>a</sup> de 8 d'Abril de 1780
	+ Manoel Ant. <sup>o</sup> Madureira . . . . .	Lic. <sup>a</sup> de 29 de Maio de 1780
Lisboa . . . .	Francisco Ant. <sup>o</sup> Pinto . . . . .	Lic. <sup>a</sup> de 24 de Janr. <sup>o</sup> de 1781
	Carlos Griselli . . . . .	Lic. <sup>a</sup> de 27 de Mayo de 1782
	+ Frederico Furnelli . . . . .	Lic. <sup>a</sup> de 29 de Julho de 1782
Bucellas . . . +	Alexandre Lourenço . . . . .	Lic. <sup>a</sup> de 16 de 8br. <sup>o</sup> de 1782
Abrantes . . . +	Jeronimo Franc. <sup>o</sup> Furnol . . . . .	Lic. <sup>a</sup> de 12 de Fevr. <sup>o</sup> de 1783
Lisboa . . . . +	Francisco de Los Rios . . . . .	Lic. <sup>a</sup> de 10 de Novr. <sup>o</sup> de 1784
Chaves . . . . +	Jeronimo Lourenço Dias . . . . .	Lic. <sup>a</sup> de 15 de Junho de 1785
Lisboa . . . . +	Francisco da Roza . . . . .	Lic. <sup>a</sup> de 10 de Fevr. <sup>o</sup> de 1786
Evora . . . . .	Francisco Dias . . . . .	Lic. <sup>a</sup> de 12 de xbr. <sup>o</sup> de 1786
NB Passou p. <sup>a</sup>	Alex. <sup>o</sup> D. <sup>to</sup> da S. <sup>a</sup> e M. <sup>el</sup> de Olivr. <sup>a</sup> . . . . .	
Lisboa . . . . .	Jozé Roiz Monteiro . . . . .	
	+ Silvestre Sauvage . . . . .	
	Joze da Silva . . . . .	
NB. 1.	Em beneficio destas Fabricas, se prohibe a extracção das Pelles de Coelho, e Lebre p. <sup>a</sup> fora do R. <sup>no</sup> p. <sup>lo</sup> . . . . .	Alv. de 7 d'Agosto de 1767
2.	Para fornecer as Fabricas de Chapeos das Pelles de Coelho e Lebre que precisassem, passou a Direcção da Fabrica das Sedas, Provimto a Joze Gonçalo da Costa Pinto com 6 Condiçoens . . . . .	Em 17 de Março de 1769
3.	Os Chapeos fnos das Fabricas do Reyno São izentos dos Dir. <sup>tos</sup> de Sahida sem	

226

Chapeos fnos .

Torres Novas . . 3.	Henrique Meuron, & David Suabe . . . . .	Alv. de 4 de Ag. <sup>to</sup> de 1780
Coyna . . . . . 4.	Christiano Maroff . . . . .	Rez. <sup>am</sup> de 3 de M. <sup>co</sup> de 1781
Setterios . . . . 5.	Christovão Tremp . . . . .	Rez. <sup>am</sup> de 10 de M. <sup>co</sup> de 1781
Albarraque tr. <sup>o</sup> de		
Cascaes . . . . 6.	Silvestre Per. <sup>a</sup> dos Reys . . . . .	Lic. <sup>a</sup> de 17 de M. <sup>co</sup> de 1783
Coyna . . . . . 7.	João Henrique Hanewinkel . . . . .	Vejase Branquearia
Azeitão . . . . . 7.	Magalhaens, & Larché . . . . .	Alv. de 5 d'Ag. <sup>to</sup> de 1775
NB. Passou p. <sup>a</sup>	Raymundo Pinto de Carv. <sup>o</sup> . . . . .	Decreto de 30 de Janr. <sup>o</sup> de 1784
NB. 1.	Com prorrogação dos priv. <sup>os</sup> e izenções por mais 20 annos.	
2.	Os priv. <sup>os</sup> desta Fabrica ficarão sendo transcendentés a todas as de identica natureza pela Seguinte Rez. <sup>am</sup> do 1. <sup>o</sup> de Mayo de 1784.	
Porto . . . . . 8.	Martinho Joze de Ar. <sup>o</sup> & C. <sup>a</sup> . . . . .	Rez. <sup>am</sup> do 1. <sup>o</sup> de Mayo de 1784
NB.	Por esta Rez. <sup>am</sup> ficarão sendo commú atodas as Fabricas de Estamparia, e de Algoduens, os mesmos privilegios, e izençoens q. <sup>o</sup> se achão concedidos à de Azeitão.	
Chitas . . . . .	Alenquer . . . . .	Lic. <sup>a</sup> de 2 de Julho de 1784
	Sotaval . . . . . 9.	Manuel Joze Ferr. <sup>o</sup> Grelho . . . . .
	Chellas . . . . . 10.	Paulo Joze da Rocha . . . . .
		Lic. <sup>a</sup> de 14 de Nov. <sup>o</sup> de 1785

228

		Limite de tempo (prohibindose a entrada dos de fora) . . . . . pelo	Alv. de 22 de xbr. <sup>o</sup> de 1770
		4. E tambem . . . . . pelo	Alv. de 22 de 8br. <sup>o</sup> de 1771
		5. Todos os Materiaes necessarios para estas Fabricas, são izentos dos Dir. <sup>tos</sup> de entrada pelo tempo de 15 annos . . . . . pelo	Alv. de 25 de Junho de 1773
		6. Prorrogouse amesma izenção por mais 15 annos. . . . . pelo	Alv. de 19 d'Ag. <sup>to</sup> de 1788
Charneiras p. <sup>a</sup>	Lisboa . . . . .	Luis Joaquim Sicard . . . . .	Rez. <sup>am</sup> de 30 de Julho de 1773
Fivellas . . . .	NB. 1.	Com izenção dos Direitos de entrada e de Sahida nas Alf. <sup>as</sup> do Reyno . . . . .	
	2.	E tambem das de entrada dos Materiaes precisos . . . . .	Avizo de 28 de 7br. <sup>o</sup> de 1775
	3.	Forão confirmadas as mesmas izenções pelo Izidro Joze Ferreira . . . . .	Alv. de 7 de Junho de 1780 Lic. <sup>a</sup> de 27 de Janr. <sup>o</sup> de 1783
Charneiras p. <sup>a</sup>	Lisboa . . . . .	Joze de Abreu . . . . .	Lic. <sup>a</sup> de 28 de Janr. <sup>o</sup> de 1785
Chapeos de Sol . . . .			
Chitas . . . . .	Lisboa . . . . .	Jeremias Mahony & C. <sup>a</sup> . . . . .	Alv. de 23 de Junho de 1778
	1.	Silvestre Luis Dias . . . . .	Alv. de 23 de 8br. <sup>o</sup> de 1778
	Rio de Mouro tr. <sup>o</sup> de Cintra . . 2.	Joaquim Joze da S. <sup>a</sup> . . . . .	Alv. de 27 de 8br. <sup>o</sup> de 1778

227

Porto . . . . . 11.	Joze de Mag. <sup>es</sup> , Ant. <sup>o</sup> Joze e Estacio Brandão e Franc. <sup>o</sup> Gomes Velho de Az. <sup>do</sup> . . . . .	Lic. <sup>a</sup> de 25 de Janr. <sup>o</sup> de 1786
Lisboa . . . . . 12.	Franc. <sup>o</sup> da S. <sup>a</sup> Lopes . . . . .	Lic. <sup>a</sup> de 25 de Mayo de 1787
	13. Bento Joze Pacheco, e hoje outros . . . . .	Rez. <sup>am</sup> de 27 de Abril de 1785
Chellas . . . . 14.	Bernardo Jozé Luis Vieira . . . . .	Lic. <sup>a</sup> de 6 de Julho de 1785
Porto . . . . . 15.	João Joze Luis de Abreu & C. <sup>a</sup> . . . . .	Lic. <sup>a</sup> de 2 de 8br. <sup>o</sup> de 1786
Tires tr. <sup>o</sup> de Cascaes . . . . 16.	Henrique Fernando Wagner, & C. <sup>a</sup> . . . . .	Lic. <sup>a</sup> de 7 de Mayo de 1787
NB.	Todas as Fábricas de Estamparia, e de Algod. <sup>a</sup> , gozão os mesmos priv. <sup>os</sup> , e as mesmas izençoens que se achão concedidos à Fabrica d'Azeitão pela	
Chumbo Munição . . . . .	Jorge Reyner . . . . .	Rez. <sup>am</sup> do 1. <sup>o</sup> de Mayo de 1784
	NB. Com izenção de Direitos p. <sup>or</sup> 12 annos, e com obrigação de ensinar 6 Aprendizizes Portuguezes	Alv. de 2 de Julho de 1784
Cutellarias . . . . .	Vejase Obras de Cutelleiros	
Doces de Vidro p. <sup>a</sup> ornatos de Mezas . . . . .	Lisboa . . . . .	João Nardi . . . . .
		Lic. <sup>a</sup> da J. do Comm.
Enxarcia . . . . .	Bahia . . . . .	Joze Ferr. <sup>a</sup> Leal . . . . .
		Alv. de 3 de Ag. <sup>to</sup> de 1767

229



**AUTORIZAÇÃO / AUTORIZATION N.º AAN 4619 /18**

Nos termos do artigo 4º da Lei n.º 28/2013, de 12 de abril, é concedida a autorização ao requerente abaixo indicado, para efectuar o seguinte tipo de operação:

*In accordance with article 4 of Law 28/2013, dated 12 april, it is hereby granted permission to the applicant below to carry out the operation stated in item 1., under the following conditions:*

**TITULAR / HOLDER**

Nome/Entidade: Ana Carvalho  
Name/Entity  
Telephone: 0 927 078 744  
Telephone Mobile

**PILOTO(S) / PILOT(S)**

Nome/designação: Rui Silvestre  
Name/designation  
Telephone: 0 916 672 321  
Telephone Mobile

1. Tipo de operação autorizada: voos com aeronaves não tripuladas.  
Type of Operation / flights with unmanned aircraft.

2. Condições técnicas e administrativas estabelecidas:

*Technical and Administrative Procedures*

- Propósito da operação / gravação/transmissão de imagens aéreas, sem divulgação dos produtos audiovisuais  
operation purpose: obtidos
- Número de série da plataforma aérea / 14120/00024420  
aerial platform serial number:
- Áreas geográficas / geographic areas:

**Local / locais autorizado(s) em zonas sob jurisdição civil (ver Notas n.º 1, 2 e 3):**

**CONCELHO DE FUNDÃO;**  
**CONCELHO DE COVILHÃ (exceto zona do heliporto hospitalar, que carece de autorização da ANAC);**  
**CONCELHO DE MACEDO DE CAVALEIROS;**  
**CONCELHO DA LOUSÃ;**  
**MATOSINHOS (COORDENADA CENTRAL): 41.178667 -8.686605; Raio: 50m; Altura máx.: 30m AGL;**  
**VILA NOVA DE GAIA (COORDENADA CENTRAL): 41.132861 -8.600304; Raio: 50m; Altura máx.: 60m AGL;**  
**POMBAL (COORDENADA CENTRAL): 39.945964 -8.643286; Raio: 35m; Altura máx.: 60m AGL;**  
**LISBOA (COORDENADA CENTRAL): 38.719649 -9.154169; Raio: 50m; Altura máx.: 30m AGL;**  
**LISBOA (COORDENADA CENTRAL): 38.712976 -9.1243459; Raio: 50m; Altura máx.: 30m AGL;**  
**LISBOA (COORDENADA CENTRAL): 38.697419 -9.190129; Raio: 50m; Altura máx.: 60m AGL;**  
**OEIRAS (COORDENADA CENTRAL): 38.740945 -9.284658; Raio: 50m; Altura máx.: 60m AGL;**  
**AZEITÃO (COORDENADA CENTRAL): 38.518504 -9.012826; Raio: 50m; Altura máx.: 60m AGL.**

Escovas . . .	Lisboa . . .	NB. 1. 2.	Com priv.º exclusivo p.ºr 15 annos Subrogado nos Comerciantes da B.ª pela	Rez.ªm de 17 de Ag.º de 1771
			Jozé Antonio do Valle . . . . .	Lic.ª da J. do Comm.
			Manoel Jozé da Veiga . . . . .	Lic.ª de 22 de Março de 1784
Espelhos . . .	Lisboa . . .	NB. 1.	Iacome Ghirra . . . . .	Rez.ªm de 10 de Junho de 1776
		2.	Com izençoens p.ºr 10 annos Prorrogadas p.ºr mais 10 annos pela	Rez.ªm de 6 de Fevr.º de 1786
Estamparias . .			Vejase Chitas	
Ferrarias . . .			Vejase Obras de Ferreiros . . . . .	
Fio de Ouro e de Prata . . .	Lisboa . . .		Sua Mag.ªe	
			Cypriano Lopes d'Andrade . . . . .	Lic.ª de 17 de (sic.)
			Miguel Serrataco . . . . .	Lic.ª de 17 de Fevr.º de 1786
			Jozé Joaquim Terrier . . . . .	Lic.ª de 20 de Fevr.º de 1786
			Jozé Franc. d'Alm.ªda e hoje sua M.ªr. . . . .	Lic.ª de 7 d'Abril de 1786
			Anna Thereza dos Santos . . . . .	Lic.ª de 7 d'Abril de 1786
Fitas, e Galoens de linho, e Al- godão . . . .	Porto . . . .		Diversos particulares . . . . .	
	Lisboa . . . .	NB.	Antonio Joze da Silva . . . . .	Decreto de 18 de Mayo de 1778
			Com izençoens etc. p.ºr 10 annos	

230

Fitas de Linho, ou nastro . . .	Lumiar . . . .		Severino Luis Nunes . . . . .	Lic.ª de 9 de Abril de 1788
Fitas de seda . . . . .			Vejase Tecidos de Seda d'estreito . . . . .	
Fivellas de Casq.ª . . . .	Lisboa . . . .		Antonio Ferr.ª Lopes . . . . .	Lic.ª de 15 de Novr.º de 1784
Fivellas de Me- tal . . . . .	Lisboa . . . .	NB. 1.	Fernando Joze Loran . . . . .	Rez.ªm de 2 de Mayo de 1776
		2.	Com isençoens etc. por 10 annos . . . . .	
		3.	Permiteselhe fundir e rebarbar Fiv.ªs de Prata . . . . .	Avizo de 17 d'Abril de 1783
			Concedeselhe . . . . . a	Lic.ª de 24 de Novr.º de 1783
			Luis Gerales . . . . .	Lic.ª de 4 de Junho de 1783
Fivellas de Aço, Ferro etc. . . .	Porto . . . . .		Domingos Joze Soares . . . . .	Lic.ª de 26 de 8br.º de 1783
Folha de Flan- des . . . . .	Porto . . . . .	NB.	Manuel Joze Montr.ª, & C.ª . . . . .	Alv. de 31 de Ag.º de 1776
			Com priv.º excluz.º e izenc.ªs por 10 annos	
Folhetas p.ª Bott.ª . . . .	Porto . . . . .		Joze Alz de Ar.º Vellozo . . . . .	Lic.ª de 12 de Junho de 1778
	Lisboa . . . .		Antonio Ferr.ª Lopes . . . . .	Lic.ª de 13 de 7bro de 1782

231



S. R.  
**MINISTÉRIO DA DEFESA NACIONAL**  
**AUTORIDADE AERONÁUTICA NACIONAL**  
 Gabinete da Autoridade Aeronáutica Nacional

**Nota n.º 1.** Em zonas sob jurisdição civil deverá, relativamente à utilização do espaço aéreo, observar o que está previsto no Regulamento n.º 1093/2016 da ANAC, de 24 de novembro. / **Note # 1.** In areas under civil jurisdiction, it should, in relation to the use of airspace, observe the provisions of ANAC's Regulation No. 1093/2016 of November 24.

**Nota n.º 2.** Proibida a recolha de imagens aéreas num raio de 100 metros com centro nas instalações identificadas no n.º 3, do art.º 11.º, do Regulamento n.º 1093/2016, excetuados os casos em que haja autorização emitida pelas entidades competentes responsáveis por essas instalações. / **Note # 2.** Prohibited the collection of aerial images within a radius of 100m with a center in the premises identified in paragraph 3 of article 11 of Regulation 1093/2016, except in cases where there is an authorization issued by the competent authorities responsible facilities.

**Nota n.º 3.** A presente autorização não dispensa o cumprimento de outros regimes jurídicos constantes de diplomas legais e regulamentares que sejam, eventualmente, aplicáveis. / **Note # 3.** The present authorization does not exempt the fulfillment of other legal regimes contained in legal and regulatory texts that may be applicable.

**Nota n.º 4.** Em áreas sob jurisdição militar não são autorizados voos Além da Linha de Vista (BVLOS). Só são autorizados voos em Linha de Vista (VL0S) num raio máximo de 500 metros a partir do operador do "drone".

As autorizações concedidas em áreas militares podem, por razões de segurança interna ou externa, ser suspensas ou restringidas na sua vigência.

3. Limitações impostas:

Limitations

- Não aplicável.

**NOTA IMPORTANTE:** A presente autorização não dispensa o cumprimento de outros regimes jurídicos constantes de diplomas legais e regulamentares que sejam, eventualmente, aplicáveis.

**PLEASE BE AWARE:** The present authorization does not exempt the fulfillment of other legal obligations established in the applicable texts.

Válida de: / Valid from: **19 de junho de 2018 a / to 29 de junho de 2018**

Alfragide, 19 de Junho de 2018

o Chefe do Gabinete

\_\_\_\_\_  
 José Augusto de Barros Ferreira  
 Major-General



S. R.  
**MINISTÉRIO DA DEFESA NACIONAL**  
**AUTORIDADE AERONÁUTICA NACIONAL**  
 Gabinete da Autoridade Aeronáutica Nacional

**AUTORIZAÇÃO / AUTORIZATION N.º AAN 4658 /18**

Nos termos do artigo 4º da Lei n.º 28/2013, de 12 de abril, é concedida a autorização ao requerente abaixo indicado, para efectuar o seguinte tipo de operação:

*In accordance with article 4 of Law 28/2013, dated 12 april, it is hereby granted permission to the applicant below to carry out the operation stated in item 1., under the following conditions:*

**TITULAR / HOLDER**

Nome/Entidade: Ana Carvalho

Name/Entity

Telefone: 0

Telephone

927 078 744

Mobile

**PILOTO(S) / PILOT(S)**

Nome/designação: Rui Silvestre

Name/designation

Telefone: 0

Telephone

916 672 321

Mobile

1. Tipo de operação autorizada: voos com aeronaves não tripuladas.

Type of Operation

/ flights with unmanned aircraft.

2. Condições técnicas e administrativas estabelecidas:

Technical and Administrative Procedures

· Propósito da operação / gravação/transmissão de imagens aéreas, com divulgação dos produtos audiovisuais  
 operation purpose: obtidos

· Número de série da plataforma aérea / 14120/00024420  
 aerial platform serial number:

· Áreas geográficas / geographic areas:

**Local / locais autorizado(s) em zonas sob jurisdição militar (ver Notas n.º 2, 3 e 4):**

**Tomar- 39°36'36.35"N 8°24'33.69"W, Raio: 50 m, Altura: 60 m AGL.**

**Montejunto- 39°10'38.48"N 9°3'4.35"W, Raio: 50 m, Altura: 60 m AGL.**

**Alenquer- 39° 3'28.25"N 9° 0'18.57"W, Raio: 50 m, Altura: 60 m AGL.**

**Vila Franca Xira- 38°58'5.26"N 8°59'12.60"W, Raio: 50 m, Altura: 60 m AGL.**

**Marinha Grande- 39°44'58.99"N 8°55'58.62"W, Raio: 50 m, Altura: 60 m AGL.**

**São Paio Oleiros- 40°58'51.80"N 8°36'35.44"W, Raio: 50 m, Altura: 30 m AGL.**

**Período: 20-30JUN18, das 09H00 - 19H00 locais.**

- Os produtos audiovisuais obtidos podem, do ponto de vista da Defesa Nacional, ser divulgados.



**Nota n.º 1.** Em zonas sob jurisdição civil deverá, relativamente à utilização do espaço aéreo, observar o que está previsto no Regulamento n.º 1093/2016 da ANAC, de 24 de novembro. / **Note # 1.** In areas under civil jurisdiction, it should, in relation to the use of airspace, observe the provisions of ANAC's Regulation No. 1093/2016 of November 24.

**Nota n.º 2.** Proibida a recolha de imagens aéreas num raio de 100 metros com centro nas instalações identificadas no n.º 3, do art.º 11.º, do Regulamento n.º 1093/2016, excetuados os casos em que haja autorização emitida pelas entidades competentes responsáveis por essas instalações. / **Note # 2.** Prohibited the collection of aerial images within a radius of 100m with a center in the premises identified in paragraph 3 of article 11 of Regulation 1093/2016, except in cases where there is an authorization issued by the competent authorities responsible facilities.

**Nota n.º 3.** A presente autorização não dispensa o cumprimento de outros regimes jurídicos constantes de diplomas legais e regulamentares que sejam, eventualmente, aplicáveis. / **Note # 3.** The present authorization does not exempt the fulfillment of other legal regimes contained in legal and regulatory texts that may be applicable.

**Nota n.º 4.** Em áreas sob jurisdição militar não são autorizados voos Além da Linha de Vista (BVLOS). Só são autorizados voos em Linha de Vista (VLOS) num raio máximo de 500 metros a partir do operador do "drone".

As autorizações concedidas em áreas militares podem, por razões de segurança interna ou externa, ser suspensas ou restringidas na sua vigência.

3. Limitações impostas:

*Limitations*

- Não aplicável.

**NOTA IMPORTANTE:** A presente autorização não dispensa o cumprimento de outros regimes jurídicos constantes de diplomas legais e regulamentares que sejam, eventualmente, aplicáveis.

**PLEASE BE AWARE:** The present authorization does not exempt the fulfillment of other legal obligations established in the applicable texts.

**Válida de: / Valid from: 20 de junho de 2018 a / to 30 de junho de 2018**

Alfragide, 19 de Junho de 2018

o Chefe do Gabinete

\_\_\_\_\_  
 José Augusto de Barros Ferreira  
 Major-General



**CERTIDÃO**

-----Dora Patrícia da Silva Ferreira Pereira, Presidente Cessante da Comissão Diretiva da Paisagem Protegida da Serra de Montejunto:-----

-----CERTIFICA que, a Comissão Diretiva da Paisagem Protegida da Serra de Montejunto, em reunião de sete de junho de dois mil e dezoito, dada a urgência da deliberação a tomar e para não haver vazio de poder tomou a seguinte deliberação:-

\*\*\*\*\*

**Pedido de autorização para utilização de Drone para realização de levantamento fotográfico, a realizar nos dias 18 a 29 de junho do ano corrente.**

**Requerente: ICNF**

**Utilizador: Ana Filipa Aldeia Carvalho**

**Local: Serra de Montejunto**

----- Dada a urgência da deliberação a tomar e para não haver vazio de poder emite-se parecer favorável ao pedido para a utilização de Drone para realização de levantamento fotográfico, na Serra de Montejunto nos dias 18 a 29 de junho do ano corrente, ficando condicionado ao cumprimento das seguintes condições:

- 1) Toda a sinalética a aplicar para a sinalização do referido pedido será da responsabilidade do requerente;
- 2) Caso ocorra alguma situação que provoque danos no local a utilizar, fica a cargo do requerente o pagamento e reposição desses mesmos danos;
- 3) O Respetivo parecer não dispensa demais pareceres de outras entidades, nomeadamente a Força Aérea Portuguesa, relativamente à servidão militar do radar e restantes instalações existentes no local.

\*\*\*\*\*

-----Por ser verdade e ter sido pedido, passo a presente certidão que vou assinar. -----

-----Alenquer, 14 de junho do ano de dois mil e dezoito. -----

A Presidente Cessante da Comissão Diretiva da Paisagem Protegida da Serra de Montejunto

Dora Patrícia da Silva Ferreira Pereira

Assinado de forma digital por Dora Patrícia da Silva Ferreira Pereira  
 Dados: 2018.06.14 11:51:20 +01'00'

(Dora Pereira, Arq.<sup>a</sup>)



Exmª Srª  
D. Ana Carvalho  
anacarvalho.arq27939@gmail.com

SUA REFERÊNCIA

SUA COMUNICAÇÃO DE

NOSSA REFERÊNCIA

32503/2018

8-06-2018

**ASSUNTO:** PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO PARA RECOLHA DE IMAGENS COM RECURSO A DRONE EM VILA NOGUEIRA DE AZEITÃO

Tendo como referência o Vosso pedido de autorização para a tomada de imagens no Parque Natural da Arrábida, com recurso a drone, para um levantamento fotográfico das antigas reais fábricas no âmbito da dissertação de um mestrado na universidade de Évora, fomos informados por V.Exªas do seguinte:

Esse trabalho com recurso a um drone a realizar entre os dias 18 e 26 de Junho entre as 9h00 e as 19h00 será, de acordo com a cartografia enviada, junto á praça da República em Vila Nogueira de Azeitão.

Após análise do solicitado para a área em referência, verifica-se que o presente pedido se enquadra como uma atividade condicionada, de acordo com o Plano de Ordenamento do Parque Natural da Arrábida (RCMnº141/2005 de 23 de Agosto, artº9 alíneas r) e s) sendo sujeita a autorização do Parque Natural da Arrábida.

O atrás referido diploma estipula que ficam sujeitos a autorização ou parecer vinculativo do Pnar o sobrevoo por aeronaves com motor, abaixo de 1000 pés salvo por razões de vigilância ou combate a incêndios e de operações de salvamento.

De acordo com o regulamento nº 1093/2016 de 14 de Dezembro, os drones são caracterizados como aeronaves civis não tripuladas, pilotadas a partir de uma estação de piloto remoto ou com capacidade de operar autonomamente.

O sobrevoo previsto é numa área em perímetro urbano não abrangida por regime de proteção.

Instituto da Conservação da Natureza e Florestas, I.P.  
Departamento de Conservação da Natureza e Florestas de Lisboa e Vale do Tejo  
Parque Natural da Arrábida  
Praça da República 2900-587 SETUBAL

TEL + 351 265 541 140 FAX +351 265 000 65

E-MAIL dcnfvt@icnf.pt www.icnf.pt

1/2



Ana Carvalho <anacarvalho.arq27939@gmail.com>

## Requerimento para Operação de RPAS

1 mensagem

**Drones** <drones@anac.pt> 14 de junho de 2018 às 17:15  
Para: "anacarvalho.arq27939@gmail.com" <anacarvalho.arq27939@gmail.com>  
Cc: Drones <drones@anac.pt>

Exma. Sra. Ana Carvalho,

Em resposta ao seu pedido para realização de atividade com *drone*, informamos que no que diz respeito à utilização do espaço aéreo, poderá realizar a sua atividade cumprindo com o estipulado no Regulamento nº 1093/2016 entre o nascer do Sol - 25 min e o Por do Sol +25 min, sem necessidade de requerer autorização à ANAC e cumprindo com as seguintes indicações:

**Fundão - 40.138063 -7.500499** - até 120m AGL não carece de autorização da ANAC;

**Covilhã - 40.276909 -7.507864** - até 120m AGL não carece de autorização da ANAC;

**Macedo de Cavaleiros - 41.470095 -6.903199** - até 120m AGL não carece de autorização da ANAC;

**Matosinhos - 41.178667 -8.686605** - No interior da presente área são permitidos voos de RPA até 30 metros acima da superfície ou até à altura máxima do obstáculo natural ou artificial existente num raio de 75 metros, centrado na aeronave, caso a altura de tais obstáculos seja superior a 30 metros;

**Vila Nova de Gaia - 41.132861 -8.600304** - No interior da presente área são permitidos voos de RPA até 60 metros acima da superfície ou até à altura máxima do obstáculo natural ou artificial existente num raio de 75 metros, centrado na aeronave, caso a altura de tais obstáculos seja superior a 60 metros;

**Lousã - 40.101087 -8.244764** - até 120m AGL não carece de autorização da ANAC;

**Pombal - 39.945964 -8.643286** - até 120m AGL não carece de autorização da ANAC;

**Lisboa - 38.722214 -9.155780** - No interior da presente área são proibidos os voos de RPA;

**Lisboa - 38.719649 -9.154169** - No interior da presente área são permitidos voos de RPA até 30 metros acima da superfície ou até à altura máxima do obstáculo natural ou artificial existente num raio de 75 metros, centrado na aeronave, caso a altura de tais obstáculos seja superior a 30 metros;

**Lisboa - 38.712970 -9.124345** - No interior da presente área são permitidos voos de RPA até 30 metros acima da superfície ou até à altura máxima do obstáculo natural ou artificial existente num raio de 75 metros, centrado na aeronave, caso a altura de tais obstáculos seja superior a 30 metros;

**Lisboa - 38.697419 -9.190129** - No interior da presente área são permitidos voos de RPA até 60 metros acima da superfície ou até à altura máxima do obstáculo natural ou artificial existente num raio de 75 metros, centrado na aeronave, caso a altura de tais obstáculos seja superior a 60 metros;

**Oeiras - 38.740945 -9.284658** - No interior da presente área são permitidos voos de RPA até 60 metros acima da superfície ou até à altura máxima do obstáculo natural ou artificial existente num raio de 75 metros, centrado na aeronave, caso a altura de tais obstáculos seja superior a 60 metros;

**Lisboa - 38.726450 -9.111919** - No interior da presente área são proibidos os voos de RPA;

**Azeitão - 38.518504 -9.012826** - Parque Natural da Arrábida, carece de autorização do Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas.

Importa referir ainda que a utilização de RPAS para a realização de filmagem ou fotografia aérea carece sempre de autorização da AAN/O Chefe do Estado-Maior da Força Aérea é, por inerência, a AAN ([www.aan.pt](http://www.aan.pt)), em conformidade com o Decreto-Lei n.º 42071, de 30 de dezembro de 1958, a Portaria n.º 17568, de 2 de fevereiro de 1960, alterada pela Portaria n.º 358/2000, de 20 de junho e a alínea b) do n.º 3 do artigo 4.º da Lei n.º 28/2013, de 12 de abril.

Com os melhores cumprimentos,

|

**Catarina Mauricio**

Departamento de Informação Aeronáutica

*Aeronautical Infrastructure Department*



**Autoridade Nacional da Aviação Civil**

*Portuguese Civil Aviation Authority*

Morada: Rua B, Edifício 4 - Aeroporto Humberto Delgado  
1749-034 Lisboa  
Portugal

E-mail: [catarina.mauricio@anac.pt](mailto:catarina.mauricio@anac.pt)

Tel.: +351 21 284 22 26 (Ext: 1718)

Fax: +351 21 841 06 12

Web: [www.anac.pt](http://www.anac.pt)

\*\*\*\*\*

**ANAC - Autoridade Nacional da Aviação Civil**

Este email (incluindo quaisquer anexos) pode conter informação confidencial para uso exclusivo do destinatário. Se não for o destinatário pretendido, não deve usar, distribuir, ou copiar este email. Se recebeu esta mensagem por engano, por favor informe o emissor e elimine-a imediatamente.

This email and any files transmitted with it are confidential and intended solely for the use of the individual or entity to whom they are addressed. If you have received this email in error, please notify the sender and delete it immediately.

\*\*\*\*\*

**KUIASHII**

SET.2018